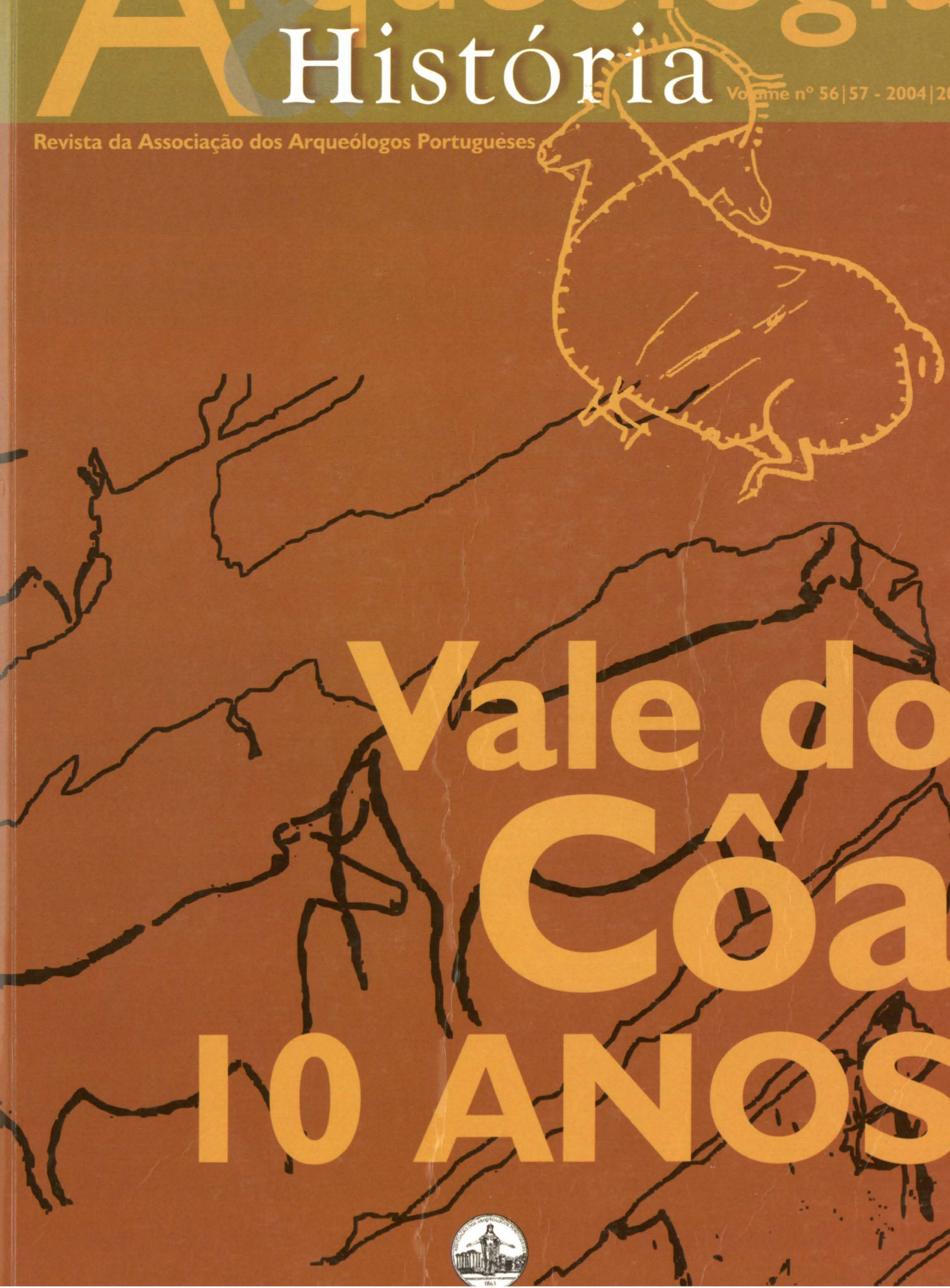
Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa

10 ANOS

15,00 €

Associação dos Arqueólogos Portugueses



Arqueologia & História

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Volume nº 56|57 - 2004 | 2005

Título
Arqueologia e História

Volume
56 - 57

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Telefone: 213 460 473 | Fax: 213 244 252
email: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Design Gráfico
Artinvento - Estudos e Projectos
António José Cruz | Susana Caramelo | José Marono

Impressão
Dpi-Cromotipo

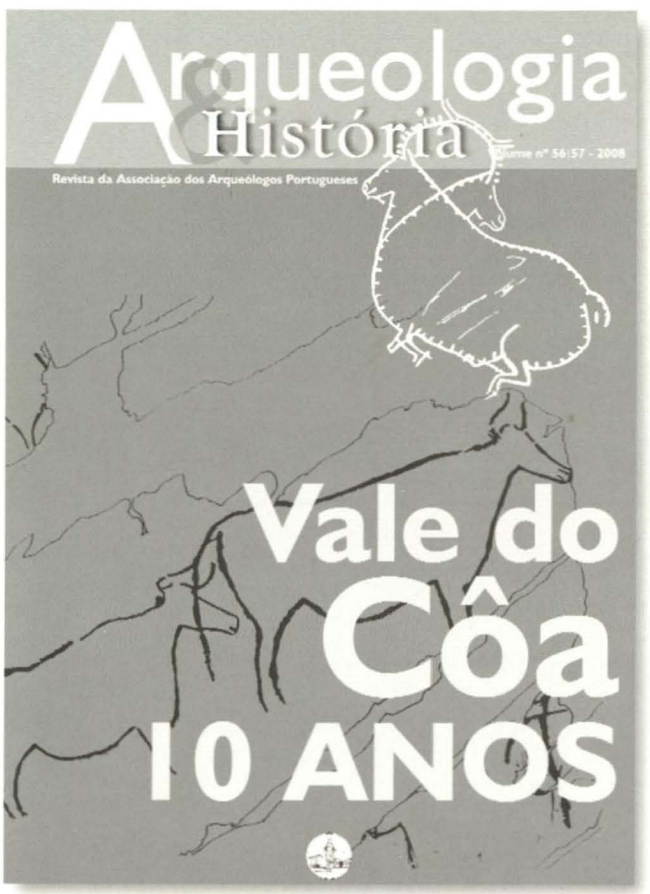
Tiragem:
400 exemplares

Depósito legal
283511/08

©Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se a permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores



Índice:

Editorial
José Morais Arnaud 7

Discurso do Presidente da Direcção da AAP por ocasião do lançamento do Catálogo da Colecção Permanente do Museu Arqueológico do Carmo, *Construindo a Memória*
José Morais Arnaud 9

■ TEMA: VALE DO CÔA 10 ANOS

Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial
João Zilhão 14

L'art du Côa: une découverte majeure
Dominique Sacchi 31

A arte, paleolítica e epipaleolítica, do Vale do Côa: o que ainda não foi dito?
Mário Varela Gomes 35

■ ARTIGOS

A hierogamia do Penedo do Matrimónio
Mário Varela Gomes 51

Interpretação das facas ovóides (foicinhas) através do estudo dos exemplares de Vila Nova de S. Pedro
Gonçalo Amaro 65

As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX Teatro Romano de Lisboa
Lídia Fernandes 83

Reflexos, no quotidiano, da prístina epigrafia romana
José d'Encarnação 95

Necrópole da Sé Silves
Cecília Casaca
F. E. Rodrigues Ferreira 103

Determinação da estatura com Base no comprimento do Calcâneo
Cecília Casaca
F. E. Rodrigues Ferreira 111

A construção da imagem do Infante Santo
Rui Miguel da Costa Pinto 115

Intervenção Arqueológica no Hotel Netto: contributos para o estudo da evolução urbana da Vila Velha de Sintra
Catarina Coelho 123

Os Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834 O caso de Almeida e Penamacor
Augusto Moutinho Borges 141

Uma Original Árvore de Jessé
J. Ramos Baptista 151

Municipalismo e Policiamento em Lisboa no Antigo Regime Monárquico
Nestor Fatia Vital 155

O que Lisboa deve a Pezerat, engenheiro da Câmara
Nestor Fatia Vital 167

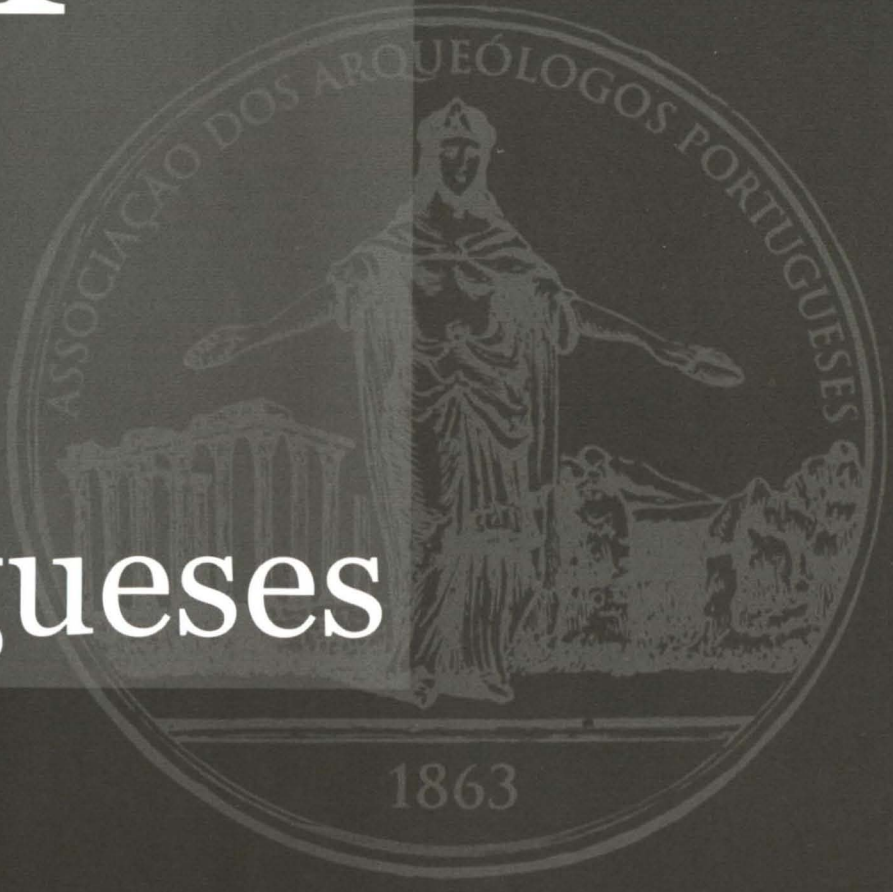
■ LEITURAS

Do islâmico ao cristão... e à actualidade. O castelo de Palmela dado a conhecer por Isabel Cristina Fernandes
Paulo Almeida Fernandes 171

■ RELATÓRIOS

Relatório da direcção
2004 | 2005 177

Associação dos Arqueólogos Portugueses



José Morais Arnaud

Presidente da Direcção

Editorial

O volume da revista ***Arqueologia & História*** que agora se apresenta é o resultado da acção desenvolvida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses nos anos de 2004-2005. Nesse período, as várias secções e comissões desenvolveram intensa actividade, tendo-se reunido com regularidade para apresentação dos trabalhos de investigação realizados pelos seus membros, bem como de especialistas e investigadores convidados. No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos pela Direcção da Associação no sentido de obter os textos originais dos trabalhos apresentados, tal como tem acontecido em anos anteriores, só alguns autores é que corresponderam ao apelo feito. Não sendo justo fazer esperar mais tempo os que cumpriram os prazos inicialmente estabelecidos, ou as suas sucessivas prorrogações, a Direcção decidiu assim publicar num volume só os trabalhos de qualidade que lhe foram entregues, correspondentes aos anos de 2004 e 2005, esperando ter oportunidade de publicar, ainda no ano de 2008, um outro volume duplo, correspondente aos anos de 2006 e 2007, contando para o efeito com a boa vontade dos autores dos trabalhos apresentados nesses anos.

Aproveito o ensejo para chamar a atenção de todos os nossos associados e colaboradores para o facto de a não entrega atempada dos textos para publicação está a pôr seriamente em causa a continuidade desta já centenária e prestigiada revista. Com efeito, começando a surgir entre nós as primeiras publicações via internet, a tentação do recurso à publicação electrónica afigura-se como uma alternativa perfeitamente válida, não só pelos muito mais baixos custos de produção, mas também pela rapidez e universalidade da sua difusão, numa área em que o avanço dos conhecimentos, não sendo tão rápido como noutras áreas científicas, não deixa de ser, em muitos casos, essencial para a salvaguarda dos próprios objectos de estudo, como o caso das gravuras do vale do Côa bem ilustra.

Um dos acontecimentos mais importantes para a História recente da nossa Associação foi sem dúvida a conclusão e o lançamento do primeiro estudo exaustivo do rico e variado acervo do Museu Arqueológico do Carmo, o mais antigo do país, a que se dignou assistir, além de outras altas individualidades, Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que também nos honrou com a elaboração do respectivo Prefácio. Registando esse acontecimento, publica-se assim, a abrir este volume o discurso então proferido pelo signatário.

Neste volume dá-se também natural destaque à comemoração do 10º aniversário da descoberta da Arte Rupestre do Vale do Côa, promovida pela Direcção, em estreita colaboração com a Secção de Pré-História, publicando-se textos de alguns dos principais intervenientes no processo de salvamento, estudo e divulgação do mais importante achado pré-histórico do século XX no território português, o único a merecer integrar o património da Humanidade, como a UNESCO prontamente reconheceu em 1998.

Publicam-se também vários outros artigos, apresentados nas reuniões ordinárias das Secções de Pré-História e História, e ainda na Comissão de Estudos Olisiponenses, os quais documentam bem a extrema diversidade de interesses científicos dos nossos associados, proporcionando assim matéria para leitura e reflexão para uma vasta gama de potenciais leitores.

Na parte final deste volume, publicam-se ainda, como já vai sendo habitual, e para que conste, os Relatórios e Contas da Direcção, os quais permitirão, de certo modo, ajuizar o trabalho desenvolvido por esta Associação durante o período em questão, sobretudo a quem, por diversas razões, não participa activamente na vida associativa.



Discurso do Presidente da Direcção da AAP por ocasião do lançamento do Catálogo da Colecção Permanente do Museu Arqueológico do Carmo,

Construindo a Memória

1 de Dezembro de 2005

Senhor Presidente da República,
Senhor Secretário de Estado da Cultura
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Senhor Chefe da Casa Civil de sua Excelência o Presidente da República
Senhor Representante do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana,
Senhor Director do Instituto Português de Museus,
Senhora Vice-Presidente Instituto Português do Património Arquitectónico
Senhora Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Estimados Amigos e Consócios,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje é um dia muito especial para esta centenária Associação e para o seu Museu, instalado nas Ruínas do Carmo desde 1864. Com a publicação deste volume de estudos e catálogo das cerca de 1700 peças que se encontram expostas, completa-se um vasto programa de remodelação e dinamização do mais antigo museu de Arqueologia e História de Arte do país, que se mantinha praticamente imutável desde 1949. Este processo de remodelação foi longo e conturbado, e só se tornou possível graças à compreensão e ao apoio de um vasto conjunto de pessoas e instituições, devidamente referidas no capítulo introdutório desta obra, no qual se faz um relato sucinto de todo o processo. Dispenso-me, assim, de os referir todos aqui, para não abusar da vossa paciência, e não correr o risco de esquecer alguém.

A obra que hoje se apresenta é o resultado de cerca de três anos de trabalhos de investigação sobre as colecções que foram seleccionadas para figurar na exposição permanente. Como o museu havia sido em grande parte desmontado e a maior parte do acervo se encontrava em muito mau estado de conservação, devido às obras de preparação do edifício para o impacto da construção das novas linhas do metropolitano, foi necessário proceder a uma série de intervenções de conservação e restauro, entregues a especialistas nos diferentes materiais, também documentadas no final desta obra.

Apesar de quase todo o acervo ter estado exposto ao público durante mais de um século, embora em condições precárias, a maior parte nunca tinha sido estudado de um modo aprofundado e sistemático, pelo que constituiu uma surpresa para os cerca de 30 investigadores, especialistas nos mais variados domínios da Arqueologia, Egiptologia, Epigrafia, Heráldica, e História de Arte, escolhidos para este trabalho. Assim, uma obra inicialmente prevista para cerca de 350 páginas, acabou por ter mais de 640. Tornou-se, portanto, necessário proceder a uma reprogramação financeira do projecto, e procurar novas fontes de financiamento. Apesar destas só cobrirem cerca de metade dos elevados custos de produção de uma obra desta natureza, a Direcção da AAP decidiu avançar com o projecto, esperando recuperar, nos próximos anos, uma parte do investimento feito, pois julgamos ter produzido uma obra de consulta indispensável para todos os que se interessam pelas ciências históricas e patrimoniais.


Presidente da Direcção, Dr. José Morais Arnaud, oferecendo ao Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, uma reprodução do Busto de D. Afonso Henriques.

Não posso, assim, deixar de agradecer a todos os autores que contribuíram para a sua realização, bem como a José Pessoa e à sua equipa da DDF do IPM, que realizou a maior parte das fotografias de melhor qualidade, a Nuno Vale Cardoso e Nina Barreiros, responsáveis pelo excelente grafismo, e ainda a todas as entidades que contribuíram para a publicação desta obra, nomeadamente a Rede Portuguesa de Museus, o Gabinete do POC, a Imopolis e a Fundação Calouste Gulbenkian. Cumpre-me, por fim, agradecer à Doutora Carla Varela Fernandes, que coordenou com o signatário a realização desta obra, o seu empenho e entusiasmo na realização desta tarefa, os quais foram decisivos para o êxito da mesma.

É assim uma honra para todos os que participaram neste processo podermos contar com o patrocínio e a presença de Sua Excelência o Presidente da República, que, no final de um mandato particularmente difícil, conseguiu sacrificar algum do seu precioso tempo de repouso para compartilhar connosco este momento de júbilo e de esperança no futuro e na nossa capacidade de transformar o mundo que nos rodeia, e dar sentido à nossa efémera existência terrena. Merece ainda destaque o especial interesse que Sua Excelência tem demonstrado pelo património cultural, desde o início do seu primeiro mandato, com especial relevo para a forma como apoiou a candidatura da Arte do Côa a património mundial.

A presença de Sua Excelência o Presidente da República nesta cerimónia vem, de certo modo, retomar uma já antiga tradição de patrocínio a esta Associação e ao seu Museu, por parte do Chefe do Estado, iniciada por D. Fernando II, continuada pelos seus sucessores

no trono, e de certo modo mantida pela República, cujo primeiro Presidente, Dr. Manuel de Arriaga, presidiu em 23 de Novembro 1913 às comemorações do cinquentenário da nossa Associação, tendo também participado noutras actividades associativas.

Essa ligação simbólica entre a chefia do Estado e a instituição que criou e tem gerido o Museu Arqueológico do Carmo é, em nosso entender, plenamente justificada pelo facto de a esta Associação de utilidade pública sem fins lucrativos ter sido entregue, a título vitalício, um monumento nacional, em boa hora resgatado de utilizações menos consentâneas com a sua importância histórica e a sua dignidade patrimonial, e um espólio muito rico e variado. Esse espólio inclui, entre muitas outras peças de elevado valor histórico, além da sepultura primitiva de D. Nuno Álvares Pereira, encontrada em 1996 na antiga capela-mor, o busto atribuído a D. Afonso Henriques, os túmulos régios da rainha D. Constança e de seu filho, D. Fernando I, parte do túmulo da rainha D. Maria Ana de Áustria, e muitos outros elementos relacionáveis com as grandes figuras da História de Portugal. A maior parte destas peças, que se encontravam em igrejas, conventos e mosteiros entretanto abandonados, destruídos ou afectados a outras funções, ter-se-iam perdido irremediavelmente não fora terem sido recolhidos neste museu, construído com essa finalidade por Possidónio da Silva, que, sendo um combatente do Liberalismo, tinha, tal como Garrett, Herculano, e tantos outros, uma forte consciência crítica em relação às destruições patrimoniais então praticadas.

Tendo embora plena consciência de que o museu actual representa um substancial salto qualitativo em relação à situação anterior, uma quase "refundação", no dizer do nosso estimado consócio Dr. Alves de Azevedo, não posso também deixar de referir que a organização e apresentação ao público de uma colecção tão rica e variada foi uma constante preocupação dos responsáveis associativos, desde a sua fundação. Com efeito, o espaço que foi entregue à Associação, apesar da sua grande beleza e carga simbólica, pois está associado a momentos muito marcantes da história pátria, de Aljubarrota ao 25 de Abril, passando pelo Terramoto de 1755, levanta não só problemas museográficos de difícil solução, como apresenta grandes dificuldades de conservação do acervo. Por um lado, uma parte considerável deste encontra-se exposta na nave da antiga igreja, sujeito à acção dos agentes atmosféricos. Por outro lado, as capelas da cabeceira (tal como o portal oeste) apresentam uma série de patologias, cujo tratamento só será possível com o apoio das entidades com maiores responsabilidades na preservação do património arquitectónico do país. Saúdo, assim, a recente nomeação para a presidência do IPPAR do Dr. Elísio Summavielle, que durante uma década exerceu as funções de Sub Director-Geral da DGEMN, esperando que esse facto seja um bom augúrio no sentido de uma desejável articulação (e, porque não? até, de uma fusão) entre estas duas instituições, absolutamente essencial para assegurar uma gestão mais eficiente dos reduzidos recursos humanos e financeiros disponíveis, numa época de crise económica e de contenção das despesas públicas.

Apesar de todas estas dificuldades, graças ao empenhamento de um pequeno grupo de sócios que integram os corpos sociais, tem sido possível assegurar, ao longo dos últimos anos, a sua auto-suficiência financeira, graças a uma gestão eficaz dos recursos, por parte do tesoureiro, Dr. José Domingos, a quem manifesto publicamente o meu reconhecimento, por todo o apoio que tem dado a esta Associação, com sacrifício da sua vida pessoal e profissional. Aproveito também para manifestar um especial agradecimento ao nosso estimado consócio João Fernandes Gomes, Vice-Presidente da Direcção, desejando-lhe um rápido restabelecimento e o regresso ao nosso convívio.

Uma localização privilegiada e o facto de termos podido contar com um quadro de pessoal reduzido, mas muito motivado, têm-se também revelado factores decisivos para a sustentabilidade deste museu. Seria, no entanto, ilusório pensar que se encontram resolvidos todos os problemas. Precisamos, essencialmente, de espaço para instalar com dignidade as reservas, e a biblioteca, e ainda para exposições temporárias e outros serviços, que um público cada vez mais exigente espera encontrar hoje num museu. Julgamos, assim, que o trabalho desenvolvido, em prol da Cidade e do País, justifica plenamente a atribuição a esta Associação e ao seu Museu de novos espaços no convento do Carmo, logo que estes estejam disponíveis.

Saúdo também, na pessoa do Sr. Major Andrade, Director do Arquivo, Biblioteca e Museu da GNR, aqui presente em representação do Senhor General

Comandante-Geral, o recente início do processo que conduzirá à criação de um Museu da GNR no contíguo edifício do antigo convento do Carmo, e a abertura demonstrada pelo actual Comando a uma estreita colaboração entre os museus destas duas instituições, que há mais de 140 anos compartilham o espaço do antigo Convento do Carmo. Aproveito o ensejo para agradecer a recente colaboração prestada pela GNR, deslocando para instalações temporárias apropriadas o material diverso, pertencente a esta associação, que se encontrava armazenado nesta sala, sem o que não teria sido possível realizar aqui esta cerimónia.

Congratulo-me também pela próxima reabertura, prevista para o dia 19 de Dezembro, da ligação, ainda que provisória, entre o elevador de Santa Justa e o Largo do Carmo, após um década de encerramento. Esta ligação é absolutamente essencial para a auto sustentabilidade deste museu, pois permitirá que uma parte substancial dos cerca de 150.000 turistas que utilizam anualmente o elevador apenas como acesso ao mirador, possam também visitar as Ruínas do Carmo. Não posso, assim, deixar de felicitar a Câmara Municipal de Lisboa, a Carris, e a Imopolis pela sua articulação no sentido de resolver este problema, que se arrastava há já longos anos.

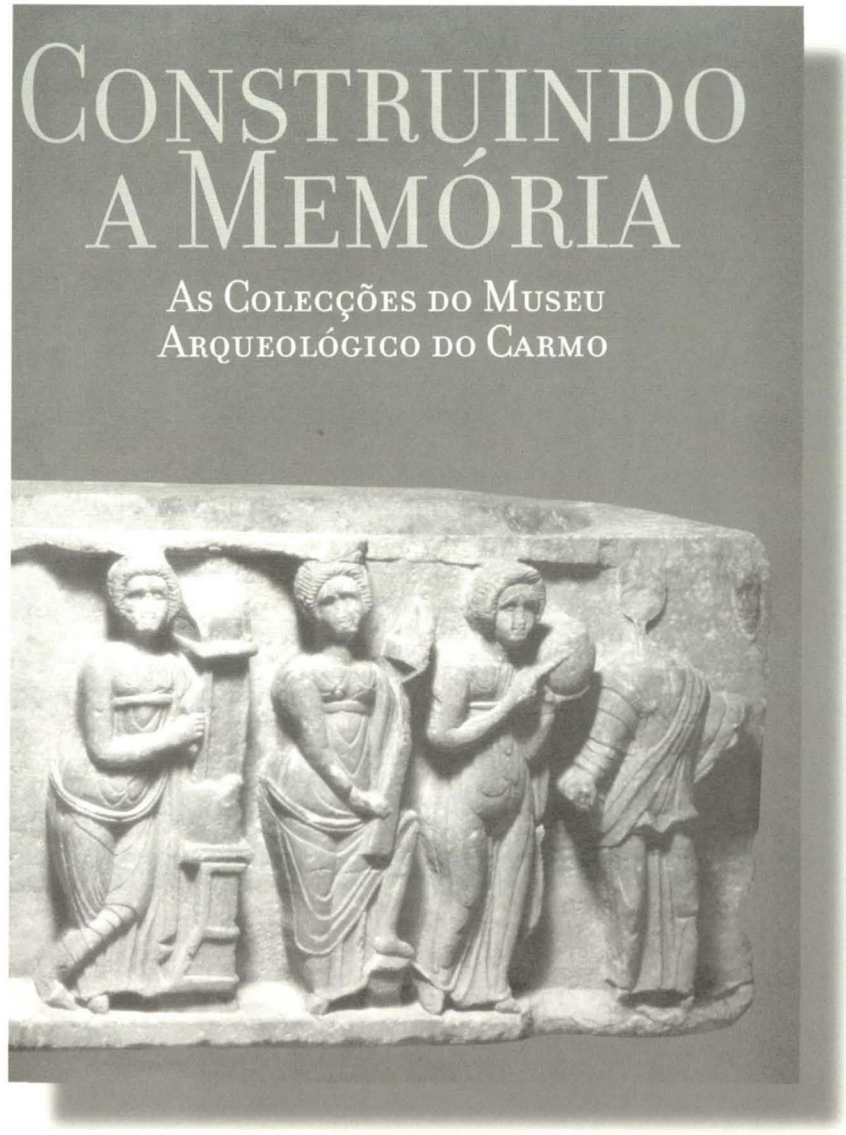
Assinalando simbolicamente a sua presença entre nós, a Assembleia-Geral desta Associação, por proposta da Direcção, decidiu atribuir ao Dr. Jorge Sampaio a qualidade de Sócio Honorário, cujo diploma e distintivo vão ser entregues pela Prof.ª Doutora Teresa Júdice Gamito, Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Resta-me agradecer a presença de todos, esperando que apreciem a obra agora lançada, e convidar-vos para um Porto de Honra.

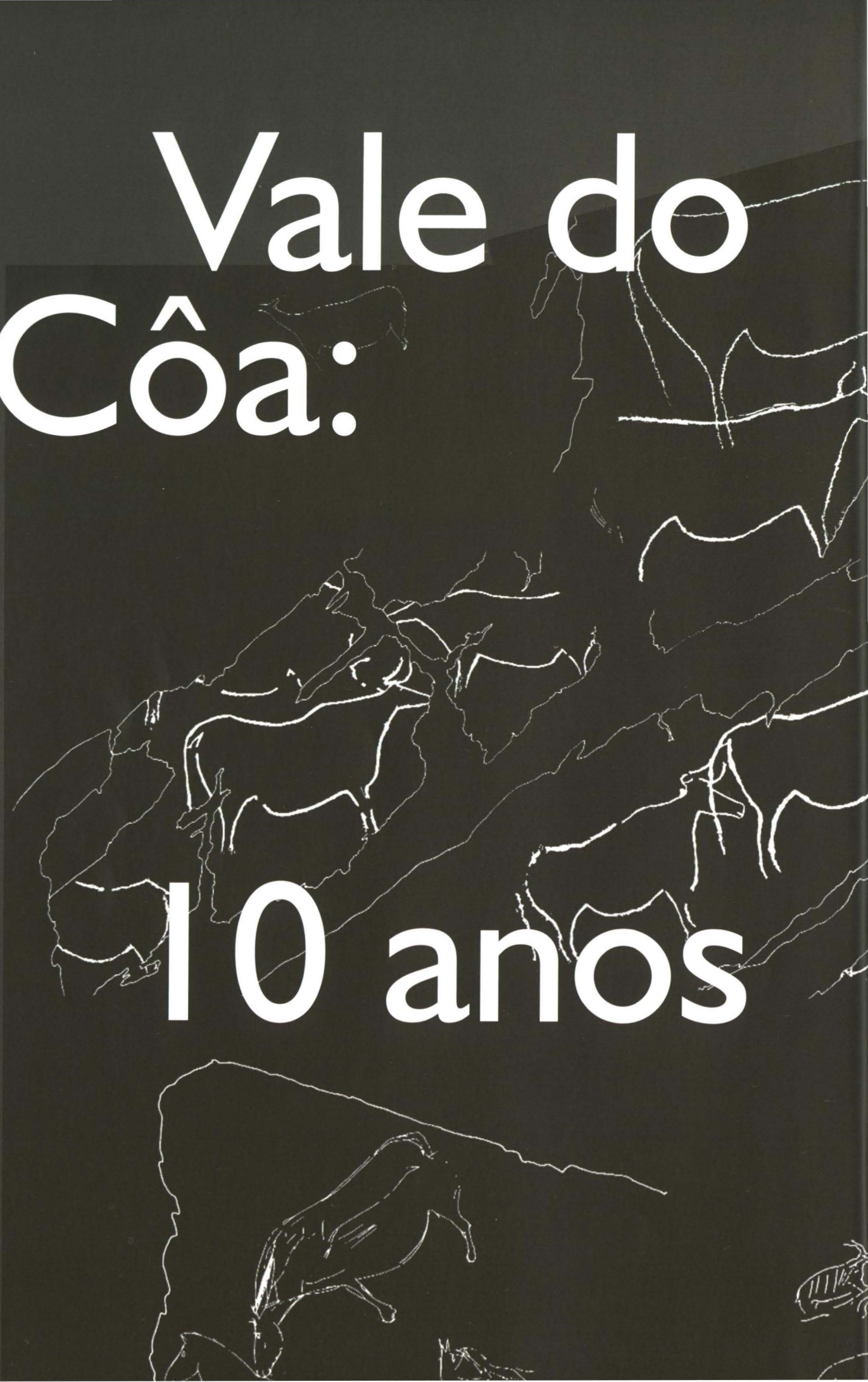
O Presidente da Direcção
José Morais Arnaud



Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, assinando o Livro de Honra da AAP, na presença da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof.ª Doutora Teresa Júdice Gamito, e do Presidente da Direcção


CONSTRUINDO
A MEMÓRIA
AS COLECÇÕES DO MUSEU
ARQUEOLÓGICO DO CARMO

Vale do Côa:



10 anos



Parque Arqueológico do Vale do Côa:

passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial

João Zilhão

Professor of Palaeolithic Archaeology
University of Bristol
Department of Archaeology and Anthropology
43 Woodland Road
Bristol BS8 1UU
United Kingdom
Joao.Zilhao@bristol.ac.uk

1. Introdução

Apresentada ao público e à comunidade científica em Novembro de 1994, a descoberta da arte rupestre paleolítica do vale do Côa data na realidade de 1991, ano em que pela primeira vez foi identificado o painel que viria a ficar conhecido como a Rocha 1 da Canada do Inferno. Quando a respectiva existência foi finalmente tornada pública estava já em construção, no quadro do plano de aproveitamento hidroeléctrico do rio pela EDP (Electricidade de Portugal), a barragem de Foz Côa. A ter-se concluído a obra, as rochas decoradas estariam hoje submersas a profundidades que na maioria dos casos atingiriam os 100 m. Porém, após uma longa campanha nacional e internacional, o governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 optou por abandonar a barragem e apoiar o projecto de criação de um Parque Arqueológico que permitisse conservar a arte in situ. Esta decisão pôs termo a um renhido debate político que envolveu o país inteiro e em que se entrechocaram concepções diferentes, por vezes opostas, de desenvolvimento económico e de preservação do património cultural (Jorge 1995). Sete anos depois, as circunstâncias históricas concretas em que nasceu e se desenvolveu o PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa) continuam a influenciar de forma muito marcada o seu presente e a condicionar fortemente o seu futuro.

Nota Prévia

Sobre o valor científico e patrimonial da arte do Côa, e as medidas de protecção e gestão tomadas para a valorização do sítio, publiquei oportunamente (isto é, ao longo do período em que na matéria tive responsabilidades de natureza científica ou administrativa) diversos artigos em revistas internacionais da especialidade. Sobre a controvérsia relativa a essas medidas que ao longo de anos foi alimentada, sobretudo na Internet mas com ecos ocasionais nos media portugueses, por indivíduos e grupos de amadores tão isolados quanto desinformados, dei também testemunho, já posteriormente à elaboração do texto que se segue, na revista «Public Archaeology» (vol. 3, 2004, p. 167-183 e 245-224).

Sobre o processo de salvaguarda da arte do vale do Côa, antes e depois de, em 1995, ser tomada a decisão de abandonar a construção da barragem, há uma história para fazer; não pretendendo enjeitar a parte de responsabilidade que me cabe na contribuição que terei de dar para essa história, entendo, porém, que não é ainda chegado o momento. Falta, por exemplo, que venha à luz o testemunho de certos protagonistas cruciais do período 1994-2002, nomeadamente entre os decisores de mais alto nível nas áreas política e empresarial, sem o que não é possível fundamentar de forma documentada a reflexão interpretativa sobre esse processo que, pese a distância (ou graças a ela!), não tenho deixado de ir fazendo.

Não querendo, apesar disso, deixar de aceitar o convite para integrar este volume que me dirigiu a Associação dos Arqueólogos Portugueses, instituição que desde muito cedo militou de forma empenhada pela preservação da arte do Côa, entendi que seria oportuno contribuir com o texto que se segue, o qual foi originalmente redigido no Verão de 2002 e corresponde à versão para actas de uma comunicação apresentada em 16 de Outubro de 2001 a um curso sobre arte rupestre organizado pela sede de A Coruña da UNED. Tendo permanecido inédito, o texto contém elementos de reflexão que, embora produzidos "a quente", na ressaca das decisões sobre a reorganização da administração do património arqueológico tomadas pelo governo saído das eleições de Março de 2002, não perderam, no essencial, actualidade. Aqui o deixo, sem qualquer modificação, tal qual o escrevi há cinco anos, na esperança de que possa vir a ter alguma utilidade para a reflexão colectiva, profissional e cidadã, sobre aquele que foi sem dúvida o acontecimento de maior relevância na arqueologia portuguesa do século XX: a descoberta e salvaguarda da arte rupestre do vale do Côa.

Lisboa, 1 de Junho de 2007

---

2. O monumento

O rio Côa é o primeiro grande afluente da margem esquerda do Douro em território português. Corre de sul para norte, atravessando terrenos graníticos em que se encaixa profundamente e que correspondem ao extremo ocidental da Meseta norte. Nos últimos 12 km (Fig. 1), porém, o substrato é constituído por xistos fracturados segundo planos verticais cujos afloramentos disponibilizam painéis de superfície mineralizada e resistente à erosão, "prontos a gravar", sobre os quais foram sendo acumuladas, ao longo de muitos milénios, as representações rupestres que constituem os diferentes ciclos artísticos representados no vale: paleolítico, neo-calcolítico, da Idade do Ferro, moderno e contemporâneo. Do ponto de vista geográfico, esta região do baixo Côa, com o seu clima mediterrânico muito seco, pertence ao Alto Douro, onde, nas últimas décadas, aproveitando os acentuados gradientes topográficos, se desenvolveram extensos aproveitamentos hidroeléctricos. Em consequência, uma parte significativa do curso terminal do próprio Côa encontra-se submergida, desde 1983, data de conclusão da construção da barragem do Pocinho, localizada no Douro, cerca de 8 km a jusante da confluência entre os dois rios.



Figura 1- Vista do vale do Côa desde o monte de São Gabriel sobre a Quinta da Ervamoira, entre Penascosa e Ribeira de Piscos (foto CNART).

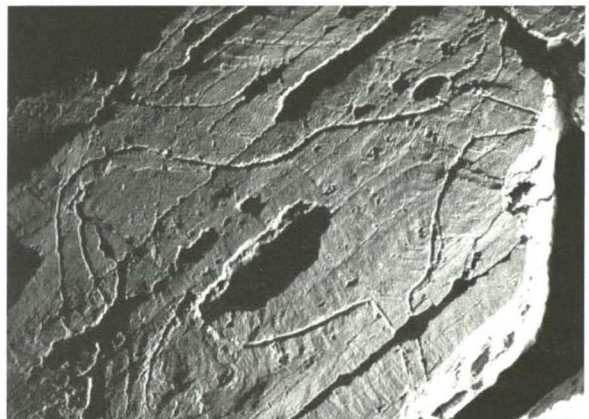


Figura 2 - Auroque da Rocha 11 da Canada do Inferno (foto CNART).



Figura 3 - Cavalo da Rocha 14 da Canada do Inferno (foto CNART).

No Côa e nas vertentes adjacentes da margem esquerda do Douro conhecem-se actualmente, distribuídos ao longo de cerca de 17 km, 22 conjuntos de rochas gravadas (Baptista 1983, 1999, 2001; Baptista e Gomes 1995; Zilhão 1997, 1998; Zilhão et al. 1997, 1998-99). 15 destes conjuntos, correspondendo a um total de rochas gravadas que, até meados de 1997, era de 194, possuem painéis com arte paleolítica. Admitindo que, destas 194 rochas, cerca de 80% conterão motivos paleolíticos, percentagem que é a que se apurou para a Canada do Inferno, pode estimar-se em cerca de 150 o número de paineis paleolíticos conhecidos no vale do Côa até 1997. Deve ter-se em conta, porém, que só na Ribeira de Piscos e na Penascosa, que foram já objecto de alguma prospecção sistemática visando a detecção de gravuras filiformes (as quais, quando patinadas ou cobertas de líquenes, são muito difíceis de detectar à luz do dia), é que os números conhecidos podem ser considerados próximos da realidade. Nesses dois sítios, as prospecções realizadas à noite mais do que duplicaram os inventários.

Na Canada do Inferno, a média de representações paleolíticas de animais figuradas em cada conjunto é, para os já decalcados, de 7 por rocha; na Penascosa, essa média é de 8,5. Aplicando qualquer um destes multiplicadores aos 150 painéis acima referidos, obtém-se um valor superior ao milhar para a quantidade de zoomorfos paleolíticos existente nas rochas inventariadas. Também este número, porém, é um valor mínimo , tanto mais quanto se tenha em conta que só mais recentemente é que começou o decalque dos complexos palimpsestos de Quinta da Barca e de Fariseu, onde há painéis que só à sua conta contêm muitas dezenas de figuras cada. Por outro lado, não pode nunca esquecer-se que os 17 km de paisagem artística paleolítica que o abandono da barragem de Foz Côa permitiu preservar para a posteridade não são senão a ponta do icebergue. Diversos e mutuamente concordantes testemunhos de populares sugerem, com efeito, que essa paisagem se estendia originalmente por todo o curso do Douro entre Pocinho e Barca d'Alva, antes da submersão das respectivas margens pelas albufeiras criadas no rio ao longo da segunda metade do século XX.

As espécies mais comuns na arte paleolítica do vale do Côa são os auroques (Fig. 2), os cavalos (Fig. 3), as cabras (Fig. 4), e os veados (Fig. 5). A não representação dos animais de clima frio que, por vezes, ocorrem nas grutas da região franco-cantábrica não pode de forma alguma ser considerada como uma anomalia. Na Península Ibérica do Paleolítico Superior, com efeito, bisontes, rinocerontes lanígeros, renas ou mamutes são



Figura 4 -Cabra-montês da Rocha 5B da Penascosa (foto CNART)



Figura 5 - Veado da Rocha 1 de Vale de Cabrões (foto CNART)

desconhecidos a sul da cordilheira cantabro-pirenaica. Para a execução das representações, os artistas paleolíticos do Côa recorreram ao picotado, à incisão filiforme, ao sulco abradido, e à raspagem, verificando-se por vezes a ocorrência combinada de duas ou mais destas técnicas para a execução de uma mesma figura. No caso da Faia, foi possível identificar restos de pintura a vermelho funcionalmente relacionados com a representação gravada de grandes auroques. É possível, portanto, que, originalmente, as figuras do Côa, que chegaram até nós como simples petróglifos, tenham estado tratadas cromaticamente, pelo menos em parte.



Figura 6 - Cena de acasalamento entre cavalos da Rocha 4 da Penascosa(foto CNART).



Figura 7 - Cabra de duas cabeças da Rocha 3 da Quinta da Barca (foto CNART)

Do ponto de vista estético e estilístico, a arte paleolítica do Côa apresenta com frequência uma característica particular, desconhecida na arte parietal franco-cantábrica: a associação de duas ou três cabeças ao corpo de um mesmo animal, na tentativa de transmitir a ideia de movimento. Por vezes, procurou-se representar o movimento descendente da cabeça, quando o animal se baixa para pastar, para beber ou, como na cena de acasalamento da Rocha 4 da Penascosa, para copular (Fig. 6); este tipo de animação ocorre sobretudo com cavalos, mas também se conhecem exemplos em que a técnica foi aplicada a auroques. Noutros casos, procurou-se representar o movimento de torção do pescoço, quando o animal se volta para trás, técnica que se aplicou quase exclusivamente a cabras (Fig. 7), embora se conheçam exemplos avulsos de veados e de auroques tratados dessa forma. O recurso a técnicas de animação está bastante bem documentado na Penascosa e na Quinta da Barca, embora também haja bons exemplos na Canada do Inferno, e parece exclusivo das figuras grandes e elaboradas.



Figura 8 - A Rocha 1 de Fariseu durante a escavação dos depósitos quaternários que cobriam a superfície decorada, Dezembro de 1999.



Figura 9 - Rocha 1 de Fariseu, sector esquerdo.

Os núcleos artísticos mais importantes (Penascosa/Quinta da Barca e Canada do Inferno) estão situados nos afloramentos que rodeiam as duas melhores praias fluviais do troço xistoso do vale. Parece difícil de evitar, assim, a conclusão de que, apesar de numa fase erosiva do final do Plistocénico ou do início do Holocénico ter destruído os vestígios de eventuais acampamentos, se trata, nestes casos, de uma arte relacionada com o habitat. Esta interpretação é confirmada pela descoberta, em Dezembro de 1999, do conjunto enterrado do Fariseu, onde painéis profusamente decorados de estilo paleolítico (Figs. 8-9) se encontram cobertos por níveis arqueológicos contendo ocupações do Gravettense e do Proto-Solutrense.

Há também figuras de grande dimensão, como os três auroques com cerca de 2 m que decoram o primeiro afloramento de tamanho apropriado que surge no Côa quando, ao viajar em direcção à foz, passada a confluência com a ribeira de Piscos, se penetra no canhão terminal. Dada a inclinação da vertente, estas figuras não podiam ser vistas de perto, pelo que parece inevitável concluir que se tratará, nestes casos, de marcadores territoriais cujo significado exacto (sinalização de caminhos, delimitação de fronteiras, indicação simbólica dos recursos económicos existentes ou do modo como a sua exploração deveria ser executada, etc.) permanece, pelo menos por enquanto, inacessível.

Inversamente, há figuras de pequena dimensão, geralmente filiformes, dispersas sem ordem aparente pelas encostas, decorando de modo quase indiscriminado os diversos afloramentos nelas existentes. O seu tamanho e posicionamento sugerem uma relação com comportamentos menos públicos do que os testemunhados pelas duas categorias anteriores. Do ponto de vista estilístico, enquanto as grandes figuras picotadas parecem ter sido executadas na sua quase totalidade durante o Gravettense ou o Solutrense, as pequenas figuras filiformes, por vezes preenchidas com gravado

estriado, parecem ser quase sempre do Magdalenense.

A ocupação humana do vale ao longo de todo o Paleolítico Superior está documentada de forma independente pela descoberta e escavação de mais de uma vintena de contextos de habitat característicos e bem conservados (Aubry 1998, 2001; Aubry e Baptista 2000; Aubry et al. 2002; Mercier et al. 2001; Zilhão 1997; Zilhão et al. 1997, 1998-99). A datação TL de quartzos e quartzitos queimados recolhidos em lareiras permitiu confirmar as cronologias entre o Gravettense antigo e o Magdalenense final inicialmente inferidas a partir das características técnicas e tipológicas dos conjuntos líticos. No nível gravettense do sítio de habitat de Olga Grande 4, com uma cronologia TL de 28 700 ± 1800 BP (isto é, equivalente a uma datação de radiocarbono de cerca de 25 000 BP), recolheram-se, aliás, testemunhos directamente relacionados com as actividades artísticas documentadas no vale. A análise funcional em "teste cego" de dois utensílios de quartzito (picos triédricos) comprovou que se tratava de objectos utilizados para picotar as paredes de xisto gravadas, facto tanto mais significativo quanto o sítio se encontra implantado no maciço granítico que enquadra os xistos cortados pelo baixo Côa. O nível forneceu também restos de colorantes, reforçando a ideia de que gravura e pintura se deviam associar de forma generalizada, embora essa associação se tenha perdido por razões tafonómicas (excepto no já referido caso único representado pelo painel de grandes cabeças de auroque da Faia).

A análise petrográfica dos restos líticos (utensílios, resíduos de talhe, material de enchimento de lareiras, etc.) recolhidos nestas jazidas, prova, por outro lado, a existência de redes de troca e circulação de indivíduos, ideias, matérias-primas e objectos envolvendo grandes distâncias. O sílex, por exemplo, não existe na região, e a sua origem pôde em certos casos ser retraçada até afloramentos terciários do litoral português situados a mais de 200 km de distância; noutros casos, as redes estendem-se na direcção oposta, para o interior da Península. A extensão geográfica destas redes de relacionamento torna compreensíveis os paralelismos estilísticos entre a arte paleolítica do Côa e a das regiões vizinhas, tanto mediterrânicas (Provença, Languedoc, Valencia, Andaluzia) como atlânticas (Astúrias, Cantábria, País Basco, Aquitânia).

A descoberta da arte do Côa tem assim uma importância científica só comparável à da descoberta de Altamira (Bahn 1995). Embora precedida de outros achados, isolados (como Mazouco, Piedras Blancas ou Fornols-Haut) ou formando concentrações importantes (como Domingo García ou Siega Verde), e tenha entretanto sido seguida, tanto em território português — Sampaio, Pousadouro, Fraga Escrevida, Ribeira da Sardinha, Ocreza (Zilhão 2001) — como espanhol — Cheles, no Guadiana (Collado 2001), Arroyo del Manzano, Toledo (Jordá et al. 1999) — de novas descobertas do mesmo tipo, que progressivamente vêm alargando a extensão do fenómeno a toda a Península, foi a descoberta do Côa que, pela sua dimensão e repercussão, acabou por se identificar com a autêntica revolução copernicana no entendimento do significado da mais antiga arte produzida pela Humanidade que essas primeiras descobertas vinham anunciando. Longe de ser a manifestação iconográfica de um comportamento de matriz exclusivamente religiosa, ligado às profundezas da terra e confinado às grutas, como se pensou durante mais de um século, da extensão, da quantidade e da qualidade da arte do Côa resultava necessariamente que a arte paleolítica teria sido executada predominantemente ao ar livre, abrangendo todo o território utilizado pelos caçadores paleolíticos e marcando as paisagens de outrora com conteúdos simbólicos. Por outro lado, a variação observada quanto às dimensões, à implantação e aos suportes sugere que, à semelhança do que tem sido documentado entre os caçadores-recolectores do presente etnográfico, a arte paleolítica devia igualmente ser portadora de uma multiplicidade de significados distintos. Tal como a arte do presente, a arte do Paleolítico só poderá ser adequadamente compreendida admitindo que se trata da expressão gráfica de ideias cujo fundamento tanto pode ter residido no plano económico como nos planos social, ideológico ou psicológico. O que implica, contra o que tem sido a tendência dominante na história da investigação, abandonar a busca redutora de explicações únicas e universais (arte religiosa, arte totémica, arte pela arte, arte xamanística, etc.) para um fenómeno que certamente foi muito complexo.

3. Protecção legal

No plano legal, as diversas acções levadas a cabo no primeiro quinquénio de vida do Parque, entre 1996 e 2000, foram enquadradas por uma série de diplomas entre os quais avultam:

a Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, publicada no Diário da República de 17 de Janeiro, pela qual se formalizava a suspensão da obra;

a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, publicada no Diário da República de 16 de Abril, pela qual se criava o programa PROCOA, com o objectivo de promover o investimento na região, definindo o turismo cultural em torno do património histórico e arqueológico como aposta estratégica para o desenvolvimento dos municípios limítrofes;

o Decreto-Lei n.º 117/97, publicado no Diário da República de 14 de Maio, que cria o Instituto Português de Arqueologia (IPA) enquanto direcção-geral do Ministério da Cultura encarregada da gestão do património arqueológico português, e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) como direcção de serviços do IPA dotada de estrutura administrativa e quadro de pessoal próprios;

o Decreto-Lei n.º 32/97, publicado no Diário da República de 2 de Julho, que classifica como Monumento Nacional o conjunto dos "Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa", entre os quais se incluem, além dos núcleos de arte rupestre identificados até então, sítios de habitat paleolíticos (Cardina/Salto do Boi) e estações de época mais recente (conjunto romano da Quinta da Ervamoira);

o Decreto-Lei n.º 50/99, publicado no Diário da República de 16 de Fevereiro, que suspende por um prazo de dois anos, enquanto é elaborado o Plano de Ordenamento, a aplicação dos Planos Directores Municipais na área do PAVC e sujeita esta última às medidas preventivas da Lei dos Solos.

A pedra de fecho do edifício de protecção jurídica da arte rupestre do Côa foi a inclusão da parte mais significativa do Monumento Nacional criado pelo Decreto-Lei n.º 32/97 — a arte rupestre pré-histórica — na Lista do Património Mundial da UNESCO. A candidatura foi apresentada pelo governo português em 24 de Junho de 1997, e viria a ser favoravelmente acolhida na reunião de Kyoto do respectivo Comité, em 2 de Dezembro de 1998, com base nos seguintes critérios:

Critério i:

The Upper Palaeolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development.

Critério iii:

The Côa valley rock art throws light on the social, economic, and spiritual life of the early ancestor of humankind in a wholly exceptional manner.

Este quadro de instrumentos legais de protecção consagra a irreversibilidade do abandono da barragem e garante a preservação do conjunto para efeitos de investigação e de usufruto pelo público. A aquisição em bloco dos terrenos em que se localizam os sítios arqueológicos e os conjuntos artísticos abrangidos pela classificação como Monumento Nacional está actualmente em fase de negociação com os respectivos proprietários. Pretende-se com essa aquisição dotar o Estado dos meios para assegurar de forma efectiva a aplicação do Plano de Ordenamento da área a proteger, a qual tem um perímetro de 86,5 km e corresponde a uma superfície de 208 km^2.

Esse Plano de Ordenamento deverá definir as regras a que obedecerá a exploração científica e económica do património do Parque de forma a que não seja posta em causa a conservação duradoura das gravuras, das rochas que lhes servem de suporte, e da paisagem que as enquadra e lhes dá significado. A sua elaboração, que começou a ser preparada logo em 1996, através de um protocolo de colaboração para o efeito estabelecido com o Instituto de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, foi finalmente viabilizada em 2001 com a aprovação da nova "Lei de Bases" do Património Cultural (Lei n.º 107/01, publicada no Diário da República de 8 de Setembro). Nela se define, de forma explícita, pela primeira vez no ordenamento jurídico nacional, a figura de "Parque Arqueológico", nos seguintes termos (nºs 4 e 5 do artigo 74º):

"Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estatica ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido".

Os nºs 7 e 8 do artigo 75º da mesma lei dispunham ainda que "com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, definidos no n.º 4 do

artigo 74.º, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico" e que "os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento". Em cumprimento destas disposições, foi elaborado e aprovado o Decreto-Lei n.º 131/02, publicado no Diário da República de 11 de Maio.

4. Princípios do modelo de gestão

Devido à total submissão dos responsáveis pela Cultura no governo que então cessou funções ao Ministério da Indústria (e, por via deste, à EDP), a argumentação avançada em 1995 pelos defensores do projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa acabou por ter de entrar igualmente no terreno em que era colocada pelos construtores da barragem: o do "desenvolvimento" económico, sobretudo o do desenvolvimento local. Procurou-se sobretudo, neste quadro, desmontar o carácter demagógico e ilusório da ideia segundo a qual a obra potenciaria uma melhoria de vida das populações da região, e opôs-se-lhe a ideia de que a exploração turística do património cultural representado pela arte do Côa é que, essa sim, permitiria um "desenvolvimento a sério". Houve, no entanto, alguns excessos, naturais no calor da polémica, que roçaram por vezes uma demagogia de sinal inverso, isto é, que à propaganda da barragem como o "milagre" que traria o progresso contrapunham as gravuras como sendo as verdadeiras portadoras do desejado enriquecimento da região.

Deste modo, a definição de uma estratégia para a criação do Parque passou, antes do mais, por uma recolocação da problemática ligada à preservação da arte rupestre do Côa nos seus termos correctos, hierarquizando convenientemente os diversos factores que justificavam a decisão tomada. Essa recolocação materializou-se em Memorando apresentado ao novo Ministro da Cultura em 14 de Dezembro de 1995, no qual se gizavam igualmente as linhas mestras do plano de montagem e organização do Parque Arqueológico e se definiam as respectivas metas e calendários (Zilhão 1998a). O respectivo ponto de partida foi, como não podia deixar de ser, o valor das gravuras como património nacional e mundial, devido à sua beleza, antiguidade e situação. Do ponto de vista científico, era o facto de se tratar na sua grande maioria de figurações de época paleolítica ao ar livre que as transformava, no que diz respeito à arte rupestre, no achado do século. Era antes do mais por isso que as sugestões de "compatibilização" entre barragem e gravuras avançadas pelos promotores da obra ao longo do ano de 1995 (todas elas mais ou menos inspiradas no que se pode designar como "paradigma Assuão") eram em primeiro lugar um profundo contra-senso. Proceder à sua remoção para um Museu ou para uma espécie de Disneylândia, ou afundá-las depois de devidamente "protegidas", seria amputar as gravuras do Côa daquilo que verdadeiramente lhes dava valor, destruí-las na sua essência, transformando o que era um património raro numa mercadoria vulgar.

Por muito grande que fosse o interesse regional da obra, portanto, o interesse da comunidade nacional e internacional no seu conjunto teria necessariamente de se lhe sobrepor. O facto de a legislação portuguesa, à semelhança do que acontece na maioria dos países, contemplar a preservação sem condições de sítios e monumentos considerados como de importância nacional resulta de uma consciência social, que foi traduzida na lei, de que essa preservação é necessária. Entre outras funções, o património histórico desempenha nas sociedades modernas um papel insubstituível de fornecimento de elementos de tradição e de memória imprescindíveis à construção da identidade e da personalidade da cidadania. É por isso que, por definição, património que não pode ser socialmente usufruído não é património. O argumento avançado por alguns defensores da obra segundo o qual, afundando as gravuras, se estaria na realidade a contribuir para a preservação desse "património", o único custo sendo o impedimento da sua visualização durante algumas gerações, correspondia assim, na realidade, a uma contradição nos próprios termos.

Esse argumento encontrava-se por outro lado condenado à partida por simples razões de natureza económica. Mesmo dando de barato que a submersão não causaria danos significativos às gravuras e seus suportes naturais, a reposição das condições topográficas anteriores à edificação da barragem, sem a qual a arte do Côa, mesmo após o termo do período de vida útil da obra, nunca mais poderia ser desfrutada, teria um custo elevadíssimo. Com efeito, para que de tal operação não viesse a resultar a danificação irreversível dos painéis que tivessem sobrevivido, o fundo da esvaziada albufeira teria de ser "decapado" sem recurso a meios

pesados ou mecânicos, ou seja, através da remoção cuidada, basicamente manual, de muitos milhões de metros cúbicos de lamas e detritos. Como é óbvio, a inclusão de tal operação nos cálculos custo-benefício da construção e exploração da barragem, e a imputação desses custos ao promotor da obra, fariam desta última um projecto economicamente sem sentido.

É certo que há situações em que o usufruto social de um determinado bem cultural no presente pode pôr em perigo a sua preservação futura. Os condicionamentos à respectiva fruição daí decorrentes devem ser inspirados, porém, pela mesma filosofia de garantia do direito ao usufruto social deste tipo de bens, neste caso pelo reconhecimento de que as gerações vindouras também são titulares desse direito. Aqueles que, ao longo de todo o ano de 1995, não se cansaram de invocar exemplos de remoção de originais ou de sua substituição por cópias em sítios ou monumentos estrangeiros (na sua maioria, aliás, de natureza ou importância não comparável) para justificar a solução que defendiam, estavam a incorrer, consciente ou inconscientemente, numa gritante desonestidade intelectual: é que, nos casos em que a comparação podia ser considerada pertinente, como o de Lascaux, as cópias tinham sido feitas para garantir a melhor preservação do original, não para viabilizar a sua definitiva destruição ou ocultação, como se pretendia fazer no vale do Côa!

Nas sociedades modernas, a consciência social que impõe a preservação do património artístico, cultural e histórico não tem só consequências no plano jurídico. Ela origina igualmente um grande interesse dos cidadãos pelo conhecimento directo do seu património, tornando possível que o seu usufruto constitua uma actividade económica de primeira importância, ao ponto de a dimensão dessa "indústria da memória" ser (tal como acontece com a da "indústria do entretenimento") um importante indicador de progresso. É neste aspecto que a descoberta da arte rupestre do Côa cria uma oportunidade de desenvolvimento para o país e para a região, mas não são os benefícios económicos da sua exploração que justificam em última instância a decisão de abandonar a construção da barragem. Essa decisão teria sempre que ser tomada, independentemente dos seus custos e benefícios económicos, porque se tratava de uma questão de civilização, e porque, através da legislação que promulgara e das convenções internacionais a que aderira, era essa a obrigação moral assumida pelo Estado português para com os seus cidadãos e os do espaço europeu em que se encontra inserido.

A definição das normas de acesso do público ao património arqueológico gerido pelo PAVC foi feita a partir destes princípios básicos. Ou seja, de que o Parque é criado tendo como prioridade primeira o estudo e conservação da arte rupestre; como prioridade segunda a disponibilização desse património ao público dentro de limites compatíveis com esses estudo e conservação; e como prioridade terceira a promoção do desenvolvimento económico da região. Em relação a este último aspecto, o modelo adoptado teve também em conta a experiência de outras regiões onde se desenvolveu um turismo de arte rupestre e de arqueologia paleolítica, como as de Les Eyzies (Périgord, França) ou Altamira/Santillana del Mar (Cantábria, Espanha). Dessa experiência resulta que o turismo cultural que nelas se pratica e que se pretendia incentivar no vale do Côa:

só pode fazer-se de forma racional e sustentada como complemento das actividades económicas tradicionais;

é um processo de longo prazo que depende em grande medida da iniciativa das próprias populações locais e não de intervenções milagrosas do poder central;

resulta num tipo de turismo em que o poder de atracção de visitantes reside na própria região como um todo, no que ela tem para oferecer ao visitante que o leve a querer fazer uma estada prolongada em zona afastada dos grandes centros urbanos, e não num turismo de passagem em busca de consumos efémeros.

Les Eyzies e Altamira são exemplos claros de como o aproveitamento dos fluxos turísticos gerados pelo património arqueológico para a promoção do nível de desenvolvimento das populações dependerá sempre muito mais da iniciativa local do que dos arqueólogos como investigadores, ou da arqueologia como departamento da administração do Estado. Por outro lado, nos casos citados, a situação presente é o resultado de muitas décadas de um processo evolutivo gradual, ao longo do qual as populações locais se foram elas próprias apercebendo do potencial económico de bens patrimoniais da importância de Altamira ou Lascaux, e em que a compatibilização de "conservacionismo" e "desenvolvimentismo" se pôde ir negociando sem rupturas dramáticas. No caso do Côa, porém, a génese do Parque Arqueológico está indissoluvelmente ligada a uma situação de grande conflitualidade política que, se por um lado permitiu, no imediato, a mobilização dos meios necessários para a montagem da respectiva infra-

estrutura em tempo recorde, criou por outro uma situação duradoura de enfrentamento. Umas vezes evidente mas sempre latente, esse enfrentamento tem oposto, de um lado, a administração central, representada pelos arqueólogos e outros interesses conservacionistas, e, do outro, a administração local, dirigida por indivíduos e forças políticas que se tinham muito fortemente comprometido com a opção de continuar a obra da barragem mesmo após o reconhecimento da importância patrimonial da arte rupestre que por ela seria destruída.

Do mesmo modo, não estando ainda concluída, à época em que se tomou a decisão de abandonar a obra, a operação de compra pela EDP das parcelas que viriam a ser submergidas pela albufeira, compra que vinha sendo efectuada por somas muito superiores ao real valor de mercado dos terrenos, um número significativo de particulares viu goradas as expectativas de rendimento imediato que a construção da barragem significava. Neste aspecto, aliás, deve igualmente ter-se em conta que o abandono da obra acarretava também, para a administração local, uma perda importante de receita futura certa (e não despicienda, para um dos mais pobres municípios do país), sob a forma do arrendamento que a EDP se havia comprometido a pagar anualmente. Para além de razões partidárias ou ideológicas, ligadas à prevalência, sobretudo entre os mais idosos, do conceito "desenvolvimento/progresso = grandes obras públicas", havia assim razões económicas reais que justificavam o descontentamento e oposição ao Parque Arqueológico de uma parte significativa da população local. Embora faltem estudos inequívocos, as opiniões emitidas nos media e as movimentações públicas ocorridas ao longo do ano de 1995 indicam que, no momento em que arranca o projecto de criação do Parque, a opinião pública local se encontraria dividida sensivelmente ao meio, a opção de preservar as gravuras sendo sobretudo defendida pelos sectores mais jovens e de mais alto nível educacional.

Entre muitos outros, esta situação criava em primeiro lugar um problema de segurança, agravado pela localização remota dos principais núcleos artísticos e pelo elevado nível de curiosidade pública. Nestas circunstâncias, mais ainda do que em situações normais, a danificação dos painéis, seja pela afectação da sua integridade física seja pela aposição de grafitos, era um perigo real, como aliás correctamente sublinhava o relatório elaborado a pedido do governo português, em Janeiro de 1995, pouco mais de um mês após a descoberta das gravuras, por um perito do ICOMOS (Jean Clottes) (Clottes 1998). Incompreensivelmente, porém, esse relatório concluía que, se os estudos geológicos por ele recomendados confirmassem que a submersão não afectaria as superfícies gravadas e seus suportes, e dadas as dificuldades em proteger eficazmente um património tão disperso, essa mesma submersão (ou seja, a construção da barragem) constituía, a longo prazo, a forma mais eficaz de defender a arte do Côa da vandalização.

Felizmente, o bom senso acabou por prevalecer, e o problema do vandalismo foi resolvido, no imediato, com a montagem de um esquema de vigilância permanente, assegurada por pessoal especializado, dos núcleos de mais fácil acesso, esquema que foi aliás implementado pela própria EDP, sob pressão dos protestos da comunidade arqueológica, logo a partir de Março de 1995. Uma vez tomada a decisão de abandonar a barragem e criar o Parque, a questão do vandalismo, sem deixar de ser devidamente considerada, foi reduzida à sua verdadeira dimensão, isto é, a de uma das componentes (por certo muito importante) de um problema mais geral de planeamento e ordenamento: o de como assegurar o usufruto pelo público da arte rupestre do Côa sem que desse mesmo usufruto pudesse resultar prejuízo para a sua conservação a longo prazo, isto é, para o seu usufruto pelas gerações vindouras.

5. Público e visitas

A solução adoptada (Fig. 10) foi a de montar um sistema de acesso condicionado, sistema que, por outro lado, se impunha quase naturalmente pelas dificuldades de acesso aos locais e pelos imperativos de preservação da paisagem envolvente, que desaconselhavam a construção ou asfaltamento de estradas e caminhos que viessem viabilizar um acesso de massas ao fundo do vale (Zilhão 1998b, 2000; Zilhão et al. 1999). Seleccionaram-se assim para abertura ao público, de entre as mais de duas dezenas de conjuntos de rochas gravadas, os três que sobressaíam pelas suas dimensões, pela qualidade das figuras, e pela espectacularidade do enquadramento paisagístico: de jusante para montante, a Canada do Inferno, a Ribeira de Piscos e o par Penascosa/Quinta da Barca (dois conjuntos situados em face um do outro, na margem direita e na margem esquerda do rio, respectivamente). Nestes três sítios, a intervenção musealizadora foi reduzida ao mínimo indispensável, em respeito pela filosofia de preservação

subjacente à decisão de criar o Parque Arqueológico: a de manter as gravuras no contexto que lhes dá significado, isto é, a de considerar que o monumento é o vale. Não foram por isso realizadas quaisquer obras de vulto nas zonas não afectadas pelas obras da barragem. O caso na Penascosa, por exemplo, apenas se recuperou um curral abandonado, com o objectivo de o fazer funcionar como abrigo para os guardas que asseguram a vigilância do local, e foram arranjados os caminhos e percursos utilizados pelos visitantes no interior da área vedada.

Por outro lado, nem todas as horas do dia são boas para a realização da visita (de manhã, por exemplo, as gravuras da Penascosa estão à sombra, o que dificulta a sua leitura), e a compreensão imediata das figuras torna-se difícil devido ao facto de os painéis frequentemente conterem sobreposições numerosas. Estes factos levaram à decisão de tornar obrigatório o acompanhamento das visitas por guias que conheçam bem os painéis e que tenham a formação suficiente para poder ajudar o visitante a descobrir por si próprio as gravuras e para lhe dar a informação contextual (arqueológica e antropológica) necessária à sua boa leitura, única forma de assegurar uma visita compensadora. Para o efeito, os próprios serviços do Parque organizaram cursos especiais de formação, com o apoio e reconhecimento oficial do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estes cursos permitiram formar o corpo de guias do Parque e ainda fornecer pessoal especializado às agências de viagens e empresas regionais de "Turismo de Aventura" que se têm vindo a desenvolver para explorar o potencial económico do património histórico e arqueológico do Douro superior.

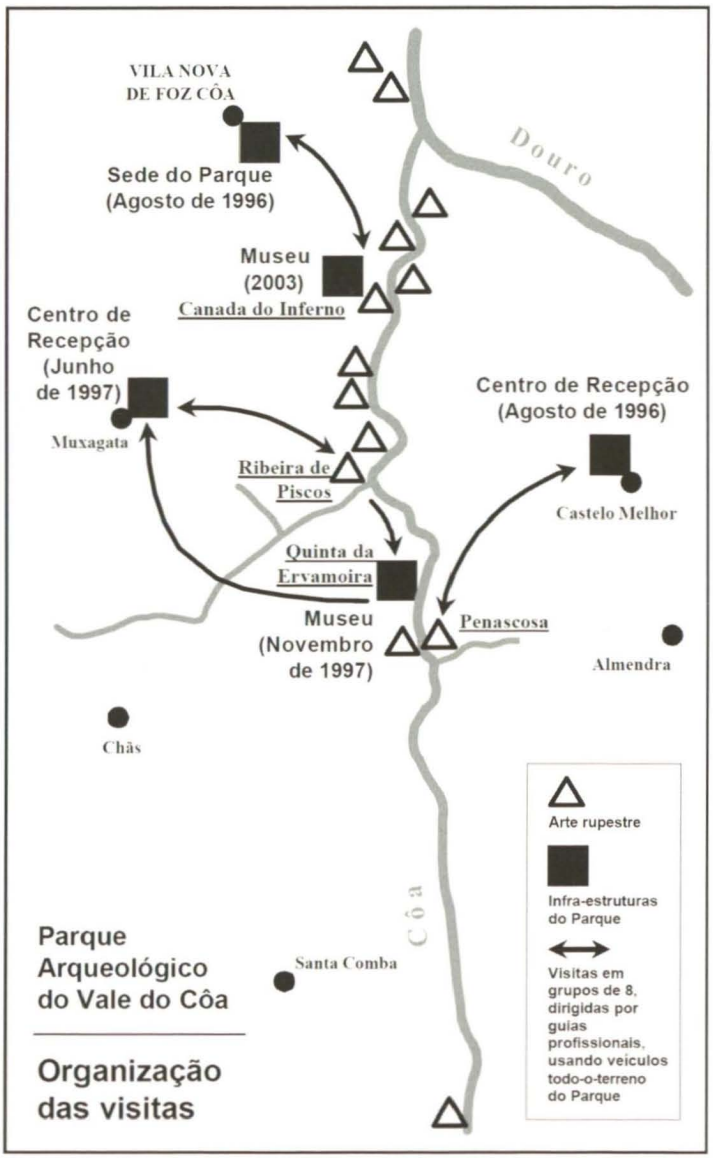


Figura 10 - Parque Arqueológico do Vale do Côa. Principais conjuntos de arte rupestre, infra-estruturas e sistema de visitas.

Este aspecto é fundamental, porque o facto de se tratar de gravura e não de pintura faz com que as figuras não tenham o impacto visual imediato que têm, só para dar um exemplo, os touros de Lascaux. No caso do Côa, a fruição, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista intelectual, é um processo mediato, que resulta de um trabalho de descoberta gradual, em que o visitante, antes de ver, tem de aprender a ver. Este facto leva a que, para além de guiadas, as visitas sejam organizadas em grupos pequenos, com um máximo de oito pessoas, e que tenha sido imposta a regra de em cada sítio não haver nunca mais de um grupo ao mesmo tempo. A cada membro do grupo de visitantes é emprestada uma pasta contendo fichas em que cada painel é desmontado nas suas componentes, analisado e explicado, de forma gráfica e acessível, de modo a que os visitantes possam seguir, individualmente, por si próprios, as explicações do guia.

O acolhimento aos visitantes é feito em Centros de Recepção localizados na periferia do Parque: em Castelo Melhor para as visitas à Penascosa e em Muxagata

para as visitas à Ribeira de Piscos, funcionando a sede do Parque em Vila Nova de Foz Côa simultaneamente como Centro de Recepção para as visitas à Canada do Inferno. Estes Centros dispõem de todas as infra-estruturas necessárias: balcão de venda de bilhetes e de recordações, fornecimento de refrescos, instalações sanitárias, etc. No seu interior, os visitantes dispõem ainda de informação sobre o vale e a sua arte, seja sob a forma de exposições seja sob a forma de apresentações HTML a correr em computadores pessoais postos à disposição do público. É a partir daqui que saem as viaturas todo-o-terreno do Parque que transportam os grupos de visitantes, não sendo autorizado o acesso aos sítios de viaturas particulares. No entanto, a pedido, o Parque tem também colaborado na organização de visitas especiais de grupos que se deslocam pelos seus próprios meios quando se trata de excursões a pé, em bicicleta de montanha, ou em canoa. Estas regras têm como objectivo desencorajar o trânsito automóvel e reduzir ao mínimo o impacte poluidor da circulação de grandes quantidade de pessoas por terras remotas e de grande valor paisagístico e natural. É também em função desse objectivo que as estradas de terra batida que conduzem às gravuras foram melhoradas o suficiente para que o acesso das viaturas do PAVC se faça em condições mínimas de segurança e conforto dos passageiros, mas evitando a sua transformação em corredores de penetração indiscriminada no vale.

A determinação do número máximo de visitantes que cada sítio pode acolher diariamente decorre dos limites impostos pela combinação destes critérios com os limites físicos impostos pela geografia da região (número de horas de iluminação, duração das viagens entre os pontos de acolhimento aos visitantes e os núcleos de arte, duração da visita) e pelas leis gerais do trabalho do país (horários dos guias, etc.). O Regulamento de visitas aprovado em 2001 fixava esses limites em 32 visitantes/dia na Canada do Inferno e na Ribeira de Piscos, e em 52 visitantes/dia na Penascosa. A existência destes limites determinou a montagem de um sistema de reservas antecipadas, para obviar à frustração que sempre acontece quando um turista individual, ou uma família, pretende realizar uma visita e, após percorrer algumas centenas de km, se depara com uma situação de esgotamento das vagas. Esse sistema, aconselhado para o caso dos particulares, é obrigatório para o caso dos grandes grupos, excursões e visitas escolares.

Em Novembro de 1997 foi inaugurado o Museu de Sítio da Quinta da Ervamoira. Embora de iniciativa e propriedade privada, este Museu está integrado no Parque Arqueológico e é visitável no âmbito de um programa alternativo oferecido pelo PAVC para o circuito da Ribeira de Piscos. Nele se apresenta ao público a arqueologia da estação romana existente na propriedade, bem como a etnografia da região, e se dão a provar e adquirir os seus produtos de alta qualidade, em particular o vinho.

O plano estratégico de desenvolvimento do Parque contemplava, desde o início, a construção de um Museu/Centro de Interpretação da arte rupestre do Côa, construção que por isso estava explicitamente contemplada na acima referida Resolução n.º 42/96, de 16 de Abril. O local escolhido para a implantação deste complexo, após ampla publicitação da ideia-base (a qual viria aliás a integrar a documentação de candidatura a património da humanidade submetida à UNESCO em 1997) era o rasgão aberto na margem esquerda do vale para receber o encosto da barragem abandonada. Esta opção permitia realizar em simultâneo a recuperação paisagística da área afectada pelo estaleiro das obras, junto aos sítios da Canada do Inferno e do Rego da Vide. Estes últimos encontram-se parcialmente submersos desde 1983, quando entrou em funcionamento a barragem do Pocinho, já no Douro, alguns km a jusante da foz do Côa. A ideia inicial contemplava também, por isso, a realização uma obra hidráulica que permitiria repor a situação original numa extensão de cerca de 1500 m, reemergindo completamente os dois sítios, que assim poderiam ser visitados como extensão ao ar livre do Museu. Com a entrada em funcionamento deste complexo, previa-se canalizar para ele a grande maioria das visitas, permanecendo em vigor (e sendo até eventualmente reforçadas) as restrições de acesso aos restantes sítios inerentes ao sistema de visita "em safari" praticado nos sítios de Penascosa e Ribeira de Piscos.

Lançado o competente concurso internacional, a elaboração do projecto foi adjudicada em finais de 1999. Retardada pelas dificuldades técnicas inerentes à solução escolhida e pela necessidade de manter os custos dentro do orçamento disponibilizado (cerca de 30 milhões de euros), que ditaram sucessivas revisões do programa inicial, a documentação correspondente ao respectivo Estudo Prévio foi apresentada em Março de 2002. A solução então apresentada conseguia manter os objectivos essenciais do projecto apesar de uma redução do volume construído e da eliminação de algumas valências (nomeadamente no que diz respeito à inclusão no complexo de alguns serviços administrativos),

ditadas pelos constrangimentos de financiamento. Pela mesma ordem de razões, a reemersão do fundo original do vale no troço imediatamente a montante era remetida para uma fase ulterior.

Desde a sua abertura formal ao público, em Agosto de 1996, o PAVC tem funcionado com a sua capacidade praticamente lotada. Com efeito, sendo o número anual máximo de visitantes decorrente das regras estabelecidas pelo Regulamento em vigor de 20-25 000, os números de visitantes efectivos têm oscilado em torno dos 18 000 por ano (ver tabela seguinte):

Visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa *

	1996-97 &	1998	1999	2000	2001
Portugueses	27 733	16 661	16 561	16 077	13 273
Estrangeiros	429	1411	1642	2262	2763
Total	28 159	18 072	18 203	18 339	16 036

* Fonte: serviços do PAVC
& 11 de Agosto de 1996 a 31 de Dezembro de 1997

O sucesso de público e o reconhecimento internacional que significou a classificação como Património Mundial permitiram também sarar muitas das divisões criadas na região e no país aquando da controvérsia de 1995 sobre o destino a dar à barragem entretanto abandonada. Um inquérito sociológico realizado por uma equipa da Universidade de Lisboa/ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) contém informações de grande interesse acerca do público que frequenta o Parque (Gonçalves 2001). Dado que o inquérito foi realizado no Verão (em Julho e Agosto) de 1997, do perfil obtido ficaram naturalmente excluídos os grupos escolares, que constituem uma parcela muito significativa das visitas realizadas nos meses de Outubro a Maio. Dos resultados do inquérito pode mesmo assim concluir-se que o público adulto que visita o Parque durante o período de férias do Verão:

é constituído em percentagem elevada por pessoas com formação de nível superior; 45% eram detentores de diploma universitário e outros 14% tinham frequentado o ensino superior sem o terem completado; este facto contribui certamente para explicar que cerca de 70% dos inquiridos fosse capaz de identificar correctamente, antes da visita, o período histórico a que pertenciam as gravuras (Paleolítico Superior);

é constituído em percentagem muito elevada por pessoas com hábitos prévios de visita a monumentos do património histórico ou arqueológico; 73% já anteriormente tinha visitado outros sítios arqueológicos, na maior parte dos casos ruínas romanas, e 56% declararam ter visitado pelo menos 40 outros monumentos ao longo dos últimos três anos;

considera-se em 98% dos casos "satisfeito" com a visita, e em 64% dos casos mesmo "muito satisfeito".

Um estudo de mercado encomendado pelos promotores de um projecto de Parque Temático sobre arte paleolítica a construir em Vila Nova de Foz Côa deu também informações de grande relevância para a compreensão da atitude da opinião pública em geral para com o Parque Arqueológico. O estudo foi feito em Outubro de 1997, pela empresa Sigma 2, tanto em Portugal como em Espanha, e permitiu concluir que:

em ambos os países, 50% dos inquiridos declararam ter visitado recentemente ("nos últimos anos") museus históricos ou sítios arqueológicos;

97% dos portugueses (e 17% dos espanhóis) sabiam da existência da arte rupestre do Côa; nas escolas secundárias, curiosamente, essas percentagens subiam para 100% em Portugal e para 41% em Espanha;

43% dos portugueses manifestavam-se "totalmente de acordo" com a decisão de abandonar a construção da barragem, 46% "parcialmente de acordo", e apenas 11% "totalmente em desacordo";

em média, numa escala de 1 a 5, os portugueses classificavam a importância da descoberta dos sítios do Côa em 4,03, e os espanhóis em 4,17;

essa descoberta era motivo de "grande orgulho" para 70% dos portugueses, e de "algum orgulho" para 26%.

Estes últimos valores são especialmente significativos se tivermos em conta as flutuações verificadas na opinião pública ao longo do ano de 1995, enquanto durou a controvérsia relativa à continuação ou abandono da construção da barragem de Foz Côa. Uma sondagem publicada no número de 8 de Junho de 1995 da revista Visão dava uma maioria de 55% contra 30% favorável à conservação da arte rupestre e ao consequente abandono da obra. Já depois de o novo governo ter decidido nesse sentido, porém, uma sondagem divulgada no programa televisivo Viva a Liberdade emitido a 16 de Janeiro de 1996 evidenciava uma inversão significativa das opiniões: 28% eram a

favor da medida e 39% contra, tendo a percentagem de indecisos aumentado dos 15% de sete meses antes para 33%.

O arranque do processo que conduziu a esta inversão corresponde ao da divulgação pela EDP, em princípios de Julho de 1995, dos resultados provisórios de estudos por ela encomendados a um conjunto de supostos peritos internacionais em métodos de datação absoluta de gravuras rupestres. Os resultados obtidos por dois deles (Robert Bednarik e Alan Watchman) foram utilizados pela EDP e por diversos responsáveis governamentais para pôr em causa a antiguidade e valor patrimonial da arte do Côa, por um lado, e, por outro, a competência profissional dos arqueólogos que vinham conduzindo, no campo científico, a campanha pela preservação da arte do Côa (Bednarik, 1995; Jorge 1995). Criou-se assim na opinião pública uma situação de grande confusão, que nem o grande relevo dado pelos meios de comunicação social à subsequente refutação desses estudos, no Congresso Mundial de Arte Rupestre realizado em Turim na primeira semana de Setembro de 1995, conseguiu dissipar.

Relembrar estes dados é necessário para se ter em conta que a decisão tomada pelo governo saído das eleições de 1995 não foi nem fácil, pelos custos económicos envolvidos (a indemnização paga à EDP pelo cancelamento do projecto foi de cerca de 125 milhões de euros), nem tão popular quanto se poderia supor. O conhecimento deste contexto torna claras a coragem política e a clarividência de que esse governo fez provas. Este papel crucial dos decisores políticos na salvaguarda da arte do Côa viria a ser explicitamente reconhecido pela *European Association of Archaeologists* ao galardoar em 1999 o Ministro da Cultura de Portugal, Manuel Maria Carrilho, com o seu *Archaeological Heritage Prize*, nesse ano atribuído pela primeira vez. Com efeito, só o empenhamento político ao mais alto nível neste projecto, traduzido na disponibilização de meios humanos e financeiros invulgares à escala nacional, permitiu à equipa que no terreno se encarregou da organização do Parque Arqueológico montá-lo e pô-lo em funcionamento, com todas as infra-estruturas acima descritas, num prazo inferior a dois anos e com o sucesso revelado pela reconquista de uma larga maioria de opiniões favoráveis entre o público (e não só entre o mais esclarecido ou mais interessado, como revelado pelos resultados do estudo de mercado a que acima se fez referência).

6. Futuro

Os factos acima expostos parecem à primeira vista justificar a conclusão deste balanço do projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa com uma nota de optimismo. Sendo certo que não há (ainda) razões para pessimismos, não é menos certo, porém, que alguns desenvolvimentos recentes constituem motivo sério de preocupação.

Os números de visitantes (ver tabela acima) indicam estabilização em patamares importantes, apesar do ligeiro decréscimo verificado em 2001, mostrando que o interesse pela arte do Côa não diminuiu e que, por outro lado, está em aumento constante o número de visitantes estrangeiros (na sua quase totalidade provenientes de outros países da União Europeia), que nesse ano representaram já 17% do total. Um inquérito aos visitantes realizado no mesmo ano no âmbito de uma dissertação de mestrado pelo University College de Londres (Batarda 2002) permitiu constatar não ter havido variações significativas nem nos perfis de público nem nos níveis de satisfação com a visita registados pela equipa do ISCTE no inquérito de 1997. O inquérito de 2001 incluía ainda uma questão relativa ao modo como um eventual aumento do número de visitantes poderia afectar a qualidade da visita. Significativamente, apenas 4% das respostas foram no sentido de que tal aumento não teria implicações a esse nível, contra 54% no sentido de que isso tornaria a visita "pior" e 42% no sentido de que isso tornaria a visita "muito pior".

Apesar da evidente satisfação do público e do aplauso unânime de todos os especialistas em conservação e gestão de sítios arqueológicos que por diversas vezes foram chamados a emitir opinião sobre o tema (duas Comissões de Peritos internacionais diferentes, em 1997; o Comité do Património Mundial da UNESCO em 1997 e 1998; uma reunião internacional de gestores dos sítios de arte rupestre na lista do património mundial realizada em Foz Côa em 1999 — Stanley-Price 2000), não têm cessado de aumentar as pressões sobre o Parque, sobretudo desde a mudança de governo ocorrida em Março de 2002, para que o sistema de visitas seja "liberalizado". Embora não formalizadas a nível oficial, essas pretensões são recorrentes nos discursos dos responsáveis pela administração local e em opiniões avulsas de que a imprensa regional periodicamente se faz eco. Basicamente, pede-se o asfaltamento das estradas para permitir o acesso irrestrito de viaturas particulares ao fundo do vale, a substituição do sistema

de acesso controlado, com acompanhamento, por um sistema de acesso livre ou, no mínimo, um aumento drástico do número de visitas e de visitantes e sua organização pela iniciativa privada local, não pelo Parque. Subjacente a este discurso está muitas vezes a argumentação, implícita ou explícita, de que o abandono da barragem representou uma perda económica significativa para a região, perda que teria de ser compensada pela maximização da exploração comercial da arte rupestre do vale.

Muitas vezes, porém, as críticas ao Parque são simplesmente o reverso da medalha dos benefícios que ao projecto trouxe a intensa politização do debate de 1995-1996 sobre a preservação da arte rupestre do Côa. Ataca-se o Parque ou aspectos da sua gestão apenas porque se é adversário do partido que ganhou as eleições de 1995 e pelo carácter emblemático de que se revestiu para essa governação a decisão de deixar de fazer a barragem para preservar as gravuras. A prevalência, sobretudo a nível local, desta lógica partidária, torna real o risco de que venham a ser viabilizadas ao nível da administração central mudanças significativas e prejudiciais no sistema de gestão do Parque por meras razões de cálculo político, sobretudo após o regresso ao governo das forças partidárias que promoviam a construção da barragem e que foram derrotadas nas eleições de 1 de Outubro de 1995. Esta possibilidade é tanto mais de ter em conta quanto uma das primeiras intenções para a área da Cultura anunciadas pelo governo eleito em Março de 2002 foi a de proceder à reconstituição de um organismo de gestão integrada do património arquitectónico e arqueológico, acabando em consequência com a administração autónoma da arqueologia criada em 1997, o IPA, do qual o PAVC depende. A concretizar-se, uma tal perda de autonomia não deixará de se repercutir de forma muito negativa na capacidade de fazer valer junto dos decisores políticos os argumentos de toda a natureza, e em particular de natureza técnica, que se opõem a qualquer cedência à estratégia (por outro lado perfeitamente suicida) de "matar a galinha dos ovos de ouro".

Os malefícios desta lógica são já aparentes na outra intenção igualmente anunciada pelo novo governo, a de abandonar o projecto de construção do Museu/Centro de Interpretação do Parque previsto para a Canada do Inferno. Esta infra-estrutura, dimensionada para receber um máximo de 200 000 a 300 000 visitantes por ano (valor para que apontava o acima referido estudo de mercado), é um elemento essencial para a dinamização do turismo cultural na região e para o incremento do número de visitantes do Parque tão reclamado pelas autoridades municipais e sectores afins da opinião pública local. Não deixa assim de ser curioso que tal anúncio não tenha suscitado quaisquer protestos oriundos desses quadrantes. As notícias vindas a público têm ido no sentido de que o abandono do projecto é devido a razões financeiras — a execução da obra proposta no Estudo Prévio entregue em Março de 2002 seria demasiado cara — mas, contraditoriamente, os novos limites orçamentais avançados são exactamente iguais aos antigos. Parece assim que a razão que verdadeiramente subjaz a esta mudança de planos residirá na preferência por uma localização da obra no interior do perímetro urbano, satisfazendo pretensões veiculadas a nível autárquico ou, mais prosaicamente, na exclusão do rasgo aberto na encosta do vale para receber o paredão da barragem do leque de opções de localização admissível para acolher o Museu. Sendo muitos dos ministros de 2002 repetentes do governo derrotado nas eleições de 1995, não se pode excluir, assim, que esta mudança seja antes do mais ditada pela preocupação de assegurar a manutenção em aberto da possibilidade de que, um dia mais tarde, a barragem de Foz Côa ainda possa vir a ser construída.

Um dos aspectos mais surpreendentes destes desenvolvimentos recentes é o apoio decidido que o abandono do projecto de construir o Museu do Parque na Canada do Inferno colheu junto da hierarquia do IPM (Instituto Português de Museus), o organismo do Ministério da Cultura responsável pelos museus do Estado. Em termos formais, com efeito, a decisão ministerial é tomada sob a forma de despacho favorável a uma recomendação oriunda da directora do IPM, Raquel Henriques da Silva. Datada de 28 de Maio de 2002, essa recomendação segue-se a diversas manifestações violentas de oposição ao projecto, tanto públicas como privadas, por parte dos directores de dois dos três museus de arqueologia estatais (o terceiro é o Museu Regional localizado em Braga, o qual, embora criado no papel há mais de vinte anos e já dotado de instalações e pessoal, ainda não abriu ao público): o director do Museu Nacional, em Lisboa, Luís Raposo, e o do Museu Monográfico de Conímbriga, Virgílio Hipólito Correia (Raposo 2001). Trata-se, nos dois casos, de profissionais oriundos da área da arqueologia sem qualquer formação na área da conservação ou da museologia mas que, apesar disso, não hesitaram em avocar para as suas opiniões uma autoridade técnica

(que presumivelmente entendem ser inerente à sua posição administrativa) que muito utilmente permitiu ao novo poder político fundamentar as suas decisões como baseadas na opinião dos peritos. Ironicamente, dado o balanço do IPM na área — ou seja, o facto de ser a instituição responsável pelo facto de, infelizmente, continuar a não existir em Portugal um único museu de arqueologia realmente digno desse nome — poderia aliás argumentar-se que a atitude do novo poder é perfeitamente justificada: quem melhor para sustentar que não se faça um museu que especialistas em não os fazer com tantas provas dadas na matéria?

A criação do Parque do Côa em 1996, e do IPA, em 1997, representaram uma verdadeira revolução no panorama da arqueologia portuguesa, cujos resultados estão à vista de todos. Paradoxalmente, a revelação das até então insuspeitadas forças da profissão tiveram o efeito contraproducente de durante algum tempo deixar na sombra as suas grandes debilidades. A principal, como posto de manifesto na forma contrastada como diferentes sectores da profissão reagiram ao anúncio, em Maio de 2002, das medidas do novo governo para a área da arqueologia, é o atraso na promoção a posições de responsabilidade na administração pública e no ensino superior da nova geração que maciçamente repudiou essas medidas. Essa geração, que hoje em dia corresponderá a 80% dos profissionais em actividade, foi já formada num meio em que a arqueologia se tornou uma actividade inteiramente profissional, de natureza preventiva, integrada de forma natural no planeamento urbanístico e na avaliação de impacte ambiental. Na sua esmagadora maioria, porém, esses profissionais exercem a sua actividade em empresas privadas ou instituições da administração local; nos museus, nos monumentos, na universidade, as estruturas de poder continuam a ser dominadas pela velha arqueologia, protagonizada por ex-amadores cujo entendimento da matriz científica da actividade é tendencialmente nulo e em cuja cultura profissional as questiúnculas pessoais e de carreira têm tendência a preponderar de forma absoluta sobre quaisquer outras.

Estas debilidades já existiam em 1995, e explicam o carácter muito minoritário de que, entre os arqueólogos, se revestia a oposição à barragem de Foz Côa ao longo das primeiras e difíceis semanas da campanha para salvar as gravuras. Embora, com o decorrer da campanha, se tenha acabado por conseguir uma posição de quase unanimidade no interior da profissão, essa divisão inicial ilumina de forma muito clara que a preservação da arte do Côa se deve muito mais ao peso decisivo da opinião pública do que ao lobby da opinião técnica. A este nível, e apesar do período de incerteza, se não mesmo retrocesso que, aparentemente, se anuncia nos tempos mais próximos para a arqueologia portuguesa (e, com ela, para a arte do Côa), as ilações do estudo do ISCTE acima citado constituem motivo de encorajamento e esperança.

Lisboa, Setembro de 2002

Bibliografia

AUBRY, Th. (1998) — Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. «Revista Portuguesa de Arqueologia», 1 (1), p. 5-26.

AUBRY, Th. (2001) — L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur in, ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Octobre 1998», Trabalhos de Arqueologia 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 253-273.

AUBRY, Th; BAPTISTA, A. M. (2000) — Une datation objective de l'art du Côa, «La Recherche», hors série nº 4, p. 54-55.

AUBRY, Th.; MANGADO, X.; SAMPAIO, J. ; SELLAMI, F. (2002) — Open-air rock-art, territories and modes of exploitation during the Upper Paleolithic in the Côa Valley (Portugal). «Antiquity», 76, p. 62-76.

BAHN, P. (1995) — Cave art without the caves. «Antiquity», 69, p. 231-237.

BAPTISTA, A. M. (1983) — O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa — (Vila Nova de Foz Côa). «Arqueologia», 8, p. 57-69.

BAPTISTA, A. M. (1999) — No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BAPTISTA, A. M. (2001) — The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal), in ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Octobre 1998», Trabalhos de Arqueologia 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 237-252.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) — Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 35 (4), p. 349-422.

BATARDA, A. (2002) — Visitor Management in Rock Art Sites. Two Case Studies in Northeastern Portugal: Côa Valley and Mazouco (manuscrito).

BEDNARIK, R. G. (1995) — The Côa petroglyphs: an obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock art. «Antiquity», 69, p. 877-882.

CLOTTES, J. (1998) — Rapport sur la découverte de Foz Côa (destiné à l'UNESCO et à l'IPPAR), in CLOTTES, J. — «Voyage en Préhistoire», Paris, La Maison des Roches, p. 143-147.

COLLADO, H. (2001) — New group of rock art sites in Spain: the petroglyphs of Manzanez Mill (Alconchel, Badajoz). «Rock Art Research», 18 (1), p. 60-61.

GONÇALVES, M. E. (ed.) (2001) — O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica, Lisboa, Edições 70.

JORDÁ, J.; PASTOR, F. J.; RIPOLL, S. (1999) — Arte rupestre paleolítico y postpaleolítico al aire libre en los montes de Toledo occidentales (Toledo, Castilla – La Mancha, España): notícia preliminar. «Zephyrus», 52, p. 281-296.

JORGE, V. O. (ed.) (1995) — Dossier Côa, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

RAPOSO, L. (2001) — Vale do Côa: Museu Ou Luna-parque?. «Público», 21 de Novembro.

STANLEY-PRICE, N. (2000) — Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List. A report on the Côa Valley symposium, 1999. «Conservation and Management of Archaeological Sites», 4, p. 57-58.

MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FROGE, L.; JORON, J.-L.; REYSS, J.-L.; AUBRY, Th. (2001) — Application de la méthode de la thermoluminescence à la datation des occupations paléolithiques de la Vallée du Côa, in ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (eds.) — «Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la Comission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, Octobre 1998», Trabalhos de Arqueologia 17, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 275-280.

ZILHÃO, J. (ed.) (1997) — Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório científico ao governo da República Portuguesa elaborado nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 4/96, de 17 de Janeiro, Lisboa, Ministério da Cultura.

ZILHÃO, J. (1998a) — A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Princípios, acções imediatas e estratégia, in «Encontros 100 Anos de Arqueologia 'O Archeólogo Português' – Actas», Vila do Conde, Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, p. 177-182.

ZILHÃO, J. (1998b) — The rock art of the Côa valley, Portugal. Significance, conservation and management. «Conservation and Management of Archaeological Sites», Londres, 2 (4), p. 193-206.

ZILHÃO, J. (2000) — La puesta en valor del arte rupestre del valle del Côa (Portugal). «Trabajos de Prehistoria», 57 (2), p. 57-64.

ZILHÃO, J. (2001) — Le Paléolithique supérieur du Portugal. Bilan quinquennal 1997-2001, in UNION INTERNATIONALE DES SCIENCES PREHISTORIQUES ET PROTO-HISTORIQUES, COMMISSION VIII — «Le Paléolithique Supérieur Européen. Bilan Quinquennal 1996-2001», Liège, Études et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège, 97, p. 161-171.

ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F. (1999) — L'art rupestre de la vallée du Côa. Aperçu général des problèmes de recherche et de gestion. «Anthropologie et Préhistoire», 110, p. 47-59.

ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1997) — The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context. «Journal of European Archaeology», 5 (1), p. 7-49.

ZILHÃO, J.; AUBRY, Th.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1998-99) — Art rupestre et Archéologie de la Vallée du Côa (Portugal). Premier bilan. «Préhistoire Anthropologie Méditerranéennes», 7-8, p. 89-117.

L'art du Côa: une découverte majeure

Dominique SACCHI

Centre de Recherches sur la Préhistoire et la Protohistoire de l'aire méditerranéenne - UMR 5608 du CNRS, 39 allées Jules Guesde, 31000 Toulouse, Dominique.sacchi@wanadoo.fr

La recherche archéologique est, de temps à autre, marquée par des découvertes aussi exceptionnelles qu'inattendues. Les informations qu'elles véhiculent viennent parfois bouleverser des conceptions qui paraissaient solidement établies. Elles modifient les opinions bien souvent édifiées sur une documentation lacunaire. Si, en fin de compte, ces données nouvelles laissent entrevoir tel ou tel aspect du passé de l'humanité jusqu'ici demeuré dans l'ombre, il arrive que la communauté scientifique n'en saisisse pas immédiatement toute la portée, qu'elle les observe prudemment sans leur accorder d'emblée la place qui leur revient. Tel est le cas de l'art paléolithique à l'air libre dont la reconnaissance tardive, plus d'un siècle après la découverte de la grotte ornée d'Altamira, constitue un acquis majeur de la recherche préhistorique.

C'est ainsi que de 1981 à 1988, du versant nord des Pyrénées méditerranéennes à la cordillère Bétique et de la Meseta septentrionale au bassin du Douro, des prospections, généralement conduites dans le but d'effectuer des inventaires archéologiques territoriaux, aboutirent à la reconnaissance de représentations animalières, gravées au flanc de rochers de schiste exposés à la lumière du jour. Le fait n'avait en soit rien de surprenant, car le monde recèle d'innombrables images rupestres gravées ou peintes à ciel ouvert, mais celles-ci frappèrent, par leur singularité, les archéologues amenés à les observer pour la première fois. Elles se distinguaient radicalement de celles que l'on rencontrait jusque-là. On ne pouvait les confondre, tant au niveau du répertoire que de la forme, avec les pétroglyphes protohistoriques. Elles n'offraient rien de commun avec ces scènes de chasse ou de combat guerriers, ces motifs anthropomorphes et zoomorphes schématisés, peints ou gravés par des générations de pasteurs et d'agriculteurs depuis le néolithique jusqu'à l'avènement des temps historiques. En revanche, elles évoquaient précisément les dessins paléolithiques. Elles se rapprochaient de manière flagrante des représentations animalières tracées par les chasseurs de l'Europe des temps glaciaires sur les parois des grottes et des abris et sur certains objets de la vie quotidienne.

Cependant, les premières études consacrées aux rochers gravés découverts durant les années quatre-vingt à Domingo Garcia (El Cerro de San Isidro, Segovia)[1], Mazouco (Freixo de Espada à Cinta)[2], Fornols-Haut (Campôme, Pyrénées-Orientales)[3], Piedras Blancas (Escullar, Almeria)[4] et Siega Verde (Villar de la Yegua et Villar de Argañan, Salamanca)[5], citées ici dans l'ordre de parution des publications princeps, furent accueillies dans une relative indifférence. Il fallut attendre 1994 et la divulgation du complexe rupestre du Côa[6], inscrit en 1998 au patrimoine mondial de l'humanité par l'UNESCO, mais alors menacé d'engloutissement par la construction d'un barrage hydroélectrique, pour que les préhistoriens de l'art prennent enfin conscience de la réalité et de l'importance du phénomène. L'ampleur du décor édifié sur les berges de l'affluent du Douro obligeait, après d'âpres discussions, à se rendre à l'évidence: l'homme du pléistocène supérieur avait bien produit des images au grand jour, et quelques-unes d'entre elles, mieux protégées des agents naturels de destruction, étaient parvenues jusqu'à nous. De même qu'il avait fallu se défaire de l'idée naïve, mais tenace, d'un homme préhistorique troglodyte, d'un chasseur des temps glaciaires contraint de trouver refuge dans des cavités naturelles, il convenait à présent d'admettre que le champ d'action des artistes paléolithiques s'ouvrait également aux dimensions du monde extérieur.

En 1999, la mise au jour de la roche 1 de Fariseu (Foz Côa)[7], recouverte par des dépôts archéologiques au contenu clairement identifié, venait mettre un terme à la controverse entretenue par les rares partisans de l'âge tardif des gravures du Côa et de prétendues datations directes. Elle validait le diagnostic établi par l'analyse comparative des thèmes animaliers communs à l'art quaternaire d'Europe occidentale, de

[1] E. Martin, J. A. Moure, El grabado de estilo paleolítico de Domingo Garcia (Segovia).
Trabajos de Preistoria 38, Madrid, 1981, p. 97-108 ; S. Ripoll López y L. J. Municio González (sous la direction de), Domingó García Arte Rupestre Paleolítico al aire libre en la meseta castellana, Arqueología en Castilla y León, memorias 8, 1999, 278 p.

[2] S.O. Jorge, V.O. Jorge, C.A.F. de Almeida, M. de J. Sanches, M.T. Soero, Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). Arqueología, n° 3, Porto, 1981, p. 3-12.

[3] D. Sacchi, L'art paléolithique de la France méditerranéenne, musée des Beaux-Arts de Carcassonne (préface de A. Leroi-Gourhan), 1984, 52 p. ; D. Sacchi, J. Abelanet, J.-L. Brulé, Y. Massiac, C. Rubiella, P. Vilette, Le rocher gravé de Fornols-Haut à Campôme, Pyrénées-Orientales, France. Etude préliminaire, actes du 1er congrès international d'art rupestre, Zaragoza-Caspe, 30 octobre - 2 novembre 1985, Bajo Aragon Prehistorica VII-VIII, (1986-1987), 1988, p. 279-293 ; Sacchi D., avec la collaboration de J. Abelanet, J.-L. Brulé, Y. Massiac, Rubiella et P.Vilette, Les gravures rupestres de Fornols-Haut, Pyrénées-Orientales, L'Anthropologie, t.92, 1988, n°1, p. 87-100.

[4] J. Martinez Garcia, - Un grabado paleolítico al aire libre en Piedras Blancas (Escúllar, Almería), Ars Praehistorica, V-VI, 1986/1987, p. 49-58.

[5] R. de Balbín Berhmann, J. Alacolea González, M. Santoja, R. Pérez Martín, Siega Verde (Salamanca) Yacimiento artístico paleolítico al aire libre, Del Paleolitico a la Historia, Museo de Salamanca, 1991 : 33-48 ; J. J. Alcolea González – R. de Balbín Behrmann, Arte rupestre al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca, Arqueología en Castilla y León, 16, 2006, 422 p.

[6] LN. Rebanda, Barragem de Vila Nova de Foz Côa Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre, Jornal IPPAR, Lisbonne, mai 1999 repris dans Boletim Universitade do Porto, n° 25, juin 1995 : 11-16 ; V. Oliveira Jorge (coordinateur), Dossier Côa, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1995, 592 p. ; J. Zilhão (coordinateur), Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996, Ministério de la Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1997, 453 p. ; A. Martinho Baptista, No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos di Vale do Côa, Centro Nacional de Arte Rupestre, Vila Nova de Foz Côa, 1995, 186 p.

[7] T. Aubry, Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa, in Sacchi D. (dir.), Actes du colloque l'Art paléolithique à l'air libre. Le paysage modifié par l'image, Tautavel-Campôme, 7-9 octobre, GAEP édit., Carcassonne, 2002, p. 25-38.

leurs styles et de leurs factures. Plus encore, les fouilles entreprises en 2005 sur ce même site[8], à la faveur d'une nouvelle baisse artificielle des eaux, conduisaient à la découverte d'une soixantaine de plaquettes de schiste finement gravées. Les figurations qu'elles contiennent offrent des termes de référence décisifs pour une estimation chronologique de l'ultime phase d'un décor édifié dans le long temps. Il se confirme en effet que l'emprise symbolique exercée sur ce territoire se manifesta depuis l'époque de la culture gravettienne jusqu'à la fin du Magdalénien.

Le complexe rupestre du Côa permet donc d'affirmer que les manifestations graphiques à l'air libre ne sont pas un mode d'expression tardif de l'art paléolithique, qu'elles ne constituent pas un substitut à l'art des grottes. On peut ainsi envisager que chaque type de lieu investi - grotte profonde épisodiquement visitée, abri périodiquement occupé, vallée et montagne fréquentées à certaines saisons - répondait à une fonction spécifique, sans pour autant que l'on soit en mesure de définir précisément la nature de chacune d'elle. Les images inscrites dans le paysage, exposées à la vue de tous, répondaient-elles à un système signalétique? Il semble difficile de s'engager dans cette voie, car, mises à part les grandes silhouettes animales, visibles d'assez loin, la majorité des gravures du Côa ne peuvent se lire qu'à proximité immédiate de la paroi, en raison de leurs faibles dimensions et de la finesse de leur tracé. Ces figurations constituaient-elles le versant profane d'un art dont l'aspect religieux se serait exprimé sous terre, à l'abri des regards ? Cette hypothèse demeure invérifiable.

En revanche, et quel que soit sa fonction réelle ou supposée, on peut avancer que l'art paléolithique à l'air libre constitue l'une des formes d'expression de la spiritualité et du mode de communication d'*Homo sapiens*, qui ne s'est pas contenté d'enfouir des images au sein d'un monde obscur et souterrain et de donner du sens à des objets, mais a éprouvé la nécessité d'investir symboliquement le paysage[9]. Bien qu'ils ne représentent à ce jour qu'un faible pourcentage de l'ensemble des images connues, ces décors à ciel ouvert, particulièrement exposés à l'agression de l'érosion, furent sans aucun doute une composante commune et permanente de l'art monumental paléolithique, plus ubiquiste qu'il n'y paraissait naguère. Les recherches futures nous fourniront très certainement d'autres exemples de ces ornementations rupestres de par le monde. Mais c'est le Côa qui nous offre, avec ses 380 roches gravées paléolithiques actuellement recensées, le plus bel ensemble connu, dans un contexte archéologique sans équivalent.

Dix ans après la fondation du Parc archéologique de la vallée du Côa, dont les concepteurs surent éviter le piège du centre d'attraction touristique en permettant aux visiteurs, répartis en petits groupes, une approche éclairée par les commentaires de guides compétents, il convient de ne pas oublier que la sauvegarde de ce patrimoine exceptionnel fut obtenu de haute lutte. Il faut se souvenir que sa protection, sa mise en valeur et la programmation de son étude auraient été impossibles sans la mobilisation de l'opinion publique portugaise dans toute sa diversité sociologique. En cette date anniversaire, souvenons-nous que cette victoire du «pot de terre contre le pot de fer» n'aurait pas eu lieu sans une juste et courageuse décision politique, expression exemplaire d'une jeune démocratie fière de ses convictions et comptable de ses richesses culturelles. A l'invitation de collègues portugais j'ai pu me joindre, en juin 1995, au mouvement de défense de cette juste cause. En janvier 1997, je participais aux travaux de la Commission internationale d'experts conviée par le Ministre de la Culture de la République du Portugal. Ces moments demeurent parmi les plus exaltants qu'il m'a été donné de vivre au cours de ma carrière d'archéologue. Il faut encore souligner que, dans sa dynamique, «l'affaire du Côa» devait conduire, en mai 1997, à la création de l'Institut Portugais d'Archéologie, et, sous l'impulsion du préhistorien João Zilhão qui en assura la direction jusqu'en mai 2002, à la restructuration de la recherche archéologique portugaise.

C'est à cet élan que l'on doit la poursuite des relevés des roches gravées et parfois peintes et les prospections systématiques effectués par António Martinho Baptista, directeur du Centre Nacional de Arte Rupestre, et ses collaborateurs. C'est dans cette continuité que s'inscrivent l'étude des lieux d'occupations saisonnières, révélés par les fouilles dirigées par Thierry Aubry, Technicien supérieur à l'IPA, et les

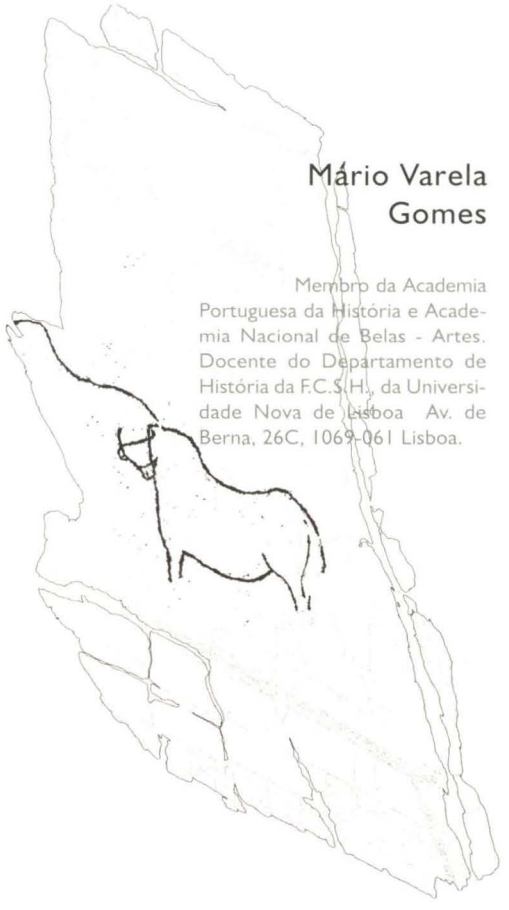
[8] T. Aubry, Intégration chronologique, spatiale et fonctionnelle des manifestations graphiques de la vallée du Côa dans le registre archéologique du paléolithique supérieur, Arte rupestre al aire libre. Investigación, protectión, conservación y difusión, Salamanca 15-17 de junio de 2006, résumés des communications, p. 27.

[9] Sacchi D. (dir.), actes du colloque l'Art paléolithique à l'air libre. Le paysage modifié par l'image, Tautavel-Campôme, 7-9 octobre, GAEP édit., Carcassonne, 2002, 247 p.

recherches entreprises par les archéologues du Parc [10]. C'est encore dans ce prolongement qu'a été conçu le projet, en voie de réalisation, d'un musée d'art et d'archéologie, au sein d'un territoire marqué, de manière si évidente, de l'empreinte esthétique, symbolique et matérielle de l'homme du paléolithique supérieur.

Il faut maintenant souhaiter, qu'au-delà de la commémoration de la découverte d'un patrimoine exceptionnel et de son exemplaire sauvegarde, les équipes chargées de son étude obtiennent les moyens nécessaires à la poursuite de leurs travaux et au développement de leurs recherches.

[10] Les premiers résultats des recherches en cours furent récemment exposés par A. Martinho Baptista et ses collaborateurs, par T. Aubry, par A. P. Batarda Fernandes et par L. Luís, archéologues du PAVC, lors du colloque international Arte rupestre al aire libre. Investigación, protectión, conservación y difusió qui s'est tenu au mois de juin 2006, à Salamanque, à l'initiative de R. de Balbín Behrmann, professeur à l'Université de Alcalá de Henares.



Mário Varela Gomes

Membro da Academia Portuguesa da História e Academia Nacional de Belas - Artes. Docente do Departamento de História da F.C.S.H., da Universidade Nova de Lisboa Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa.

A arte, paleolítica e epipaleolítica, do Vale do Côa: o que ainda não foi dito?*

"Quando Gregor Samsa despertou, certa manhã, de um sonho agitado viu que se transformara, durante o sono, numa espécie monstruosa de insecto."

(Franz Kafka, in *Metamorfose*)

1. A inesgotabilidade da interpretação

A construção de modelos que interpretam o passado das sociedades humanas tem vindo a suceder cada vez mais com maior rapidez, padecendo aqueles de verdadeira efemerização, reflectindo tanto a fragilidade das argumentações como o grande vigor da investigação. Trata-se, afinal, da constante metamorfização, existente em todas as ciências vivas, decorrente da generalizada curiosidade e da avidez de conhecimento que se devem traduzir na prossecução de bem-estar físico e psicológico, tão caracterizadores da nossa espécie.

Como é bem sabido de todos, até o que parecem verdades insofismáveis, correspondendo a construções teóricas que se julgam bem alicerçadas, por vezes são rapidamente remetidas para a historiografia das ideias.

Também a nossa interpretação do passado pré-histórico tem mudado, ou metamorfisando-se se quisermos, não só devido ao que chamamos evidências arqueológicas ou informação empírica, como a diferentes posicionamentos metodológicos e técnicos, motivados por novos comportamentos ou atitudes, nomeadamente ideológicos que, constantemente, conduzem à reformulação dos modelos históricos e à edificação científica. Assim, assistimos, nos últimos trinta anos, à completa renovação da Pré e Proto-História do Ocidente Peninsular, com

* Comunicação apresentada à secção de Pré-História, em 5 de Novembro de 2004, em resposta a convite efectuado pelo seu presidente, Doutor João Pedro Cunha Ribeiro, a quem publicamente agradecemos tal oportunidade.

diferente profundidade, consoante os períodos e as regiões, mas a que não ficou incólume o estudo da arte rupestre ao ar livre. E se foi, de facto, aquele domínio que ofereceu maior número e variedade de novos testemunhos, como bem ilustram os achados de monumentais complexos artísticos, no Vale do Tejo, no Vale do Côa e Vale do Guadiana, ou nas vertentes da Serra da Estrela, ele não despertou o interesse de maior número de investigadores, continuando, entre nós, quase sem os necessários cultores, apesar dos imensos estímulos intelectuais que podem proporcionar tais acervos, dada a enorme panóplia de áreas do conhecimento que com eles devem interagir.

Recordemos que só em 1963 se reconheceram os primeiros testemunhos de arte paleolítica em Portugal, as pinturas e algumas gravuras da gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), ampliados por descobertas ulteriores, tendo surgido a superfície decorada de Mazouco em 1981 e a rocha 1 da Canada do Inferno no Vale do Côa, em 1991, embora o importantíssimo ciclo artístico ali patente tenha sido identificado apenas a partir de 1994. Não obstante, a arte paleolítica, parietal e móvel, hoje distribui-se, com diferente densidade, de norte a sul do nosso país (Gomes, 2006) (Fig.1).

A importância da arte rupestre do Vale do Côa, ou do Côa-Douro como melhor se dirá, foi internacionalmente reconhecida aquando da sua divulgação nos media, a partir de finais de 1994. Tal ficou a dever-se, principalmente, a dois factores que constituíam novidade: a enorme quantidade de gravuras paleolíticas no Noroeste da Meseta Ibérica, onde apenas haviam surgido não há muito tempo gravuras com aquela idade em Siega Verde, junto ao rio Águeda, mas, em particular, ao facto de elas se encontrarem ao ar livre.

Aquelas duas componentes conduziram, desde logo, à alteração de conceitos até então considerados adquiridos e inabaláveis, em particular aquele que circunscrevia a criação de santuários, devidos aos primeiros homens modernos, à escuridão silenciosa do interior das cavidades subterrâneas, só franqueadas a iniciados.

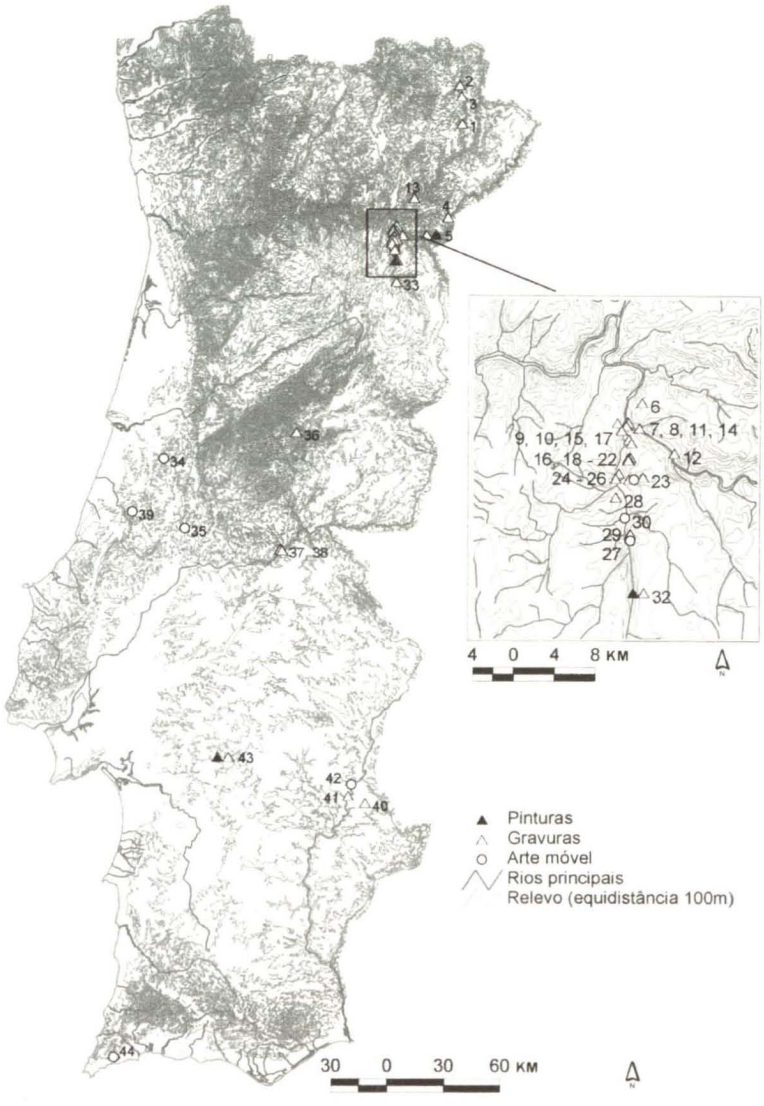


Figura 1- Arte paleolítica em Portugal. **1**, Fraga Escrevida (Bragança); **2**, Sampaio (Bragança); **3**, Pousadouro (Bragança); **4**, Mazouco (Freixo-de-Espada-à-Cinta); **5**, Fraga do Gato (Freixo-de-Espada-à-Cinta); **6**, Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa); **7**, Vale de Cabrões (Vila Nova de Nova de Foz Côa); **8**, Vermelhosa (Vila Nova de Foz Côa); **9**, Vale de José Esteves (Vila Nova de Foz Côa); **10**, Alto da Bulha (Vila Nova de Foz Côa); **11**, Ribeira de Urros (Torre de Moncorvo); **12**, Vale de João Esquerdo (Torre de Moncorvo); **13**, Ribeira da Sardinha (Torre de Moncorvo); **14**, Quinta das Tulhas (Vila Nova de Foz Côa); **15**, Moinhos de Cima (Vila Nova de Foz Côa); **16**, Broeira (Vila Nova de Foz Côa); **17**, Canada da Moreira (Vila Nova de Foz Côa); **18**, Meijapão (Vila Nova de Foz Côa); **19**, Canada do Amendoal (Vila Nova de Foz Côa); **20**, Vale de Moinhos (Vila Nova de Foz Côa); **21**, Rego da Vide (Vila Nova de Foz Côa); **22**, Canada do Inferno (Vila Nova de Foz Côa); 23 Namorados (Vila Nova de Foz Côa); **24**, Vale de Videiro (Vila Nova de Foz Côa); **25**, Vale de Figueira (Vila Nova de Foz Côa); **26**, Fariseu (Vila Nova de Foz Côa); **27**, Cardina I (Vila Nova de Foz Côa); **28**, Ribeira de Piscos (Vila Nova de Foz Côa); **29**, Quinta da Barca (Vila Nova de Foz Côa); **30**, Quinta da Barca Sul (Vila Nova de Foz Côa); **31**, Penascosa (Vila Nova de Foz Côa); **32** Faia (Pinhel); **33**, Moreirola (Figueira de Castelo Rodrigo); **34**, Buraca Grande (Pombal); **35**, Gruta do Caldeirão (Tomar); **36**, Barroca do Zêzere (Fundão); **37**, Ocresa (Mação); **38**, Gardete (Vila Velha de Rodão); **39**, Palha (Olhalvas); **40**, Porto de Portel (Moura); **41**, Lousa (Reguengos de Monsaraz); **42**, Xarez (Reguengos de Monsaraz); **43**, Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo); **44**, Vale de Boi (Vila do Bispo).

O facto de a arte rupestre do Vale do Côa enformar longo ciclo artístico, com mais de vinte milénios de existência, onde se detectam testemunhos de actividade iconográfica, de grande qualidade plástica e de todas as Idades, pré ou proto-históricas, nomeadamente, numeroso conjunto de gravuras sidéricas, fez potenciar o seu significado histórico e cultural, dado que os restantes ciclos artísticos europeus não apresentam diacronias tão extensas.

Todavia, existem no reportório iconográfico paleolítico do Vale do Côa, para além dos convencionalismos, próprios da sua evolução diacrónica e comuns à restante arte quaternária europeia, com a qual mantém estreitos laços em soluções e parentescos estilísticos, elementos que não só evidenciam grande originalidade, como lhe conferem perfil distinto em relação àquela.

Reportamo-nos às tentativas de registar graficamente movimento (consideradas raras sobretudo até à descoberta da Gruta Chauvet), esforçando-se por melhor reproduzir comportamentos de animais, ou à constituição de grupos e de cenas, representando manadas, pré-acasalamentos e, até, cópulas, raras na arte sua contemporânea, mas também ao dimorfismo sexual, evidente ou latente em certas imagens, como à captação de outras que se ligam ao mundo das sensações e das emoções, nomeadamente dos humanos de então.

Tais aspectos excepcionais, como muitos outros, dado o relativo estado de letargia que nos últimos dez anos atingiu a investigação da arte do Vale do Côa, não foram ainda devidamente abordados. Por isso nos atrevemos a fazê-lo, dado terem sido aqueles que mais nos sensibilizaram quando ali trabalhámos de 1994 a 1997 e fomos co-responsáveis pelos levantamentos e estudos que conduziram à classificação oficial e internacional, da Arte do Vale do Côa, como Património da Humanidade (Baptista e Gomes, 1995; 1997). Não obstante, o então recém fundado Instituto Português de Arqueologia (1997), sob a direcção de João Zilhão e A. Monge Soares, não criou as condições necessárias à continuidade dos trabalhos que ali vínhamos desenvolvendo, no sentido de proceder à tão necessária pesquisa e à publicação monográfica dos arqueossítios com arte rupestre daquele complexo artístico.

2. Cenas e seu significado

Na arte paleolítica europeia, o escasso número de cenas, ou de composições, incluindo apenas zoomorfos ou estes associados a humanos foi, dado os raros exemplares reconhecidos, considerado excepção. Esta constatação conduziu investigadores da envergadura de A. Leroi-Gourhan a considerarem a totalidade das ocorrências gráficas como símbolos que, destituídos de qualquer significado descritivo, se deveriam integrar num contexto organizado, reflectindo possível concepção binária do Universo, dos nossos antepassados *Sapiens sapiens*, auferindo a categoria de valores masculinos ou femininos, que se associavam entre si.

O radicalismo estruturalista da proposta de Leroi-Gourhan, por ele matizada mais tarde com a aproximação à etologia animal, buscava um dos grandes paradigmas da génese do pensamento humano, esquecendo afinal tratar-se de testemunhos proporcionados por sociedades de homens modernos, possuidores de estrutura biológica e intelectual idêntica à nossa, que foram capazes, através da constante procura de soluções técnicas, de resistirem a enormes adversidades ambientais, permitindo-lhes sobreviver como desenvolverem mundo simbólico e cognitivo complexo.

Suspeitamos mesmo que aquele seria tanto ou mais rico que o nosso, conforme permitem deduzir a qualidade e variedade dos testemunhos artísticos que chegaram até nós, sendo ainda capazes de nos despertarem emoções e reconhecidos como intemporais.

Leroi-Gourhan não tentou propositadamente explicar, segundo uma lógica actual, as grandes composições animalistas existentes na "rotunda" de Lascaux e nos tectos de Rouffignac ou de Altamira, apenas para exemplificarmos com os casos mais divulgados, nem, tão pouco, a cena do Puits de Lascaux, que tanta tinta fez já correr, com o homem nu, o bisonte e talvez o rinoceronte, a lança quebrada e o possível propulsor ornitomórfico, igualmente rica de significado, quiçá mesmo múltiplos.

Importa referir que hoje devemos olhar para tais testemunhos de modo diferente, não os desligando dos atributos dos locais que ocupam e com os quais constituem unidades, dado apresentarem particularidades assinaláveis, constituindo verdadeiros cenários, com arquitectura natural, por vezes alterada artificialmente, mas contendo importantes potenciais de expressão artística. Por certo que eles sugestionaram os responsáveis pelas intervenções plásticas, reflectindo-se nas actividades sócio-religiosas ali desenvolvidas e nos acervos iconográficos que passaram a protagonizar, pelo menos para nós, tais espaços sagrados.

Julgamos, desde logo, significativo discutir-se o porquê da arte paleolítica ao ar livre ou em gruta. Serão duas faces da mesma realidade ou duas realidades distintas, em termos sócio-culturais, ou traduzirão apenas o reflexo de condicionalismos de carácter geográfico e cultural? Qual será a excepção? Em nosso entender encontramos estreitas afinidades entre as grandes cavidades subterrâneas e as margens dos rios e ribeiras, da região do Côa-Douro, durante a noite. É a mesma escuridão, alguma desorientação e incertezas, o ruído da água que interrompe os silêncios, as paredes rochosas onde se descobrem formas irrepetíveis e acidentes como as fracturas que penetram a terra. Por outro lado, é na escuridão tanto da noite como da gruta, que melhor se observam as gravuras, através de iluminação artificial, como é na escuridão que os espaços recortados dos suportes rochosos melhor oferecem as suas formas sugestivas, em jogos de sombra e luz, fazendo ressaltar pormenores que a claridade do dia homogeneíza e ofusca. E não nos esqueçamos, ainda, que muitas das espécies figuradas, tanto em superfícies ao ar livre como em grutas, são noctívagas, ou seja, deslocam-se e alimentam-se principalmente durante a noite, constituindo esta outra realidade, sempre mais próxima do sobrenatural e do transcendente.

Os grupos de animais cujos elementos estão interrelacionados, formando cenas não são muito comuns na arte paleolítica europeia, embora se tenham reconhecido nas grutas de Altamira, Lascaux ou Chauvet (Guthrie, 2005, p. 61).

A cena, por ora detectada no Vale do Côa, mostrando maior número de elementos, pode ser observada na rocha 4 de Vale de Cabrões, sendo formada por sete caprinos, alinhados dois a dois e um algo desviado.

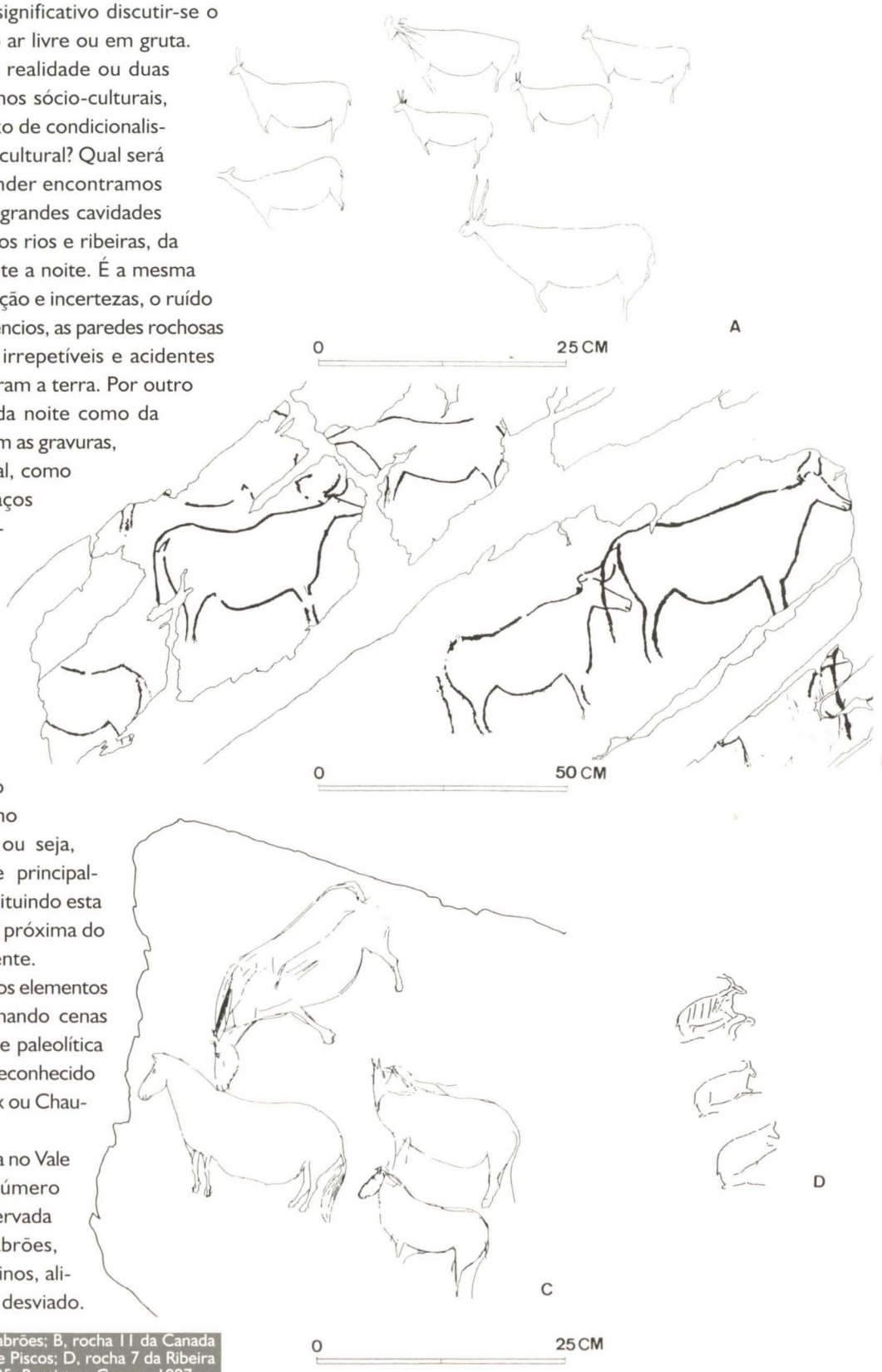


Figura 2 – A, rocha 4 do Vale de Cabrões; B, rocha 11 da Canada do Inferno; C, rocha 3 da Ribeira de Piscos; D, rocha 7 da Ribeira de Piscos (seg. Baptista, 1999, p. 135; Baptista e Gomes, 1997, p. 277, 323, 326).

Encontram-se figurados de perfil e finamente gravados, estando todos voltados para o lado esquerdo do observador. Mostram distintas dimensões, o que cria certa perspectiva e, a julgar pela altura da armação, o macho, também com maior volume corporal, parecendo espreitar ou perseguir a manada de fêmeas, ocupa o primeiro plano da composição (Fig.2A).

Sabe-se que as cabras selvagens europeias pertencem, a partir do Würm, a duas espécies, a *Capra pyrenaica* e a *Capra ibex*, cuja distinção se faz, sobretudo, a partir da forma das armações; a primeira daquelas apresentando duas curvaturas, para trás e para os lados ou em forma de lira, quando vista de frente, enquanto a segunda oferece apenas uma curvatura dirigida para trás e com forma de V, quando observada de frente, correspondendo a esta a forma as armações dos caprinos acima mencionados.

De notar ainda que as armações das fêmeas são sempre curtas, delgadas e pouco encurvadas. A *Capra ibex*, ou montês, resiste ainda em numerosos enclaves, mais ou menos protegida, na Península Ibérica. As cabras selvagens vivem em grupos, constituídos por machos adultos ou por fêmeas com as crias, organizando-se em finais de Junho e nos inícios de Julho, depois das fêmeas parirem. Os machos juntam-se às fêmeas, no período do cio, nos inícios de Novembro, formando manadas mistas, data a que parece pertencer a cena da rocha 4 do Vale de Cabrões.

Espécie rupícola, a cabra montês habitava bosques, matorrais e, principalmente, terrenos rochosos e escarpados, como os das vertentes, por vezes abruptas, do Vale do Côa.

Outra cena identificada no Vale do Côa corresponde ao conjunto de auroques gravados na área mesial da rocha 11 da Canada do Inferno, onde se contam seis de tais bovídeos, embora dois deles muito incompletos, três voltados para o lado direito do observador e três outros na direcção contrária (Fig.2B).

Apesar do estatismo com que foram representadas aquelas figuras, com a cabeça, o corpo e os membros de perfil, encontrando-se apenas as armações em perspectiva, associadas às profundas fissuras oblíquas da rocha que lhes serve de suporte, oferecem-nos a impressão de que os animais mencionados, algo inclinados, sobem ou descem a encosta onde o painel se encontra, seguindo uns atrás dos outros, em manada, como era próprio acontecer, durante o Inverno, já que no Verão se separariam, durante o cio, o que ocorria nos meses de Agosto e Setembro.

Aquela interpretação ficou reforçada devido à existência de antiga linha de água que corria junto à base da rocha que temos vindo a referir e que confluía, alguns metros abaixo, no rio Côa, encontrando-se junto a ela um dos poucos acessos praticáveis para animais, como os grandes quadrúpedes, ao precioso líquido.

Outra cena, na rocha 3 da Ribeira de Piscos, é constituída por quatro equídeos, com diferentes dimensões e comportamentos, dado que um deles, em posição oblíqua, toca com o focinho o pescoço de outro, existindo exemplar com a cabeça voltada para trás (Fig.2C).

Os cavalos selvagens viviam em grupos formados por um macho, várias éguas e crias, em territórios precisos. A cena descrita pode corresponder a família constituída pelos dois progenitores, mais corpulentos, acompanhados por duas crias ou por éguas jovens. O macho ocupa a periferia do grupo e mordisca o pescoço da fêmea, como seria habitual na espécie figurada.

Na rocha 7 do arqueossítio antes referido observam-se três caprinos sentados, formando grupo, onde o dimorfismo sexual permite reconhecer macho e duas fêmeas (Fig.2D).

Devem igualmente representar grupos, tanto os três caprinos dispostos em série vertical, dirigidos para o lado direito do observador, como os quatro auroques, sobre eles gravados e figurados com disposição idêntica, mas em sentido contrário, descobertos na rocha 3 da Penascosa (Fig.3).

O painel gravado de Mazouco (Freixo-de-Espada-à-Cinta) mostra, entre outros restos de ocorrências gráficas, equídeo, claramente macho, dada a representação da prega peniana, perseguindo duas possíveis fêmeas, de que se conservam, apenas, os quartos traseiros e, portanto, durante o período do cio (Fig.4A).

Série formada por três caprinos dispostos obliquamente, da rocha 3 da Quinta da Barca, pode representar grupo e atitude relacionada com o pré-acasalamento. O macho, com duas cabeças, toca, com o focinho, os quartos traseiros de uma das fêmeas e olha para trás na direcção da segunda fêmea. As características específicas dos caprinos ficaram bem patentes nesta rocha, onde o macho, muito corpulento, possui prega peniana (Fig.4B).

Três cabras, da rocha 30 da Canada do Inferno, gravadas em estreita superfície definida por profundas fracturas, voltadas para o lado direito do observador e



Figura 3 – Rocha 3 da Penascosa. A, fase 2; B, fase 3 (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 380).

dispostas em série horizontal, podem, igualmente, figurar cena de pré-acasalamento, onde o macho persegue duas fêmeas, repetindo-se, de certo modo, o comportamento do cavalo do Mazouco e do bode da rocha 3 da Quinta da Barca (Fig.4C).

Não é invulgar surgir, no Vale do Côa, a associação entre dois animais da mesma espécie, que o dimorfismo sexual e certos comportamentos permitem interpretar como cenas de pré-acasalamento e em dois casos cenas explícitas de cópula.

Dois pares de grandes auroques, um da rocha 15 da Canada do Inferno e outro da Ribeira de Piscos (inédito) ilustram aquele primeiro aspecto, existindo sempre animal mais corpulento, com armação mais desenvolvida, o macho, que segue ou foi figurado acima da fêmea (Fig.5A).

O dimorfismo sexual encontra-se bem patente nos dois cervídeos da rocha 11 da Penascosa, com o macho de maiores dimensões, possuindo armação desenvolvida e típica do Verão ou do Outono, ocupando no painel posição acima da fêmea, de menores dimensões e formas mais arredondadas (Fig.5B). Este par de veados, onde são evidentes os caracteres sexuais secundários, recorda o finamente inciso em parede da gruta de La Griega, na Meseta Ibérica.

Constituem, por certo, cena de pré-acasalamento os dois caprinos, de estilo subnaturalista, com bons paralelos na arte do Vale do Tejo e quanto a nós de idade epipaleolítica, da rocha 36 da Canada do Inferno, onde o macho toca, com a extremidade do focinho, os quartos traseiros da fêmea, que corre à sua frente (Fig.5C). A captação do odor produzido pelas glândulas uro-genitais, durante o cio, está também documentada na arte paleolítica europeia (Guthrie, 2005, p. 67).



Figura 4 – A, rocha do Mazouco; B, rocha 3 da Quinta da Barca; C, rocha 30 da Canada do Inferno (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 292; Baptista 1999, p. 117; Gomes, 2002, p. 169, fig. 15).

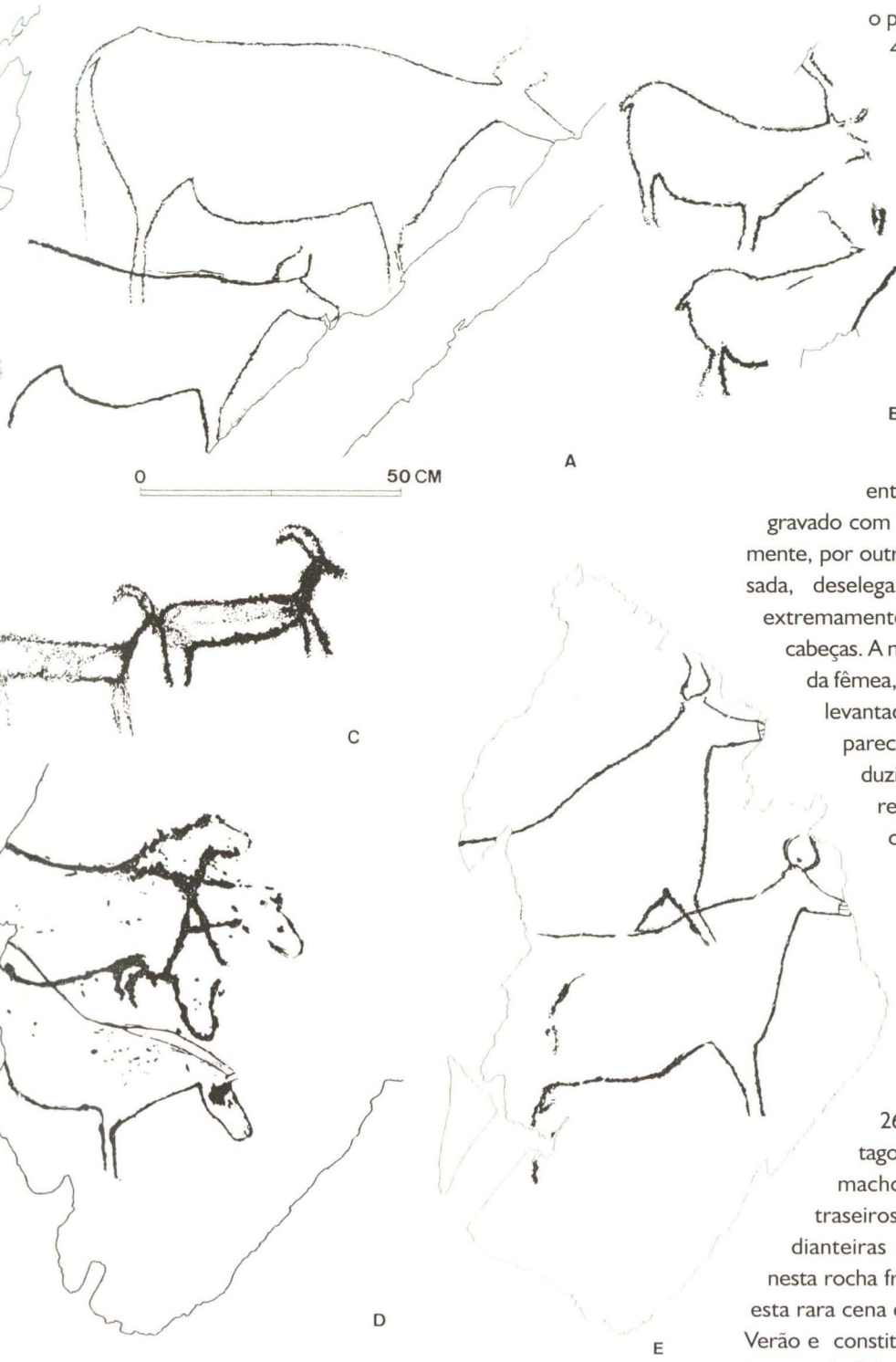


Figura 5 – A, rocha 15 da Canada do Inferno; B, rocha 11 da Penascosa; C, rocha 36 da Canada do Inferno; D, rocha 4 da Penascosa; E, rocha 26B da Canada do Inferno (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 285, 289, 297, 382, 403).

A cena de cópula entre dois equídeos, que tivemos o privilégio de primeiro identificar na rocha 4 da Penascosa, constitui registo singular, não só devido à temática figurada, como ao facto de querer simular movimento, dado o macho mostrar três cabeças (Fig.5D). Na verdade trata-se de figuração de equídeo, de formas elegantes e mostrando característica linha na separação entre o pescoço e as crinas, permitindo atribuir-lhe datação no Magdalenense e que, em um segundo momento da gravação do painel, foi-lhe atribuído género feminino tendo, então, sido associada a equídeo macho, gravado com técnica e estilo bem diferentes e, claramente, por outras mãos. O garanhão mostra forma pesada, deselegante, possuindo membros dianteiros extremamente curtos e dobrados, tal como três cabeças. A mais baixa colocada na direcção das crinas da fêmea, a segunda a meia altura e a terceira bem levantada, sobre o pescoço erguido. Como parece óbvio, observa-se a tentativa de reproduzir graficamente os movimentos que ocorrem durante a cópula na espécie figurada, condizente com a posição dos membros dianteiros. Pena é que a fractura do bordo do suporte tenha amputado os quartos traseiros das duas representações referidas, obstando que se conheçam outros pormenores figurativos.

A segunda cena reproduzindo cópula, reconhecida na rocha 26B da Canada do Inferno, tem como protagonistas dois auroques, encontrando-se o macho na posição oblíqua sobre os quartos traseiros da fêmea e apoiando-se com as patas dianteiras no dorso daquela (Fig.5E). Também nesta rocha fractura impede de melhor visualizarmos esta rara cena do comportamento animal, ocorrida no Verão e constituindo aspecto que tanto interessava ao homem do Paleolítico Superior.

Em toda a restante arte paleolítica europeia, conhecemos apenas as representações gravadas de dois bisontes, na galeria terminal de Altamira, que sugerem figurar cópula, em posição semelhante à dos

auroques acima mencionados (Breuil e Obermaier, 1984, p.104, fig. 67), tal como dois equídeos sobrepostos, em relevo, possivelmente retratando cópula, de La Chaire à Calvin. As relações sexuais nos equídeos ocorreriam na Primavera, aquando do cio.

3. Movimento corporal

Na arte paleolítica europeia, onde a grande maioria dos zoomorfos mostram posição estática, com a cabeça dirigida para diante e encontrando-se o corpo figurado de perfil, a sugestão de movimento surge apenas nas suas fases terminais (Magdalenense). Ela foi conseguida, através da posição da cabeça ou dos membros e, em casos pouco comuns, pela denominada decomposição do movimento, mostrando diversas imagens da mesma parte do animal em diferentes posições. A animação pode ocorrer na cabeça, no corpo, membros ou na cauda do zoomorfo, como em duas ou mais daquelas zonas.

Constituem exemplos, de tais soluções gráficas de animação, imagens como a do cavalo gravado de Pair-Non-Pair (Gironde), cuja cabeça está voltada para trás, mas mostrando cabeça de caprino dirigida para diante, os bisontes cujas cabeças se encontram igualmente voltadas para a retaguarda, de Les Trois Frères (Ariège) e La Madeleine (Dordonha), o primeiro daqueles olhando caçador que o persegue e o segundo representado em peça de arte móvel, a corça de Covalanas e o cavalo de Levanzo, cujas cabeças estão dirigidas para trás, as cabeças de felinos, vistas de frente, de Les Trois Frères, a cabeça de cavalo, em vista frontal, de Lascaux, tal como alguns bisontes de Altamira. Rinoceronte pintado, da Gruta Chauvet (Ardèche) mostrando vários cornos, oferece a sensação de perspectiva e possivelmente tenta registar movimento, o mesmo acontecendo com pequeno cavalo pintado de Lascaux, onde se identificaram cinco cabeças. Também bode do Abri du Colombier e cavalo, gravado em placa, de Limeuil, ambos com diversos pares de membros, constituem excepções na arte parietal e móvel paleolíticas e, por isso, integram aspecto ainda pouco estudado (Rousseau, 1979; Villaverde Bonilla, 1990; Guthrie, 2005, p. 388; Azéma, 2005; 2006).

No Vale do Côa conhecem-se numerosas figurações animalistas registando movimento, algumas das quais podem ser atribuídas aos primórdios da sua produção artística (Gravetense/ Solutrense Antigo). Importa recordar que também no vizinho sítio de Siega Verde (Salamanca), no rio Águeda, se observa cervídeo com a cabeça, assente em elegante pescoço, voltada para trás.

Para além das figurações acima referidas da rocha 4 da Penascosa e da rocha 3 da Quinta da Barca, constituem exemplos de tais soluções plásticas, os animais com cabeça representada de frente ou voltada para trás, na direcção dos quartos traseiros ou, ainda, com duas cabeças, simulando movimento.

Pernas em diferentes posições e, nomeadamente cruzadas, ou a cauda rebatida sobre os quartos traseiros, enformam outras tentativas de animação gráfica, que se detectam em alguma arte paleolítica e se reconhecem no Vale do Côa.

Mostram as cabeças, com armação desenvolvida, vistas de frente, os caprinos da rocha 3 da Penascosa e da rocha 1 da Quinta da Barca, tal como animal da

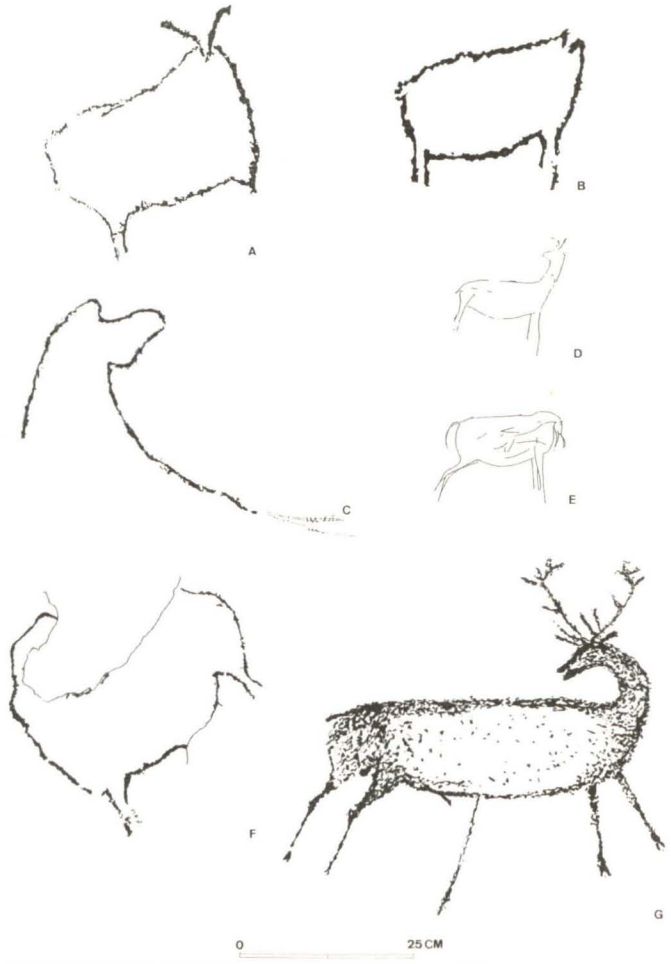


Figura 6 – A, rocha 3 da Penascosa; B rocha 8 da Penascosa; C, rocha 3 da Penascosa; D, rocha 7 da Ribeira de Piscos; E, rocha 2 da Ribeira de Piscos; F, rocha 26A da Canada do Inferno; G, rocha 1 de Vale de Cabrões (seg. Baptista, 1999, p. 139; Baptista e Gomes, 1997, p. 288, 322, 326, 380, 394).).

mesma espécie, embora sem armação, da rocha 8 daquela primeira estação de arte rupestre (Figs 6A, B).

Apresentam a cabeça dobrada e voltada para trás, dois auroques da rocha 1 da Quinta da Barca, tal como equídeo da rocha 3 da Penascosa. A cabeça deste equídeo, com crina alta sobre a testa e curva mandibular acusada, encontra-se levantada e dirigida para trás, constituindo, muito provavelmente, o mais antigo exemplo de tal solução gráfica (Solutrense Antigo) (Fig.6C).

Possível corça, finamente gravada na rocha 2 da Ribeira de Piscos, mostra o pescoço e a cabeça bem voltados para trás, a meio da altura do corpo (Fig.6E). E a rocha 3 do mesmo arqueossítio, já referida, contém a figuração de equídeo, com a cabeça igualmente dirigida para trás (Fig.2C), o mesmo acontecendo com cervídeo da rocha 7 (Fig.6D).

Na rocha 26A da Canada do Inferno, apesar da enorme fractura que afectou as gravuras, apercebemo-nos que um dos caprinos aí figurados, na posição oblíqua, oferecia a cabeça erguida e voltada para trás (Fig.6F).

Impressionante figuração de veado representado em corrida, de corpo alongado, com os quartos traseiros em perspectiva, da rocha 1 de Vale de Cabrões e datável no Epipaleolítico, mostra a cabeça voltada para trás e a boca aberta, onde se descobre a língua, reproduzindo momento de dor ao ser atingido por longa arma de arremesso que se encontra cravada no ventre. Neste exemplar a torção da cabeça associa-se ao movimento corporal, reproduzindo o momento exacto em que o animal sente o impacto do projéctil (Fig.6G). Nas grutas de La Peña de Candamo e de Les Trois Frères encontram-se raros paralelos para a figura descrita. Naquela primeira pode observar-se veado, atingido por diversas zagaias, com a cabeça voltada para trás, enquanto na segunda, auroque, com a cabeça na mesma posição, apresenta o corpo trespassado por armas de arremesso (Guthrie, 2005, p. 94).

Magnífico bode da rocha 1 do Rego da Vide (*Capra pyrenaica*), mostrando representação da barbicha e diferente coloração da pelagem, correspondendo possivelmente ao Verão, exibe alta armação contracurvada e as duas pernas cruzadas, como acontecia ao deslocar-se (Fig.7A). Também as pernas do cavalo do Mazouco, com forma de V e em perspectiva, pretendem sugerir cinetismo (Fig.4A).

Auroque, do sector direito da rocha 1 de Fariseu, oferece a cauda longa e dobrada sobre os quartos traseiros, aspecto por ora único na arte do Vale do Côa e que se deve relacionar com o período do cio (Fig.7B).

Assinalámos, acima, a notável tentativa de reproduzir animação patente em cavalo da rocha 4 da Penascosa, mostrando três cabeças. Todavia, são em maior número os animais providos da figuração de duas cabeças, tendo dois deles sido reconhecidos na rocha 1 da Canada do Inferno, correspondendo a equídeo, macho, e a caprino (Figs 8A, B).

Aquelas figuras, algo inclinadas, como se pisassem solo declivoso, perderam uma das cabeças, devido a fractura do bordo do suporte, embora mostrassem uma delas bem levantada, em estado de alerta, talvez devido à aproximação de um caçador, enquanto a outra estava dirigida para o solo, como se os animais estivessem a comer ou a beber, no rio que corre próximo.

Cavalo do sector direito da rocha 1 de Fariseu, voltado para o lado direito do observador, possui duas



Figura 7 – A, rocha 1 do Rego da Vide; B, rocha 1 de Fariseu (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 298; Baptista, 2001, p. 247).

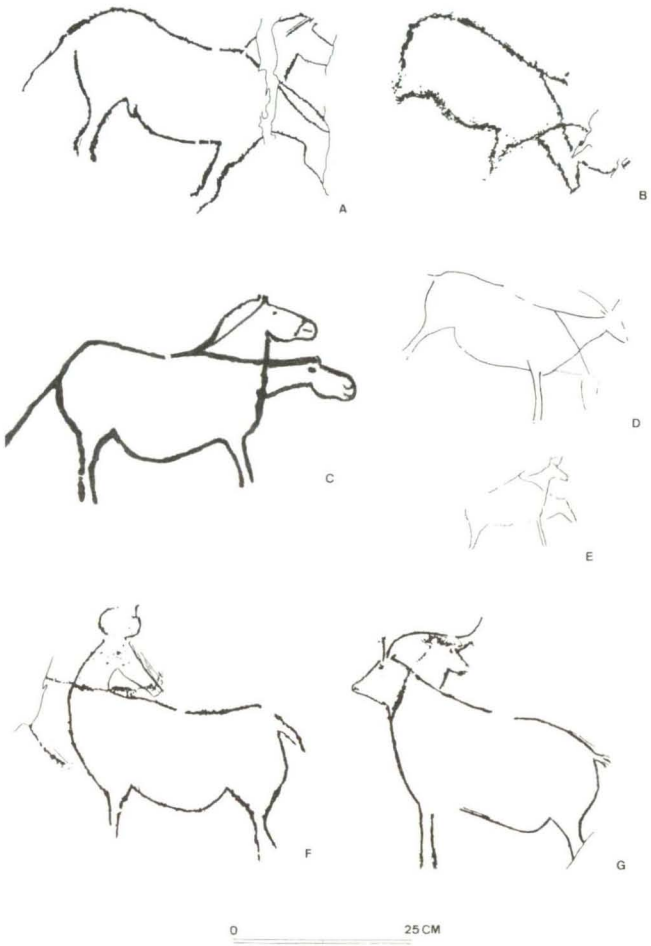


Figura 8 – A e B, rocha 1 da Canada do Inferno; C, rocha 1 de Fariseu; D, rocha 31 da Canada do Inferno; E, rocha 35 da Canada do Inferno; F, rocha 3 da Penascosa; G, rocha 5B da Penascosa (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 264, 293, 296, 380, 388; Baptista, 2001, p. 247).

cabeças, uma dirigida para diante e a outra erguida, correspondendo a figuração tardia (Magdalenense), contemporânea do equídeo da rocha 1 da Canada do Inferno (Fig.8C). No sector esquerdo desta mesma superfície identificou-se cavalo, auroque e camurça, todos igualmente com duas cabeças.

Nas rochas 31 e 35 da Canada do Inferno, respectivamente caprino e auroque, gravados com traços filiformes, apresentam, de igual modo, duas cabeças nas posições acima indicadas (Figs 8D, E).

Também a magnífica imagem de bode da rocha 3 da Quinta da Barca, que devemos atribuir ao Magdalenense Antigo, oferece conforme antes mencionámos, dois prótomos, um erguido e voltado para diante e o segundo para trás, servindo a longa armação, que descreve arco de círculo quase perfeito, àqueles dois (Fig.4B).

Uma cabeça voltada para diante e outra para trás mostrava bovídeo da rocha 3 da Penascosa, não fora fractura ter amputado uma delas (Fig.8F). De igual modo, bem delineados bodes, representados de perfil, tanto na rocha 2 da Quinta da Barca, como na rocha 5B da Penascosa, possuem uma cabeça voltada para diante e outra para trás. Naquele último, a cabeça direccionada para trás é algo frustre e claramente ulterior à dirigida para diante, tendo sido produzida por gravador pouco hábil, embora suportando semelhanças técnicas com a figura de equídeo, com três cabeças, da rocha 4 da Penascosa, tal como com outras imagens deste arqueossítio e da Canada do Inferno (Fig.8G).

Contém imagem de auroque, figurado obliquamente, através de picotagem, a rocha 29 da Canada do Inferno, oferecendo duas cabeças dirigidas para baixo.

4. Animais em queda

A arte paleolítica europeia contém algumas figurações zoomórficas dispostas na vertical, ocupando suportes com aquela mesma inclinação. Recordamos o bisonte, gravado e pintado, sobre coluna estalactítica de El Castillo, o bisonte vermelho de



Figura 9 – A, rocha 1 da Canada do Inferno; B, rocha 6 de Vale de Cabrões; C, rocha 2 da Penascosa (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 264, 379; Baptista, 1999, p. 137).

Niaux (Ariège), o elegante veado gravado da ábside de Lascaux ou o rinoceronte de Chauvet (Ardèche), cuja interpretação como animais em queda, resultando de método de caça, tem sido discutida.

Aquele procedimento foi identificado na Rocha de Solutré (Mâconnais) por A. Arcelin e ainda existe, com variantes, tanto em sociedades etnográficas de diferentes continentes, como rurais da Europa, onde até há bem poucos anos se utilizaram fojos para abater carnívoros predadores, como o lobo e a raposa. Não obstante, esta interpretação não é de todo pacífica, argumentando-se que tais representações reflectem condicionalismos provocados pelos próprios suportes, dimensionais e/ou formais, tal como por pré-existências naturais, capazes de sugerirem formas que os artistas pré-históricos teriam utilizado. Por outro lado, tem-se discutido, à luz de novos dados proporcionados por escavações recentes, a interpretação da técnica de caça por despenhamento em Solutré (Combier e Montet-White, 2002).



Figura 10 – A, rocha 12 da Canada do Inferno; B, rocha 5C da Penascosa (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 274, 390).

Contudo, pormenores de carácter figurativo de algumas imagens do Vale do Côa, permitem que continuemos a interpretá-las como representações de animais precipitados, talvez de alguns dos altos penhascos que marginam o rio, dado oferecerem o corpo e os membros, por vezes dobrados, em posição diversa daquela quando figurados de pé.

Imagem de bovídeo, na rocha 2 da Penascosa, foi gravada obliquamente, com a cabeça voltada para baixo, mostrando o olho e a boca bem aberta, como que soltando um urro, horrorizado com o inevitável e brutal embate no solo que se avizinharia. O corpo do auroque apresenta-se deformado, com a linha cérvico-dorsal quase recta, não tendo sido figurados os membros dianteiros, mais se assemelhando a massa informe e pesada, quase em forma de saco, a que foi dada especial importância à cabeça, com a armação liriforme voltada para diante. Trata-se, segundo cremos, de registo correspondendo a situação dramática para o animal, aquando do confronto com a morte, aspecto que os caçadores paleolíticos certamente bem conheciam (Fig.9C).

Enorme bovídeo, figurado verticalmente, embora com a cabeça dirigida para cima, da rocha 1 da Canada do Inferno, deve integrar a mesma temática, que parece, pelo menos por ora, não abranger animais de outras espécies (Fig.9A).

Na rocha 6 de Vale de Cabrões, observa-se outro auroque, figurado na vertical, através de incisões filiformes, com a cabeça dirigida para baixo. Os membros traseiros encontram-se como que encolhidos, junto ao corpo, sem se poderem apoiar no solo e em posição típica de desequilíbrio (Fig.9B), o mesmo acontecendo no veado da ábside de Lascaux, anteriormente citado.

Também a metade dianteira de auroque, gravada na rocha 5C da Penascosa, com inclinação de cerca de 45°, sobrepondo equídeo e caprino, poderá representar animal despenhado (Fig.10B). E é idêntica a nossa interpretação para a metade dianteira de auroque, que mostra a rocha 12 da Canada do Inferno (Fig.10A).

5. "Bocas de sombra" e animais que nascem?

Desde os seus primórdios, que os estudos da arte paleolítica reconheceram o importante papel desempenhado pelos atributos e acidentes dos suportes, sendo capazes de inspirarem formas animalistas, de substituírem ou de ajudarem a intervenção humana, como pré-existências, ou de proporcionarem a tridi-

mensionalidade figurativa. Por outro lado, além das sugestões morfológicas, as paredes das grutas e das rochas ao ar livre devem ter sido interpretadas como a interface entre dois mundos, o da realidade e o transcendente.

Aquelas superfícies podem ter sido tidas como uma espécie de écran onde se projectariam ou emergiam as formas do mundo sobrenatural, situado para lá daqueles limites, nas profundidades dos maciços rochosos e do solo. Fracturas e fissuras profundas, tal como pequenos divertículos onde a iluminação dificilmente penetra e, portanto, mostrando-se escuros, desconhecendo-se as formas e as dimensões, parece poder conduzirem ao interior da terra e de onde, em alguns casos, brota água, constituíram elementos naturais que auferiram de importante significado mágico religioso sendo, não raro, incluídos no discurso simbólico e na sua correspondente iconográfica.



Figura 11 – A, abrigo 6 da Faia; B, rocha 22 da Canada do Inferno; C, rocha 12 da Canada do Inferno; D, rocha 22 da Canada do Inferno; E, rocha 35 da Canada do Inferno (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 274, 276, 296; Baptista, 1999, p. 157).

Alguns de tais acidentes, chamados "bocas de sombra", devido à forma de abertura escura, encontram-se ligados ao que podemos interpretar como o "nascimento de animais." Recordamos a "boca de sombra", em forma de cabeça de cervídeo, completada com a representação pintada das hastes, do Salon Noir de Niaux (Ariège). Na mesma cavidade subterrânea linha cérvico-dorsal de bisonte, corresponde a profunda fractura natural do suporte. Também os três bisontes, de argila, de Le Tuc d'Audoubert (Ariège), foram modelados na longa fractura que marca o encontro da abóbada com o chão da gruta, como que surgindo do interior da terra.

No Vale do Côa, existem não poucos exemplares de animais cuja cabeça ou os quartos dianteiros, nos dão a sensação de saírem de "bocas de sombra", aspecto que as quatro cabeças de auroques do abrigo 6 da Faia, como que emergindo de linhas de fracturas da parede onde foram gravadas e pintadas de cor vermelha, dirigidas para baixo, bem ilustram (Fig.11A).

Igualmente a metade dianteira de equídeo, gravado na rocha 22 da Canada do Inferno, com a cabeça pendente, parece sair de fractura do suporte, sobrepondo imagens de auroque e de caprino, mais antigas e produzidas com finos traços filiformes (Fig.11B).

Cabeças de equídeos, das rochas 12 e 22, da Canada do Inferno, sugerem sair de fissuras, aspecto que também constatámos na arte rupestre animalista pós-paleolítica do Vale do Tejo (Figs11C, D).

Equídeo, mostrando somente a metade dianteira, da rocha 35 da Canada do Inferno, foi representado obliquamente e, também, como que saindo de fissura existente no suporte (Fig.11E).

Todavia, o caso mais paradigmático deste tipo de ocorrências encontra-se na rocha 1 da Ribeira de Piscos, onde cabeça e linha cérvico-dorsal de equídeo emerge de enorme "boca de sombra", sendo melhor perceptível durante a noite (Fig.12).

A figura referida, inclinada, sugere dirigir-se ao encontro de equídeo, de formas largas e pesadas. Os dois animais cruzam as cabeças, registando comportamento típico sobretudo entre os equídeos jovens (*facial grooming*). Não foi a falta de espaço do suporte onde se efectuaram as gravuras, ou a sua fractura, que determinaram o facto de um dos quadrúpedes ter ficado incompleto, pelo que julgamos tratar-se de propositadamente se ter querido figurar animal jovem, nascido da "boca de sombra" e indo ao encontro de um seu par,

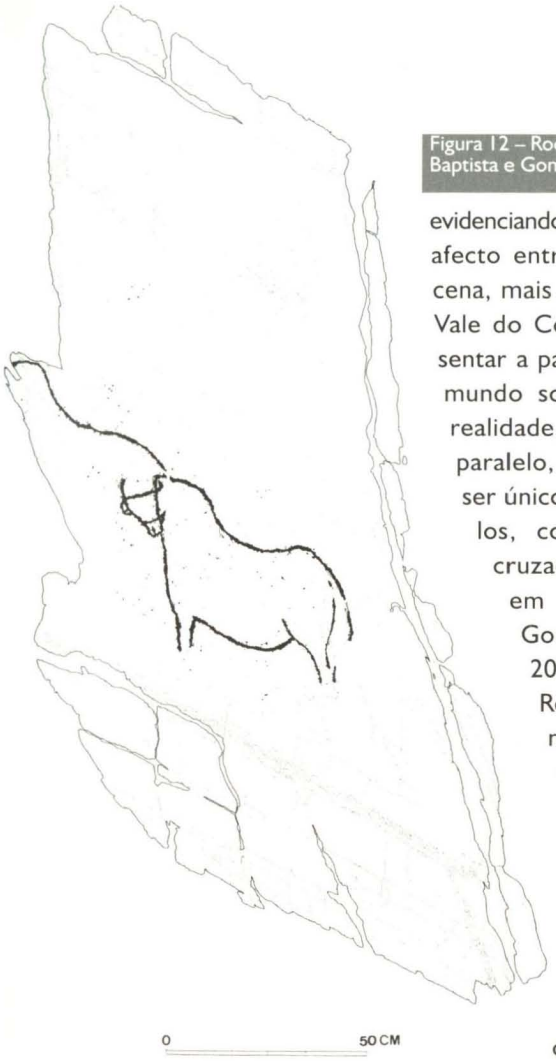


Figura 12 – Rocha 1 de Piscos (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 318).).

evidenciando-se gesto social e afecto entre os dois. Esta cena, mais uma na arte do Vale do Côa, deve representar a passagem entre o mundo sobrenatural e a realidade. Ela encontra paralelo, que julgamos ser único, nos dois cavalos, com as cabeças cruzadas, gravados em plaqueta de Gourdan (Guthrie, 2005, p. 67)

Recordemos que na Ribeira de Piscos, na já antes referida rocha 3, um dos equídeos toca com o focinho a base do pescoço de outro, ilustrando comportamento ligado aos afectos, entre elementos daquela espécie (Fig.2C).

6. O registo das emoções

Não nos ocorre colocar dúvidas que as tentativas de fixar graficamente, através da gravação, servida por técnicas e variantes diversas, comportamentos de diferentes espécies de animais, passaram não só pela atenta observação daqueles, como os gravadores transmitem aspectos das emoções que então experimentaram.

Importa sublinhar, uma vez mais, que a arte do Paleolítico Superior, apesar de por vezes chamada naturalista, nunca constituiu reprodução exacta do real, pois sintetiza e simplifica formas, serve-se de convencionalismos, de carácter estilístico, oferecendo evolução idêntica e bem conhecida em toda a Europa.

As anteriormente citadas cenas de cópula das rochas 4 da Penascosa e 26B da Canada do Inferno, a que regista o encontro entre dois equídeos da rocha 1 da Ribeira de Piscos, o bovídeo despenhado, com a boca desmesuradamente aberta, da rocha 2 da Penascosa ou o veado atingido por zagaia da rocha 1 de Vale de Cabrões, oferecem não só uma maior aproximação com o mundo real, como traduzem as emoções de quem as observou e reproduziu, com saber e rara habilidade artística.

Integra este mundo singular, da arte quaternária, a representação antropomórfica da rocha 2 da Ribeira de Piscos. O seu corpo, de formas mal definidas, não é mais do que o suporte de dois elementos, certamente julgados mais importantes e, como veremos, interligados: a cabeça e o pénis (Fig.13).

A cabeça foi figurada de perfil, mostrando aspecto algo caricatural, como é comum a quase todas as restantes figurações antropomórficas paleolíticas, apresentando estreitas afinidades formais, que não podemos deixar de referir, com alguns antropomorfos de Rouffignac (Dordonha) e de La Marche (Pales, 1976). Ela possui crânio ovóide, ouvido, olho de forma oval, nariz arredondado e a boca, enorme e bem aberta. Em seu redor, e como que dela emanando, observam-se finíssimos traços encurvados.

O esboço de um dos membros superiores encontra-se dirigido para diante. Os membros inferiores mostram perspectiva e o único quase completo apresenta forma de V, como é comum oferecerem os zoomorfos dos períodos antigos.

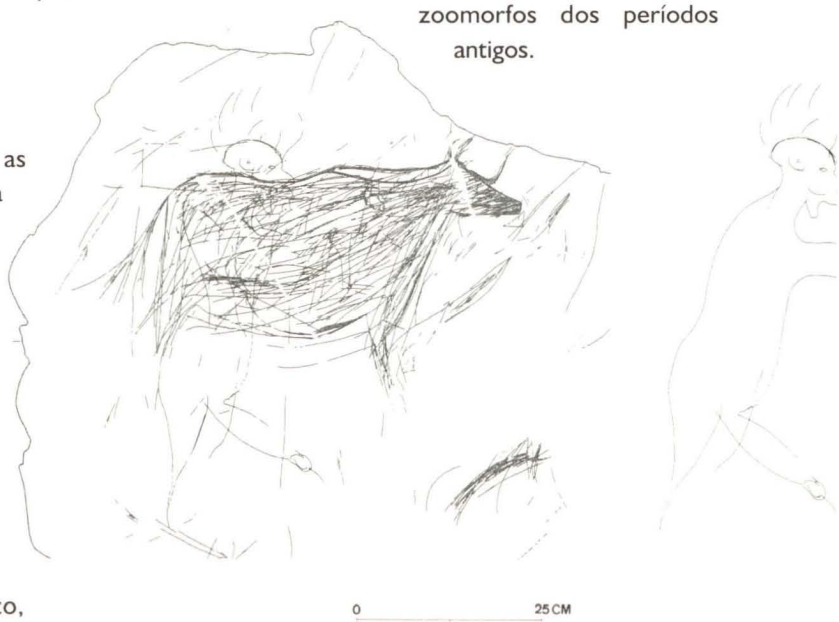


Figura 13 – Rocha 2 de Piscos e figura antropomórfica isolada (seg. Baptista e Gomes, 1997, p. 320)

O pénis, em erecção, embora algo inclinado para baixo, oferece dimensionamento desproporcionado em relação ao tamanho da figura e sobretudo às dimensões dos membros inferiores. Mostra a glande e linha que sai na sua extremidade, devendo representar ejaculação. Trata-se, pois, da figuração de orgasmo, onde a boca aberta e as pequenas linhas que saem da cabeça do indivíduo figurado pretendem representar as sensações e as emoções então acontecidas, aspecto por ora único em toda a arte paleolítica europeia, conferindo-lhe nova dimensão.

7. A concluir

Os aspectos abordados ao longo deste texto, que bem podem ser enriquecidos a partir da numerosa documentação proporcionada por centenas de superfícies gravadas que aguardam, nas margens do Côa, quem as estude, permitem considerar o acervo iconográfico ali existente como fazendo parte de nova "província" artística do Paleolítico Superior.

O maior "naturalismo" observado, em relação à arte parietal em grutas, bem pode reflectir o facto de a arte do Vale do Côa ter sido produzida ao ar livre, afinal mais próxima da Natureza e dos comportamentos animais.

A animação observada nos animais isolados ou interagindo com outros, em grupos ou cenas, permitiram aos homens do Paleolítico Superior melhor aproximar-se da realidade, registando comportamentos típicos que a etologia pode interpretar. Estes, conforme têm sido organizados (Azéma, 2006, p.496, 497), correspondem aos tipos social, alimentar, reprodutor (que alguns investigadores integram no primeiramente referido) e cinegético, ligado à morte, constituindo como que um ciclo, completado pelas imagens que conotámos com o nascimento.

A arte do Vale do Côa continua a oferecer novidades, que a tornam não só cada vez mais diferente da restante arte paleolítica europeia, como incontornável para o estudo da matriz ideológica da Humanidade.

Bibliografia

AZÉMA, M. (2005) – La décomposition du mouvement dans l'art paléolithique. *International Newsletter on Rock Art*. 43, pp.14-21.

AZÉMA, M. (2006) – La représentation du mouvement au Paléolithique supérieur. Apport du comparativisme éthographique à l'interprétation de l'art pariétal. *Bulletin de la Société Prehistorique Française*. Paris. 103, pp. 479-505.

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No Tempo sem Tempo. A Arte dos Caçadores Paleolíticos do Vale do Côa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BAPTISTA, A. M. (2001) – The quaternary rock art of the Côa Valley (Portugal). In *Les Premiers Hommes Modernes de la Péninsule Ibérique*. pp. 237-252. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (4), pp. 349-385, XXIX ests.

BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1997) – Arte rupestre. In *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*, pp.221-406. Lisboa: Ministério da Cultura.

BREUIL, H.; OBERMAIER, H. (1984) – *La Cueva de Altamira en Santillana del Mar*. Madrid: Ediciones El Viso.

COMBIER, J.; MONTET WHITE, A. (2002) – *Solutré 1968-1998*. Paris: Société Préhistorique Française.

GOMES, M. V. (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século. *Arqueologia & História*. vol.54, pp. 139-194.

GOMES, M. V. (2006) – Catálogo del Arte Prehistórico de la Península Ibérica y de la España Insular. Arte Paleolítico II – Catálogo de Portugal. *Varia*. Valência. IV, pp. 85-162.

GUTHRIE, R. D. (2005) – *The Nature of Paleolithic Art*. Chicago: The University of Chicago Press.

KAFKA, F. (s/data) – *Metamorfose*. Lisboa: Livros do Brasil.

PALES, L. (1976) – *Les Gravures de la Marche. II – Les Humains*. Paris: Éditions Ophrys.

ROUSSEAU, M. (979) – Torsions conventionelles et flexions naturelles dans l'art animalier paléolithique et au delà. In *La Contribution de la Zoologie et de l'Ethologie a l'Interpretation de l'Art des Peuples Chasseurs Prehistoriques*; pp. 243-249. Fribourg: Éditions Universitaires.

VILLAVERDE BONILLA, V. (1990) – Animation et scènes, sur les plaquettes du Parpallo (Gandia, Espagne): quelques considérations sur la pictographie dans l'art mobilier. In *L'Art des Objects au Paléolithique*. pp. 227-241, 5 figs. Paris: Ministère de la Culture.



Artigos

A hierogamia do Penedo do Matrimónio

(Montalegre, Vila Real)

Mário Varela Gomes

Membro da Academia Portuguesa da História e Academia Nacional de Belas - Artes. Docente do Departamento de História da F.C.S.H., da Universidade Nova de Lisboa Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa.

1.Canibalizar ou não?

Foi recentemente estudado importante conjunto de gravuras rupestres, já anteriormente dado a conhecer por distintos autores, existente no denominado Penedo do Matrimónio (Fontes, 1990; 1991a; 1991b; 1992; Colmenero, 1991; Bettencourt, Sanches, Dinis e Cruz, 2004).

O afloramento granítico, oferecendo microtopónimo tão sugestivo e identificado em 1970, localiza-se no Campo de Caparinho[1], zona pertencente à freguesia de São Miguel de Vilar de Perdizes. Esta integra o concelho de Montalegre e o distrito de Vila Real (Trás-os-Montes).

Aquele local situa-se nas proximidades da fronteira com Espanha e a ocidente do rio Assoreira, afluente do Tâmega.

O trabalho supracitado apresenta levantamento cuidado e excelente descrição dos petróglifos, dispensando-nos de proceder a outra, permitindo-nos apenas completar certos aspectos e sobre eles tecer considerações julgadas pertinentes. Estas não devem ser tomadas como críticas negativas mas, antes bem pelo contrário, como contributos para diálogo, intelectualmente estimulante, que tão significativos testemunhos arqueológicos tornam possível.

[1] Este topónimo pode derivar do nome latino da planta conhecida por alcaparra (*Capparis spinosa* L.), mas também do cognome latino *Caprarius*, talvez devido ao militar *C. Caecilius Metellus Caprarius*, que participou na tomada de Numância (133 a. C.), foi cônsul em 113 a. C. e, ulteriormente, em Roma, cunhou moeda, ou, simplesmente de *capra*, quadrúpede selvagem ou domesticado, bem conhecido na região e que, sendo conotado com a fertilidade, foi durante a Proto-História utilizado como animal sacrificial.

Infelizmente a prática salutar do comentário científico em revistas na área da Arqueologia circunscreve-se, entre nós e tanto quanto é do meu conhecimento, ao *"Arqueólogo Português"*, seguindo o profícuo modelo de diversas publicações periódicas norte-americanas dedicadas às ciências sociais, como a muito divulgada *"Current Anthropology"*, da responsabilidade da *The University of Chicago Press* e em boa hora subsidiada pela *Werner-Gren Foundation for Anthropological Research*.

Importa ainda reafirmar que, no domínio da arte pré e proto-histórica, os levantamentos fiáveis e as descrições pormenorizadas servem não só aos seus autores na construção de modelos interpretativos das sociedades humanas que, afinal, estudam, como a todos quantos pretendem, ulteriormente, debruçarem-se sobre tais testemunhos. Todavia, não podemos esquecer que constitui, desde logo, contributo muito significativo a divulgação de registos precisos, mesmo quando discordamos das considerações que por vezes sobre eles se desenvolvem. Aliás, as interpretações, ou os modelos histórico-arqueológicos, reflectem tanto a ideologia dos seus autores como, não raro, seguem as correntes das modas, provocadas por conjunturas sociopolíticas e culturais.

Não esqueçamos, portanto, que embora o canibalismo possa ser pensado como transgressão e aberração que ultrapassa os limites dos comportamentos humanos admitidos pela grande maioria das sociedades actuais, ele também pode ser entendido como tentativa de apropriação de identidades ou de virtudes (Arens, 1979; Sahlins, 1983).

2. Os testemunhos

A iconografia detectada no Penedo do Matrimónio é essencialmente constituída por duas representações antropomórficas e por quatro figurações de punhais.

Aquelas imagens foram gravadas na superfície granítica que lhes serve de suporte, medindo cerca de 1,50 m de altura e 0,75 m de largura, através da percussão indirecta, executada, muito possivelmente, com artefactos metálicos, enformando linhas, mais ou menos profundas e largas, em geral contínuas. O grau de erosão ou desgaste, provocado pela prolongada exposição à acção dos agentes meteóricos, é acentuado.

Os dois antropomorfos encontram-se alinhados, quase no sentido norte-sul, ocupando, sensivelmente, o centro do espaço operativo, de superfície rochosa subhorizontal e de contorno trapezoidal, pertencente a extenso afloramento.

As figuras mencionadas apresentam-se nuas, com os braços erguidos, acima da cabeça, em forma de V e as mãos, bem abertas, deixam reconhecer os cinco dedos. Os pés, descalços e como que rebatidos para os lados, mostram os dedos separados.

Observa-se claro dimorfismo sexual, dado que o corpo do personagem masculino, figurado na parte superior da composição, é maior, medindo 0,49 m de altura, mais estreito e evidencia o sexo, enquanto a imagem feminina apresenta 0,38 m de altura, possui corpo alargado, onde se reconhecem os seios, figurados por círculo e covinha, exibindo também, muito claramente, o sexo. R. Colmenero (1991, p. 147) colocou a hipótese, não despicienda, de tratar-se de figuração de mulher grávida, dada a volumetria do ventre, a que devemos adicionar a da vulva.

Ao lado dos pés das imagens acima referidas observam-se círculos ou covinhas, associados a formas triangulares alongadas, duas delas com linha mesial, representando punhais desembainhados, conforme foi, aliás, interpretado (Colmenero, 1991, p. 147; Bettencourt, Sanches, Dinis e Cruz, 2004, p. 65).

Aquelas armas foram figuradas com a extremidade dos cabos junto aos pés dos antropomorfos e encontram-se como que pousadas no solo, transversalmente alinhadas com eles.



Figura 1 - Gravuras rupestres do Penedo do Matrimónio (seg. A. Fernandes, 2004, parcialmente alterado).

Acima do antropomorfo masculino, e quase ligando-se à sua mão direita, foi gravada linha arqueada, terminando em covinha, mas que ocupa zona da rocha fissurada, pelo que a sua autenticidade e interpretação podem levantar algumas dúvidas. Para R. Colmenero (1991, p. 147) seria vara ou látego. Todavia, é possível que represente outra arma, talvez funda, dado que a figuração de lâmina encurvada ou afalcatada de espada, seria mais realista como acontece com os punhais associados a ambos antropomorfos. Ainda sobre a cabeça daquele mesmo personagem reconhece-se gravação semicircular que pode querer figurar capacete, talvez metálico, conforme também foi interpretado por R. Colmenero (1991, p. 147). Este elemento do equipamento bélico encontra-se representado em estelas da Idade do Bronze Final do Sudoeste Peninsular e em algumas estátuas de guerreiros galaicos, do Noroeste Peninsular.

A cabeça do antropomorfo masculino mostra zona gravada ao centro e a do feminino foi totalmente escavada, não exibindo, nenhum dos dois, olhos, nariz, boca ou orelhas.

As características das gravuras, tais como as alterações técnicas que apresentam, os graus de erosão e as dimensões, encontram-se minuciosamente descritas no trabalho acima citado (Bettencourt, Sanches, Dinis e Cruz, 2004).

3. Que antropomorfos são estes ?

O tipo de registo em apreço, cujas características estilísticas fogem às da grande maioria das figurações rupestres antropomórficas conhecidas, tem, não raro, sido atribuído ao "tontinho da aldeia", pensando-se, portanto, pertencer a períodos históricos e até a produções recentes, não se lhe conferindo importância documental.

Exemplifica aquela atitude a dificuldade de alguns estudiosos em admitir cronologia, pré-histórica ou proto-histórica, para imagens afins, como as existentes na Laxe dos Homes (Santa María de Cequeril, Cuntis), na Galiza, cuja antiguidade tem sido posta em causa (García Alén e Peña Santos, 1980, p. 61).

Felizmente não ocorreu tal desígnio com os elementos iconográficos objecto do presente texto, dado que todos os autores que a eles se referiram os classificaram como pré-romanos e tendo-se, até, precisado a sua datação no Calcolítico Final (Bettencourt, Sanches, Dinis e Cruz, 2004, p. 70) e na Idade do Bronze Inicial ou Média (Colmenero, 1991, p. 147), atribuições que consideramos injustificadas e que tentaremos rever.

As representações do Penedo do Matrimónio, apesar do seu estilo pouco comum, constituem testemunhos muito impressivos e raros, dado, por um lado, possuírem dimensões apreciáveis e dimorfismo sexual claro, como, por outro lado, exibirem grandes mãos, muitos abertas, os pés e o sexo encontrarem-se bem patentes, a par das reproduções de armas, escassas na arte rupestre do Norte de Portugal e pouco comuns na Galiza. Também o facto das imagens referidas constituírem uma composição, ou cena, potencia, segundo cremos, o seu interesse histórico-arqueológico. R. Colmenero (1991, p. 147) reconheceu este aspecto e relacionou-o com possível culto da fecundidade e com a guerra.

Em nosso entender podemos, desde logo, considerar que os dois corpos figurados constituem como que suportes das extremidades dos membros, das mãos e dos pés, exageradamente grandes, como dos sexos, também bem evidentes, perante a quase nula importância conferida às cabeças, onde não foram marcados quaisquer pormenores anatómicos. Transparece, pois, que não se desejou representar rasgos fisionómicos, fulanizáveis, mas entidades reconhecíveis devido aos seus atributos específicos.

Lembramos que a nudez total foi, na Antiguidade, apanágio de heróis e de divindades, encontrando-se, em geral, excluída entre os simples mortais. Ela deve conotar-se com a pureza, a transe e a tentativa de alcançar estados primordiais, mas também com a sexualidade e a fecundidade.

A desproporção dimensional dos sexos, dos pés e, em especial, das mãos, em ambas figuras, acentua, em nosso entender, a sua dimensão sagrada.

Os braços erguem-se ao alto, com os dedos das mãos bem afastados, na denominada "posição do orante", interpretada como representando aspectos da vertente sócio-religiosa, nomeadamente a tentativa de entrar em contacto com o mundo transcendente ou espiritual, como ainda recebendo as forças astrais ou cósmicas. Os braços elevados e as mãos abertas, em direcção à abóbada celeste, encontram-se entre os gestos rituais mais divulgados pelas sociedades humanas de todas as épocas e latitudes, dada a reconhecida importância que aquele elemento teve, desde tempos remotos, na experiência religiosa.

Os pés são, também, desproporcionados, extremamente longos e os dedos, bem individualizados,

sublinham tanto a sua forte ligação ao solo e à terra como, muito possivelmente, ao mundo subterrâneo.

As duas imagens devem figurar raro par de divindades, ou hierogamia, cujo significado procuraremos, adiante, melhor abordar.

4. Os punhais

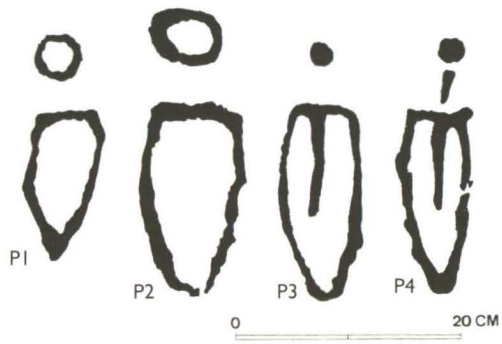


Figura 2- Representações de punhais do Penedo do Matrimónio.

Conforme descrevemos, junto aos pés de ambos antropomorfos do Penedo do Matrimónio observam-se representações de punhais desembainhados, de lâmina não muito longa mas larga, de gumes ligeiramente arqueados, encontrando-se dois exemplares providos de nervura central e todos oferecendo pomo de contorno circular. Apenas um mostra o cabo completo, com empunhadura, ligando a lâmina ao pomo (Fig.2).

	C.T.	C.C.	C.L.	D.P.	C.E.	L.L.	C.T./C.L.	C.L./C.C.	C.L./L.L.
P1	20,4	7,2	13,2	3,2	4,0	5,2	1,54	1,83	2,53
P2	25,6	8,4	17,2	4,0	4,4	7,6	1,48	2,04	2,26
P3	23,2	5,6	17,6	1,6	4,0	5,2	1,31	3,14	3,38
P4	22,8	6,8	16,8	2,0	4,8	4,4	1,35	2,47	3,81
méd.	23,0	7,0	16,2	2,7	4,3	5,6	1,41	2,37	2,99
mod.	(29,9)	(9,1)	(21,0)	(3,51)	(5,5)	(7,2)	(1,42)	(2,30)	(2,91)

Quadro I- Medidas dos punhais figurados no Penedo do Matrimónio e possíveis medidas dos seus modelos (+30%) (C.T.= comprimento total; C.C.= comprimento do cabo; C.L.= comprimento da lâmina; D. P.= diâmetro do pomo; C.E.= comprimento da empunhadura; L.L.= largura máxima da lâmina) (as medidas encontram-se expressas em centímetros).

A identificação daquelas figuras com armas não é, devido aos conhecidos convencionalismos iconográficos de que se serve a arte rupestre, totalmente pacífica. Todavia, paralelos com gravuras rupestres da Galiza (Fig.3), ou de outras zonas da Europa, permitem aceitar a classificação proposta.

A maior das representações de punhais da composição que temos vindo a referir mede 0,256 m de comprimento total e a menor apenas 0,204 m. A média dos comprimentos das quatro figurações é de 0,230 m (cf. Quadro I).

Apenas um dos punhais (P3) possui a lâmina algo mais longa que o triplo do comprimento do cabo, pelo que, seguindo o critério de R. Chenorkian (1988, p. 138, 145), poderíamos considerar tratar-se de espada curta, não fora a sua perfeita integração com as formas dos restantes exemplares que a acompanham. Outro punhal (P4), oferece comprimento total cerca de cinco vezes maior que a largura da lâmina, pelo que é aquele que mostra aspecto mais esbelto (cf. Quadro I).

Importa referir que as medidas patentes nas figurações de punhais do Penedo do Matrimónio não devem corresponder aos valores reais, ou dos seus protótipos, dado que também as figurações antropomórficas a que se associam oferecem dimensões muito inferiores às de qualquer indivíduo. Assim, alguns possíveis modelos de tais armas e as que ostentam os guerreiros galaicos, permitem considerar que aquelas seriam cerca de 30% maiores do que as dimensões com que foram figuradas, medindo entre 0,265 m e 0,332 m de comprimento total e apresentando como valor médio 0,30 m. As lâminas teriam, em média, 0,21 m de comprimento e 0,07 m de largura. Os diâmetros dos pomos atingiriam, em média, 0,035 m (cf. Quadro I).

A relação comprimento total/comprimento da lâmina apresenta o valor 1,41, ou seja, correspondendo o comprimento da lâmina a cerca de 2/3 do comprimento total da arma, sendo o comprimento do cabo 1/3 daquele. As larguras das lâminas oferecem, em média, 1/3 do seu comprimento.

As figuras descritas são semelhantes a imagens de punhais metálicos, conhecidas na arte rupestre do Noroeste Peninsular. De facto, tanto no Monte da Pena (Rianxo, A Coruña), como em Auga da Laxe (Gondomar, Pontevedra) ou na Pena Furada (Campo Lameiro, Pontevedra), encontram-se figurações de punhais, com lâminas de contorno subtriangular, bordos arqueados e exibindo pomo circular, que podem ser tomadas como paralelos para as representações do Penedo do Matrimónio (Costas Goberna e Novoa Álvarez, 1993, p. 169; Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro, Novoa Álvarez e Peña Santos, 1997, p. 99) (Fig. 3).

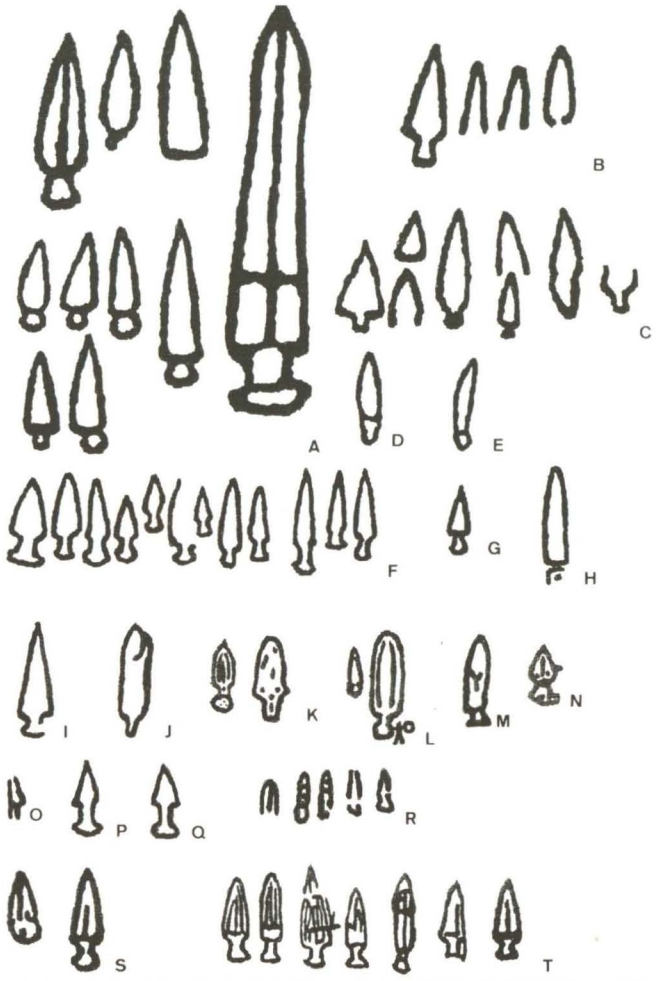


Figura 3- Representações de punhais e de espadas na arte rupestre do Noroeste Peninsular (seg. Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro, Novoa Álvarez e Peña Santos, 1997, p. 99). A, Auga da Laxe I; B, Auga da Laxe III; C, Poza da Lagoa II; D, Poza da Lagoa III; E, Mogüelos II; F, Ramallal XII; G, Ramallal VIII; H, Ramallal; I, Ramallal II; J, Pornedo I; K, Matabois XV; L, Pedra das Ferraduras; M, Matabois XIII; N, Matabois VII; O, Pedra Furada IX; P, Pedra Furada V; Q, Pedra Furada XI; R, Pedra Furada III; S, Pedra Ancha; T, Castriño de Conxo.

Aqueles raros testemunhos, dado surgirem apenas em cerca de 2% das superfícies com petróglifos, da região assinalada, embora alguns formem verdadeiras panóplias, não têm sido objecto de estudos tipológicos e comparativos com os seus possíveis modelos, apesar das acentuadas variações morfológicas que oferecem e da sua sempre reconhecida importância para a datação da arte rupestre como, ainda, da interpretação funcional de parte daquela. Estas armas têm vindo, ao longo dos anos, a ser quase sempre genericamente atribuídas a largo período, entre o Calcolítico Final e a Idade do Bronze Médio, embora tais classificações estejam destituídas de argumentação objectiva e decorram do mero comparativismo visual (Peña Santos e Vázquez Varela, 1979, p. 83, 84, 86, 89, 93; García Alén e Peña Santos, 1980, p. 140, 141; Costas Goberna e Novoa Álvarez, 1993, p. 159; Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro, Novoa Álvarez e Peña Santos, 1997, p. 99).

Constitui excepção ao panorama indicado, trabalho pioneiro de E. Anati (1968) e, ulteriormente, o reconhecimento de dois grandes grupos de figurações de punhais e de espadas curtas devido a Vázquez Rozas (1997, p. 107, 108). Para este autor um dos grupos é formado por armas providas de lâminas largas de bordos paralelos, ou de contorno triangular alongado, pequeno cabo com empunhadura e pomo bem figurados, ou lingueta, algumas das quais mostrando nervuras centrais ou biselados paralelos aos bordos. O segundo grupo oferece folhas lisas, de gumes arqueados e cujas empunhaduras foram representadas por pequenos círculos, conforme acontece em dois dos exemplares do Penedo do Matrimónio.

Recordemos que nos dois outros exemplares dos petróglifos portugueses se observa, no topo de cada um dos cabos, covinha em substituição do círculo, aspecto que não nos parece importante em termos do significado iconográfico.

Os punhais, com lâminas largas, reforçadas por nervura central, das figurações do Penedo do Matrimónio, exibindo pomo circular, afastam-se das tipologias de tais armas produzidas durante o Calcolítico e a Idade do Bronze, pelo que devemos procurar outros paralelos com cronologia segura, nomeadamente sidéricos.

Oito representações esculpidas, de granito, procedentes de povoados fortificados do Noroeste Peninsular, datadas dos finais da Idade do Ferro e figurando chefes-guerreiros, antepassados heroicizados, entidades tutelares ou divindades, exibem punhais, sujeitos por cinturão, sempre colocados no lado direito daquelas personagens que, em geral, os seguram com a mão daquele mesmo lado. Na única escultura onde tal não acontece o guerreiro suporta, na mão direita, espada desembainhada (Silva, 1986, ests CXX-CXXIII).

As imagens de punhais referidas encontram-se, conforme mencionámos, embainhadas, mostrando cabos que terminam em pomos esféricos, exceptuando uma delas devido a fractura do suporte. Contudo, oferecem formas e dimensões algo diferentes, devendo possuir protótipos semelhantes a armas do mesmo tipo, proporcionadas por contextos sidéricos mesetenhos, conforme foi já sugerido (Almeida, 1975, p. 495) (Fig. 4).

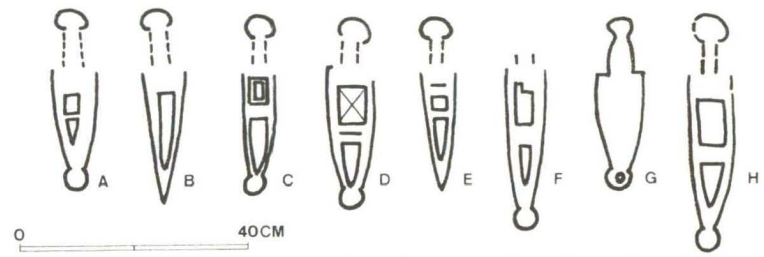


Figura 4- Representações de punhais em guerreiros galaicos (A, Lezenho 1; B, Lezenho 2; C, São Julião; D, Campos; E, Meixedo; F- Refojos de Basto; G, Santa Comba de Basto; H- Santo Ovídio de Fafe) (seg. A. C. F. da Silva, 1986, ests CXX-CXXIII).

A avaliação das dimensões das diferentes partes que constituem as armas patentes nas esculturas referidas conta com as limitações de as mesmas se encontrarem embainhadas, não permitindo executar medições precisas das lâminas, terem sete delas a empunhadura oculta pela mão do guerreiro e, por fim, traduzirem alguns convencionalismos, onde avulta o facto de terem sido reproduzidas cerca de 25% maiores que os seus protótipos.

Aquele valor baseia-se no reconhecimento de que os personagens figurados, quando completos, alcançariam 2,10 m a 2,20 m de altura, senão mesmo mais, ou seja, ultrapassando em 25% a estatura aceite como normal para indivíduos do sexo masculino à época em que se executaram as estátuas.

Tendo em vista dispormos das medidas originais dos punhais figurados na estatuária sidérica do Noroeste Peninsular, teremos de descontar 25% às dimensões registadas nas imagens daquela e que nos servem de referência (cf. Quadro II).

	C.T.	C.C.	C.L.	D.P.	C.E.	L.L.	C.T./C.L.	C.L./C.C.	C.L./L.L.
Lezenho 1	34,0	13,0	21,0	7,0	9,0	9,0	1,61	1,61	2,33
	(27,2)	(10,4)	(16,8)	(5,6)	(7,2)	(7,2)			
Lezenho 2	38,0	15,0	23,0	6,0	10,0	9,0	1,65	1,53	2,55
	(30,4)	(12,0)	(18,4)	(4,8)	(8,0)	(7,2)			
São Julião	34,0	13,0	21,0	6,0	8,0	6,0	1,61	1,61	3,50
	(27,2)	(10,4)	(16,8)	(4,8)	(6,4)	(4,8)			
Campos	37,0	10,0	27,0	6,0	6,0	10,0	1,37	2,70	2,70
	(29,6)	(8,0)	(21,6)	(4,8)	(4,8)	(8,0)			
Meixedo	36,0	11,0	25,0	6,0	8,0	6,0	1,44	2,27	4,16
	(28,8)	(8,8)	(20,0)	(4,8)	(6,4)	(4,8)			
Refojos de Basto	-	-	30,0	-	-	8,0	-	-	3,75
			(24,0)			(6,4)			
Santa Comba de	32,0	13,0	19,0	5,0	8,0	9,0	1,68	1,46	2,11
Basto	(25,6)	(10,4)	(15,2)	(4,0)	(6,4)	(7,2)			
Santo Ovídio de	44,0	13,0	31,0	7,0	7,0	9,0	1,41	2,38	3,44
Fafe	(35,2)	(10,4)	(24,8)	(5,6)	(5,6)	(7,2)			
médias	36,4	12,5	24,6	6,14	8,0	8,2	1,53	1,93	3,06
modelos	(29,1)	(10,0)	(19,7)	(4,9)	(6,4)	(6,6)			

Quadro II- Medidas dos punhais figurados nos guerreiros galaicos e medidas dos seus modelos (-25%) (C.T.= comprimento total; C.C.= comprimento do cabo; C.L.= comprimento da lâmina; D.P.= diâmetro do pomo; C.E.= comprimento da empunhadura; L.L.= largura máxima da lâmina) (as medidas encontram-se expressas em centímetros).

Uma vez corrigidas as medidas obtidas para os punhais da estatuária sidérica mencionada, observa-se que os comprimentos totais daquelas armas variariam entre 0,256 m (Santa Comba de Basto) e 0,352 m (Santo Ovídio de Fafe), oferecendo o valor médio de 0,291 m. As lâminas das mesmas armas teriam comprimentos de 0,152 m a 0,248 m, sendo a média de 0,197 m, enquanto a média das larguras máximas é de 0,066 m.

A relação entre o comprimento médio dos punhais e o comprimento médio das lâminas oferece 1,53, ou seja aquelas correspondem a 2/3 do comprimento total das armas e os cabos das mesmas a 1/3.

Os modelos daqueles punhais devem corresponder a exemplares produzidos em ferro, providos de punho biglobular, como os procedentes das necrópoles de Ciruelos (Guadalajara), Quintanas de Gormaz, Termancia, Osma e da cidade de Numancia, na província espanhola de Soria ou, ainda, em ocorrências do cemitério de Las Cogotas (Ávila) e, portanto, da II Idade do Ferro da Meseta, com cronologia centrada nos séculos III-II a. C., mas também alcançando o século I a. C. Algumas das armas do mesmo tipo são, também, conhecidas em Palencia (Burgos) e, portanto, geográfica e culturalmente mais próximas de Trás-os-Montes (Schüle, 1969, ests 24, 33, 36-38, 43, 46, 55-59, 115, 117, 118, 165, 166) (Fig. 5).

A média dos comprimentos das armas em apreço ronda os 0,30 m, correspondendo as lâminas, em geral, a 2/3 daquele valor. Os diâmetros dos pomos variam entre 0,026 m e 0,040 m, embora a sua média seja de 0,031 m. As empunhaduras são curtas e atingem cerca de 0,07 m. As lâminas são estreitas, variando as suas larguras entre 0,038 m e 0,060 m (média 0,042 m), correspondendo, em média, a 1/4 do comprimento total (cf. Quadro III).

Finalmente devemos comparar as medidas obti-

	CT	CC	CL	DP	CE	LL	CT/CL	CL/CC	CL/LL
Ciruelos, Guadalajara	33	12	21	3,5	7	4	1,57	1,75	5,25
Quintanas de Gormaz	28	11	17	2,6	6,6	4,6	1,64	1,54	3,69
Quintanas de Gormaz	30	10	20	3	7	4	1,50	2,00	5,00
Quintanas de Gormaz	28	11	17	2,6	6,5	4	1,64	1,54	4,25
Quintanas de Gormaz	30	11	19	3,2	6,6	4,8	1,57	1,72	3,95
Quintanas de Gormaz	30	10	20	4	6,6	4	1,50	2,00	5,00
Termancia, Soria	32,5	11	21,5	3,2	7	4	1,51	1,95	5,37
Osma (sep. 4), Soria	32,8	12,6	20,2	3,2	8	4	1,62	1,60	5,05
Osma (sep. 7), Soria	27,2	11,6	15,6	2,6	7	4	1,74	1,34	3,90
Osma (sep. 8), Soria	28,4	10	18,4	2,8	6,4	4	1,54	1,84	4,60
Osma (sep. 9), Soria	26,4	11,2	15,2	2,8	9	4	1,73	1,35	3,80
Osma (sep. 11), Soria	30	10,4	19,6	3,2	6	4,4	1,53	1,88	4,45
Osma (sep. 12), Soria	27	11,2	15,8	4*	7,6	3,8	1,70	1,41	4,15
Numancia, Soria	29,5	12,5	17	2,6	9	4	1,73	1,36	4,25
Las Cogotas, (sep. 605),	27	10	17	3,6*	7	6	1,58	1,70	2,83
Las Cogotas (sep. 1354),	25	9	16	3,2*	7	4,5	1,56	1,77	3,55
Las Cogotas (sep. 383),	25	9	16	2,6	5,6	4	1,56	1,77	4,00
Palencia, Burgos	33	11	22	4	7	6	1,50	2,00	3,66
Medias	29,04	10,80	18,24	3,15	7,05	4,33	1,59	1,69	4,21

Quadro III- Medida de punhais mesetenhos da II Idade do Ferro (* tem pomo circular) (seg. W. Schüle, 1969, ests 24, 33, 36-38, 43, 46, 55-59, 115, 117, 118, 165, 166).

das, uma vez corrigidos os aspectos convencionais, nas representações do Penedo do Matrimónio, com as dos punhais figurados nos guerreiros galaicos, também corrigidas, tal como com as registadas nos punhais procedentes de contextos sidéricos mesetenhos (cf. Quadro IV).



Figura 5- Punhais de contextos sidéricos mesetenhos (A, Ciruelos; B-F, Quintanas de Gormaz; G, Termancia; H-M, Osma; N- Numancia; O-Q, Las Cogotas; R, Palencia) (seg. W. Schüle, ests 24, 33, 36-38, 43, 46, 55-59, 115, 117, 118, 165, 166).

Verifica-se que as médias dos comprimentos dos punhais são muito semelhantes (0,299 m, 0,291 m e 0,290 m), havendo também poucas diferenças nas médias dos valores obtidos para os comprimentos dos cabos (0,091 m, 0,100 m e 0,108 m), das lâminas (0,210 m, 0,197 m e 0,182) ou dos diâmetros dos pomos (0,035 m, 0,049 m e 0,031 m).

Igualmente as médias das larguras das lâminas entre os exemplares do Penedo do Matrimónio e dos guerreiros galaicos são semelhantes, enquanto a dos punhais mesetenhos é menor (0,072 m, 0,066 m e 0,043 m). Todavia, punhais de Las Cogotas (sep. 605) e de Palencia, possuem lâminas medindo 0,06 m de largura, aproximando-se da largura média obtida para os punhais figurados no Penedo do Matrimónio. Não obstante, notam-se, no comprimento das empunhaduras, algumas diferenças (0,055 m, 0,064 m e 0,070 m). Estas podem dever-se, uma vez mais, aos convencionalismos artísticos, designadamente ao facto de se terem representado nas gravuras rupestres os pomos totalmente circulares e nos guerreiros estes não mostrarem a zona de ligação à empunhadura.

Finalmente os índices obtidos, C.T./C.L., C.L./C.C. e C.L./L.L., para os três tipos de informação, são análogos, podendo concluir-se que as representações de punhais do Penedo do Matrimónio, apesar da conceptualização de toda a arte rupestre, tiveram protótipos, formal e dimensionalmente idênticos aos punhais que se figuraram nos guerreiros galaicos, correspondendo ambos conjuntos de imagens a punhais de ferro, afins dos conhecidos em necrópoles mesetenhas da II Idade do Ferro (séculos III-II a. C.), com cabo de tipo biglobular e, portanto, possuindo cronologia semelhante.

5. Um universo semântico ?

Julgamos pertinente procurar paralelos iconográficos e contextos culturais, na arte rupestre do Ocidente Peninsular, para o repertório oferecido pelas gravuras que temos vindo a estudar.

Os autores, devidamente citados, que publicaram aqueles testemunhos não os consideraram como constituindo uma cena, ou seja a reprodução de uma acção, devido, quanto àqueles, à ausência de limites ou de enquadramento espacial das figurações. Assim foi esquecido que o cenário deve ser constituído pelo próprio sítio onde as gravuras foram executadas, conforme quase sempre acontece em contextos sócio-religiosos pré e proto-históricos e, nomeadamente, em santuários ao ar livre.

A eleição daquele local ficou, certamente, a dever-se a programa preciso e a cena registada, através de gravação, deve incluir-se no grupo das mitografias ou mito-histórias, servida por cenário próprio, carácter narrativo e dois protagonistas, com os seus atributos específicos, físicos, culturais e comportamentais.

	C.T.	C.C.	C.L.	D.P.	C.E.	L.L.	C.T./C.L.	C.L./C.C.	C.L./L.L.
Penedo do Matrimónio	29,9	9,1	21,0	3,5	5,5	7,2	1,42	2,30	2,91
Guerreiros galaicos	29,1	10,0	19,7	4,9	6,4	6,6	1,53	1,93	3,06
Punhais mesetenhos	29,0	10,8	18,2	3,1	7,0	4,3	1,59	1,69	4,21

Quadro IV- Comparação das médias das medições e dos índices obtidos nos punhais representados nas quatro figurações do Penedo do Matrimónio e em oito guerreiros galaicos, com valores corrigidos devido aos diferentes convencionalismos, tal como com dezoito punhais de ferro, procedentes de contextos arqueológicos mesetenhos da II Idade do Ferro (C.T.= comprimento total; C.C.= comprimento do cabo; C.L.= comprimento da lâmina; D.P.= diâmetro do pomo; C.E.= comprimento da empunhadura; L.L.= largura máxima da lâmina) (as medidas encontram-se expressas em centímetros).

O único paralelo até agora apresentado para as imagens do Penedo do Matrimónio, a figura antropomórfica, gravada, de Siribela IX (Tourón, Pontecaldelas, Pontevedra), com cabeça circular, grandes mãos e fálica, oferece concepção e constituição, muito esquemática, afastando-se estilisticamente daquelas.

É, segundo cremos, na Laxe dos Homes, de Santa María de Cequeril (Cuntis, Pontevedra), que descobrimos maiores semelhanças com as imagens do Penedo do Matrimónio (García Alén e Peña Santos, 1980, p. 61, fig. 65) (Fig. 6).

Tais gravuras, medindo 0,80 m de altura e a que E. Anati (1968, p. 59) chamou "casal divino", mostram a associação entre dois antropomorfos, de sexo diferente, possuindo corpos igualmente de forma geometrizante e alongada, um deles exibindo os braços semi-erguidos, providos de grandes mãos e onde também se observam os dedos bem individualizados. Na outra figura os braços foram apenas esboçados, terminando em mãos do mesmo tipo. Ambos apresentam pés, que oferecem disposição e forma semelhantes aos pés das figuras do Penedo do Matrimónio. As cabeças são também circulares, uma parece ostentar capacete de cornos e até junto ao seu pé direito encontra-se círculo, idêntico aos pomos dos punhais observados nas gravuras portuguesas.

A cerca de 15 m daquelas figuras reconheceram-se duas outras, antropomórficas e com dimensões aproximadas, com corpos subcirculares providos de raios interiores perpendiculares e também exibindo cornos ou capacete de cornos (Bessone, Ricchiardi e Seglie, 1972) (Fig.7).

Naquela mesma região, antropomorfo, do grupo III da Praia das Cunchas (Rianxo, A Coruña), medindo 0,76 m de altura e, portanto, podendo ser considerado como possuindo grandes dimensões, com os braços erguidos e dominando composição de cervídeos, bem mais erodida, oferece afinidades estilísticas e atitude próxima à das figuras transmontanas (Fig. 8 A). Atente-se, no que concerne ao paralelismo e verticalidade dos contornos do corpo, que também iremos encontrar na imagem gravada do guerreiro de Penha-Fidelis (Penafiel) e em outras representações antropomórficas atribuíveis à Idade do Ferro (Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro e Peña Santos, 1999, p. 182; Costas Goberna, Novoa Álvarez, 1993, p. 138).

A imagem antes mencionada encontra-se no Penedo do Gato, situado no alto do monte conhecido como Castelo ou Castelo de Penha-Fidelis (Oldrões, Penafiel), aproveita superfície subvertical e mostra cabeça circular, corpo rectangular, pernas curtas e pés voltados para fora, medindo 0,45 m de altura. Os braços semi-erguidos sustentam pequeno escudo redondo (*caetra*) e o que foi interpretado como um machado, mas que também pode corresponder a funda. Um traço oblíquo, na zona da cintura, parece representar espada. Na face observam-se os esboços

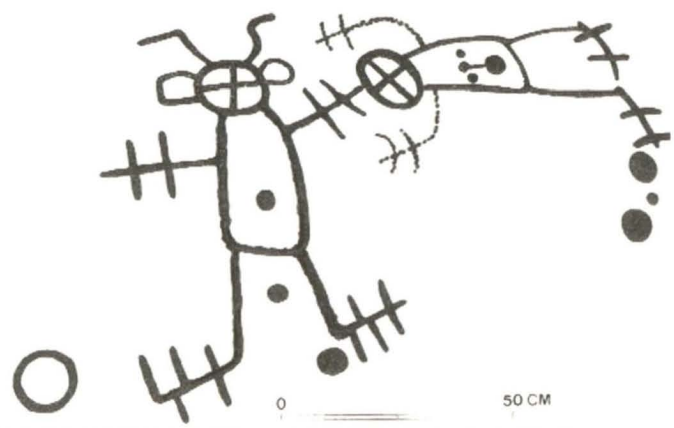


Figura 6- Laxe dos Homes (Santa María de Cequeril, Cuntis) (seg. E. Anati, 1968, p. 58, fig. 42).

correspondentes aos olhos, nariz e boca (Brandão e Sousa, 1966; Pinto e Brandão, 1966) (Fig. 8 D).

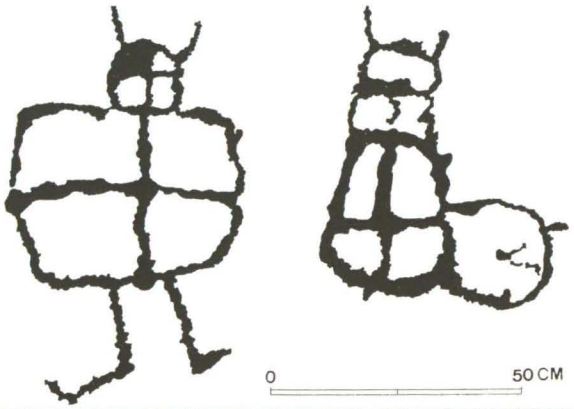


Figura 7- Laxe dos Homes (Santa María de Cequeril, Cuntis) (seg. Bessone, Ricchiardi e Seglie, 1972, p. 259).

Conhecem-se outras figurações de personagens armadas semelhantes à acima descrita, uma no povoado de Abragão, no mesmo concelho de Penafiel, e a da Laxe do Outeiro do rio Loureiro (San Cibrão de Aldán, Cangas de Morrazo), na Galiza, esta última armada com espada, escudo e talvez capacete de cornos (García Alén e Peña Santos, 1980, p. 34, fig. 28) (Fig. 8 C).

Aquelas representações podem ser datadas entre a Idade do Bronze Final e os finais da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular.

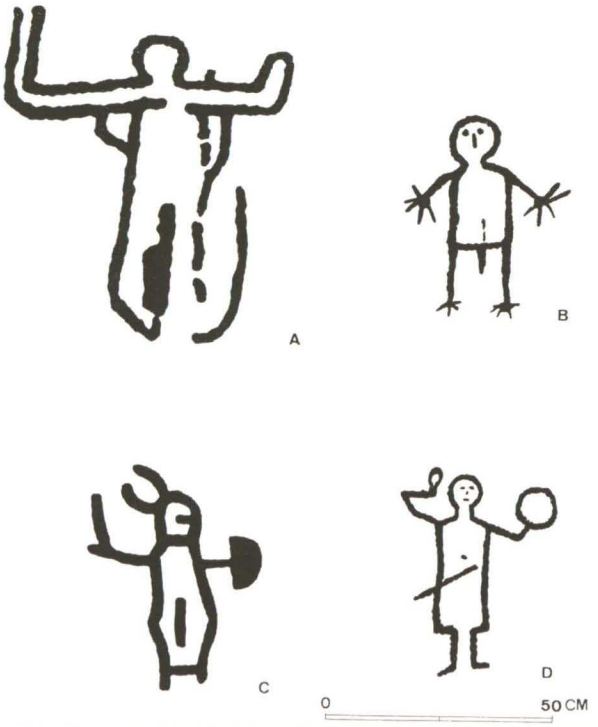


Figura 8- Gravuras rupestres antropomórficas. A, Praia das Cunchas; B, Laje Erguida do Magoito; C, Laxe do Outeiro; D, Penha-Fidelis (A, seg. Costas Goberna, Hidalgo Cuñarro e Peña Santos, 1999, p. 182; B, seg. M. V. Gomes; C, seg. García Alén e Peña Santos, 1980, p. 34, fig. 28; D, seg. Pinto e Brandão, 1966, p. 265).

Bem mais para sul, a cerca de uma dezena de quilómetros a norte do Cabo da Roca, e perto das falésias litorais, no local conhecido por Laje Erguida (Magoito, Sintra), foi, há alguns anos atrás, identificado conjunto de gravuras, hoje desaparecido, que aproveitava, como suporte, superfícies oblíquas de arenito e onde entre temática diversa (círculos radiados interiormente, covinhas, canaletos, cruciformes, escalariformes, etc...) se reconhecia personagem antropomórfico nu e fálico, com os braços semierguidos e mãos bem abertas (Sousa, 1990) (Fig. 8 B).

Aquele media 0,44 m de altura, na face reconheciam-se os dois olhos e o nariz, e sugeria encontrar-se ligado a círculo radiado, conferindo-lhe conotação solar. As suas características morfológicas, a iconografia associada e a técnica de gravação utilizada, permitem atribuir estas gravuras à Idade do Ferro.

Representação antropomórfica da rocha 1 de Fratel, no Vale do Tejo, apresenta face, apenas com olhos e nariz, os braços semierguidos, possuindo as mãos voltadas para cima e espada à cintura. Ela é muito semelhante às figurações de guerreiros heroicizados gravadas, com grandes mãos abertas, das estelas da Idade do Bronze Final, da Figueira (Vila do Bispo) e de Monte Blanco (Badajoz), nesta ostentando, igualmente, espada à cintura (Gomes, 1990, p. 68, 69, fig. 7; 2001, p. 78, 80, 81, fig. 13) (Fig. 9).

As figurações descritas centram programas iconográficos que correspondem a discursos sócio-religiosos, onde personagens, em geral com grandes dimensões, se associam a armas e à simbologia solar. Este reportório emergiu, no Ocidente Peninsular, a partir do Calcolítico, renovando-se durante a Idade do Bronze Final, nomeadamente com as estelas funerárias mais tardias daquele período, conotadas com o importante papel político-militar e religioso desempenhado por alguns líderes heroicizados, no contexto da complexificação económica e social então ocorrida, que daria origem às sociedades proto-estatais (Gomes, 1990, p.82).

Durante a Idade do Ferro, à tradição autóctone fundiram-se novos contributos de origem céltica, o que haveria de, em novo quadro económico, social e cultural, potenciar a importância simbólica e funcional das armas, continuando a serem incluídas nas práticas sócio-religiosas e conduzindo a que fossem abundantemente representadas, conforme o Penedo do Matrimónio constitui muito significativo testemunho.

6.Conclusões

A iconografia patente no Penedo do Matrimónio permite, perante os argumentos anteriormente apresentados, considerar que representa hierogamia, ou seja casal de divindades, de idade proto-histórica, mais precisamente dos finais da Idade do Ferro.

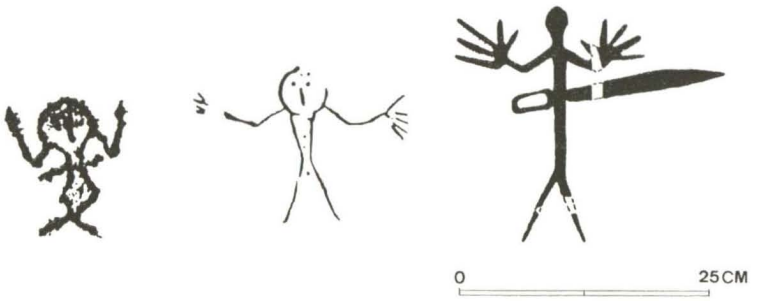


Figura 9- Representações antropomórficas gravadas. A, Fratel (rocha 1); B, estela da Figueira (Vila do Bispo); C, estela do Monte Blanco (Badajoz) (seg. M. V. Gomes, 2001, p. 81, fig. 13).

Tal classificação cronológica assenta não só nos paralelos para as armas figuradas, como nos atributos iconográficos e técnicos, reconhecidos nas figuras antropomórficas a que se associam.

No Noroeste Peninsular existem abundantes evidências arqueológicas e epigráficas de divindades a quem foi prestado culto em tempos pré-romanos, como Reve (*Deo Reve Larauco*, em inscrição de Baltar), deus supremo equiparável a Júpiter (*Iovi Optimo Maximo*), Lugus, ligado à fecundidade, à fertilidade em geral, à produção e prosperidade ou à saúde, oferecendo grande dispersão de evidências a norte do rio Douro, e Nabia, deusa-mãe protectora, conotada com a fertilidade, mas também com as montanhas, os bosques, as águas dos rios ou dos mananciais, que apresentam movimento espontâneo e reflectem a luz solar (Silva, 1986, p. 287, 297; Olivares Pedreño, 2002, p. 77, 85-97, 233).

Os casais de deuses indígenas, figurados tanto no Penedo do Matrimónio, como na Laxe dos Homes podem, segundo cremos, corresponder ao par, ou hierogamia, Lugus e Nabia.

A primeira daquelas divindades, cujo nome significa "o que brilha" ou "o luminoso" (de *leuk*), identifica-se com *Lugh Lamfhada*, do ciclo mitológico irlandês, sendo caracterizado por possuir grandes mãos e expor o sexo, atributos dos deuses solares ou da luz, tal como dos heróis e dos guerreiros heroicizados com eles conotados. Nas regiões de influência celta comemorava-se, no início de Agosto, com grande festa de carácter agrário, as bodas de Lugh (*Lughnasadh*), denunciando a existência de hierogamia mas, também, referindo a sua morte e ressurreição. Talvez o maior santuário peninsular consagrado a esta divindade seja o de Peñalba de Villastar (Teruel), junto ao rio Turia e activo entre o século I a. C. e a centúria seguinte (Marco Simón, 1986, p. 738; Gomes, 1990; Green, 1992, p. 135; Olivares Pedreño, 2002, p. 213; Moneo, 2003, p. 251-253, 311).

São bem conhecidos os atributos solares e o carácter guerreiro de Lugus no Noroeste Peninsular, na Gália e nas Ilhas Britânicas, podendo, naquele quadro, surgir com cornos, ou capacete de cornos, e armado com lança, espada ou funda. Esta última arma pode estar figurada no Penedo do Matrimónio, conforme sugerimos, tal como no petróglifo de Penha-Fidelis.

Também uma das personagens da Laxe dos Homes mostra capacete com cornos e próximo dela observam-se duas outras, cujos corpos são escutiformes solares e as cabeças ostentam cornos, devendo integrar o ciclo iconográfico de Lugus e os sincretismos que ele deve reflectir.

A enorme difusão do culto prestado à deusa Nabia no Noroeste Peninsular, e a sua conotação com as montanhas, os bosques e os rios, tal como os seus altares em zonas altas e isoladas, podendo também encontrar-se vinculada com a guerra, deixa aceitar a sua identificação como par das imagens masculinas nos dois santuários rupestres citados (Moneo, 2003, p. 305).

A presença das grandes mãos, nas figurações referidas, deve ligar-se principalmente à dimensão cósmica e ao poder espiritual, enquanto a exibição do sexo integrará a área do poder terreno e a sua vertente ctoniana.

O capacete, que mostra a divindade masculina do Penedo do Matrimónio, traduz importante simbologia ligada ao poder, dada a capacidade de proteger ou de provocar a invulnerabilidade, enquanto os punhais correspondem a símbolos guerreiros, de autoridade e da esfera político-militar, mas também estiveram conotados, tal como outras armas brancas, com o raio da tempestade ou seja, com o fogo e a água. Quando existem relâmpagos surge a chuva fertilizadora, acreditando muitas sociedades pré-históricas e etnográficas actuais

de que os punhais, espadas e lanças, quando cravados no solo, ajudam a estimular as forças fecundadoras da Natureza, provocando o renascimento da vida, a fertilidade e o bem-estar.

Os quatro punhais figurados no Penedo do Matrimónio, atributos das divindades e símbolos de estatuto, são instrumentos de guerra, com alto valor ritual e simbólico, que se associam aos pés nus daquelas, protegendo-as e conferindo-lhes dimensão ctoniana, embora unindo-as à vertente celeste, que tais armas também carregam.

A presença de pares de armas, utilizadas como instrumentos rituais ou em depósitos votivos, é conhecida na Península Ibérica desde, pelo menos, a Idade do Bronze Final, conforme exemplificam os pares de espadas de bronze encontrados nos arredores de Évora e de Sáfara (Moura), o gravado na rocha 53 do Cachão do Algarve, no Vale do Tejo, ou o par de machados descoberto no sítio das Fontes (Lagoa), no rio Arade (Silva e Gomes, 1992, p. 120; Gomes, 2001, p. 80).

Na vizinha Espanha foram descobertos pares de espadas, da Idade do Bronze Final, em Santa Maria de Oleiros, Salvaterra (Pontevedra), Sigüenza (Guadalajara), Catoira (Pontevedra), rio Ulla (Catoira) e no rio Genil (Herrera, Sevilha), constituindo deposições fluviais (Meijide Cameselle, 1988, p. 86, 87; Gabaldón Martínez, 2004, p. 22).

Aqueles locais de culto não ofereciam, normalmente, edificações, eram *loci consecrati* ou lugares sagrados *in natura*, ao ar livre, não raro situados em pontos remotos das montanhas, pouco antropizados, onde melhor se observavam as forças da Natureza, os fenómenos atmosféricos ou os astros, e onde os homens acreditavam poder aproximarem-se das divindades.

O Penedo do Matrimónio constituiu, por certo, centro de lugar de culto ou ritual, cujos principais testemunhos são a hierogamia gravada em afloramento rochoso, desconhecendo-se quais os rituais ou as práticas sócio-religiosas ali desenvolvidos (consagrações, cultos, oferendas, sacrifícios, libações, oráculos, iniciações ?), mas cuja iconografia indica ter integrado armas.

O registo religioso deve reflectir aspectos estruturados da sociedade que o produziu, sublinhando, no caso vertente, a presença de aristocracia guerreira, onde o ritual e os seus códigos ajudavam a manter o poder, os estatutos e a coesão social.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. F. de (1975)- Influências meridionais na Cultura Castreja. In *XIII Congreso Nacional de Arqueologia*, pp. 491-498, II ests, Zaragoza: Universidad de Zaragoza.

ANATI, E. (1968)- *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica*. Capo di Ponte: Centro Camuno di Studi Preistorici.

ARENS, W. E. (1979)- *The Man-Eating Myth: Anthropology and Anthropophagy*. New York: Oxford University Press.

BESSONE, G.; RICCHIARDI, P.; SEGLIE, D. (1972)- Figure antropomorfe scoperte a Cequeril-Galizia (Spagna). *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*. Capo di Ponte. 8, p. 254, 255.

BETTENCOURT, A. M. S.; SANCHES, M. de J.; DINIS, A.; CRUZ, C. S. (2004)- The rock engravings of Penedo do Matrimónio, in Campo de Caparinho, Vilar de Perdizes, Montalegre (Northern Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 6, pp. 61-82.

BRANDÃO, D. de P. ; SOUSA, E. F. de (1966)- A <<Penha-Fidelis>>, o seu petróglifo e os seus problemas. *Lucerna*. Porto. 5, pp. 434-441.

CHENORKIAN, R. (1988)- *Les Armes Métalliques dans l'Art Protohistorique de l'Occident Méditerranéen*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

COLMENERO, R. (1991)- As insculturas de Capariños (Vilar de Perdizes, Portugal),*Larouco*, 1, pp. 147-149.

COSTAS GOBERNA, F. J.; NOVOA ÁLVAREZ, P. (1993)- *Los Grabados Rupestres de Galicia*. La Coruña: Museu Arqueolóxico e Histórico de A Coruña.

COSTAS GOBERNA, F. J.; HIDALGO CUÑARRO, J. M.; NOVOA ÁLVAREZ, P.; PEÑA SANTOS, A. de la (1997)- Las representaciones de armas en el grupo galaico de arte rupestre, In *Los Motivos de Fauna y Armas en los Grabados Prehistóricos del Continente Europeo*. pp. 85-112, Vigo: Asociación Arqueológica Viguesa.

COSTAS GOBERNA, F. J.; HIDALGO CUÑARRO, J. M.; PEÑA SANTOS, A. de la (1999)- *Arte Rupestre no Sur da Ría de Vigo*. Vigo: Instituto de Estudios Vigueses.

FONTES, A. L. (1990)- Vilar de Perdizes vai ser ponto no mapa, *Notícias de Barroso*. 95 (Set.), p. 1.

FONTES, A. L. (1991a)- Em Barroso até as pedras falam, *Notícias de Barroso*. 105 (Ag.) p. 3.

FONTES, A. L. (1991b)- Roteiro monumental, *Notícias de Barroso*. 106 (Set.), p. 4.

FONTES, A. L. (1992)- *Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Montalegre*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.

GABALDÓN MARTÍNEZ, M. del M. (2004)- *Ritos de Armas en la Edad del Hierro. Armamento y Lugares de Culto en el Antiguo Mediterráneo y el Mundo Celta*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

GARCIA ALÉN, A.; PEÑA SANTOS, A. de la (1980)- *Grabados Rupestres de la Provincia de Pontevedra*. Pontevedra: Museo de Pontevedra.

GOMES, M. V. (1990)- O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-História do Sul de Portugal: smiting gods ou deuses ameaçadores. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, pp. 53-106.

GOMES, M. V. (2001)- Arte rupestre do Vale do Tejo (Portugal). Antropomorfos (estilos, comportamentos, cronologias e interpretações). In *Semiótica del Arte Prehistórico*. pp. 53-88, Valência: Diputación Provincial de Valencia.

GREEN, M. J. (1992)- *Dictionary of Celtic Myth and Legend*. Londres: Thames and Hudson.

MARCO SIMÓN, F. (1986)- El dios celtico Lug y el santuario de Peñalba de Villastar. In *Estudios en Homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez*. pp. 731-759. Zaragoza: Facultad de Filosofia y Letras.

MEIJIDE CAMESELLE, G. (1988)- *Las Espadas del Bronce Final en la Peninsula Iberica. Arqueohistorica 1*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

MONEO, T. (2003)- *Religio Iberica. Santuarios, Ritos y Divinidades (siglos VII-I A.C.)*. Madrid: Real Academia de la Historia.

OLIVARES PEDREÑO, J. C. (2002)- *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia.

PEÑA SANTOS, A. de la; VÁZQUEZ VARELA, J. M., (1979)- *Los Petroglifos Gallegos. Grabados Rupestres Prehistóricos al Aire Libre en Galicia*. La Coruña: Edicios do Castro.

PINTO, S. da S.; BRANDÃO, D. de P. (1966)- Nova iconografia do petróglifo do monte de Penhafidelis e suas implicações interpretativas. In *In Memoriam do Abade Henri Breuil*. vol. II. pp. 261-267. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SAHLINS, M., (1983)- Raw women, cooked men, and other "great things" of the Fiji Islands. In *The Ethnography of Cannibalism*, pp. 72-93. Washington: Society for Psychological Anthropology.

SCHÜLE, W. (1969)- *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

SILVA, A. C. F. da (1986)- *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. (1992)- *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SOUSA, É. M. de (1990)- Núcleo de gravuras proto-históricas descoberto a N. do Cabo da Roca; Breve notícia. *Zephyrus*. Salamanca. 43, pp. 363-369.

VÁZQUEZ ROZAS, R. (1997)- *Petroglifos de las Rías Baixas Gallegas. Análise Artístico de un Arte Prehistórico*. Pontevedra: Deputación Provincial de Pontevedra.

Interpretação das facas ovóides (foicinhas) através do estudo dos exemplares de Vila Nova de S. Pedro

Gonçalo Amaro

Artigo baseado no trabalho de fim de licenciatura apresentado na Universidade Nova de Lisboa em Junho de 2004.

As facas ovóides, vulgarmente denominadas na bibliografia de foicinhas ou lâminas ovóides, são artefactos de pedra de retoque bifacial com uma presença assídua nas jazidas pré-históricas desde o Neolítico Final até à Idade do Bronze, atingindo o seu apogeu no período Calcolítico. Este artigo é baseado no estudo dos exemplares presentes na Associação dos Arqueólogos Portugueses fruto das escavações de Afonso do Paço em Vila Nova de São Pedro. Pretendemos para além da descrição dos artefactos de Vila Nova, propor uma tipologia e discutir sobre a sua utilidade e provável função.

As facas ovóides[1] aparecem com alguma frequência em estações arqueológicas atribuídas ao Calcolítico (III milénio a.C.), nomeadamente na região estremenha do nosso país. Na sua maioria são produzidos em sílex, mas também o podem ser em quartzito, quartzo leitoso e quartzo hialino (Vicente e Serrão, 1980: 11). Os seus gumes afiados e retocados indicam que teriam como função o corte. Mas serviriam para cortar o quê? Esta tem sido a pergunta a que muitos investigadores têm tentado responder: armas, elementos de foice e facas de uso doméstico têm sido as hipóteses aventadas.

Palavras-chave: facas ovóides; foicinhas; Vila Nova de São Pedro; indústria lítica; Calcolítico.

[1] Alguns autores usam ainda as denominações propostas pelo abade Breuil – foicinhas, e por Prescott Vicente e Cunha Serrrão – lâminas ovóides. Preferimos o termo faca ovóide, aplicado por João Zilhão (1994), por considerarmos que de facto este termo define a sua função (como demonstraremos ao longo deste trabalho), e em segundo lugar por verificarmos que o termo lâmina não parece adequado à tipologia destas peças. Como refere António Carvalho: «(...) apesar de muitos autores se referirem às "foicinhas" ovais como lâminas, este hábito deve seguramente estar relacionado com a morfologia do utensílio e a função que lhe tem sido atribuída e não com o tipo de suporte sobre o qual são feitas» (Carvalho, 1996:45).

As dimensões são muito variadas que vão desde os 3 cm aos 14 cm de comprimento, o mesmo se passa com a largura, valores entre os 1,5 cm e os 5 cm, e com a espessura, entre os 0,3 cm e os 1,6 cm. É certamente plausível que algumas destas peças fossem encabadas tal com propõem Prescott Vicente e Cunha Serrão (Fig.2). Normalmente apresentam forma ovóide, daí o seu nome, todavia, denotam alguma variabilidade, sendo algumas rectangulares e outras combinado a forma oval com a rectangular, dentro destas formas, podem ainda ser identificados alguns subtipos segundo os seus volumes: proximal, mesial e distal. Apesar de disporem de largo número de dimensões e formas, estas peças, mantêm o mesmo tipo de talhe bifacial rasante (Inisant *et al.*,1995: 43-45) e apresentam um retoque cobridor, apresentando nos gumes retoque contínuo e descontínuo directo, (Brézillon, 1997:107-123), o bolbo da peça é eliminado por retoque basal inverso (Inisant *et al.*,1995: 83-89). Só após a obtenção do contorno da peça, contorno esse que é oval ou sub rectangular tem lugar o retoque, realizado por pressão, implicando por vezes o tratamento térmico da peça e o polimento das superfícies (Carvalho, 1996: 45).

Convém ainda referir que estas peças, tal como a maioria da indústria lítica deste período, apresentam fases no seu fabrico: numa primeira fase procedia-se à recolha da matéria-prima e ao talhe de pequenos blocos, provavelmente no próprio local de recolha da pedra, só numa segunda fase é que se procedia a debitagem do bloco e era realizada a respectiva fabricação (polimento, aquecimento e retoque em «pelada») (Zilhão, 1994; Carvalho, 1996 e Forenbaher, 1998).

As Opiniões do passado

A primeira denominação atribuída a este tipo de artefacto foi a de *hacha*, outorgada por Carlos Ribeiro no ano de 1878, aquando da publicação das suas anotações sobre as escavações no povoado Leceia, onde foram encontrados vários exemplares de facas ovóides (Vicente e Serrão, 1980, pp.14-15). Mais tarde, em 1939, Eugénio Jalhay e Afonso do Paço apresentaram as suas "*notas sobre a 1ª e 2ª campanha de escavações*" em Vila Nova de São Pedro. Neste trabalho encontramos, no ponto referente à indústria lítica, as facas ovais classificadas como pontas de lança ou de punhal, inspirados nas obras de, Siret (1907), Schmidt (1915) e O' Ríordáin (1937), sobre peças similares, que defendiam: o primeiro, que estas lâminas eram inspiradas nas pontas

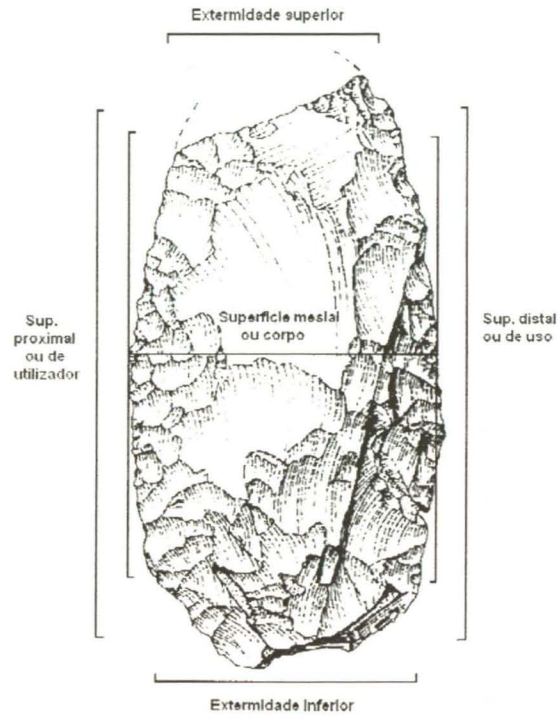


Figura 1- Algumas propostas de encabamento de peças semelhantes às lâminas ovóides (Cunha e Serrão, 1980, p. 23)

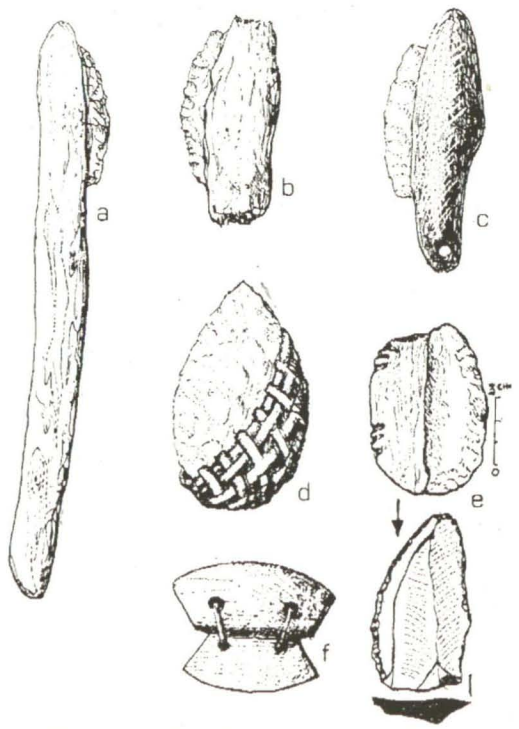


Figura 2 - Algumas propostas de encabamento de peças semelhantes às lâminas ovóides (Cunha e Serrão, 1980: 23).

de lança e de punhal metálicas co-existentes, e os dois últimos, o contrário, ou seja, que estas peças eram percursoras das suas similares em bronze (Jalhay e Paço, 1970: 240). Contudo, os dois arqueólogos portugueses pareciam não estar muito confiantes na sua classificação, só assim se justifica o câmbio de opinião, verificado aquando da apresentação das seguintes *notas*, sobre Vila Nova de São Pedro, onde as lâminas ovóides passam da designação de pontas de punhal ou lança[2] a foices:

"O Prof. Henri Breuil é da opinião que se devem chamar foices aos objectos que na primeira publicação incluímos no grupo das lanças ou punhais, baseados nos estudos de Schimdt e O'Riordaín. Funda-se aquele ilustre pré-historiador no facto de apresentarem uma pátina acentuadamente lustrosa, resultante do uso prolongado da ceifa.

Trata-se de uma opinião muito respeitável que nos apraz deixar aqui consignada" (Jalhay e Paço, 1970a, p.286).

Como se pode observar nesta altura as teorias eram lançadas com muita facilidade, e por vezes a opinião de um prestigiado investigador acabava por ter influência nas conclusões. De facto, assim acabou por suceder e nos restantes trabalhos sobre VNSP, Jalhay e Paço seguiriam a teoria do abade Breuil das foices ou foicinhas, assim como a maior parte dos arqueólogos portugueses o vieram a fazer. Apesar de no estrangeiro, nomeadamente em Espanha surgirem algumas opiniões contrárias.[3]

Todavia, em Arqueologia, existe sempre uma constante aragem de ideias novas. Cunha Serrão e Prescott Vicente desde cedo demonstraram não estar de acordo com a classificação de "foicinhas" atribuída às facas ovóides. Em 1980 elaboraram um trabalho que procurou contrariar a teoria de Henri Breuil, através de um estudo das peças, baseado na observação com lupa binocular, na observação de peças similares na Europa e Norte de África e do método de comparação com artefactos de povos primitivos contemporâneos (Ipiutak do Alasca)[4]. Estes investigadores que dividem os artefactos em lâminas de dois tipos – ovais e sub-rectangulares – concluíram que as peças não apresentam vestígios de uso característico de foice mas que seriam utilizadas como "lâminas cortantes de uso doméstico, para cortar carnes, umas, para aguçar, outras e, em casos mais raros para raspar" (Vicente e Serrão, 1980: 43). João Zilhão (1994), irá também concordar com esta mesma função, denominado até estas peças como "facas ovóides". Nesse mesmo trabalho, o antigo director do IPA, tece ainda algumas considerações acerca das facas ovóides provenientes de VNSP. Na sua opinião, e neste caso particular, as peças não terão sido fabricadas no povoado:

" (...) nele apenas terão tido lugar as fases finas da respectiva fabricação (polimento, aquecimento e retoque em «pelada»). Embora estas três tarefas sejam geradoras de resíduos (pó, lascamentos térmicos, esquírolas produzidas pelos levantamentos de retoque), praticamente invisíveis do ponto de vista arqueológico, a ocorrência de acidentes (fracturas acidentais, por exemplo), no decurso da sua execução deveria em princípio originar abandonos que permitissem identificar positivamente o local da efectiva realização destas tarefas."(Zilhão, 1994: 38).

Os estudos de Margarethe Uerpmann (1995), sobre a indústria lítica do Zambujal, também vieram de encontro com a teoria de Serrão e Vicente, considerando estas peças como facas polivalentes de uso doméstico que raramente apresentam patina brilhante. Afirma ainda este instrumento como: "o mais importante da indústria lítica de Zambujal" (Uerpmann, 1995: 41).

Posteriormente, em 1996, Carvalho, elaborou um trabalho no seguimento do de Zilhão, enfocando na tecnologia e organização da produção do talhe no Neolítico-Calcolítico. Referindo os artefactos em estudo, atribui-lhes uma provável função dual, ou seja, serviriam como facas e como foices (Carvalho, 1996, p.46). No mesmo ano, o croata Staso Forenbaher efectuou um estudo que incidia sobre as indústrias líticas de talhe bifacial em Portugal, acrescentando novas informações sobre as lâminas em questão. Concluiu que estas eram praticamente restritas a áreas onde o sílex é abundante, ou seja, a região da Estremadura. São também muito comuns em povoados mas inexistentes em sepulturas, contrariando assim o que acontece com outro tipo de peças calcolíticas de talhe bifacial como por exemplo: pontas de seta e alabardas (Forenbaher, 1998: 61), ideia já defendida por Zilhão (1994).

---

[2] A classificação destas peças como pontas de lança ou de punhal raramente voltou a ser referida, visto que a morfologia é distinta: triangular – para as pontas de punhal ou lança, e oval e sub-rectangular para as facas ovóides (Zilhão, 1994: 38).

[3] Trabalho de Luís Monteagudo sobre foices pré-históricas (1956), onde o autor considera que as facas ovóides de VNSP não pertencem a elementos de foice, considera que estes devem ser atribuídos às peças rectangulares e serreadas encontradas, essas sim comuns em foices calcolíticas.

[4] População que até aos finais do século XIX vivia numa economia de caça e recolecção, utilizando artefactos de pedra lascada. Os seus vestígios encontravam-se extremamente bem preservados aquando do seu estudo em 1948 por E. Larsen e F. Rainey (Vicente e Serrão, 1980, p.20).).

Outro aspecto interessante relacionado com este estudo, refere-se à sua produção. Segundo o investigador croata estas peças possuem uma imensa variabilidade, mesmo dentro do mesmo povoado, sugerindo a existência de uma larga gama de indivíduos a produzi-las (Forenbaher, 1998: 65). O autor concorda com o trabalho de Vicente e Serrão, em relação à funcionalidade das facas ovóides, ou seja, considera-as como objectos de uso funcional. Introduz também um aspecto novo na argumentação desta teoria. Conforme a sua opinião, a ausência nos rituais cognitivos destes artefactos explicita as suas funcionalidades (usados essencialmente nas tarefas domésticas), e demonstra que não são, nem artefactos relacionados com a guerra, nem com a agricultura. Caso o fossem, estariam seguramente presentes nestes rituais (Forenbaher, 1998: 66).

Não obstante, o consenso sobre a utilidade destes artefactos, encontra-se ainda longe de atingir entre os investigadores portugueses. Pretendo, com a conclusão deste trabalho, formular o meu ponto de vista acerca da função ou funções que estas peças podiam ter.

Considero também pertinente aflorar, neste ponto, certos aspectos sobre os trabalhos precedentes, nomeadamente os dois mais antigos, no que diz respeito ao modo como foram estudadas as peças. Em primeiro lugar saliento que estes estudos foram baseados em amostras pouco significativas - Henry Breuil terá observado 17 facas, (o número encontrado nas campanhas de 1936 e 1937 em VNSP, de Jalhay e Paço) e Vicente e Serrão 10 facas. Em segundo, o facto destes saudosos investigadores tentarem justificar as suas teorias sem que para isso exista um estudo tipológico das peças. Parece-me que estes partiram de uma teoria preconcebida que tentaram justificar com uma observação parcial das peças, e de facto, em termos de justificação teórica, o trabalho de Vicente e Serrão até vai muito além, comparando as suas peças com artefactos de vários pontos do mundo e de cronologias variadas. Todavia, defendo que para se formular uma boa teoria, neste caso especifico de indústria lítica, é necessário sustentá-la num bom trabalho prático, algo que, a meu ver, falta nestas duas investigações. No que diz respeito aos trabalhos de Zilhão, Carvalho e Forenbaher parece terem sido fundamentados num amostra razoável de artefactos, e apesar de não desenvolverem muito a questão da funcionalidade dos mesmos, estão extremamente bem conseguidos no que se refere à produção, enfocando sobre aspectos como: técnica de retoque, a cadeia operatória e especialização dos artesãos.

[5] Para melhor entedimento da nomenclatura utilizada ver esquema da figura .

Tipos de facas ovóides (estudo de 136 artefactos de VNSP)

Durante os finais do ano de 2003, estudei no Museu do Carmo (Lisboa), uma amostragem de 136 facas ovóides, 120 completas e 16 fracturadas (Ver tabela 1 e 2). Esta colecção é proveniente das campanhas de Afonso do Paço em Vila Nova de São Pedro (de 1937 a 1958). Identifiquei com este estudo 3 tipos de facas ovóides:

Tipo A: forma de crescente

Peças cujo o volume mesial ou corpo[5] se mostra com um lado recto e outro convexo (normalmente o lado distal o lado de uso), na sua maioria apresentam ambas as extremidades convexas, podendo deter, raramente, volumes rectos. (Fig.3)

Tipo B: forma sub-rectangular

Peças que se caracterizam por apresentarem tanto o volume distal como o proximal, rectos. No entanto, estas peças sub-rectangulares divergem quanto ao seu corpo, porém, existem ainda casos em que estas peças foram trabalhadas posteriormente, acrescentando-se um pedúnculo, foi decidido agrupa-las em dois sub-tipos:


fig. 3


fig. 4

Subtipo B1: de corpo recto. (Fig.4)

Subtipo B2: de corpo convexo. (Fig.5)

Subtipo B3: com pedúnculo numa das extremidades (ao fim ao cabo esta peça acaba por ser uma lâmina ovóide sub-rectangular reaproveitada como furador). (Fig.6)

Tipo C: forma oval

Peças que, de um modo geral, denotam uma forma ovalada no seu todo, ou seja, com ambas extremidades convexas, ligeiramente apontadas, assim como, volume mesial ou corpo também convexo. Agrupo ainda neste tipo as peças tipo ponta, que são muito escassas, chegamos assim a dois sub-tipos:


fig. 5


fig. 6


fig. 7


fig. 8

Subtipo C1: padrão. (Fig.7)

Subtipo C2: extremidade superior em ponta. (Fig.8).

Os tipos B e C são os mais representativos, mesmo com uma separação entre os seus subtipos, verifica-se a sua superioridade em número em relação ao tipo A. (Ver tabelas de 3 a 9 e gráfico 1)

Durante a Campanha de escavação de 2004 do povoado do Zambujal pude confirmar que estes tipos se adequam as facas ovóides encontradas no sítio, assim como encontrar uma distribuição numérica dos tipos muito semelhante. Destaco ainda que os achados de facas ovóides concentram-se sobretudo nos povoados de VNSP, Zambujal e Leceia. Nos restantes arqueossítios estremenhos (refiro novamente que estas peças são escassas fora da região da Estremadura) estes artefactos raramente ultrapassam a dezena.

Observação à lupa

No decurso do estudo realizado em 2003, notamos ainda, com o auxílio de uma lupa, a existência de vestígios de utilização típicos de instrumentos de pedra utilizados para cortar carne - "cometas" orientados obliquamente aos gumes, assim como o lustre[6]. A obra de Prescott Vicente e Cunha Serrão (1980) é neste aspecto, muito elucidativa: através de uma lupa binocular, identificaram, de facto diferenças entre as peças. Para tal basearam-se no trabalho de Semenov (1964), sobre as características verificadas em artefactos de pedra relacionados com a matéria animal. O conceituado pré-historiador apresenta uma divisão em 3 tipos de artefactos, ditos facas: para cortar carne (meat *knives*), para aparar e aguçar ossos e cifres *(whittling knives)* e para trabalhar peles (*skin-dressing-knives*). A cada uma destas "facas" correspondem características identificáveis com lupa binocolar. Primeiro caso (*meat knives*) - pátina brilhante generalizada às saliências e estrias oblíquas ou perpendiculares ao gume. Segundo caso (*skin-dressing-knives*) - vestígios nos dois lados da faca formando, com o gume, ângulos entre 45° e 90° consoante o formato do instrumento. Por fim *(whittling knives)* - estrias perpendiculares ao gume, normalmente localizadas num dos lados das peças, lado que encosta ao objecto a raspar. Ora Prescott Vicente e Cunha Serrão (1980), verificaram estas características

[6] Como já foi referido os vestígios de lustre são visíveis em artefactos de sílex utilizados tanto para cortar cereal como para cortar carne.

nas facas ovóides que estudaram, às quais foram atribuídas, consoante as diferenças, as tarefas das 3 facas acima descritas. Através da obra destes dois investigadores portugueses é assim possível efectuar uma ponte entre a tipologia formulada e as funções apresentadas por Semenov. De um modo geral podemos enquadrar com o tipo A as facas do género *skin-dressing-knives*; com o tipo B as *whittling knives* e com o tipo C as *meat knives*. No entanto, importa novamente referir que o trabalho de Prescott Vicente e Cunha Serrão (1980), peca pelo reduzido número de peças em estudo que, a meu ver, torna a assimilação das "facas" de Semenov, com os 3 tipos de facas ovóides apresentadas, arriscada. Importa reter apenas que existe uma forte possibilidade de a cada tipo corresponder uma função.

A observação de vestígios de utilização, presente na maioria das peças, indica ainda o seu cariz utilitário – acentuado com as características de reutililização e variabilidade das peças –, negando assim qualquer hipótese de as relacionar com elementos mágico-religiosos, e acentuando ainda mais as considerações de Forenbaher (1998), acerca da sua total ausência em contextos cognitivos.

As 136 facas ovóides foram produzidas, na totalidade, em sílex. Ora, se partirmos dos princípios introduzidos por Cava Almuzena (1990:.157), concluímos que o facto destes utensílios serem produzidos numa boa matéria-prima (sílex) indica que estes serviram para desenvolver actividades fundamentais na sociedade. Após verificada a cor permitiu chegar à conclusão sobre a provável proveniência da matéria-prima - Rio Maior. Tal como em Leceia estão presentes as cores castanho avermelhadas da mesma proveniência, porém no caso de VNSP são mais frequentes as corres brancas acinzentadas, também frequentes em Rio Maior. Indicando assim uma provável diferenciação de jazidas de sílex, se bem que, dentro da mesma região

Fundamental é também o estudo do retoque, que é nestes artefactos maioritariamente bifacial e cobridor, ou seja, apresentando uma elevada capacidade técnica na elaboração, transmitindo assim uma forte relação com uma produção por um grupo de artífices especializados (Zilhão, 1994: 40).

Produção das facas ovóides

Indústria Lítica no Calcolítico

O talhe Calcolítico surge como uma evolução gradual do mesmo processo no Neolítico. No período de transição, ou seja, no Neolítico final, podemos já verificar a produção de pontas de retoque invasor ou cobridor, no entanto, para outros tipo de peças foliáceas de mesmo retoque - alabardas e facas ovóides - não existe tal evidência (Carvalho, 1996, pp.46-47). De um modo geral, o Calcolítico pode ser caracterizado, em termos da sua indústria de pedra lascada, pela produção de lâminas de grandes dimensões, pontas de seta e restantes peças foliáceas. Porém, surge também com alguma frequência uma indústria microlítica ou sobre lascas concentrada sobretudo no vale do Guadiana (Carvalho, 1996: 47).

É também neste período que se dá o surgimento das "sociedades complexas", associando-se às mesmas a "especialização do trabalho", ou seja, grupos de artesãos dotados que se dedicariam à produção, a tempo inteiro ou parcial, de bens materiais: cerâmica, metalurgia e pedra lascada (Millán, 1998: 31).

Desde o Paleolítico Superior que a indústria lítica se tornara no factor preponderante para a sobrevivência dos grupos. A matéria-prima utilizada no fabrico dos artefactos passou a ser um bem essencial. O sílex, pedra de melhor qualidade e resistência para o talhe existente na Península Ibérica, contribuiu para o surgimento das primeiras redes comerciais a grandes distâncias. A economia do sílex, como apelidou a este fenómeno Ramos Millán, assinalou para as sociedades primitivas uma dupla faceta – a doméstica e a política –, comum nas culturas tribais. Para estas a produção doméstica resumia-se ao fabrico oportunista e circunstancial de artefactos, tarefa realizada por unidades domésticas independentes e para consumo próprio (Millán, 1998: 35). A Idade do Cobre veio assim a originar uma mutação na economia que era essencialmente doméstica e que agora, com o surgimento da "especialização", passa a ser excedentária.

O apogeu da economia do sílex ocorre com o Calcolítico, onde para além do talhe havia também um extenso número de indivíduos ligados à extracção e recolha de sílex e ao seu transporte para os povoados. O intercâmbio regional, existente desde o Paleolítico Superior, abrange cada vez mais áreas de maior extensão, e passa a implicar uma interacção social e extra-doméstica baseada na especialização e produção mineral e artesanal.

Extracção da matéria-prima

A matéria-prima usada no fabrico de artefactos de pedra lascada, na Estremadura portuguesa, era

fundamentalmente o sílex que provinha de Alenquer, Lisboa, Oeiras e Rio Maior. Aliás a riqueza de sílex da região estremenha ficou bem espelhada nos grandes povoados da região, que para além de usufruírem de excelentes condições para a agricultura, contavam com a matéria essencial para o funcionamento da sua sociedade.

Existem duas hipóteses para a obtenção de sílex: a primeira prende-se com a recolha de nódulos presentes à superfície ou então através do aproveitamento dos sílices trazidos por aluvião pelas ribeiras perto das fontes de sílex (este aspecto seria, no meu entender explorado para produção individual e doméstica)[7]. A segunda hipótese está relacionada com a extracção mineira de sílex. De facto, para o Neolítico/Calcolítico estão identificadas em toda a Europa minas de sílex (ver antigos presentes na publicação do VII Simposium Internacional de Sílex de Varsóvia [1997]), No entanto, para o caso português não existe uma identificação plausível de uma mina pré-histórica (excepção feita ao caso da mina Campolide estudada por Abel Viana e Georges Zbyzewski em 1948). Temos ainda o caso paradigmático de Rio Maior onde a extracção de sílex durou até ao século XIX, para o fabrico de pedreneiras, sendo por isso difícil de identificar se a mina foi ou não utilizada no Calcolítico. Contudo, encontramos, e em abundância, sílex de Rio Maior em VNSP e pela quantidade de artefactos desta região, não só neste povoado como em todos os povoados estremenhos[8], tudo nos leva a concluir que, existiria, a montante uma exploração mineira organizada capaz de suportar a imensa procura de sílex. Se bem que, a recolha à superfície fosse também usada mas, a nosso ver, num plano de produção doméstica e rudimentar.

Baseados na descrição da mina de Campolide em 1889 por Paul Chouffat (Viana e Zbyzewski, 1948), e nos estudos de Ramos Millán (1997) sobre a mina pré-histórica de La Venta, podemos conceber uma imagem do tipo de minas sílex exploradas na região estremenha. Estas conteriam entre duas a quatro galerias, escavadas, em calcários, no sentido da estratificação dos bancos deste mineral. As galerias poderiam atingir entre 30 a 40 metros. O tecto era sustentado por pilares de pedra e madeira que iam sendo colocados com o avançar da exploração.

No caso da mina de Campolide, Paul Chauffat relata a existência de ossadas humanas numa das galerias. Este facto pode-nos levar à realização de alguma especulação em relação à dureza e/ou perigo deste tipo de exploração. Todavia, a antiguidade da descrição e a ausência de comprovação nos estudos precedentes, levam-nos a colocar com reticências tais considerações.

Ligado à extracção mineira estaria uma extensa rede comercial. Não está ainda definido se os indivíduos que extraiam o mineral estariam também relacionados com o talhe deste e com o seu transporte. Porém, tudo indica que pelo menos a função do talhe estaria a cargo de artífices especializados que apenas teriam essa função (Zilhão, 1994)

Cadeia Operatória

Após recolhida a matéria-prima, procedia-se ao talhe de pequenos blocos, provavelmente no próprio local onde era obtida a pedra, só numa segunda fase é que se procedia a debitagem do bloco e era realizada a respectiva produção (polimento, aquecimento e retoque em «pelada»). Tarefa que seria, provavelmente, realizada fora do povoado, de facto, e como constatou atentamente João Zilhão (1994), não existe em VNSP qualquer vestígio (pó, lascamentos térmicos), das três tarefas acima referidas. No entanto, convém referir que o método de escavação utilizado nos anos 30 e 40 dava pouca importância a recolha destes elementos. Não obstante, cremos que a produção seria efectuada muito próximo do povoado e por habitantes deste e não como Zilhão indica a relativa distância e por artífices especializados que os exportariam para o grande povoado. A nosso ver, e pelo número de elementos encontrados, estes artefactos teriam um papel activo no quotidiano de VNSP. Estudos como os de Forenbaher (1998) e Millán (1998), afirmam a existência de uma forte economia da pedra lascada, no Calcolítico, que segundo o seu ponto de vista seria a mais representativa do período, e um dos motores para a complexificação da sociedade. Tendo em conta estes factores, entendemos que os artífices especializados pertenceriam ao próprio povoado, sendo que estes estariam em contacto com um outro grupo presente nas regiões de sílex que o extrairia e lhe daria uma primeira preparação, depois através de uma rede comercial este seria exportado para os grandes povoados da região estremenha, onde seria efectuado o fabrico efectivo dos artefactos.

[7] Esta hipótese ocorre com alguma frequência nos povoados calcolíticos da Andaluzia (Millán, 1988: 36).

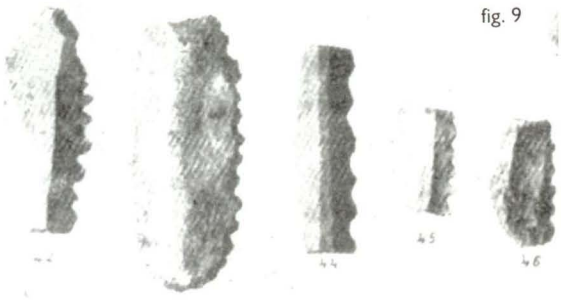
[8] Em Leceia foi comprovada a existência de uma maioria de sílex proveniente de Rio Maior (Cardoso, 1996: 54) para o caso do Zambujal já representam uma percentagem menos elevada, devido a existência de filões de sílex muito próximos do povoado (Uerpmann, 1995: 47).

Acrescenta-se ainda, apesar da maioria dos artefactos ser produzida por um grupo especializado, o facto de surgirem peças com um aspecto tosco e inacabado leva-nos a concluir que existiria uma produção individual e doméstica paralela e independente baseada na recolha de sílex à superfície e sem qualquer relação com as redes de comércio deste mineral. Ideia intimamente relacionada com o carácter utilitário e funcional do tipo de artefacto, explicitada com maior detalhe no ponto seguinte.

Facas ou foices?

A atribuição de uma função às facas ovóides tem sido desde a sua primeira descoberta uma questão pouco consensual, como aliás foi possível verificar neste trabalho. Se bem que, nos últimos anos tem vindo a ser aceite, pela maioria dos investigadores, a teoria de que estas peças serviriam para funções domésticas, considerando-se facas e seguindo exemplos de artefactos semelhantes usados por povos primitivos actuais[9]. A teoria que contrapunha esta, em enfoque nos anos 50 a 80 do século passado, defendia que este artefacto apresentava características de foice, tornando-se o termo de "foicinha" o mais recorrente. Algo raro tendo em conta que nos arqueossítios estremenhos foram encontradas peças, que apresentam características semelhantes (Fig.9) a elementos de foice e bem identificados pela arqueologia experimental (Astrec e Anderson, 2004). Definitivamente, parece que a pátina brilhante foi o único factor que levou a que se considerasse as facas ovóides como elementos de foice.

fig. 9



No entanto, pudemos constatar que ambas as teorias não apresentam na justificação referencia ao contexto arqueológico em que as facas ovóides foram encontradas, o que a nosso ver, é uma falta grave. Durante a Campanha de 2002 do povoado de Zambujal, ao escavar uma zona de fogueiras no corte 45 zona AP (localizado no núcleo central, junto da entrada), encontrámos associado a ossos de animais 5 facas ovóides do tipo C e A. Na Campanha de 2004 voltaram a surgir no mesmo corte mais 2 peças, sendo que encontrámos ainda num novo corte no casal, mais 3 exemplares, e novamente associados a uma estrutura de combustão. Neste quadro acaba por se enquadrar a teoria de que estes artefactos seriam facas de uso doméstico utilizadas para o descarnamento e corte das carcaças.

À partida o facto de se verificarem 3 tipos de facas ovóides pode indicar que a cada um se adequaria uma função, o mesmo já não concordamos com uma atribuição de uma função à cada subtipo. A nosso entender, os subtipos dentro dos tipos B e C: subrectangular (B1, B2 e B3) e oval (C1 e C2), apresentam diferenças relativamente pequenas para considerar que a estes se deveria aplicar uma função específica – excepção feita ao subtipo B3 que acaba por ser uma peça dos subtipos B1 e B2 reutilizada como furador. Estes subtipos podem ser explicados pelo cariz doméstico e utilitário destes artefactos. Com efeito, muitos autores defendem que o fabrico destas peças realizar-se-ia em casa pelo seu utilizador (Forenbaher, 1998:66). Hipótese que não subscrevemos totalmente. Como refere Cava Almuzena a indústria lítica básica era de domínio comum (Cava Almuzena, 1990: 158) – de facto existem alguns casos de peças com aspecto muito tosco, que podem estar relacionados com um fabrico doméstico. Todavia, devido à qualidade técnica da maioria, tudo leva a crer que estas peças foram elaboradas maioritariamente por artífices especializados, que, por uma questão de evolução e adaptabilidade, originaram diversos tipos de peças. Parece-nos pouco credível, para este caso específico, acreditar que um fabrico generalizado de facas ovóides originaria diversidade e criaria as diferenciações entre tipos e subtipos.

Com a excepção feita para o subtipo B3, na nossa opinião a variação de formas (entre os Tipos A, B e C) indica uma diferenciação de funções. As três hipóteses de Semenov (1964), referidas anteriormente, parecem-nos ser as mais indicadas.

Relação das facas ovóides com as actividades presentes nas sociedades calcolíticas

Persistem ainda, na actualidade, algumas incertezas acerca do grau de complexidade das sociedades da Idade do Cobre - ainda não está definida qual a real importância: da agricultura, da pastorícia, da mineração, da tecelagem, do artesanato (essencialmente produção

[9] Nomeadamente os Ipiutak do Alasca (Vicente e Serrão, 1980: 20).

de artefactos líticos e cerâmicos), do comércio, da caça e da guerra na economia. Não duvidamos que a teoria das foicinhas, introduzida por Breuil, tenha persistido durante tanto tempo devido à densidade numérica com que estas peças iam surgindo no decurso das escavações, tentando assim enquadra-las com uma actividade importante como a agricultura. O que a nosso entender é uma perspectiva de estudo correcta, tendo em conta a representatividade das facas ovóides. Iremos assim explorar as quatro actividades que nos parecem mais prováveis de associação com as peças em estudo.

Agricultura (artefactos de corte de cereal)

Ao longo do trabalho temos demonstrado esta hipótese como pouco viavél, identificámos características nas peças típicas de facas e não de foices. Salientámos ainda a existência de peças com essa função de corte de cereal em VNSP (Fig.9). A ausência destas peças da vida cognitiva pode ser também um aspecto a ter em conta, devido ao evidente cariz mágico-religioso adjacente as actividades agrícolas. Considero também fundamental a descoberta de facas ovóides em contexto associadas a ossos de animais e a estruturas de combustão, que a nosso ver acentua ainda mais as características de corte de carne identificadas segundo o padrão de Semenov.

Guerra

Neste caso parece não existir qualquer relação com as facas ovóides. As armas pré-históricas conhecidas mais semelhantes a estas peças serão as pontas de lança solutrenses. Contudo, no caso das que estamos a estudar, são raras as peças que apresentam ponta, sendo que a sua caracteristicaa principais são os gumes afiados, por vezes em ambos lados. A exclusão da actividade bélica[10] é ainda mais evidente se introduzirmos a questão mágico-religiosa - as armas são objectos sempre presentes nestas manifestações, e como já foi referido as facas ovóides estão excluídas deste fenómeno[11].

Tecelagem

Está assente no facto deste povoado comportar um grande número de hipotéticos pesos de tear indicando assim a existência de uma "indústria" – são conhecidos vários pesos de tear com decoração, indicando o possível uso ritual (exemplo do peso de tear de Castelo Velho, Freixo de Numão). A associação das facas ovóides é sem dúvida tentadora. O tecido, nomeadamente o fabricado em linho, apresenta algum valor, é também um forte candidato a bem de troca com o cobre, necessário às sociedades estremenhas. Salienta-se que os artefactos em causa só são conhecidos na Estremadura onde surgem em grande quantidade, inclinando-nos assim à sua associação com uma actividade importante - a tecelagem preenche, sem dúvida esses requisitos. Porém, sabemos que tantos os tecidos como teares são extremamente difíceis de encontrar em contextos arqueológicos, factor que prejudica a percepção do real valor dos têxteis na sociedade.

As matérias-primas da altura que se podiam relacionar com a produção de tecidos eram: a lã (também foi identificada a presença de ovicaprinos) e o linho (cujas sementes foram identificadas no povoado). Tendo em conta o cariz de elemento cortante atribuído aos artefactos, a ambas as máteria-primas se podem associar às facas ovóides. Partido desse pressuposto serviriam: como elementos de tosquia das ovelhas, no caso da lã, e como elementos de descasque ou corte, no caso do linho. Contudo, esta teoria tem, em ambas as situações fortes contrariedades. Na primeira situação deparamo-nos com o seguinte: a presença de ovinos nos povoados estremenhos é de tal modo ténue, que coloca de parte qualquer pretensão de intensificar uma "indústria de lanifícios". No que diz respeito à hipótese linho temos também aqui um problema, como fomos justificando ao longo do trabalho não existe qualquer relação entre estas peças e o corte de cereal ou vegetal sendo o linho uma planta deve assim ser posto de parte. Não obstante, poderia existir uma relação destas peças com o corte de linho mas encontrando-se este já como tecido, contudo colocamos reticências[12]. Todavia, volto novamente a salientar que os ditos pesos de tear não são consensuais.

"Economia Animal"

A relação destes artefactos com a actividade cinegética e a pastorícia é baseada na abundância de fauna encontrada nos três povoados estremenhos (Jalhay e Paço 1971: 257; Uerpamann, 1995: 48 e Cardoso 1996: 81). De um modo geral a fauna doméstica é prevalecente nos três sítios, não obstante nas primeiras fases de ocupação os vestígios de animais selvagens apresentam valores muito próximos, nomeadamente

[10] Nomeadamente os Ipiutak do Alasca (Vicente e Serrão, 1980: 20).
[11] Para sermos mais precisos, devemos indicar que não existe uma "ausência esmagadora", em algumas sepulturas do centro do país casos de Alapraia e Estoril, porém, raramente passando os dois exemplares.
[12] O linho passa a tecido através da maçagem das fibras presentes no caule. Os vestígios deixados nos artefactos são, neste caso, distintos dos produzidos pelo corte de cereal.

em Leceia (Cardoso, 1996: 80). A caça seria certamente, como o refere Cardoso (2002), uma actividade necessária e fundamental para a manutenção das complexas sociedades da Estremadura, que comportariam cerca de 300 habitantes. A existência destes números, difíceis de sustentar apenas com uma agricultura sem pousio e a pastorícia, originariam um recurso à caça bastante mais acentuado do que o sucedido no Neolítico. A dimensão de tal fenómeno não esta ainda totalmente estudada, por exemplo: o elevado número de pontas de seta, não está só relacionado com a guerra - um dos factores caracterizadores da Idade do Cobre[13] - mas também com a crescente importância da caça nestas sociedades.

Tanto a caça como a pastorícia não tinham unicamente a função de alimentar as populações, para além da carne, os animais forneciam imensas matérias-primas essenciais às sociedades do III milénio a.C.: pele, (para o vestuário) tendões (para o fabrico de cordas, frequentemente usadas nos arcos de flechas) e ossos (usados, depois de trabalhados, como agulhas, punções, botões, furadores, alisadores e objectos de carácter cognitivo).

O facto de nas últimas campanhas do Zambujal (2002 e 2004), termos encontrado facas ovóides, em contexto e junto a restos de animais, nomeadamente javali e veado, leva-nos a considerar como muito provável uma relação entre estes artefactos e a actividade proposta. A verificação das características apresentadas por Semenov (1964) para artefactos utilizados no corte de carne torna a nosso entender, esta hipótese como a mais correcta.

Conclusão:

Desde a sua descoberta em meados do século passado, que as facas ovóides têm obrigado os investigadores a várias reflexões em torno de uma função considerada adequada a tais artefactos. O facto destes serem um exclusivo do Oeste peninsular – numa época onde já existia uma forte circulação de ideias, tornam estes artefactos alvo potencial de teorias explicativas diversas. O recurso a novas tecnologias no estudo de líticos, como a lupa binocular e a traceologia, permitiram, desde os anos 80 descortinar vestígios de corte de carne nas peças em estudo. Estes novos trabalhos acabaram também por aplicar uma perspectiva comparada com utensílios de primitivos modernos.

Porém, o "fenómeno facas ovóides" é muito mais complexo. O facto destes artefactos se manterem localizados numa região específica leva a que se tenha que ter em conta dois particularismos fundamentais caracterizadores dessa mesma região: o comércio com o exterior da península[14] e a abundância de sílex, matéria-prima quase exclusiva para a produção dos mesmos (Carvalho, 1996: 46). A importância destes factores e o valor da sua relação com a génese de tais artefactos permanece ainda uma incógnita.

A nosso ver, as facas ovóides são artefactos utilitários cuja função principal advém do desbaste e corte de carcaças e peles de animais, tanto selvagens como domésticos. Esta conclusão surge fruto de uma recolha bibliográfica sobre o assunto, estudo estatístico das características das peças e trabalho de campo em contextos arqueológicos onde estas peças estão presentes[15]. Os 3 tipos de peças identificados, em VNSP, derivam desta função, uns serão mais adequados ao corte, outros à raspagem e outros ao aparamento, à semelhança do que acontece com artefactos similares entre os Ipiutak. As várias operações seriam realizadas no povoado tendo tanto um carácter comunitário e colectivo – no seguimento de campanhas de caça organizadas e abate de fauna doméstica –, e doméstico e individual, originado pela matança de um ou outro animal doméstico, ou de uma caçada fortuita de um animal de pequeno porte. Todavia, a diversidade do tamanho das peças e do seu formato, as suas marcas de uso e de reutilização deixam transparecer um cariz utilitário e talvez diversificado no âmbito das tarefas. Sendo assim não colocamos de parte o uso destes artefactos para outro tipo de trabalhos prático que necessitem de uma função de corte – incluímos neste sentido o corte do linho, enquanto tecido, a tosquia das ovelhas, etc.

[13] Decorrente do aumento das tensões sociais e da protecção dos excedentes e território (Silva, 1993: 218).

[14] Até ao momento apenas existem provas de comércio com o Norte de África para os povoados do Oeste peninsular (Díaz-Andreu 1993 e Lisboa, 1995). Destaco, no seguimento desta situação, o trabalho de P. Vicente e C. Serrão (1980), onde os autores referem a existência de peças similares às facas ovóides em contextos norte-africanos do Neolítico Antigo.

[15] Referência às escavações no povoado fortificado do Zambujal (Campanhas de 2001 e 2002).

Tabela 1

Normas para o preenchimento da ficha de inventário geral

Dados Gerais:

Nº de Inventário:

número distribuído pelo autor a cada peça (importante: o número deve estar marcado na peça).

Matéria-prima:

S (sílex)
Q (quartzito)
Qt (quartzo)
... (outras rochas a enumerar)

Cor (segundo Munsell Color Chart):

Estado da peça:

1- peça inteira
2- peça fracturada

Comprimento:

maior comprimento morfológico.

Largura:

perpendicular ao eixo do comprimento.

Espessura:

espaço entre as faces interna e externa.

Peso:

será apenas registado o peso de peças inteiras.

Características:

Retoque:

1- Bifacial
2- Unifacial

Vestígios de utilização:

Macroscópicos: desgaste dos gumes e patinas brilhantes

Forma das facas ovóides:

1- Extremidade superior
1.1- convexa
1.2- semi-recta
1.3- apontada

2- Volume mesial
2.1- ambos os lados convexos
2.2- um lado convexo e outro semi-recto
2.3- ambos os lados semi-rectos

3- Extremidade inferior
3.1-convexa
3.2-semi-recta
3.3-apontada

Tabela 2:

Nº de estudo	Mat-prima	Cor (Munsell)	Estado	Comprimento	Largura	Espessura	Peso	Retoque	Vestígios de Utlz.	Vol. distal	Vol. mesial	Vol. proximal	Observações
1	s	5YR 8 /0	1	9,5	2,9	0,8	31g	1	x	1.3	2.3	3.2	
2	s	5YR 5/0	2		3,5	0,7		1	x		2.1	3.2	
3	s	5YR 4/9	1	6,9	2,8	0,8	11g	1	x	1.1	2.1	3.1	
4	s	5YR 9/0	1	6,5	3	0,7	18g	1	x	1.1	2.1	3.1	
5	s	5YR 6/0	1	6,8	2,8	0,6	16g	1	x	1.1	2.2	3.2	
6	s	10YR 2/0	1	7,5	3,2	0,6	22g	1		1.2	2.1	3.2	
7	s	5YR 6/0	2	5,4	3	0,5		2	x	1.2	2.3	3.2	Reutilizada após fractura
8	s	5YR 5/0	1	8,6	3,7	0,9	62g	1	x	1.2	2.2	3.2	
9	s	5YR 10/4	1	7,1	2,5	0,4	15g	2	x	1.2	2.1	3.2	Faca em preparação
10	s	5YR 8 /0	1	6,5	3,4	0,7	19g	1	x	1.1	2.2	3.1	
11	s	5YR 8/7	1	5,4	2,9	0,5	8g	2	x	1.2	2.1	3.2	
12	s	5YR 9/0	1	6,4	3,7	0,6	19g	1	x	1.2	2.2	3.2	
13	s	5YR 9/0	1	5,8	2,7	0,6	9g	1	x	1.2	2.2	3.2	
14	s	5YR 4/9	2		4,2	0,6		1	x		2.1	3.2	
15	s	5YR 9/0	2		3	1,2		1		1.3	2.1		
16	s	5YR 6/0	1	7,4	3,4	0,6	7g	1	x	1.1	2.1	3.1	
17	s	5YR 10/4	1	8	4,7	1,1	66g	1	x	1.2	2.1	3.2	
18	s	5YR 5/0	1	6,1	4,3	1,3	51g	2	x	1.2	2.3	3.2	
19	s	5YR 4/2	1	6,1	2,4	0,6	13g	2	x	1.1	2.3	3.2	
20	s	10B 6/1	1	6,3	2,7	0,6	10g	1	x	1.3	2.1	3.3	
21	s	10YR 8/0	1	5,7	2,9	0,9	7g	2	x	1.3	2.1	3.1	
22	s	5YR 6/6	1	5,6	2,2	0,8	17g	1	x	1.2	2.3	3.2	
23	s	10P 4/7	1	5,4	2,5	0,5	10g	1		1.1	2.2	3.1	
24	s	5YR 9/0	1	5,5	2,3	0.5	12g	1	x	1.1	2.3	3.2	
25	s	8R 4/8	1	5	2,9	0,6	14g	1	x	1.1	2.1	3.2	
26	s	6YR 2/2	2		2,6	0,5		1			2.1	3.2	
27	s	10YR 8/0	1	5	2,1	0,6	8g	1	x	1.1	2.2	3.1	
28	s	5YR 9/0	1	4,7	2,1	0,6	12g	1		1.1	2.2	3.2	
29	s	4YR 2/9	1	4	1,9	0,5	4g	1	x	1.1	2.3	3.2	
30	s	10YR 2/0	1	4,5	2,5	0,7	13g	2	x	1.1	2.2	3.2	
31	s	8R 4/8	1	4,3	2,4	0,6	6g	1	x	1.2	2.2	3.1	
32	s	10YR 9/0	1	4,6	2,3	0,5	11g	1	x	1.2	2.2	3.2	
33	s	10B 4/3	1	3	1,9	0,5	10g	1	x	1.2	2.3	3.2	
34	s	5YR 2/9	1	3,2	2,1	0,6	11g	1		1.2	2.3	3.2	
35	s	9R 2/6	1	3,2	2,5	0,7	7g	1	x	1.2	2.3	3.2	
36	s	5YR 9/0	1	4	2,9	0,6	9g	1	x	1.2	2.3	3.2	Reutilizada após fractura
37	s	5YR 9/0	1	4,6	1,8	0,5	6g	1	x	1.2	2.3	3.2	
38	s	5YR 5/0	1	4,4	2,5	0.7	11g	2	x	1.2	2.1	3.2	
39	s	5YR 2/9	1	3,7	2	0.4	3g	2		1.1	2.1	3.2	
40	s	2.5YR 7/3	1	4,6	3,1	0.6	15g	1	x	1.2	2.3	3.2	
41	s	5R 4/9	1	4,1	3,2	0.7	5g	1	x	1.2	2.3	3.2	
42	s	6YR 2/2	2		2,7	0.7	13g	1	x		2.3	3.1	
43	s	5YR 4/3	1	5,5	2,7	0.5	11g	1	x	1.1	2.1	3.1	
44	s	5YR 4/8	2		1,5	0,4		1	x		2.3	3.2	
45	s	1YR 8/3	1	6,2	3	1,6	14g	1		1.1	2.1	3.1	Faca em preparação

46	s	8YR 4/6	1	5,4	3,6	1,3	18g	2		1.1	2.3	3.2	Faca em preparação
47	s	5YR 2/9	1	4,9	3	0,9	21g	1		1.1	2.1	3.2	Faca em preparação
48	s	5YR 2/8	1	4,6	2,2	1	14g	1		1.1	2.1	3.1	Faca em preparação
49	s	1YR 6/2	1	5,3	2,4	1,5	13g	1		1.1	2.1	3.2	Faca em preparação
50	s	5YR 9/0	1	6	2,2	1	9g	1	x	1.2	2.3	3.1	Faca em preparação
51	s	5YR 9/0	1	4,6	2,7	0,6	5g	1		1.2	2.3	3.2	
52	s	5YR 2/0	1	4,5	2,6	0,5	5g	2	x	1.1	2.1	3.1	
53	s	5YR 2/6	2	5,1	2,5	0,8		2		1.1	2.1	3.1	
54	s	5YR 2/9	1	4	2,8	0,5	12g	2		1.2	2.1	3.1	
55	s	5YR 4/5	2		3,7	1		1	x		2.1	3.1	
56	s	5R 4/8	1	3,7	2,4	0,7	10g	2	x	1.2	2.1	3.1	Reutilizada após fractura
57	s	5YR 2/9	2		2,8	0,9		1	x		2.3	3.2	
58	s	5YR 4/3	1	5	2,9	0,7	15g	2	x	1.1	2.1	3.1	
59	s	5YR 4/8	1	4	2,4	0,6	9g	1	x	1.2	2.3	3.2	
60	s	5YR 4/9	1	4,5	3,1	0,6	8g	1	x	1.2	2.3	3.2	
61	s	5YR 4/9	1	13,7	6	1	72g	1	x	1.1	2.1	3.1	
62	s	2YR 10/2	1	2,9	1,7	0,3	1g	1	x	1.2	2.1	3.1	Peça de dimensão reduzida
63	s	1YR 6/2	1	4,8	3,2	0,8	7g	1		1.1	2.1	3.1	Faca em preparação
64	s	5YR 6/2	1	11	5,7	0,7	67g	1	x	1.2	2.1	3.2	
65	s	5YR 5/0	1	12,1	4,9	1	69g	1	x	1.2	2.2	3.1	
66	s	5YR 9/0	1	3,8	2	0,5	4 g	1	x	1.2	2.1	3.1	
67	s	5R 4/7	1	13,2	4,6	0,9	65g	1	x	1.1	2.2	3.1	
68	s	2.5 YR 7/3	1	11	4,5	1,1	68g	1	x	1.1	2.1	3.1	
69	s	2.5YR 9/0	1	10,9	4	0,7	60g	1	x	1.1	2.1	3.1	
70	s	2.5YR 8/0	1	11,2	4,3	1	63g	1	x	1.1	2.1	3.1	
71	s	5YR 2/9	2		2,8	0,5		2	x		2.2	3.2	
72	s	5YR 8/0	1	11,8	4	0,8	66g	1	x	1.1	2.1	3.1	
73	s	2.5YR 9/0	1	11	3,3	1,1	54g	1	x	1.3	2.1	3.1	
74	s	5YR 6/0	1	10,9	3,6	0,7	32g	1	x	1.1	2.1	3.1	
75	s	5YR 5/0	1	10,6	4,3	1	68g	1	x	1.1	2.1	3.2	
76	s	2.5YR 9/0	1	1,7	3,6	0,8	50g	1	x	1.1	2.1	3.1	
77	s	5R 4/7	2		4,5	1,2	31g	2			2.3	3.1	
78	s	5YR 2/9	2		4,5	0,7	20g	1	x		2.2	3.1	
79	s	5YR 4/9	1	3,7	2	0,7	3 g	1	x	1.2	2.3	3.2	
80	s	10P 4/9	1	3,6	2,5	0,5	5 g	1	x	1.1	2.1	3.2	Reutilizada após fractura
81	s	1YR 10/2	1	4,7	2	0,9	10 g	1	x	1.1	2.1	3.1	
82	s	10R 10/3	1	5,3	3	0,9	12 g	1	x	1.3	2.1	3.1	Faca em preparação
83	s	5YR 2/9	1	7,3	5,1	0,8	15g	1		1.1	2.1	3.2	Reutilizada após fractura
84	s	5YR 9/0	1	10	4	0,8	21g	1		1.1	2.1	3.1	
85	s	5YR 2/9	1	11	3,6	0,9	20g	1	x	1.1	2.1	3.1	
86	s	2.5YR 9/0	1	8,5	3,8	0,6	16g	2	x	1.1	2.1	3.1	
87	s	2.5YR 2/9	1	8,8	4	0,5	14g	1	x	1.2	2.1	3.2	
88	s	5R 4/8	1	3,8	2,2	6,9		1		1.2	2.2	3.2	Reutilizada após fractura
89	s	5YR 6/4	2		2,6	0,7		1	x	1.3	2.1		
90	s	5YR 2/9	1	9,1	3,4	0,8	15g	1	x	1.1	2.1	3.1	
91	s	5YR 4/8	1	9,9	3,5	0,6	16g	1	x	1.1	2.1	3.1	
92	s	5YR 9/0	1	8,8	3,2	0,8	14g	1	x	1.1	2.1	3.2	
93	s	5YR 2/8	1	9	3	0,7	12g	2	x	1.2	2.3	3.2	
94	s	5YR 4/8	1	8,3	3,1	0,6	11g	1	x	1.2	2.1	3.2	
95	s	5YR 5/0	1	8,4	3,7	0,7	18g	2	x	1.2	2.1	3.2	

96	s	5YR 2/4	1	6,5	3,3	1,1	18g	1	x	1,2	2,1	3,1	
97	s	5YR 2/4	1	6,7	3,5	0,7	16g	1	x	1.1	2.1	3.1	
98	s	5YR 7/0	1	3,6	2,2	0,7	15g	2		1.2	2.1	3.1	
99	s	5YR 9/0	1	7,3	3	0,5	25g	1		1.2	2.1	3.2	
100	s	5YR 5/0	1	7,1	3,5	1	18g	1	x	1.2	2.1	3.1	
101	s	5YR 6/0	1	7,4	3,3	0,7	17g	1	x	1.2	2.2	3.2	
102	s	2.5YR 7/3	2		3,5	0,7		1	x		2.2	3.1	
103	s	5YR 2/0	1	7,2	3,4	0,9	16g	1	x	1.1	2.1	3.1	
104	s	5YR 5/0	1	7,9	3,5	0,6	15g	1	x	1.2	2.1	3.2	
105	s	5YR 2/9	1	7,5	3,2	0,7	29g	1	x	1.1	2.1	3.1	
106	s	5YR 2/8	1	7,7	2,8	0,7	18g	1	x	1.2	2.1	2.2	
107	s	5YR 8/0	1	9,1	3,6	0,9	14g	1	x	1.1	2.2	3.1	
108	s	5YR 6/0	1	8,9	2,7	0,8	15g	1	x	1.3	2.2	3.1	
109	s	5YR 4/6	1	6,3	3,1	0,5	14g	1	x	1.2	2.1	3.2	
110	s	2.5YR 9/0	1	6,3	3,4	0,6	16g	1	x	1.1	2.1	3.1	
111	s	5YR 4/8	1	6,8	3	0,6	18g	1	x	1.1	2.3	3.2	
112	s	5YR 2/0	1	6,2	2,7	0,8	12g	1	x	1.1	2.1	3.1	
113	s	5YR 6/4	1	6,7	3,4	0,7	11g	1	x	1.1	2.1	3.1	
114	s	2.5YR 9/0	1	6,7	2,3	0,5	10g	1	x	1.1	2.1	3.1	
115	s	5YR 4/8	1	6,2	2,4	0,6	12g	1	x	1.1	2.1	3.1	
116	s	2.5YR 9/0	1	5,9	2,2	0,5	11g	1	x	1.2	2.3	3.2	
117	s	2.5YR 9/0	1	5,3	2,7	0,7	9g	1	x	1.2	2.3	3.1	
118	s	5YR 4/2	1	5,5	2,4	0,8	7g	1	x	1.2	2.3	3.1	
119	s	5YR 9/0	1	4,5	2,2	0,9	9g	1	x	1.2	2.3	3.2	
120	s	5YR 4/8	1	4,7	2,5	0,6	10g	1	x	1.2	2.2	3.2	
121	s	5YR 8 /0	1	5,2	2,9	0,6	8g	1	x	1.2	2.1	3.2	
122	s	5YR 6/4	2		2,3	0,8		1	x		2.2	3.1	
123	s	5YR 2/0	1	5,2	2,5	0,6	11g	1	x	1.2	2.2	3.2	
124	s	5R 6/6	1	3,4	2,7	0,6	4g	1	x	1.2	2.3	3.2	Reutilizada após fractura
125	s	5YR 9/0	1	3,5	2,2	0,6	3g	1	x	1.3	2.2	3.2	
126	s	3 YR 2/9	1	5,3	2,4	0,7	9g	1	x	1.2	2.2	3.2	
127	s	5YR 4/8	1	5,6	2,3	0,9	10g	1	x	1.2	2.1	3.1	
128	s	5YR 2/8	1	4,9	3	0,8	11g	1	x	1.2	2.3	3.2	
129	s	5YR 6/4	1	4,6	2,2	0,7	8g	1	x	1.2	2.3	3.2	
130	s	5YR 8 /0	1	4,7	2,2	0,6	6g	1	x	1.1	2.1	3.1	
131	s	5YR 4/2	1	4,2	1,9	0,6	5g	1	x	1.1	2.3	3.1	
132	s	5YR 2/9	1	5,7	1,8	0,8	7g	1	x	1.1	2.1	3.3	Peça com pedúnculo
133	s	5YR 4/2	1	4	2,2	0,4	4g	1	x	1.2	2.3	3.2	
134	s	5YR 2/4	1	4,5	2,3	1	8g	1	x	1.1	2.1	3.3	Peça com pedúnculo
135	s	2.5YR 2/0	1	5,5	2,3	0,7	6g	1	x	1.2	2.1	3.3	Peça com pedúnculo
136	s	5YR 2/8	1	4,7	2,1	0,8	7g	1	x	1.1	2.1	3.3	Peça com pedúnculo

Tabela 3

A

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	115	84,6	84,6	84,6
Tipo A	**21**	**15,4**	**15,4**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	

Tabela 4

B1

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	100	73,5	73,5	73,5
Tipo B/sub B1	**36**	**26,5**	**26,5**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	

Tabela 5

B2

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	111	81,6	81,6	81,6
Tipo B/ sub B2	**25**	**18,4**	**18,4**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	

Tabela 6

B3

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	132	97,1	97,1	97,1
Tipo B/sub B3	**4**	**2,9**	**2,9**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	

Tabela 7

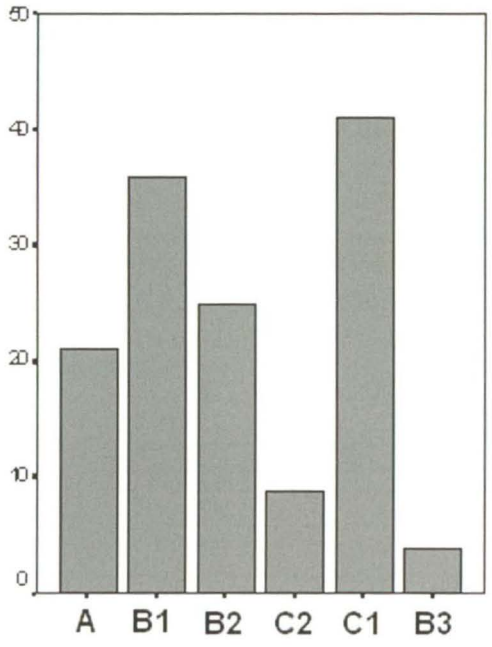
C1

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	95	69,9	69,9	69,9
Tipo C/sub C1	**41**	**30,1**	**30,1**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	

Tabela 8

C2

Número de peças	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Peças em falta para o total	127	93,4	93,4	93,4
Tipo C/sub C2	**9**	**6,6**	**6,6**	**100,0**
Total	136	100,0	100,0	



Tipos e subtipos

Bibliografia

ARNAUD, J., M., & GONÇALVES, J., L., (1990), "A Povoação Pré-Histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) ", in Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, vol. 1, Lisboa, CML.

ARNAUD, J., M., & GONÇALVES, J., L., (1995), "A Povoação Pré-Histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) ", in Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, vol. 2, Lisboa, CML.

ASTRUC, L., ANDERSON, (2004), "Vers unes restituition des gestes techiques" in Dossiers d'Archeologie, nº 290, Paris, pp.23-25.

BLANCE, B., (1995), "Cooper Age Colonies seen from the eighties", in Trabalhos de Arqueologia, nº7, (Origens estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península de Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987) , Lisboa, IPPAR, pp.54 a 58.

BICHO, N., (1996), "Estatística e Quantificação em Arqueologia" in Al madan, II série, nº5, Almada, pp.142-148.

BRÉZILLON, M., N., (1997), La dénomination des objects de pierre taillée, Paris, Éditions du Centre National de la recherche scientifique.

CARDOSO, J., L., (1996), "Objectivos e Princípios Metodológicos da Arqueozoologia" in Al madan, II série, nº5, Almada, pp.78-88.

CARDOSO, J. L., (2002), "As Sociedades complexas do Calcolítico e Idade do Bronze", in Pré-história de Portugal, cap. IV, Lisboa, Verbo.

CARVALHO, A., (1996), "O talhe de pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: Tecnologia e aspectos da organização da produção", Trabalhos de Arqueologia da EAM, nº 3/4, Lisboa, Colibri, pp. 41-60.

CARVALHO, A., (2003), "O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do côa 1996-2000) ", in Revista Portuguesa de Arqueologia vol.6 nº 2, Lisboa, IPA, pp. 229-273.

CAVA-ALMUZENA, A., (1990), "Industria Lítica", in El Calcolítico a Debate, Sevilla, Junta de Andalucia, pp. 155-158.

CHILDE, G., (1974), A Pré-História da Sociedade Europeia, trad. de António Neto, 2ª edição, Lisboa , Europa América.

CHILDE, G., (1976), Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos, trad. Maria Luísa Penafiel, Lisboa, Bertrand.

CLEMENTE-MARTÍN, J., (1994), El Transito del Neolítico al Calcolítico en el litoral del Sur-Oeste Peninsular, Madrid, Ministerio de Cultura, ICRBC.

DAVEAU, S., (1980), "Espaço e tempo: evolução do ambiente geográfico em Portugal ao longo dos espaços pré-históricos", Clio, nº2, Lisboa, pp. 28-35.

DAVIS, S., (1991), "When and why did prehistoric people domesticate animals?", in Some evidence from Israel and Cyprus in the natufi culture in the Levant, edited by Bar Yosef and François Valla Internacional Monographs in Prehistory, Archeological Series, nº 1, pp.381-390.

FORENBAHER, S., (1998), "Production and exchange during the portuguese chalcolitic: the case of bifacial flaked stone industries", in Trabajos de Prehistoria, nº 55, vol. 2, Madrid, pp. 55 a 71.

GARCIA-SANJÚAN, L., (1999), Los origenes de la estratificación social, Barcelona, Bar Iternacional Series 833,.

GOMES, M., (1991), "Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação", Almasor,, nº 9, Montemor-o-Novo, pp.17-74.

GONÇALVES, V., (1989), Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, 2 vols., Lisboa, INIC.

GONÇALVES, V., (1993), "Emergência e desenvolvimento das sociedades agro- metalúrgicas", in História de Portugal, dir. de João Medina, vol. I, "Portugal na Pré História" coord. Victor Gonçalves, Lisboa, Ediclube, pp.183-211.

INIZAN, M., L., BALLINGER, M., ROCHE, H., TIXIER, J., (1995), Technologie de la pierre taillée, Préhistoire de la piere taillée tome 4, CREP, Paris, Meudon

JALHAY E., e PAÇO, A., (1970), "A Póvoa Eneolítica de Vila Nova S. Pedro. Notas sobre a 1ª e 2ª campanhas de escavações – 1937 e 1938" in Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968), vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.229-274.

JALHAY E., e PAÇO, A., (1970a), "A Póvoa Eneolítica de Vila Nova S. Pedro. Notas sobre a 3ª, 4ª e 5ª campanhas de escavações – 1939 e 1940 e 1941" in Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968), vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.275-306.

JALHAY E., e PAÇO, A., (1970b), "A Póvoa Eneolítica de Vila Nova S. Pedro. Escavações de 1942" in Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968), vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.307-342.

JALHAY, E., e PAÇO, A., (1971), "El Castro de Vila Nova de San Pedro", in Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968), vol. 2, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.183-266.

JORGE, S., (1990), Caps. III, IV e V, in Nova História de Portugal, vol. I " Portugal das Origens à Romanização, dir. Jorge de Alarcão, Lisboa, Presença, pp.102-251.

JORGE, S. (1994), "Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular" in Revista da Faculdade de Letras, nº15 série 2, Porto, pp. 447-545.

JORGE, S., (2002), "Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do norte de Portugal", in Património, nº3, Lisboa IPPAR, p.144-164.

KUNST, M., 2000, "A guerra no Calcolítico na península ibérica" in Era-Arqueologia, nº2, Colibri, pp.128-142.

KUNST, M., e UERPMANN, (2002), "Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 1994 e 1995" in Revista Portuguesa de Arqueologia, Vol. 5 nº1, Lisboa, IPA, pp.67-120.

LISBOA, I., (1995), "Trade and Interaction in the Early Chalcolithic of Central Portugal", in Trabalhos de Arqueologia, nº7, (Origens estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península de Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987) , Lisboa IPPAR, pp.149-158.

MATEUS, J., MORENO-GARCIA, M., (2003), Paleoecologia Humana e Arqueociências – um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura, Trabalhos de Arqueologia nº 29, IPA, Lisboa.

PAÇO, A., (1955), "Castro de Vila Nova de São Pedro. Conciderações sobre o problema da metalurgia, Sobretiro de Zephyrus VI, Seminário de arqueologia de la universidad de Salamanca, Salamanca.

RAMOS-MILLÁN, A., (1988), "La mineria, la artesania y el intercâmbio del sílex durante la Edad del Cobre en el Sudeste de la Peninsula Iberica" in Studia Arqueologica, nº 88 - Minerales y metales en la prehistoria reciente. Algunos testimonios de su explotacion y laboreo en la Peninsula Iberica, Coord. Germán Delibes de Castro, Universidad de Valladolid, Valladolid, pp.13-14.

RAMOS-MILLÁN, A., (1997), "La Venta, una mina prehistorica en Andalucia" in Man and Flint. Procedings of the VIIth International Flint Symposium Warszawa-Ostrowiec-Swietokrzyski, September 1995, Institute of Archeology and Ethnology Polish academy of Sciences, Warszawa, pp.72-78.

RENFREW, C., (1979), Problems European Prehistory, Edinburgh Uiversity Press, Edinburgh, R & R Clark Lolt.

SANTOS, N., (1995), "Povoamento Calcolítico na Estremadura. Problemas da análise de distribuição espacial", Trabalhos de Arqueologia, nº7, (Origens estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península de Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987) , Lisboa, IPPAR, pp.141-148.

SAVORY, H., (1983-84), "Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova S. Pedro, in revista Clio/Arqueologia, nº 1-2, pp.19-29.

SEMENOV, S., (1964), Prehistoric Technology, trad. M. W. Thompson, London Cory Adam, Mackay,.

SHERRATT, A., (1987), "Wool, wheels and ploughmarks: local developments or outside instructions in Neolithic Europe?", Bulletin Inst. of Archeology, nº 23, London, pp.1-15.

SILVA, C., T., (1993). "Calcolítico" in Pré-história de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 197-293.

SIRET, L., (1913), Questions de crhonologie et ethnographie ibériques, Paris, Paul Genthner.

UERPMANN, H., (1995), "Observações sobre a ecologia e a economia do Castro do Zambujal" in Trabalhos de Arqueologia, nº 7 - Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolítcas da Península Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987, Lisboa, pp. 47-53.

UERPMANN, M., (1995), "A Indústria da Pedra Lascada do Zambujal" in Trabalhos de Arqueologia, nº7, (Origens estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península de Ibérica: actas das I jornadas de Torres Vedras 3-5 de Abril 1987) , Lisboa, IPPAR, pp.37 a 43.

VALVERDE LASANTA., M., (1993), El taller de Cantarranas (El Puerto de Santa María. Cádiz): un ejemplo para la transición Neolítico – Calcolítico, Cádiz, Universidad de Cádiz.

VICENTE, P. & SERRÃO, C., (1980), Lâminas de Sílex, ovóides e subrectangulares, nº 4, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto.

ZILHÃO, J., (1994),"A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo", in Trabalhos de Arqueologia da EAM, nº 2, Edições Colibri, Lisboa, pp.35-46.

Agradecimentos:

Queria deixar aqui uma nota de agradecimento ao arquitecto Mário Varela Gomes, orientador do trabalho de fim de curso na Universidade Nova de Lisboa pelo auxílio bibliográfico que me prestou, bem como à Associação dos Arqueólogos Portugueses, em particular ao seu presidente, Dr. José Morais Arnaud, que me facultaram o material para estudo.

As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX

Teatro Romano de Lisboa[1]

Lídia Fernandes

Arqueóloga do Serviço de Arqueologia da Divisão de Museus e Palácios - Museu da Cidade / Câmara Municipal de Lisboa. Mestre em História da Arte. Coordenadora científica da intervenção arqueológica do Teatro Romano.

I - Introdução:

Tivemos oportunidade de apresentar, em publicações anteriores, alguns dos elementos arquitectónicos que ornamentavam o teatro da antiga cidade de *Olisipo*, concretamente cinco capitéis jónicos que decorariam a frente cénica do monumento, bem como sete exemplares que, não enquadráveis naquela ordem e considerados por nós próprios como integráveis na coríntia, nos levantam actualmente e no decurso dos estudos que temos vindo a desenvolver sobre aquele monumento, algumas dúvidas quanto a tal classificação (FERNANDES, 1997, vol. II, p. 167-175; 237-241; vol. IV, p. 198-202; FERNANDES, 2001, p. 29-51)[2].

[1] O presente texto faz parte de um trabalho mais vasto que apresentámos na Revista O Arqueólogo Português (em publicação) e intitulado "Sobre a decoração arquitectónica do teatro romano de Lisboa: a propósito dos desenhos dos séculos XVIII e XIX".

[2] Tivemos oportunidade de manifestar tais considerações na conferência proferida na Associação dos Arqueólogos Portugueses (Museu do Carmo, 28 de Novembro de 2006) intitulada: *Teatro Romano de Lisboa: programa decorativo e sistemas construtivos.*

O estado de conservação em que estes exemplares se encontram não nos permite tirar grandes ilações no que se refere aos aspectos estilísticos, uma vez que todo o trabalho ornamental, originalmente realizado em estuque, desapareceu. Deste modo, o que hoje nos é dado observar é apenas o suporte pétreo, o qual possui a forma esboçada do capitel mas não delineados os seus pormenores ornamentais. O mesmo acontece em relação às bases de coluna. Com efeito, trata-se de peças que, e à semelhança dos capitéis referidos, empregam a mesma matéria-prima - o calcarenito[3] – sendo posteriormente estucados.

Apesar de em várias ocasiões termos referido alguns dos elementos arquitectónicos do teatro, o facto de retomarmos este tema prende-se, de igual modo, com a reanálise dos antigos levantamentos gráficos destas ruínas, concretamente o de 1798: do arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, a quem tradicionalmente[4] se deve a descoberta e identificação do monumento; e o de 1815 da autoria de Luís António de Azevedo, cujos desenhos se baseiam os levantamentos anteriormente citados.

Até ao momento, estes desenhos eram os únicos testemunhos que possuíamos sobre o estado em que se encontrava este monumento romano na altura da sua descoberta[5]. Há pouco tempo tivemos a oportunidade de analisar um manuscrito, datado de 1807, que deu origem à obra de Azevedo de 1815[6]. Apesar de o texto ser basicamente o mesmo, com ligeiríssimas alterações, o desenho aguarelado que o acompanha apresenta algumas diferenças. As apreciações que agora elaboramos baseiam-se, deste modo, numa análise comparativa destes três desenhos e na sua reinterpretação à luz dos parcos vestígios físicos que nos chegaram, no que às bases, exclusivamente, diz respeito.

O diminuto número de exemplares que possuímos: apenas três, impede-nos uma generalização pertinente no que respeita ao emprego de um modelo específico destes elementos no teatro romano. Não obstante tais condicionalismos, o objectivo deste pequeno trabalho é também o de chamar a atenção para este tipo de peças as quais, a par dos capitéis, nos aportam inúmeras informações quer sobre a plástica decorativa então em voga, quer sobre a reelaboração ou adaptação que as correntes estéticas exógenas sofreram na cidade mais ocidental do Império.

A análise que apresentamos pretende estabelecer algumas comparações com peças análogas, bem como algumas considerações quanto ao programa decorativo do teatro de *Olisipo*.

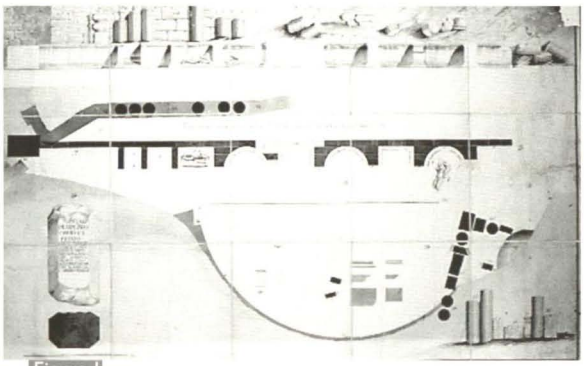


Figura 1

2- As primeiras informações documentais

O desenho aguarelado de 1798 atribuído ao arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri[7] (Fig. 1) e a publicação de 1815 da autoria de Luís António de Azevedo (Fig. 2), continuam a ser, em nossa opinião, fontes indispensáveis para uma primeira apreciação dos elementos arquitectónicos do teatro.

A primeira referência escrita aos capitéis e bases que decorariam o teatro, data de 1815 quando Luís António de Azevedo, na sua obra de título completo: *Dissertação Crítico-Filológico-Histórica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castelo desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*, tece vários comentários a propósito do monumento, apresentando uma planta do mesmo (Fig. 2).

[3] Gostaríamos de agradecer à nossa colega, geóloga Eva Leitão, a identificação mineralógica dos materiais em análise.

[4] Não se sabe com total certeza a quem se deve a descoberta do teatro romano de Lisboa. O facto de o desenho aguarelado de 1798 ser da sua autoria - assim podemos inferir da assinatura inscrita no canto inferior direito do mesmo - não implica, todavia, que os trabalhos de exumação e respectivos levantamentos se não fiquem a dever, de igual modo, a outros arquitectos, como seria o caso de Manuel Caetano de Sousa (FABIÃO, 2006, p. 63). Não obstante tais dúvidas, é um facto que, nas várias missivas dirigidas ao monarca D. José I, no sentido de serem salvaguardadas as ruínas, o arquitecto sempre se assume como o descobridor do monumento (CARVALHO, 1979, n. 8 e 9).

[5] Encontra-se no Museu da Cidade (C.M.L., nº inv.: MC/DES/1819) um outro documento referente ao *proscaenium* do teatro. Este desenho, onde se encontra representado em alçado o *frons pulpitum* com a sua inscrição, bem como as duas estátuas de silenos, não é, pelo traço, tratamento de cor e acabamento artístico que possui, da autoria do Arqt.º Francisco Xavier Fabri. Corresponderá a um trabalho mais tardio, o que é corroborado pelo tratamento a esponjado de cor azul e rosa que se observa em algumas das pedras.

[6] Gostaríamos de expressar os nossos maiores agradecimentos à Dr.ª Fernanda Brazão, proprietária deste livro manuscrito, o qual amavelmente nos facultou.

[7] Original que se encontra no Museu da Cidade (C.M.L, nº inv.: MC/DES/12).

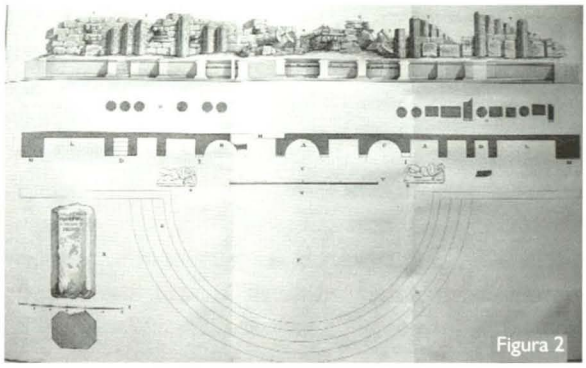


Figura 2

O autor refere que terão sido os dados fornecidos por Francisco Xavier Fabri que lhe terão permitido a inclusão dos desenhos e dos novos elementos que apresenta na sua obra. Para além do diletantismo próprio da época, que transparece amiúde ao longo do texto - nas longas descrições sobre as grandezas dos gregos e romanos e consequente importância do reino de Portugal que a edificação, em tempos idos, de um teatro de época romana justamente confirma – é somente na parte final da sua obra que o autor explicita, com a apresentação da planta e respectiva legenda, o que verdadeiramente se encontrou "... na excavação da rua de S. Mamede, que fica inferior á da Saudade, bem defronte da torre da Sé, um pouco assima da Paroquial Igreja de São Martinho" (AZEVEDO, 1815, p. 11).

Como dissemos, a planta que o autor apresenta terá sido realizada com base no levantamento de 1798 atribuído a Francisco Xavier Fabri, facto que o autor refere ao dizer "... que o perito Arquitecto Regio Francisco Xavier Fabri com espírito verdadeiramente Patriótico, e zelo do augmento da Nação Portugueza, nos comunicou gratuita e francamente, pedindo lhe nós as dimensões do referido Theatro, que não nas tínhamos ao principio tirado ..." (AZEVEDO, 1815, p. 46). Como legenda do desenho, Azevedo descreve as bases pela letra "Q" (*idem*, p. 47). Esta é a primeira referência que possuímos sobre as bases que decorariam o teatro, que o autor identifica como sendo áticas, aspecto que adiante abordaremos. Nesse desenho de 1815 surgem-nos quatro bases, ainda que no levantamento de Fabri, de 1798, surjam apenas duas.

Tivemos a sorte, como referimos inicialmente, de analisar com algum detalhe um original de Luís António de Azevedo, datado de Fevereiro de 1807 o qual, pelas anotações escritas e comparando com a obra publicada em 1815, concluímos tratar-se do esboço daquele, onde se encontram as indicações, apostas a grafite, auxiliares para o editor e gravador. Apesar dos desenhos serem semelhantes e sendo a planta geral das ruínas de 1807 o original que terá dado origem à Estampa X, saída em 1815 e da mesma autoria, são nítidas algumas diferenças. O desenho de 1807 é feito à mão, aguarelado a tons de cinza notando-se, em alguns locais, um cuidado de artista ao representar os volumes e contornos, ao atribuir ritmo ao traço por sombreamento de algumas superfícies – o que é bem visível nos capitéis centrais que ocupam a parte central do desenho[8]. Em outros pontos, no entanto, a mesma mão se esquece, ou se enfada, em aguarelar áreas maiores, em definir contornos de margem, considerados pelo autor como trabalho menor que a representação mais pormenorizada dos múltiplos elementos arquitectónicos. A legenda que acompanha o desenho é precisamente a mesma que foi publicada posteriormente.

A obra de 1815 é, pelas características tipográficas da impressão, uma regularização do traço e, ao mesmo tempo, uma simplificação do desenho de prova. As diferenças em relação ao desenho de 1807 são, em alguns casos, substanciais e dever-se-ão quer a uma interpretação do próprio gravador, quer a uma uniformização imposta pela impressão, que contempla, pelas características técnicas de que se reveste, a normalização dos sombreados, reinventando em certos pormenores, contornos ou traços que haviam ficado suspensos ao correr do pincel.

Se na base destes dois desenhos, está o levantamento realizado, nove anos antes, pelo arquitecto Francisco Xavier Fabri (Fig. 1), poderíamos concluir, pelas enormes diferenças que se observam, que os vestígios colocados a descoberto neste intermeio temporal foram múltiplos, tendo os autores que sobre este tema se têm debruçado, remetido genericamente para um desenvolvimento dos trabalhos de desentulhamento das ruínas (os quais se deverão ter prolongado no tempo), a causa das alterações que se evidenciam nos dois levantamentos (HAUSCHILD, 1990, p. 351 e 352; LEITE; PEREIRA, 1994, p. 209).

Analisando um pouco mais detalhadamente os desenhos[9], são representadas em 1798 duas bases e em 1807 e 1815 surgem-nos quatro. Numeraremos estes espécimes sequencialmente de um a seis, seguindo os desenhos do lado esquerdo da imagem para o direito.

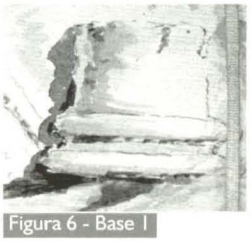
[8] Como tivemos oportunidade de referir no início deste trabalho, a análise comparativa que agora apresentamos sobre os levantamentos gráficos do teatro foi já objecto de uma análise mais profunda, destacando-se então o estudo pormenorizado dos capitéis (*Arqueólogo Português*, em publicação, cf. n.1).

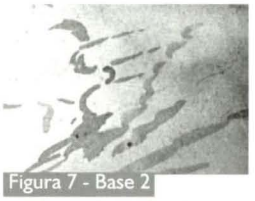
[9] Agradecemos vivamente à Arqt.ª Ana Luísa Freitas, nossa colega no Museu da Cidade, a ajuda prestada relativamente à comparação métrica entre os exemplares constantes nos três levantamentos que se analisam.

3- Análise descritiva das bases constantes nas primeiras informações documentais do teatro romano

No que respeita às bases de coluna, se em 1798 são representadas duas, encontrando-se uma delas somente esboçada, observamos que, nos levantamentos posteriores, o número destes elementos duplica. Para além disso, é a própria tipologia das bases que se altera e, a única verdadeiramente bem representada em 1798, desaparece em 1807, sendo substituída por outras de morfologia distinta. Analisemo-las um pouco mais detalhadamente:

3.1- Desenho de Francisco Xavier Fabri - 1798


Figura 6 - Base 1


Figura 7 - Base 2

No desenho de Francisco Fabri encontramos perfeitamente desenhada uma base, composta por dois toros de diâmetro muito semelhante, ainda que o superior pareça ser ligeiramente mais pequeno (Fig. 6). O escapo entre eles é profundo mas a altura nitidamente inferior à que ostentam os toros. Não possui plinto e apresenta, no mesmo bloco, o *imus scapus* do fuste liso de altura considerável.

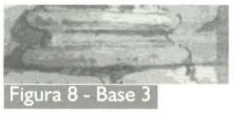
Esta peça figura no canto superior direito do desenho, em primeiro plano e ocultando parcialmente um dos capitéis aí representados. Mais à direita e a um nível superior consegue-se observar uma outra base, a qual passa despercebida quer pela singeleza do traço, quer por se localizar numa área do desenho que se encontra apenas esboçada a pinceladas largas (Fig. 7). Além disso, este elemento apenas se encontra parcialmente representado encontrando-se semi encoberto por monturos de terra. Esta base apresenta, à semelhança da anterior, dois toros redondos, o superior de menor altura, com um espaço reentrante a separá-los. O diâmetro dos dois toros é muito idêntico entre si e parece não ostentar plinto (Quadro 1).

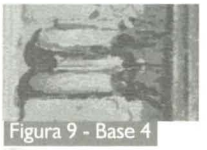
QUADRO Nº 1

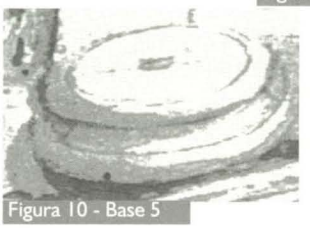
QUADRO MORFOMÉTRICO DAS BASES REPRESENTADAS EM FABRI (1798) (cm)			
PEÇA Nº	ALTURA TOTAL	ALTURA 2 TOROS + ESCAPO	ALTURA *IMUS SCAPUS*
1	58	23	34
2	29	29	-

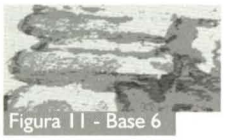
3.2 - Desenho de Luís António de Azevedo – 1807

Neste desenho, tal como na obra impressa de 1815, encontram-se representadas quatro bases de coluna. São todas elas muito uniformes, possuindo algumas particularidades as quais se deverão ao cuidado do desenho ou estado de conservação em que os exemplares se encontravam, como acontece na peça 4, que se encontra partida ou foi mal desenhada, estando presente somente ⅔ da sua totalidade.


Figura 8 - Base 3


Figura 9 - Base 4


Figura 10 - Base 5


Figura 11 - Base 6

Em todos os exemplares observamos a existência de dois toros, sensivelmente com a mesma altura: facto evidente na peça 3 e 4, com menor exactidão na base 6 e nitidamente de menor dimensão no toro superior da base 5. Aqui, no entanto, o facto de a peça ter sido representada em posição oblíqua impede uma certeza em relação a este aspecto.

Os escapos, em quarto de círculo, que se posicionam no meio dos dois toros são, em todos os exemplares, acentuadamente reentrantes em relação àqueles. Nas bases 3 e 4 parecem possuir a mesma altura que os toros que separam e ostentam listeis, que ladeiam o escapo, um inferior e outro superior. Na peça 6 parece existir um outro listel na base do toro inferior. Na base 5, dada a posição oblíqua em que foi representada, é possível observar o local de assentamento do fuste de coluna presenciando-se, ao centro, uma concavidade para colocação do espigão em metal para melhor preensão dos elementos.

Em nenhum dos exemplares observamos plinto, facto que Luís António de Azevedo expõe na sua legenda (AZEVEDO, 1815, p. 47). As bases, que por ele são identificadas pela letra "Q", a qual, no entanto, apenas se presencia sobre as peças 5 e 6, são explicitadas do seguinte modo: "Q. Bases Atticas, que se acharão nas ruínas do mesmo Theatro sem plinto á imitação das bases do Templo da Sybilla Tiburtina, e do de Diana em Évora" (*id. ibid.*).

Nenhuma das peças tem representado o *imus scapus*, estando ausente, deste modo, a base com fuste que, com tanta evidência, se visualizava no desenho de Fabri.

QUADRO Nº 2

QUADRO MORFOMÉTRICO COMPARATIVO DAS BASES REPRESENTADAS (AZEVEDO 1807 E 1815) (altura total, cm)		
Nº PEÇA	AZEVEDO (1807)	AZEVEDO (1815)
1	45	43
2	42	43
3	32	32 (?)
4	42	48

3.3 - *Desenho de Luís António de Azevedo — 1815*

Apesar de, como seria natural, se observar grande similitude entre este desenho impresso e o que lhe deu origem de 1807, observamos algumas pequenas diferenças.

As características principais mantêm-se mas encontra-se representado, em todos os exemplares, uma pequena parte que parece corresponder ao início do *imus scapus*. Na base 6, inclusivamente, o facto de o contorno superior da peça ser irregular faz pensar que o fuste tenha sido acidentalmente partido. Os listeis assumem, nesta representação, um maior peso, transformando estas peças, que seriam de simplicidade austera, em bases com volumes mais imponentes, de perfis escalonados e, em termos globais, de aspecto visual bastante mais elaborado, indicando um certo "barroquismo" do traço.



Figura 12 - Base 3



Figura 13 - Base 4

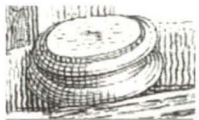


Figura 14 - Base 5

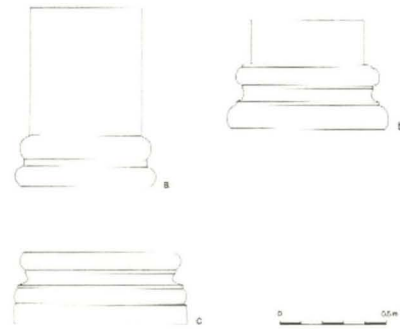


Figura 15 - Base 6

Para além destas diferenças há que sublinhar que, em alguns exemplares, como o 6, a altura dos toros é modificada sendo o superior, claramente, de menor altura que o inferior. Também nesta base parece existir uma moldura reentrante a funcionar como base mas longe de ser considerado um plinto (Quadro 2).

4 – Bases existentes e análise comparativa

Comparando estes desenhos com as bases que hoje se conservam no teatro de *Olisipo*, constatamos algumas diferenças. Actualmente apenas possuímos três bases de coluna. Curiosamente, todas são distintas entre si, oferecendo características que as individualizam.



Bases existentes no teatro (a = peça A, Fig. 17; b = peça B, Fig. 18 e 19; c = peça C, Fig. 20). (Extraído de HAUSCHILD, 1990, p. 381, Abb. 12).

Figura 16

Theodor Hauschild, no seu estudo sobre o teatro, apresenta o desenho destes elementos (Hauschild, 1990 p. 381, Abb. 12, a, b, c) (Fig. 16). Um deles, peça C, (Fig. 20) mostra-nos, como o autor refere, um perfil que se diferencia dos outros pela presença de um plinto com cerca de 10 cm de altura. As restantes bases, para além de não possuirem este elemento, conservam parte do imoscapo do fuste com um diâmetro que varia entre os 51 e 65 cm, o que se adequa mais às dimensões dos fustes designados por lisos e estriados existentes no teatro e afastando-se dos fustes canelados (FERNANDES, 2001, Quadro 2 e 3)[10].

A base com plinto[11] (Fig. 20) tem um diâmetro de 77 cm (parte superior) dimensão excessivamente elevada para o imoscapo dos fustes canelados. De acordo com a opinião de Hauschild, este elemento poderá ter pertencido a um outro edifício (1990, p. 381), opinião que relativizamos uma vez que, como teremos oportunidade de observar, bases com e sem plinto podem ser coevas, assim como se pode entender

[10] Sobre a integração arquitectónica destes elementos – bases, fustes e capitéis – e dimensão total que as colunas deteriam na frente cénica *vide*: FERNANDES, 2001, p. 39-41.

[11] Este exemplar apareceu embebido no interior de uma das paredes dos andares superiores do edifício pós pombalino que se sobrepunha ao teatro e que foi desmontado no decorrer dos trabalhos levados a cabo por Irisalva Moita, (1970, Est. II, 3). Ou seja, ao invés das bases sem plinto, aparecidas nos entulhos que preenchiam o *hyposcaenium*, esta apareceu sem qualquer contexto, integrada na alvenaria da construção.

a sua presença em outros locais do teatro dada a multiplicidade de espaços, acessos e edificações anexas que um edifício deste tipo poderia albergar.

As bases A (Fig. 17) e B (Figs. 18 e 19) possuem *imus scapus*. Na primeira, esse elemento é curioso pela exagerada dimensão que possui, assemelhando-se curiosamente ao exemplar constante do desenho de Fabri. Em dois dos três exemplares que nos chegaram e em todos os que graficamente se encontram representados nos levantamentos antigos, não existe plinto, mantendo os dois toros idêntica altura e sendo intercalados por um escapo. Não obstante, com ou sem esta parte constituinte, encontramo-nos, pela morfologia evidenciada, perante bases áticas[12].

Ainda que a típica base ática possua plinto, a sua inclusão, assim como a total explanação dos seus componentes constitui uma evolução morfológica somente observada "... a partir de época augustea pero, sobre todo, a lo largo de la julioclaudia cuando la basa ática adquiere su plena configuración, con unos rasgos tipológicos y formales que, con pocas variaciones, se conservarán durante todo el imperio ..." (G. BEHEMERID, *et alli*, 2006, p. 295).

O facto de as bases não possuírem plinto será uma particularidade que ocorre sobretudo até ao início do principado de Augusto, ainda que excepções a este facto ocorram, como acontece no templo de Apollo in Circo ou o da Magna Mater. Se observarmos bases dóricas ou toscanas, a ausência desse elemento é quase uma constante[13], como acontece no anfiteatro de Bobadela (FRADE, 1995: Est. V, figs. 5 e 6), talhadas em granito; no templo de Évora de cronologia tardo augustana ou algo posterior, em mármore (HAUSCHILD, 1992, p. 114) ou no templo, vulgarmente conhecido de Diana, em Mérida, em pedra local e conservando vestígios de estuque (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1991: 90, Lámina 7).

Ainda que a inclusão do plinto esteja atestada em Roma desde o séc. II a.C. (G. BEHEMERID, *et alli*, 2006, p. 295), a norma da sua associação às bases de dois toros só ocorrerá bastante mais tarde e vários edifícios públicos de carácter emblemático não o apresentam: o teatro de Marcelo em Roma (13 / 11 a.C.); o templo circular de Vesta (Tivoli), do séc. I a.C.; ou o templo de Júpiter em Terracina, da época de Sila, multiplicando-se os exemplos por todo o Império. No que respeita ao território nacional, bastará observarmos o templo augustano de Conímbriga (ALARCÃO, ETIENNE, 1977, tomo I**, Planche III), ou o pórtico do *forum* e templo flavianos da mesma cidade (*id. ibidem*, Pl. XIV).

No entanto, e como já tivemos oportunidade de referir publicamente[14], a questão não pode analisada de forma linear. Observamos a ocorrência destes dois tipos de bases – com e sem plinto – mesmo em épocas posteriores e, em alguns casos, como acontece em Sabratha, as bases sem plinto constituem uma característica deste tipo de elementos arquitectónicos, com raízes em tradições tardopúnicas que perduram até meados da época imperial (LÉZINE; 1959, p. 93). Em Pompeia, destruída em 78 d.C, o templo de Júpiter e de Apolo e grande número de peristilos de casas privadas – a "Casa de Vénus", a "Villa dos Mistérios", a "Casa do Labirinto", a "das Bodas de Prata" ou a "Casa dos Vetti" - ostentam bases sem plinto (COARELLI, 2005, p. 245 e s.) sendo múltiplos, de igual modo, os exemplos que se poderiam dar para a cidade de Herculano, destruída na mesma ocasião. Nas províncias, os templos geminados de Glanum, datados da mudança de era, também apresentam as mesmas características (GROS, 1981, p. 149 e ss.). Mais uma vez em Conímbriga, como acima referimos, constatamos a existência de bases áticas sem plinto nos monumentos flavianos (ALARCÃO, ETIENNE, 1977, tomo I**, Planche XVI – 9, 10 e 11). Avançando ainda mais no tempo, a mesma situação pode ser observada no arco de Barà (Tarragona), datado da época de Trajano[15]; no teatro de Segobriga onde bases similares surgiram em contextos dos sécs. II e III (ALFONSO JIMENEZ, 1975, p. 282 e 283) apesar de a data de edificação do teatro ser da época de Nero (MANUEL ABASCAL, *et alli*, 2006, p. 324); ou ainda no arco de Cáparra (Cáceres) com capitéis do séc. II (GARCÍA Y BELLIDO, 1972-74, p. 45-76; G. BEHEMERID, 1992, nsº 867-874).

[12] Vitrúvio define a base ática do seguinte modo: "Se se tratar de uma base ática, dividir-se-à a sua altura, de modo que a parte superior corresponda a um terço do diâmetro da coluna, sendo a parte restante deixada para o plinto. Excluído o plinto, divida-se o resto em quatro partes, dê-se uma delas ao toro superior e dividam-se as três restantes em duas partes iguais, uma para o toro inferior e a outra para a escócia (...) com os respectivos listéis" (Livro III, Capítulo V, 2.; trad. MACIEL, 2006, p. 120).

[13] Para não nos alongarmos com os inúmeros exemplo que se poderão apontar, somente referimos Numância, destruída em 133 a.C, onde existem fustes de coluna sem plinto. *Vide*: FERNANDO MORALES, 1993, p. 61. Neste caso as bases encontram-se associadas a capitéis toscanos.

[14] Comunicação proferida na Associação dos Arqueólogos Portugueses (Museu do Carmo, 28 de Novembro de 2006). Cf. n.1.

[15] Ainda que com algumas reservas, pois esta data é fornecida pela inscrição do arco a qual apenas indica que, na época de Trajano, já este se encontrava construído (cf. DUPRÉ I RAVENTÓS, 1986, p. 1-12).

Esta questão da ausência ou presença de plinto não pode, como constatámos, ser entendida como uma simples evolução morfológica. O conceito de "base ática" é demasiado vago em termos geotemporais e somente a sua progressiva conceptualização introduzirá o seu verdadeiro desenvolvimento distinguindo-se as bases, em que esta reelaboração epistemológica se encontra perfeitamente assimilada no conjunto arquitectural, daquelas em que simplesmente se observa uma justaposição das respectivas partes ou elementos constituintes.

Na verdade, as bases que agora se analisam não podem, verdadeiramente, ser consideradas como áticas canónicas. Tal afirmação aplica-se não apenas às peças em que o plinto se encontra ausente, peças A e B mas, de igual modo, à base C que apresenta todos os elementos. Este último exemplar ilustra-nos bem o que havíamos referido: uma justaposição linear sem que as partes se interliguem com o intuito de oferecer uma nova solução e sem que seja procurada uma nova modulação do conjunto. Com efeito, se analisarmos as dimensões que as várias partes possuem, observamos uma marcada similitude entre as alturas dos toros (Quadro 3). Mesmo na base C, com plinto, os dois toros são quase iguais em altura bem como em diâmetro. A mesma constância de dimensões verifica-se em relação ao plinto: igual altura e igual alinhamento vertical em relação aos dois toros.

QUADRO Nº 3

QUADRO MORFOMÉTRICO DAS BASES EXISTENTES (cm)

PEÇA	ALT. TOTAL	ALT. TORO SUP.	ALT. TORO INF.	ALT. ESCÓCIA	ALT. PLINTO	∅ IMOSCAPO	ALT. IMOSCAPO
A	85	9	9	4	-	65	62
B	50	9,5	9,5	4	-	51	28,5
C	33,5*	7	8	5	9,5	77	-

* altura do listel superior=1,5; altura listel inferior=2

Por último, o escapo é pouco reentrante, funcionando como simples separador dos dois toros e não como uma entidade individual, a mais importante aliás, na verdadeira base ática. O espaço concedido à escócia, ou escapo, é nitidamente mais pequeno que o atribuído aos toros. Inicialmente, este elemento "... sólo fue un pequeño espacio intermedio que no tenía otra función que la de separar los dos toros; con el paso del tiempo, este espacio intermedio adquiere una cierta autonomía y se transforma en una moldura cóncava" (CHINER MARTORELL, 1990, p. 89). Este elemento pode ser considerado um dos mais importantes na linha evolutiva que a base ática sofreu, abandonando uma expressão de simples ranhura para um perfil parabólico, paralelamente à junção de listéis ou filetes que a delimitam superior e inferiormente [16]. Tal perfil é adoptado precisamente para estabelecer a junção entre os dois toros de diâmetros distintos.

Nada obsta pois, sobretudo se tivermos em conta o material em que foi talhado – o mesmo calcarenito dos capitéis, fustes e silharia -, que este elemento seja coevo das restantes bases.

Depara-se-nos curioso o facto de as três únicas bases que hoje possuímos serem diferentes entre si, contrastando com os desenhos de Luís António de Azevedo de 1807, onde a similitude entre elas é evidente (Quadro 2). Neste desenho, com efeito, as bases parecem pertencer todas a um mesmo edifício sendo constantes as dimensões das várias partes constituintes. Na publicação de 1815, apesar de existir uma similitude entre estes elementos, presenciam-se algumas diferenças traduzidas sobretudo numa reelaboração artística das ordens arquitectónicas opera-da pelos arquitectos europeus dos sécs. XVII e XVIII.

As restantes bases incluem a parte inferior do fuste, o *imus scapus*, o que geralmente indica um certo arcaísmo já que, a partir do período julio-cláudio e, sobretudo, flaviano, tal característica é abandonada (CARLOS MARQUEZ, 1998, p. 118). A presença deste elemento, sobretudo se tivermos em conta a enorme porção do exemplar A, é uma característica da "... arquitectura occidental en el período tardo-republicano y augústeo, en diversos edifícios religiosos de la etapa final de la República, como el templo rectangular de Tívoli, de tipo jónico-ático ..." (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, NOGALES BASARRATE, 2004, p. 301).

A base representada no desenho aguarelado de 1798 que inclui parte do fuste, não aparece no desenho posterior, dado à estampa por António de Azevedo. Nenhum dos elementos aí representados mostra uma base com um imoscapo de tão grandes dimensões. A tratar-se de outro elemento, temos um total de cinco bases, sem plinto, com dois toros e escócia central.

Os desenhos do séc. XIX são pois, uma normalização, tipificação do que então se entendia por "base atticurga". Neste contexto, a base 1 representada por Fabri seria um elemento claramente excêntrico aos modelos românticos e clássicos da época.

[16] *Vide*: G. BEHEMERID, *et alli*, 2006, p. 295, ou ainda CARLOS MÁRQUEZ, 1998, p. 115-118.

5 – Considerações finais

O conjunto de bases do teatro romano de Lisboa, se bem que muito limitado no número de exemplares que conserva, impedindo-nos uma generalização mais consistente sobre a plástica arquitectónica decorativa empregue no monumento, fornece-nos, não obstante, alguns indícios importantes quanto a esta temática.

Provavelmente os espécimes em análise são o produto de uma mesma oficina. O material empregue, o calcarenito amarelado, acentuadamente fossilífero, indica-nos uma mesma fonte de matéria-prima, ou seja, o próprio local onde o edifício foi erigido. O facto de se tratar de peças que ofereceriam o seu acabamento em estuque, bem como o facto de todas elas se destinarem à decoração de um edifício de carácter público leva-nos, com efeito, a atribui-los a uma mesma oficina, a qual, aliás, seria a mesma que produziu os capitéis do mesmo monumento.

A utilização da matéria-prima local indica-nos o aproveitamento de pedreiras próximas, não esquecendo, a este propósito, que o teatro romano de Lisboa foi construído fazendo recurso ao afloramento rochoso natural, no qual integrou as respectivas bancadas. Com efeito, a parte inferior da *cavea* foi escavada na colina, tendo esta sido regularizada para o assentamento dos silhares de revestimento. Não será de estranhar que a pedra extraída tenha servido para abastecer as oficinas que produziriam os elementos arquitectónicos a integrar no monumento.

Como tivemos oportunidade de expressar em outros trabalhos (FERNANDES, 2001, p. 29-51; FERNANDES, cf. n.1) somos de opinião que o estaleiro de obra que terá produzido tais peças se terá situado nas imediações do teatro, aproveitando, *in situ*, os blocos pétreos que iam sendo extraídos para a construção. Como referimos, o teatro de *Olisipo* encaixou a sua parte inferior no substrato rochoso, razão pela qual terá sido necessário desbastar o terreno para a integração da *orchestra*, *hyposcaenium proscaenium*, *proedria* e as partes do teatro que foram erigidas a cotas mais altas[17]. Quanto a este aspecto, se em alguns locais não existia afloramento – sendo necessário colmatar tais vazios com enchimento artificial – outros afloramentos havia, a níveis mais altos, que foram sabiamente aproveitados tendo sido, para o efeito, simplesmente nivelados. Tal é o caso do pavimento do único *aditus maximus* que hoje se conserva, situado a Este, onde a junção entre afloramento e paredes é nítida.

Este sistema construtivo – que se conjuga com um sistema artificial composto por muros radiais e semi concêntricos que suportam os degraus da parte superior da *cavea* - poderá situar-se entre o 1° e 2° sistemas estruturais dos espaços cénicos definidos por Ramallo Asensio que os contextualiza cronologicamente entre o terceiro quartel do séc. I a.C e os finais do séc. I a.C. (RAMALLO ASENCIO, *et alli*, 1993, p. 81). Ainda que pensemos que estruturas tão complexas dificilmente possam ser enquadradas temporalmente por definições tão estritas, é um facto que os sistemas construtivos evidenciados no teatro de Lisboa - onde ressalta o emprego intensivo do *opus caementicium* – se integram nos mais habituais dos inícios do Império (*id. ibidem*, p. 81) e "... responde a técnicas antiguas de fábrica, com *opus caementicium* y sillería regular, acorde com los sistemas republicanos más que com los imperiales" (CORZO SÁNCHEZ, 1993, p. 135).

As últimas intervenções arqueológicas realizadas no monumento, localizadas na área a Sul da frente cénica (pátio interno do n° 3 da Rua de S. Mamede ao Caldas) permitiram, relativamente a esta temática, confirmar o recurso intenso ao *opus caementicium* na estrutura do *postcaenium*, a qual foi até agora descoberta numa extensão de quase 21 m. Pela implantação do eixo do teatro, podemos apontar como comprimento total desta estrutura (sentido E/W) cerca de 40 m ou seja, 135 PR, dimensão que ultrapassa a eventual centuriação que se poderia aplicar à cidade de *Olisipo* caso a medida de 1 *actus seja* a geradora da mesma. Não obstante, como se trata de um edifício público e implantado numa zona de acentuado desnível são compreensíveis as discrepâncias em relação à norma. A face deste muro apresenta um sistema construtivo misto, o qual alia o *opus quadratum*, em aparelho isódomo – que surge no cunhal Este da estrutura, assim como contrafortando outros muros que se implantam perpendicularmente no interior da estrutura (E/W) - com o *opus caementicium* (FERNANDES, 2006, p. 186 e 187).

Deste modo, podemos inferir que a construção das infra-estruturas do teatro, bem como a realização dos diversos elementos arquitectónicos correspondem, ambos, ao primeiro momento edificador do monumento,

[17] Aspecto que claramente observámos aquando da desmontagem, que levámos a cabo em 2004, de um alicerce do séc. XVIII que se sobrepunha às bancadas do teatro. A parte inferior desse alicerce assentou sobre dois dos degraus da *imma cavea*.

sendo o material pétreo empregue nos alicerces e enchimentos, o mesmo que foi utilizado nos capitéis, bases e fustes.

A utilização da matéria-prima local e o seu posterior revestimento a estuque, é uma característica comum da época edificadora de Augusto ou de épocas anteriores, bastando dar os exemplos do templo de Mérida, com os seus capitéis e bases sem plinto estucados (BARRERA ANTON, 1985, p. 33 e 34, figs. 20A/20K; ALVAREZ MARTÍNEZ; NOGALES BASARRATE, 2004, p. 293-319); do teatro de Itálica onde fustes, capitéis e bases do pórtico do *postcaenium* se encontrariam estucados (RODRIGUEZ GUTIÉRREZ, 2006, p. 158) – com bases com plinto mas que incluem o tambor do fuste - ou ainda nos célebres prótomos do templo de Carteia, sendo este último caso deveras paradigmático. *Colónia Libertinorum* Carteia (Carteia) fundada em 171 a.C., converteu-se "...en la primera colónia latina fuera del território de Itália" (ROLDÁN GÓMEZ, *et alli*, 1998, p. 32). O seu templo, que será de entre os múltiplos edifícios que hoje se conhecem o mais emblemático, constitui um exemplo claro das técnicas edificativas e decorativas então em voga. Aqui todos os elementos são realizados em calcário fossilífero "... que se talla aqui com especial cuidado, antes de ser estucada y pintada como acabado último. El resultado final sería el de una extraordinária dignitas arquitectónica ..." (*idem*, p. 190). Os capitéis que decoram o templo são de estilo corintizante e as bases possuem dois toros, com escócia central pronunciada, sem plinto e apresentam, no mesmo bloco, parte do imoscapo do fuste[18].

No teatro de Olisipo há pedra de lioz, ou o mármore do Alentejo - que encontramos em alguns fragmentos de friso, cornijas, no revestimento do muro do *proscaenium* (com os res-pectivos baixos relevos), nas placas róseas e cinzentas da *orchestra* e nas estátuas de silenos que decoravam o teatro de *Olisipo* - enquadram-se na remodelação que este edifício sofreu em 57 d.C., o que nos é atestado pela inscrição do seviro augustal *Caius Heius Primus* (CIL II, 183, 196) gravada no *proscaenium* (SILVA, 1944, p. 172-178). A renovação deste espaço público - certamente coevo de idênticos processos urbanísticos/decorativos de outros espaços similares na província - integra-se no que se designa por "política de marmorização", em curso nas províncias ocidentais e, desde há longo tempo, iniciada no centro do Império. Os exemplos observados em várias construções da Hispânia, salientando-se o caso emeritense pela proximidade geográfica e influência que a capital de província exercia sobre o território, atestam esse fenómeno sobretudo a partir da segunda metade do séc. I, processo que alguns autores designam como a passagem de uma "arquitectura militar", num primeiro momento edificador, balizada cronologicamente entre o séc. I a.C. e a primeira metade do séc. I d.C., para o da "arquitectura do mármore" (ALVAREZ MARTÍNEZ, 1992, p. 90 e 91)[19].

Uma das características mais importantes, quanto ao primeiro momento, é o do emprego de pedra local e do respectivo revestimento em estuque. Esta evolução é bem identificada nos três templos melhor preservados que se conservam na Hispânia e de culto ao imperador: o de Évora, o de Mérida e o de Barcelona. Os fustes e capitéis coríntios do templo de Diana em Mérida são realizados em pedra local e revestidos a estuque, sublinhando-se a exuberante ornamentação que ostentam os capitéis (idem, p. 91; ALVAREZ MARTÍNEZ; NOGALES BASARRATE, 2004, p. 293-319; BARRERA ANTON, 1985, p. 33 e 34, figs. 20A/20K)[20].

No templo de Évora a utilização do mármore assinala-se nos capitéis e bases. As caneluras dos fustes – revestidos a estuque - são profundas, como no caso de Lisboa ou de Mérida onde, no imoscapo, as caneluras se prolongam até praticamente à respectiva base. Datados aqueles templos de época augustana, o monumento de Évora será algo mais tardio (HAUSCHILD, 1992, p. 114).

Assistimos a um encadeamento linear onde figuram, em primeiro lugar, os templos de Barcelona e de Mérida - com elementos arquitectónicos realizados com pedra local - seguidos pelo templo de Évora - que emprega o mármore nos capitéis e bases mas não nos fustes - e, numa terceira fase, o emprego de material nobre em todos os elementos - a renovação da *frons scaenae* do teatro de Mérida, por exemplo. O teatro

[18] Os elementos mais peculiares do templo são, como referimos, os prótomos de touro, peças talhadas no mesmo calcário e revestidas a estuque, que poderiam integrar o friso do templo. Estes elementos podem ser observados actualmente no Museu Arqueológico de Sevilha.

[19] Mais recentemente o mesmo autor optou por distinta designação substituindo a de "arquitectura militar" para "arquitectura em pedra", termo igualmente adoptado pela escola alemã. Sobre estes conceitos cf. ALVAREZ MARTÍNEZ; N. BASARRATE, 2004, p. 304.

[20] Curiosamente, se relançarmos os olhos pelo capitel central desenhado em 1807 por Luís António de Azevedo, encontramos assinaláveis semelhanças entre o óvulo central do equino, que se assemelha a uma pinha, com idêntico ornamento que ostentam os capitéis do templo de Mérida (FERNANDES, cf. n. 1).

de Lisboa, com o recurso ao calcarenito em todos os seus elementos, posicionar-se-á, em termos cronológicos, numa fase edificatória recuada, muito provavelmente dos inícios do Império.

O emprego do mármore resulta esporádico mas não ausente no panorama peninsular na época de fundação de Emerita[21].

Em Lisboa, podemos posicionar cronologicamente esta "marmorização da arquitectura" nos meados do séc. I, informação que se infere das titulaturas imperiais presentes na inscrição do *proscaenium*, como anteriormente referimos. As bases do teatro que analisámos, bem como os capitéis que evidenciam idêntica técnica – bloco central em calcarenito e acabamento final em estuque - incluem-se, assim, numa primeira fase de implementação da cidadania romana em *Olisipo*, no momento de edificação dos primeiros edifícios públicos. Em 57 d.C o projecto de remodelação assinala-se na repavimentação da *orchaestra*, na renovação do *proscaenium* e substituição da imagética decorativa. Alheias a este embelezamento terão ficado as colunas da frente cénica, já que não se verifica a substituição dos antigos capitéis por outros em mármore e as bases, de igual modo, terão sido as mesmas, já que não se assinala nenhuma em distinto material ou diferente morfologia. A razão deste facto prender-se-á, antes de mais, com a não necessidade da sua substituição, continuando estas peças a desempenhar a sua função, apesar de se integrarem num modelo decorativo eventualmente já "arcaico". No entanto, a explicitação deste fenómeno só poderá ser globalmente entendido pela intenção subjacente de uma reafirmação da antiguidade do próprio monumento. Arcaísmo simbólico na manutenção de peças do primeiro momento urbanizador, realizado na época do grande pacificador do Império, o Divo Augusto. Esta perduração anacrónica pode ser aproximada ao fenómeno da manutenção intencional da ordem toscana no pórtico do *postcaenium* do teatro de Itálica, enquanto a frente cénica recebe profundas remodelações nos inícios do séc. III (RODRIGUEZ GUTIÉRREZ, 2006, p. 158).

[21] Sobre este aspecto cf. TRILLMICH, 2004, p. 321-335; ALVAREZ MARTÍNEZ; N.BASARRATE, 2004, p. 312.

[22] Muito à semelhança do que aconteceu em Itálica com a renovação da *orchestra* e *frons pulpitum* (com as suas aras e ninfas jacentes), obras estas que se poderão relacionar com "... un hecho histórico de mayor alcance, que pudo afectar a un amplio ámbito geográfico del Império como fueron los *ludi saeculares* del 204 d.C." (RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 2006, p. 162).

Por fim, não poderemos esquecer que o ano de 57d.C. constitui um marco emblemático para a própria capital do Império. Esta data marca, em Roma, a inauguração do anfiteatro de Nero (TRILLMICH, 2006). O ano em que é levada a cabo a remodelação do teatro da cidade mais ocidental do Império não deixa pois, de encerrar uma intencionalidade que a coloca no centro da cidadania, não devendo ter sido alheia, a este processo de embelezamento, a vontade de enaltecer o Imperador e de participar na renovação e enriquecimento dos *ludi romani*[22]. Este acto de financiamento de obras públicas integra-se nas correntes evergéticas habituais por todo o Império, constituindo-se a época julio-cláudia como o auge deste fenómeno em *Olisipo* (JAVIER ANDREU, 1999, p. 36).

As bases que vemos representados na obra de Luís António de Azevedo dão-nos uma leitura errónea das que realmente terão existido. As que se visualizam no desenho de 1807 e, sobretudo, as que observamos no de 1815, oferecem-nos elementos demasiado sistematizados, acentuadamente clássicos e ilusoriamente "correctos". A comparação destes desenhos com as poucas peças que nos chegaram ilustra-nos uma realidade muito distinta. Os desenhos de Azevedo são uma efabulação do autor, onde subjazem objectivos de engrandececimento da antiguidade da capital do reino de Portugal, numa altura em que a moral nacionalista se encontraria abalada pela catástrofe de 1755, ainda tão recente na memória e sublinhada pelas recentes Invasões Francesas. Se tal facto se reflecte claramente nos elementos que acabamos de observar, esse aspecto é ainda mais evidente no caso dos capitéis que se encontram representados nos dois levantamentos de Azevedo: a decoração dos equinos dos capitéis jónicos, a intensa vegetalização de alguns dos elementos, a ornamentação e volume do óvulo central que em alguns capitéis se encontra presente, assim como a axialidade da composição geral, são aspectos que nos impelem a considerar que o seu autor recriou, mais do que registou, o que viu.

Muito mais fiel se nos depara o desenho do arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri. O rigor, o pormenor do levantamento, o carácter técnico do desenho para além da beleza do traço, apesar de mais discretos e singelos os ornamentos que o compõem, constituem, ainda hoje, um manancial pleno de informação sobre o qual muito mais haveria a dizer.

Finalmente, as peças que nos chegaram, coadunam-se muito mais com os elementos arquitectónicos repre-

sentados pelo arquitecto do que com os desenhados pelo latinista. Apesar de somente conhecermos três bases, elas deparam-se-nos extremamente curiosas, não só pela técnica evidenciada - que as insere no mesmo *atelier* dos capitéis – mas também como ilustração das alterações morfológicas que estes elementos sofreram nos inícios do séc. I, até atingirem a tipificação que lhes será progressivamente adscrita ao longo da época Júlio-cláudia e sobretudo durante a dinastia Flávia.

6 - Catálogo

BASE A - Nº Inv. – TRL/19966-67/28 E.A;
Local. actual – Museu do Teatro Romano;
Classificação – base.
Matéria - calcarenito.
Dimensões – alt. total: 84; alt. sumoscapo: 62; alt. toro inf.: 9; alt. toro sup.: 9; alt. escócia: 4;. Est. de conservação – superfície muito erodida.

BASE B - Nº Inv. – TRL/19966-67/155 E.A.;
Local. actual – Ruínas do Teatro Romano;
Classificação – base.
Matéria - calcarenito.
Dimensões – alt. total: 50; alt. sumoscapo: 28,5; alt. toro inf.: 9,5; alt. toro sup.: 9,5; alt. escócia: 4. Est. de conservação – superfície muito erodida.

BASE C - Nº Inv. – TRL/19966-67/112 E.A;
Local. actual – Museu do Teatro Romano;
Classificação – base.
Matéria - calcarenito.
Dimensões - alt. total: 33,5; alt. toro inf.: 8; alt. toro sup.: 7; alt. escócia: 4; alt. plinto: 9,5; Est. de conservação – razoável. Ângulos do plinto partidos.

Bibliografia

ALARCÃO, A. Etienne, R., "L'Architecture", In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. - *Fouilles de Conimbriga I***, Diff. E. de Boccard, Paris, 1977 (Planche XIII-XV)

ALFONSO JIMÉNEZ, "De Vitruvio a Vignola: autoridad de la tradicion", *Habis*, Sevilha, 6, 1975, p. 252-293

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª, "El templo de Diana", *Templos Romanos de Hispania - Cuadernos de Arquitectura Romana*, vol. 1, Murcia, 1991, pp. 83-93

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad, "Programas Decorativos del foro colonial de Augusta Emerita. El Templo de Diana – Templo de culto imperial", *La Decoración Arquitectónica en las Romanas de Occidente*, Actas del Congreso Internacional celebrado en Cartagena (8/10 Octubre de 2003), Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 293-319

AZEVEDO, Luis António de, *Dissertação crítico-filosófica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*, Lisboa, 1815

BARRERA ANTON, José Luís de la, "Los capiteles romanos de Mérida, *Monografias Emeritenses*, 2, Badajoz, 1984

CARLOS MARQUEZ, *La decoración Architectónica de Colonia Patricia - una aproximación a la arquitectura y urbanismo de la Córdoba Romana*, Córdoba, 1998

CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda do Rocaille ao Neoclássico: Manoel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817, Academia Nacional das Belas Artes*, Lisboa, 1979

CHINER MARTORELL, Paloma, *La Decoración Arquitectónica en Saguntum*, Generalitat Valenciana, València, 1990

COARELLI, Filippo, *Pompéi la Vie Ensevilie*, Larousse, s/l, 2005

DUPRÉ I RAVENTÓS, X., "Els capitells corintis de l'Arc de Berà", *Forum*, 6, ed. Museu Nacional Arqueològic de Tarragona, Tarragona, 1986, p. 1-12

FABIÃO, Carlos, *A Herança Romana em Portugal*, ed. Clube do Coleccionador dos Correios, , CTT Correios de Portugal, s/l, 2006

FERNANDES, Lídia, "Sobre um capitel de ara do Palácio Fronteira" *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, ed. Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 179-188

FERNANDES, Lídia, *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental*, Dissertação Final de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Vol. I – IV, Lisboa, 1997

FERNANDES, Lídia, "Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos - Lisboa", *Conímbriga*, IIª Série, 37, 1999, p. 113-135

FERNANDES, Lídia, "Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures", *Exposição Da Vida e da Morte - Os Romanos em Loures (Catálogo)*, Câmara Municipal de Loures, Museu Municipal de Loures, Loures, 1998-a, p. 93-106

FERNANDES, Lídia, "Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia", *O Arqueólogo Português*, S. IV, 16, Lisboa, 1998, p. 221-284

FERNANDES, Lídia, "Capitéis romanos de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha - Marvão)", *O Arqueólogo Português*, S. IV, 19, Lisboa, 2001, p. 95-158

FERNANDES, Lídia "Capitéis do Teatro Romano de Lisboa" *Anas - Revista del Museo Nacional de Arte Romano*, 14, Ministério de Cultura, Mérida, 2001, p. 29-51.

FERNANDES, Lídia, "Decoração arquitectónica da villa de Frielas – capitéis e bases", *Exposição Arqueologia como Documento* (Catálogo), Câmara Municipal de Loures Museu Municipal de Loures, Loures, 2004, p. 21-36

FERNANDES, Lídia; SALES, Paulo, "Teatro Romano, Lisboa – A reconstituição virtual", *Revista Arquitectura e Vida*, nº57, 2005, p. 28-32

FERNANDES, Lídia, "O teatro de Lisboa - novos resultados", *Los Teatros Romanos de Hispania* - III Jornadas Cordobezas de Arqueologia Andaluza (Córdoba, 2002), Córdoba, 2006, p. 181-204

FERNANDES, Lídia, "Sobre a decoração arquitectónica do teatro romano de Lisboa: a propósito dos desenhos dos séculos XVIII e XIX", *O Arqueólogo Português*, (em publicação)

FERNANDES, Luís da Silva, "*C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*", *Mathésis*, ed. Universidade Católica Portuguesa, 14, 2005, p. 29-49

FERNANDO MORALES, "Localizacion y confirmacion arqeologica de la necropolis de Numancia", *Revista de Arqueologia*, Ano XIV, nº 148, Zugarto Ediciones, Madris, 1993, p. 60-62

FRADE, Helena, *et alli*, "Notas para o estudo do Urbanismos da Cidade Romana de Bobadela", *Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXV, Fasc. 4, Porto, 1995, p.3-23

GARCIA Y BELLIDO, A., "El *tetrapylum* de Capera (Cáparra, Cáceres)", *Archivo Español de Arqueologia*, 45-47, Madrid, 1972-74, p. 45-76

GROS, Pierre, "Les temples gamines de *Glanum*. Etude préliminaire", *RAN*, 14, p. 125-158

GUTIERREZ BEHEMERID, Mª Angeles, "Capiteles romanos de la Peninsula Ibérica", *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992

GUTIERREZ BEHEMERID, Mª Angeles; *et alli*, "El teatro de Clunia. Nuevas Aportaciones", *Los Teatros Romanos de Hispania* - III Jornadas Cordobezas de Arqueologia Andaluza (Córdoba, 2002), Córdoba, 2006, p. 291-310

HAUSCHILD, Theodor, "Das Romische Theater von Lissabon. Planaufnahne 1985-88", *Madrider Mitteilungen*, 31, 1990, p. 348-392

HAUSCHILD, Theodor, "El templo romano de Évora", Templos Romanos de Hispania, Cuadernos de Arquitectura Romana 1, Múrcia, 1992, 107-117

JAVIER ANDREU, "Munificencia Pública en la Provincia Lusitania", *Conímbriga*, vol. XXXVIII, Coimbra, 1999, p. 31-63

LEITE, Ana C.; PEREIRA, P., "Prospecto e planta das ruínas do Teatro Romano de Lisboa", *Lisboa Subterrânea*, (Catálogo, nº 229), Lisboa, 1994, p. 208 e 209

LÉZINE, A., "Chapiteaux toscans trouvés en Tunisie", *Kartago*, 6, 1959, p. 11-29

MACIEL, M. Justino, *VITRÚVIO, Tratado de Arquitectura*. Tradução do latim, introdução e notas. *Vitruvii Decem Libri*, ed. Instituto Superior Técnico, ISP Press, Lisboa, 2006

MANUEL ABASCAL, Juan; ROSARIO CEBRIÁN; TRUNK, Markus, "Epígrafia, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga", *Actas del Congresso La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente* (Cartagena, 8-10 Octubre 2003, ed. Científico Sebastián F. Ramallo Asensio, Universidad de Múrcia, Múrcia, 2004, p. 219-256

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva, "Los capiteles toscanos de *la porticus post scaenam* del teatro romano de Itálica (Santiponce, Sevilla), Actas del III Congresso de Arqueoloia Peninsular, vol. VI, Porto, 2000, p. 307-322

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva, "Programas decorativos de época severiana en Itálica", *La Decoración Arquitectónica en las Romanas de Occidente*, Actas del Congreso Internacional celebrado en Cartagena (8/10 Octubre de 2003), Universidad de Murcia, Murcia, 2004, p. 355-377

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva, "El teatro romano de Itálica: algunas prpouestas a la luz de las nuevas investigaciones", *Los Teatros Romanos de Hispania* - III Jornadas Cordobezas de Arqueologia Andaluza (Córdoba, 2002), Córdoba, 2006, p. 149-180

ROLDÁN GÓMEZ, L.; *et alli*, *Carteia*, ed. Consejería de Cultura, Junta de Anadalucía, Madrid, 1998

FONTES MANUSCRITAS

AZEVEDO, Luis António de (1807) - *Dissertação crítico-filosófica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*. Lisboa.

Reflexos, no quotidiano, da prístina epigrafia romana

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

No âmbito do trabalho solicitado para a cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica, dois dos nossos estudantes prospectavam uma área de vinha na região da Mealhada, quando se depararam com um monólito em tudo semelhante às aras que lhes haviam sido mostradas na aula de Epigrafia Latina.

Intrigados, até porque a 'estranha' pedra mostrava já alguma patine, ainda que nenhum letreiro ostentasse, quiseram saber da sua origem. Recebeu-os afavelmente o proprietário das caves, que lhes indicou, em lugar de honra, na sala de recepção, a árula a Baco que comprara em Conímbriga.



Figura 1

Fora, em tempos – contou – visitar aquela cidade romana; achara graça ao pequeno monumento, sobretudo quando lhe disseram que se tratava de dedicatória ao deus do vinho, protector de tudo quanto era vinha contra males de que pudesse padecer. Comprou, pois, a réplica; mandou fazer outras em tamanho maior, mas sem letras – quase em jeito simbólico... – que espalhou pelos seus vinhedos, na secreta esperança de que Baco, se de Romanos protegera os bagos, os seus haveria de proteger também. E, não contente com isso, mandou que, nos rótulos de dois dos seus vinhos mais afamados – o de 1989, por exemplo, da Quinta do Poço do Lobo, 100% Cabernet Sauvignon – figurasse o desenho da árula conimbricense (fig. 1).

Este, decerto por mais curioso e insólito, o primeiro exemplo da utilização dos monumentos epigráficos antigos na actualidade. Escolhi o adjectivo «prístino» justamente para lhes conferir a dignidade que, na realidade, detêm, e o fascínio que, afinal, em todos os tempos, acabaram por exercer. Falamos de monumentos epigráficos romanos, pois, na verdade, são esses os que mais atenção têm despertado ao longo dos séculos, quer pela sua abundância – feitos de material duradoiro, acabaram por pouco se deteriorar – quer pelo carácter enigmático dos letreiros que ostentam. E estamos a recordar a pintura (que, de certo modo, serviu de logotipo ao Congresso Internacional de Epigrafia reunido em Nîmes, em 1992) em que se mostra o Marquês Cipião Maffei, na visita àquela cidade, em 1732, rodeado da sua corte e de joelhos perante um das muitas epígrafes em que Nîmes é fértil, indagando do seu significado...

Feitos para um público habituado a lê-los e a decifrá-los – como nós, hoje, sabemos, sem dificuldade, o significado de siglas como PSP ou CDU – eles representam para a posteridade, perdidos que foram os significados, um mundo pleno de mistério e que, por isso mesmo, é susceptível de ser manipulado a nosso belprazer. Mas, duradoiro que é, constitui, por outro lado, a prova maior de um acontecimento que, na pedra ou no metal, se queira imortalizar. Daí que o nosso André de Resende, nas suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*, não tenha hesitado, inclusive, a forjar à moda latina epígrafes que lhe fossem de feição, mormente para mostrar quão importante fora Évora em tempos de Sertório, um dos heróis da resistência ao «invasor» (como nós, a seu tempo, nos deveríamos preparar para resistir à eminente invasão de Portugal por Filipe II de Espanha...)[1].

A sedução e o poder das pedras escritas, o seu mistério... um tema que nos levaria longe!...[2] Aproveitemos, já agora, o pequeno monumento que tanto chamou a atenção do nosso empresário da Bairrada, para darmos algumas luzes acerca do seu interesse como fonte histórica.

Em primeiro lugar, o tamanho. Elucida-nos – ainda que não soubéssemos o contexto em que foi encontrado na cidade de Conímbriga – que se tratava de peça a ser colocada no larário familiar, espécie de oratório que – tal como na actualidade é hábito existir em casas cristãs – também existia nas mansões romanas. Um nicho com esses pequeninos altares, a mostrar a devoção a esta ou àquela divindade, agradecendo favor recebido ou na mira de dela obter permanente protecção. Ao lado, poderiam estar igualmente efígies dos antepassados ilustres, também eles zeladores do bem-estar e prosperidade familiares. E nós imaginamos, um dia, quase ao cair da tarde, toda a família reunida, ornada com as vestes dos grandes cerimoniais, o *paterfamilias* de alva túnica, qual sacerdote, ergue nas mãos o altar, pronuncia as palavras de ocasião, ritualmente, e, à vista de todos, com o aplauso de todos, numa prece, deposita-o, solene, no local que lhe fora destinado. Significava esse altar em miniatura a vontade de, permanentemente, ao deus se oferecerem sacrifícios... Vieram todos os parentes da cidade e alguns, até, das *villae* dos arredores – que o momento era de confraternização também. E, entronizado o deus, a mesa estava posta, as iguarias excelentes e o convívio noite afora se prolongou...

[1] Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, 29-56.

[2] Toda a história de uma cidade se pode escrever a partir das inscrições gravadas nas suas paredes. Veja-se o curiosíssimo exemplo da publicação *Roma – Iscrizioni dal Medioevo al Duemila*, de G. LOPERFIDO et N. G. BRANCATO (Latina, 1999), com um subtítulo bem significativo: *La Storia della Città Raccontata sui Muri*.

Neste caso, lê-se o seguinte (fig. 2)[3]:

LIBERO
PATRI
VALERIVS
DAPHI
NVS
A · L · P ·

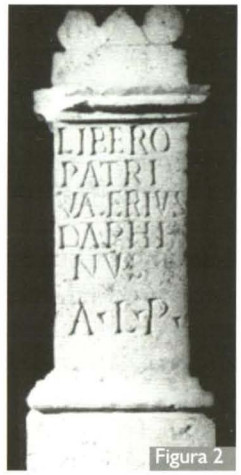


Figura 2

Não houve grande preocupação em fazer uma paginação bonita, ainda que as quatro primeiras linhas estejam alinhadas à esquerda e a fórmula final, centrada e com pontos triangulares bem visíveis pareça querer acentuar algo – e acentua, como adiante se dirá. Mas a palavra *Daphinus* teve de ser escrita em duas linhas e, para caber numa só, *Valerius* foi 'comprimida' e recorreu-se ao uso de um nexo: ou seja, A e L utilizaram um traço comum.

As siglas finais significam *animo libens posuit*, «colocou de livre vontade». Compreende-se, por isso, o realce que lhes é dado, usando um módulo ligeiramente maior: é que, para a oferta ser realmente válida aos olhos da divindade, havia que proclamar ter sido feita sem constrangimentos, tal como, na actualidade, um contrato (como o casamento) nunca será juridicamente válido, se se provar que não houve, da parte de um dos contraentes, inteira liberdade de acção.

Libero Patri significa «ao Pai Líber», deus itálico da fecundidade, assimilado a Baco – por isso, se escreveu acima que a árula era dedicada a Baco. Na verdade, tratou-se de uma ligeira imprecisão, pois a expressão *Liber Pater*, além de parecer mais 'familiar', abarca um significado maior: a fecundidade, entendida não apenas no sentido próprio de perpetuação da família através de novas e saudáveis gerações (legítimo anseio de todos os tempos e de todos os lares, a sua projecção no futuro, através de filhos e netos...), mas também numa acepção mais ampla, a da prosperidade, palavra que, por demais usada no quotidiano, amiúde se vê despojada do profundo significado que encerra: próspero é o que vence obstáculos, aumenta o seu prestígio, goza o seu bem-estar... Que melhor bênção haveria de querer Valério Dafino?!

É, pois, ocasião de nos interrogarmos sobre o dedicante e a forma como se identifica, pois em todas as épocas o modo de identificação de uma pessoa pode indiciar-nos o seu estatuto e, de modo especial, aqui, numa pedra em que ele se pretende perpetuar. *Valerius* é o nome de família, o *nomen* ou gentilício. Um nome muito comum na Lusitânia e de que outros testemunhos nos chegaram da própria cidade de Conímbriga[4]. Seria, porém, conhecido no seio familiar pelo seu *cognomen*: *Daphinus*. E esse nome individualizante é que detém para nós um significado particular, designadamente porque, escrito com ph – em vez de f – denota um certo snobismo, diríamos hoje, uma vontade de mostrar que se têm ligações, reais ou simbólicas, com a parte oriental do Império, onde, como se sabe, era a língua grega que se falava.

A adopção de nomes gregos numa província ocidental, como a Lusitânia, tem sido, naturalmente, muito discutida entre os epigrafistas e historiadores da Antiguidade, que se interrogam acerca do seu real significado[5]. Concluiu-se já que não tem que ver obrigatoriamente com uma origem oriental. No Brasil, a manutenção do apelido Theml numa família aponta claramente para a sua origem austríaca, de refugiados da II Guerra Mundial; mas já um nome Eneias denota não uma origem grega mas sim um apreço pela cultura clássica, como o pai que dá às filhas o nome de óperas (Norma, Aida...) apenas mostra a sua melomania – como, há dias (29 de Julho de 2006), uma senhora libanesa, futura mãe de três gémeos, proclamava que iria dar aos filhos o nome dos três principais tipos de mísseis com que o Hezbollah libanês ripostava a Israel significa incomensurável apreço por este movimento político e pela sua actividade...

Era quase lendária entre os Romanos a beleza das gentes orientais, nomeadamente porque a estatuária de atletas e de deuses com que tinha entrado em contacto passava essa mensagem de perfeição corporal. Daí que

[3] O estudo mais completo deste monumento, da responsabilidade de Georges Fabre e de Robert Étienne, pode ver-se no volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), nº 13 (p. 33-34).

[4] Cf. M. NAVARRO CABALLERO e J. L. RAMÍREZ SÁDABA (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 2003, s. v. «Valerius», p. 332-335 (com quase 150 testemunhos, sendo 9 de *Conimbriga*). Por lapso de interpretação de uma referência, este monumento é dado aí (p. 332) como procedente de Coimbra.

[5] Cf.: Robert ÉTIENNE, «Remarques sur l'onomastique romaine d'Espagne », *L'Onomastique Latine*, Paris, 1977, 291-292, que escreve: «A imposição dum nome grego ressalta dum fenómeno psicológico: urge mostrar-se à altura de uma cultura» (p. 292); e ainda: Jorge de Alarcão e Robert Étienne que, na p. 256 do volume VII das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1979), explicitam que se chegara à conclusão, depois de vários estudos, que os *domini* (os senhores) deviam possuir listas de nomes (de deuses, de deusas, de musas...) «para baptizar o pessoal da sua *familia*» (*familia* significa, como se sabe, o conjunto dos escravos).

senhor que se prezasse gostasse de ter escrava ou escravo bonitos, a que, logicamente, como lhe competia por lei, dava nome a condizer. Explica-se, assim, a quantidade de nomes gregos patentes na epigrafia lusitana, sem que isso implique uma real existência de Gregos no seu território: trata-se de uma moda, a evidenciar efectivo (ou suposto) nível cultural. *Daphinus* está neste caso. Corruptela de «dáfninos», adjectivo grego formado a partir de «dáfne», que significa o loureiro («stéfanos dáfnes» é a coroa de louros...), mas que se reporta, fundamentalmente, a Dafne, a belíssima filha da Terra e do rio Peneu, que – perseguida por Apolo que a queria seduzir e, um dia, a surpreendeu a praticar o seu desporto favorito, viver ao ar livre – aflita, pediu auxílio aos pais, que a transformaram em loureiro. Não querendo desistir dos seus intentos e em jeito de consolação, Apolo coroou-se com os ramos desse arbusto... Daí que o loureiro tenha passado a simbolizar este deus.

O nome Dafne está também intimamente a Cloé. Eles são o par amoroso que protagoniza o romance pastoril de Longo de Lesbos, um escritor grego provavelmente do século II da nossa era: duas crianças que, crescendo juntas, vão despertando para o amor num cenário bucólico...

Portanto, não foi seguramente inocente a atribuição do nome *Daphinus* a este membro da gens *Valeria*, de *Conimbriga*. Sintoma, consequentemente, de uma cultura literária não despicienda, é-o, também, eloquente pista para lhe determinarmos o estatuto social: *Daphinus* foi, seguramente, um escravo da família *Valeria* que, a dado momento, por generosidade do senhor, pelo seu interesse ou pelo pecúlio acumulado que lhe permitiu comprá-la, adquiriu a liberdade. Sabendo nós que aos libertos eram, assaz frequentemente, entregues os negócios dos senhores e que, por via disso, as suas posses não eram despiciendas, não causará admiração, assim, que tenha querido ter bem junto de si, na sua casa, um altarzinho ao deus propiciador da prosperidade...

Há, porém, ainda um outro aspecto a considerar: *Daphinus* não usa *praenomen*, que era o primeiro nome entre os Romanos (como o nosso António, José...), habitualmente grafado em sigla, por ser muito conhecido. Ora tal circunstância indicia ser o monumento datável, mui provavelmente, de, pelo menos, os finais do século II, período a partir da qual o *praenomen* se tornou dispensável como elemento identificador.

Resta-nos satisfazer uma curiosidade: são frequentes as dedicatórias a este deus, na Lusitânia romana? Nem por isso. Ainda que seja um inventário já com alguns anos, verificamos que José Vives[6] apenas regista sete testemunhos em toda a Península Ibérica, entre os quais um de Lisboa (nº 214), embora desconheça este, de Conimbriga, e outro de Monsanto, a que valerá a pena aludir, por nos permitir uma reflexão complementar[7].

Com efeito, o altar achado nos subúrbios de Monsanto[8], dedicado *Libero Patri et Liberae* pelo veterano Lúcio Márcio Materno, permite-nos sublinhar um aspecto da divindade: o seu hermafroditismo, isto é, a possibilidade de ser invocada quer sob a forma masculina quer sob a forma feminina. Não se trata, como tenho acentuado, de duas divindades ou de um «par divino», mas sim da mesma divindade adorada nas suas duas facetas[9]...

Nunca suspeitaria Luís Costa, proprietário das Caves de S. João, em S. João da Azenha (Avelãs de Caminho), que o seu gesto de pôr no rótulo das suas garrafas a imagem de um altar romano pudesse, um dia, dar lugar a tais deambulações pelo mundo da mitologia romana...

O Renascimento

Começámos por um exemplo do século XX; mas fôssemos aos monumentos do Renascimento ou, de modo especial, aos do século XVIII, que a surpresa não seria menor. Em Roma, junto ao Coliseu, um dos arcos de triunfo celebra, bem à maneira romana, o papa Pio VII, que, como os imperadores pagãos, se intitula *pontifex maximus*.

[6] José VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= ILER). Barcelona, 1971 e 1972 (índices), nºs 209-215.

[7] A título de curiosidade, para quem deseje saber algo mais sobre esta divindade, poderão referir-se: Óscar GARCIA SANZ, «Liber Pater epigráfico en Hispania: Textos y contexto religioso», *Espacio, Tiempo y Forma*, serie II, 4, 1991, 171-198; Javier del HOYO CALLEJA, «Revisión de los estudios de Liber Pater en la epigrafía hispana», *Mélanges de la Casa de Velázquez* 28 (1) 1992 65-92; J. CORELL, «El culto a *Liber Pater* en el Sur del *conventus Tarraconensis* según la epigrafia», *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia «Culto y Sociedad en Occidente» - Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, sem data [1992], p. 125-143 (que traz, na pág. 143, um mapa da distribuição dos testemunhos na Península). Na África Romana, *Liber Pater* era um verdadeiro «deus do Estado»: ver, de Ahlem JALLOUL BOUSSAADA, «Le culte de *Liber Pater* en Afrique, à la lumière de l'épigraphie», *L'Africa romana* 9** 1991 1049-1065.

[8] ALMEIDA (Fernando), *Egitânia*, Lisboa, 1956, 378-379. Uma inscrição que tem passado quase despercebida e que, de certo modo, Marta GONZÁLEZ HERRERO reabilitou e contextualizou: «Algunos casos particulares de promoción social entre militares lusitano-romanos», *Conimbriga* 36 1997 73-93 (sobretudo p. 78-80).

[9] Cf. o artigo que intitulei «O sexo dos deuses romanos», *Scripta Antiqua*, Valladolid, 2002, p. 517-525 e que também inseri em *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 133-144.

Em placa solenemente embutida numa parede da cidade de Perúsia se dá conta de que, organizados para o efeito, os cidadãos, *aere conlato, curiam piam communi consensu dedicaverunt numini maiestatique Pii VI Pont(ificis) Max(imi)*. À partida, nada de especial haveria a notar: estamos em pleno neoclassicismo – a placa está datada de 1780 –, o latim andava, de novo, em moda e... nada mais natural que uma dedicatória em Latim!... Observem-se, porém, duas circunstâncias:

– *aere conlato*, que costumo traduzir «por subscrição pública» mas que, à letra, significaria «ajuntados uns cobres», é frase colhida nas inscrições honoríficas romanas. *Aes* significa «bronze», «cobre»; está aqui a usar-se uma sinédoque (a matéria pelo objecto, a moeda)...

– *numini maiestatique*, «ao númen e à majestade» é, por seu turno, expressão retirada também das inscrições romanas a partir do século III da nossa era, em que o imperador deixa de ser o *primus inter pares*, «o primeiro entre os seus iguais», «o primeiro dos cidadãos», para começar a ser o *dominus*, «o senhor» de súbditos, equiparado à divindade, dotado, por isso, de númen (uma qualidade divina) e de majestade. A religião ao serviço do poder político, numa época em que este se encontrava altamente fragilizado, à mercê de um qualquer golpe de estado...

Esta imitação não deixa, contudo, de ser muito curiosa se pensarmos que foi, no século III, essa afirmação dum *numen*, a atribuir ao imperador um carácter sagrado, a reboque das religiões astrais oriundas da Síria[10], que «acabou por exasperar a tensão que opunha surdamente ou com intermitências os Cristãos ao Estado, uma vez que todos os imperadores compreenderam ou sentiram que essa questão interessava directamente à existência, à duração e ao alcance do seu *imperium*», como muito bem salientou Robert Turcan[11]. Ora, aí reside a ambiguidade: algo que, no século III era, de forma clara, anatematizado pelos Cristãos – a divinização do imperador em vida – acaba por, no século XVIII, ser adoptado, sem problemas, pelos pontífices romanos...

E não nos admira, portanto, que, por exemplo, numa inscrição de Faro dedicada a Aureliano[12], a *respublica Ossonobensis* se declare *devota numini maiestatique eius* (frase que, por 'banal', já aparece apenas em siglas – D · N · M · EIVS, "pois sob este imperador se constitui «um culto oficial e soberano do Sol, companheiro" místico e protector do imperador» (GAGÉ, *ibidem*). De resto, aí o imperador é cognominado de *pius felix augustus*, atributos que vamos encontrar no pedestal da estátua da rainha D. Maria I, em Queluz (fig. 3):

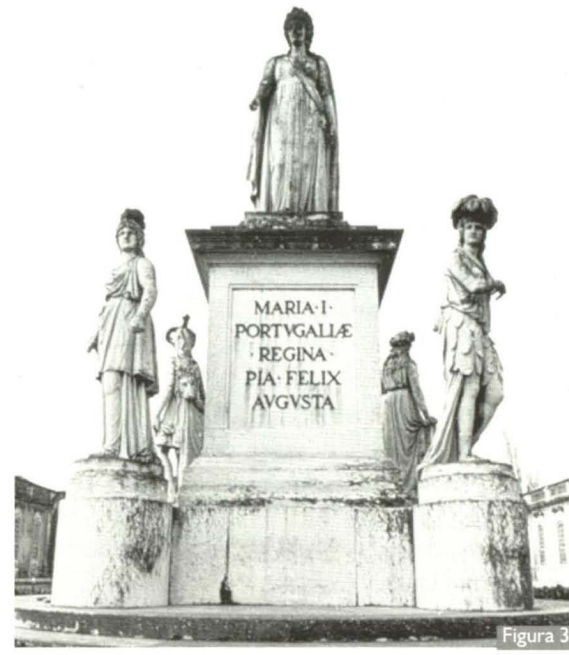


Figura 3

MARIA · I ·
PORTVGALIÆ
· REGINA ·
PIA · FELIX
AVGVSTA

Era a *Pietas* a qualidade maior a que um romano poderia aspirar[13] e, por isso, nos epitáfios, o adjectivo *piissimus* ou *pientissimus* constitui importante louvor; foi piedoso, cumpriu os seus deveres de bondade para com os deuses e os homens seus concidadãos. Por outro lado, se o soberano era feliz, se estava bem consigo mesmo, natural seria que irradiasse tal felicidade para todos os seus súbditos, que com isso muito ganhariam em bem-estar e prosperidade. Finalmente, tem o qualificativo 'augusto' uma conotação religiosa que já vem desde os tempos do primeiro imperador: os deuses estavam com ele e, como tal, afastaria todas as angústias («augusto» é precisamente o antónimo de «angusto»)...

[10] Cf. Jean GAGÉ, *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, ²1971, p. 262.

[11] Robert TURCAN, «Le culte impérial au III siècle», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II 16.2 1978 1003.

[12] José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* (=IRCP), Coimbra, 1984, inscrição nº 4.

[13] Cf. Maria Helena da Rocha PEREIRA, *Estudos de História da Cultura Clássica – II volume – Cultura Romana*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, ³2002, p. 338-342.

Vistos nos pedestais que nos haviam chegado, mormente datados do século III em diante, esses vocábulos passaram a ser imitados, entraram no quotidiano, aqui por razões político-culturais: os soberanos do Neoclassicismo viam nos imperadores romanos os seus émulos, o seu reino era... um «império»! E as frases lapidares dos monumentos epigráficos serviam, à maravilha, esses intentos propagandísticos, tanto mais que, nessa altura, com a actividade das academias, mais monumentos se descobriam, maior era a curiosidade em relação ao legado romano, consubstanciado, muito dele, em 'pedras com letras', mais abundantes, afinal, do que se pensava...

Um reflexo na Universidade

Entramos no século XX.

Depois de largas décadas em que a ciência epigráfica esteve acantonada no rol das «ciências auxiliares» da História, com um estatuto menor, e, nas universidades, era, de facto, reduzida a cadeira semestral (quando era), a década de 70 assistiu, por toda a Europa, a um redobrado interesse em relação aos estudos epigráficos.

Na verdade, o 'movimento' renovador começara já em meados do século XIX quando – muito também por naturais motivos políticos... – a Academia das Ciências de Berlim meteu ombros à elaboração do chamado *Corpus Inscriptionum Latinarum*, cuja finalidade era reunir, em volumes segundo as antigas divisões administrativas romanas, todas as inscrições conhecidas. Mas só na 2ª metade do século passado, com a criação da Associação Internacional de Epigrafia Grega e Latina (resultante, aliás, da fusão de duas associações, uma para os monumentos em grego e outra para os monumentos em latim), que passou a congregar os epigrafistas do mundo inteiro e a reunir sistematicamente em congresso, de cinco em cinco anos, a Epigrafia passou a ganhar um estatuto maior como disciplina de estudo. Curiosamente, ainda apenas como Epigrafia Latina ou Epigrafia Romana (estamos a referir-nos à parte ocidental do Império), porque, se no que concerne à Epigrafia Medieval também já vamos avançados[14], ainda há algum esforço a fazer no sentido de explicar aos historiadores das épocas moderna e contemporânea que, na verdade, os monumentos epigráficos estão omnipresentes e constituem uma fonte histórica imprescindível[15].

E os primeiros frutos começam a aparecer. Assim, um dos cursos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa optou para tema da sua camisola identificativa (fig. 4) a inscrição olisiponense dedicada a Esculápio, sem dúvida uma das mais significativas da cidade. Diz o seguinte:



Figura 4

S A C R V M
A E S C V L A P I O
M AFRANIVS EVPORIO
ET
L FABIVS DAPHNVS
A V G
MVNICIPIO D D

Consagrado a Esculápio. Marcos Afrânio Euporião e Lúcio Fábio Dafno, augustais, ofereceram ao município.

Não é ocasião de analisar miudamente o conteúdo histórico-informativo do monumento[16]; contudo, importará salientar a oportunidade da escolha dos estudantes, dados os importantes contributos que esta aparentemente singela epígrafe trouxe para a história da Lisboa romana: a existência de um culto oficial ao deus da Medicina, junto de uma nascente de propriedades

[14] Louvem-se, nesse sentido, os trabalhos pioneiros de José Maria Cordeiro de Sousa e, já nos nossos dias, a obra monumental de Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 2000.

[15] Permita-se-me que refira ser esse um dos objectivos que procurei alcançar com a obra *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, atrás citado.

[16] Poderá ver-se, além da obra clássica sobre a epigrafia de Lisboa – SILVA (Augusto Vieira da), *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa, 1944 – o estudo feito por Vasco Mantas in *Conimbriga* XV 1976 163-168 e as alusões que lhe faz em *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 128-129.

terapêuticas; o registo de mais dois libertos, sacerdotes do culto ao imperador... Torna-se sedutora a hipótese de ver aqui a prova documental de que, para aumentarem o seu prestígio ou para cumprirem promessa feita a quem os elegeu para o dignificante cargo, Euporião e Dafno hajam custeado as despesas de construção de um templo que, solenemente, ao município ofereceram depois.

Identidade *versus* globalização

Figura 5 Reserva Etnográfica e Arqueológica

Escolheu o Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha (GEGA), de São Vicente da Beira (Castelo Branco), para motivo principal do seu logotipo, a ara romana que ostenta a seguinte inscrição (figs. 5 e 6):



Figura 6

BANDV PICI
O PELLICO
TANGINI F
V L S

Desdobrando siglas e abreviaturas, teremos: *BANDV PICI / O PELLICO / TANGINI F(ilius) / V(otum) L(ibens) S(olvit)*. Ou seja: «A Bando Pício – Pelicão, filho de Tangino, cumpriu o voto de livre vontade».

O monumento já foi devidamente estudado[17], insere-se na problemática das inscrições votivas a divindades indígenas e, de modo particular, representa um testemunho mais do culto a uma divindade que continuo a considerar *Banda* (independentemente da grafia do teónimo) a que, segundo o local ou o grupo étnico que a venera, se ajunta um epíteto individua-lizante[18] e a que não deve reportar-se a discussão sobre se se trata de divindade masculina ou feminina, porque... os deuses não têm sexo, como atrás se dizia, e este é mais um exemplo em que a divindade ora assume vestes masculinas ora femininas[19].

O que sobremaneira nos interessa focar é – mantendo-nos no tema que nos propusemos tratar – o simbolismo da adopção do altar a uma divindade indígena como distintivo de uma associação de defesa do património local. O facto insere-se, naturalmente, no clima de globalização em que estamos envolvidos: perante uma ameaça de uniformização, vêm ao de cima as identidades, o que localmente distingue. Em São Vicente da Beira, foi-se buscar uma 'raiz' vinda inclusive de tempos anteriores aos Romanos e que os Romanos respeitaram: a divindade indígena.

No mesmo plano se deverá, pois, inserir uma outra iniciativa, esta vinda da Câmara Municipal do Fundão que, ao pensar nos cartões de Boas Festas, «agarrou», em 2004, na árula dedicada também a uma divindade indígena da sua região, *Aetius*, e, em vez do texto original – *AE/TIO / CIS/IA / L(ibens) A(nimo) / S(olvit)*, que significa «A Aécio – Císia cumpriu de boa vontade» –, ali colocou FE/LIS / NAT/AL, com o S de revés, para... «dar antiguidade» (figs.7 e 8) .



Figura 7



Figura 8

[17] F. Patrício CURADO *et alii*, «Ara votiva de São Vicente da Beira (Castelo Branco)», *Ficheiro Epigráfico*, 74, 2003, inscrição nº 329.

[18] Sobre esta temática, não isenta de opiniões mui diversificadas, pode ver-se, por exemplo, a síntese de Javier de HOZ BRAVO e Fernando FERNÁNDEZ PALACIOS: «Band-», *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 45-52.

[19] Cf. Francisco MARCO SIMÓN, «Imagen divina y transformación de las ideas religiosas en el âmbito hispano-galo», in Francisco VILLAR y Mª Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ (eds.), *Religión, Lengua y Cultura Prerromanas de Hispania*, Salamanca, 2001, 213-225. Francisco Marco escreve expressamente, a propósito da pátera dedicada a *Bandue Araugelensis*: «Algunos de los estudiosos que se han referido a esta esplendida pieza [...] han cometido el error de considerar divinidad femenina a Bandua, cuando sus epítetos presentan como un dios inequívocamente masculino» (p. 215).

No quotidiano

No XII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, que se realizou em Barcelona, em Setembro de 2002, tive ensejo de apresentar uma comunicação a que dei o título «L'Épigraphie au Portugal – enseignement : la bataille et la guerre», onde afirmei, a dado passo[20], que, se a batalha pelo ensino generalizado da Epigrafia estava ganha, havia ainda uma 'guerra' a fazer, através da pedagogia, da cultura e da História. E a estratégia dessa guerra deveria passar por «cativar» os estudantes, mostrando-lhes a actualidade dos monumentos epigráficos e por «conquistar» os colegas, «par l'efficacité imposante des textes épigraphiques comme source documentaire pour toutes les époques».

Assim, já quase não nos causa admiração olhar para a página 86 da revista Ronda, da companhia de aviação Ibéria, de Novembro de 1992, e vermos, numa página da reportagem sobre Cáceres, duas ilustrações: uma, pequenina, a mostrar um grupo típico de estudantes a cantar; outra, a ocupar a página quase inteira, a reproduzir parte significativa do texto de um miliário romano patente numa das ruas da cidade. Ou, na reportagem sobre Chaves inserta no número 6 (Nov/Dez 2001) da revista *Atlantis*, da TAP – Air Portugal, vir em grande plano, numa das ilustrações, a cópia do chamado «padrão dos povos»[21], um dos monumentos romanos mais significativos da cidade, com 'chamada' na própria capa.

Quando pensava em como enfeitar o bolo para o almoço da adiafa da campanha de 1995 na *villa* romana de Freiria, a cozinheira do restaurante onde costumávamos comer considerou que o melhor seria mesmo imitar um dos monumentos mais importantes ali encontrados: a ara dedicada à divindade indígena *Triborunnis*[22]. E se bem o pensou melhor o fez, em jeito de surpresa, com base numa fotografia que tinha. O resultado está à vista (fig. 9) e serve-nos também para ilustrar um dos outros aspectos da Epigrafia, que ora se reputam importantes no seu contexto: os erros.

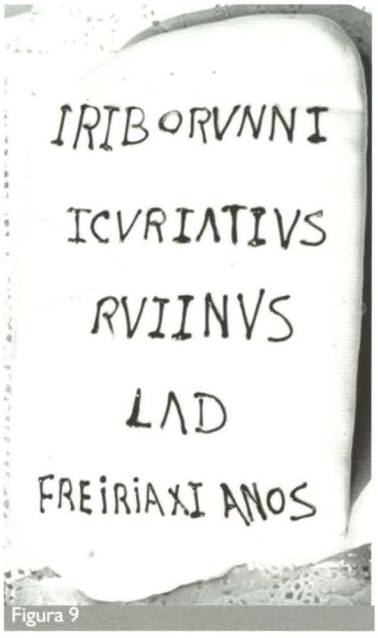


Figura 9

O texto da epígrafe é:

TRIBORVNNI
T · CVRIATIVS
RVFINVS
L · A · D ·

significando que Tito Curiácio Rufino oferecera, de boa vontade, aquele altar a Triborunis.

A cópia feita pela pasteleira não deixa de ser deveras sintomática: escreve *ICVRIATIVS* em vez de *T · CVRIATIVS; RVIINVS por RVFINVS*... E acrescentou-se uma linha: *FREIRIA XI ANOS*.

Estes casos ocorrem amiúde em relação a epígrafes romanas que, mormente no século XVIII, foram copiadas e onde a fraca visibilidade de um travessão acabou por dar origem a uma palavra diferente, uma vez que (recorde-se) o copista não estaria minimamente 'dentro do contexto'. Por exemplo, a célebre inscrição da flamínia de Bobadela (Oliveira do Hospital)[23] identifica-a como JULIA MODISTA, quando se tratava, obviamente, de *IVLIA MODESTA*...

Sacerdotisas, oferendas aos deuses... Pois que este inusitado «bolo» de Freiria com que terminamos possa ter despertado um insaciável e... «epigráfico» apetite[24].

Cascais, 31 de Julho de 2006

[20] In MAYER I OLIVÉ (Marc), BARATTA (Giulia) e GUZMÁN ALMAGRO (Alejandra) [edit.], *Acta XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae*, Barcelona, 2007, p. 363-364.

[21] Cf. TRANOY, A., *La Galice Romaine*, Paris 1981, 60-61; Armando Coelho F. da SILVA, «Novos dados sobre a organização social castreja», *Portugalia* n. s. II/III 1981-1982, 83-94 (sobretudo p. 90-92).

[22] Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Ara votiva a Triborunnis», *Ficheiro Epigráfico* 14 1985 nº 59 = AE 1985 59.

[23] Vide A. E. Maia do AMARAL, «Sobre três inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)», *Conimbriga* XXI 1982 p. 101-126 (sobretudo p. 106-119).

[24] Este ensaio teve como ponto de partida a comunicação feita, com o mesmo título, a 24 de Janeiro de 2005, na secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Necrópole da Sé Silves

Cecília Casaca
F. E. Rodrigues
Ferreira

Nota preliminar:

Esta comunicação é parte da que foi apresentada pelos subscritores e pela Prof. Doutora Teresa Júdice Gamito na Assembleia Geral de 2-10-2004. Dada a impossibilidade de publicarmos o seu texto porque o desconhecemos, publicamos, em sua homenagem, a parte por nós produzida. Tentámos, através dos considerandos que produzimos, recuperar o que pensamos ter sido o espírito do que a nossa prezada consócia e particular amiga pretenderia transmitir.

1 - Material

Foram-nos entregues pela Prof. Doutora Teresa Júdice Gamito, resultado da sua intervenção arqueológica no adro da Sé de Silves, várias caixas de plástico contendo restos ósseos humanos, que se encontravam muito fragmentados *post-mortem*, com destruição acentuada, muito provavelmente devido às pressões externas exercidas à superfície do solo (o local está transformado em parque de estacionamento de automóveis) e à baixa profundidade das inumações.

Estes ossos estavam separados por sepulturas e ossadas, com os respectivos números de identificação utilizados pelos arqueólogos e que foram seguidos durante o estudo antropológico.

Foram estudadas 41 sepulturas e ossadas depositadas no seu contexto e referentes a antigas utilizações.

2 - Preparação

Os ossos foram lavados em abundante água corrente, utilizando escovas brandas de cerda. Posteriormente foram mergulhados, durante 24 horas em água desmineralizada, para retirada de excesso de nitratos, obstando à consequente inflorescência dos sais e consequente desagregação dos ossos.

Posteriormente foram colocados numa estufa Memmert com desidratação controlada para evitar o seu fissuramento, utilizando calor seco a uma temperatura de 62°, tendo-se estabilizado o processo quando a atmosfera atingiu os 50% de humidade relativa.

Foi efectuada, na medida do possível, e apenas quando os bordos o permitiam, a reconstituição dos ossos longos e de algumas calotes, utilizando uma cola neutra e hidrossolúvel.

Também procedemos à colocação dos dentes nos alvéolos, nas situações em que estavam identificados.

3 - Métodos

3.1 - Determinação Da Estatura

Foram utilizados, preferencialmente, os seguintes ossos: fémur, tíbia, perónio, úmero, rádio e cúbito, utilizando para as determinações de estatura, as Tabelas de Manouvrier.

3.2 - Determinação Sexual

Foram utilizados, preferencialmente, os seguintes métodos: aspectos morfológicos da cabeça óssea, da mandíbula, do fémur, das costelas e dos ossos da bacia.

Utilizamos as tabelas de William M. Bass (o.c.).

3.3 - Determinação Idade

Foram utilizados, para a determinação da idade, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- Ordem da erupção dentária
- União das epífises com as diáfises dos ossos longos.
- Abrasão dentária
- Medida da dentina translúcida
- União das costelas ao esterno

4 - Determinação do número mínimo de individuos

Para determinação do número mínimo de indivíduos, estabelecemos o seguinte critério:

- Contagem dos fragmentos irreconstituíveis de ossos longos que permitiam, de forma inequívoca, determinar direito ou esquerdo;
- Contagem dos ossos longos completos do lado direito;
- Contagem dos ossos longos completos do lado esquerdo,

Resumo geral:

OSSO	DIREITO	ESQUERDO
FÉMUR	18	18
TÍBIA	18	23
PERÓNIO	15	14
ÚMERO	21	21
RÁDIO	17	15
CÚBITO	19	18

Foi assim possível determinar a quantidade mínima de 29 indivíduos, sendo 23 adultos e seis crianças.

5 - DETERMINAÇÃO DA IDADE

Para a determinação da idade dos adultos utilizámos preferencialmente as medidas da dentina translúcida, o grau de abrasão dentária, a recessão gengival e a aposição de cemento.

Para a determinação da idade das crianças utilizámos preferencialmente a tabela da erupção dentária, com cronologia específica no que diz respeito à formação, mineralização, maturação e ao encerramento

dos apexes radiculares dos dentes definitivos e o grau de união das epífises às diáfises dos ossos longos.

GRUPO ETÁRIO	1 - 6	7 - 12	13 - 18	19 - 35	36 - 50	> 50
QUANTIDADE	3	2	1	4	6	1

6 - DETERMINAÇÃO SEXUAL

Usamos, para a determinação sexual, preferencialmente, as características da cabeça óssea, da bacia e do fémur.

HOMEM	MULHER
12	10

7 - DETERMINAÇÃO ESTATURA

Valores obtidos utilizando vários ossos longos. Verifica-se uma ligeira "decalage" relativamente às estaturas calculadas utilizando o rádio.

FÉMUR	TÍBIA	PERÓNEO	ÚMERO	CÚBITO	RÁDIO
154	159	155	154	155	159
159	164	157	160	157	160
159	164	164	160	159	161
159	167	164	163	159	162
160	168	164	164	160	166
160	169	165	166	162	168
161	174	171	169	163	170
161	175	172	169	170	170
164			170	170	170
165			170	170	171
168				170	174
168				170	174
170				174	175
171				175	175
173					177
174					185
174					185
174					
167	**167**	**164**	**164**	**165**	**170**

Utilizando as tabelas de Bass para a determinação sexual com base no comprimento do fémur, determinámos os seguintes valores para a estatura:

	QUANT.	EST.MÉDIA
HOMEM	5	171,4
PROV. HOMEM	1	165,1
HOMEM+PROV.HOMEM	6	168,2
MULHER	6	153,5
PROV. MULHER	4	158,6

8 - PALEO-PATOLOGIAS (número e localização)

Lesões traumáticas do osso:

2 – Na face

1 – No cúbito

1 – No corpo mandibular

1 – No fémur

Cribra orbitália:

1 - Na órbita esquerda

Lesões degenerativas do osso:

1 - Nódulo Schmorl – Na 12° vértebra dorsal

Lesões dentárias:

Os dentes são a parte mais forte do corpo humano e por isso muito resistentes à acção de factores externos.

O registo das patologias dentárias permite-nos determinar não só certos processos nutricionais da população, pela observação das hipoplasias do esmalte, como outras patologias, as cáries dentárias, a presença de tártaro, a retracção gengival e outras.

A cárie dentária é uma doença multifactorial dependente da presença de bactérias cariogénicas, hidratos de carbono fermentáveis fornecidos pela dieta e tecidos dentários susceptíveis à dissolução ácida produzida pelas bactérias e que vai produzir cavidades no esmalte podendo avançar até à dentina e à polpa dentária.

Os cereais e os figos são alimentos muito ricos em carbohidratos e fazem parte da dieta mediterrânica.

Verifica-se contudo uma baixa percentagem de cáries. Verifica-se também uma percentagem acentuada de deposições de tártaro nas superfícies dentárias. Aparentemente estamos perante uma situação de contra-senso; a dieta mediterrânica e uma aparente falta de higiene, deveriam, muito naturalmente propiciar o desenvolvimento de cáries; contudo tal não se verifica. A grande abrasão detectada na maioria dos dentes revela uma alimentação dura que promove uma auto limpeza dos dentes diminuindo o aparecimento de cáries.

As perdas dentárias *ante mortem* podem ter várias etiologias. As principais serão cáries perfurantes com processos inflamatórios, desgastes dentários, traumatismos diversos e doença periodontal que levaram à extracção dentária.

As perdas *ante mortem* observadas, para além de serem, em termos estatísticos, baixas, sugerem, pela remodelação óssea observada, uma boa técnica na extracção.

CÁRIES	ABRASÕES	HIPOPLASIAS	CEMENTOSE	TÁRTARO	P.D.A.M.
23	212	27	3	156	17

9 - Conclusões gerais

O material ósseo que nos foi entregue surge-nos na sequência de uma intervenção arqueológica efectuada em circunstâncias particularmente difíceis, considerando que as sepulturas se desenvolviam a baixa profundidade, no adro da Sé da Silves e os ossos haviam estado sujeitos a uma lixiviação muito intensa, pela proximidade da superfície, produzida naturalmente pelas água pluviais (que ainda não teriam no seu trajecto possibilidade de precipitar o gaz carbónico dissolvido) acrescido pelas emanações dos veículos que circulavam naquele espaço. Isto determinou, muito obviamente, a diminuição no teor da estrutura calcária dos ossos que associado ao peso permanente das viaturas que ali se deslocavam (adro transformado em parque de estacionamento), redundaram no fraccionamento anormal das estruturas ósseas dos inumados.

Este tipo de intervenção, sempre pouco gratificante em termos científicos, prejudicou decididamente a obtenção de elementos de carácter antropológico e quiçá mesmo arqueológico.

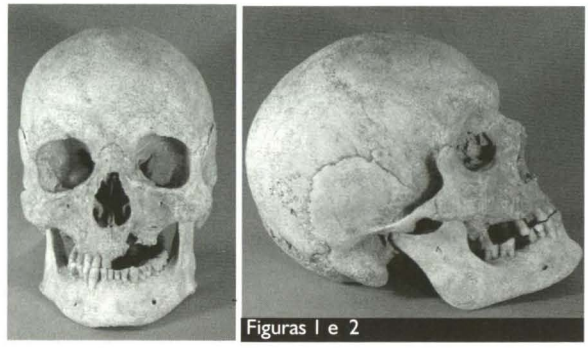
Parece-nos, contudo, estarmos perante uma amostragem de população com características antropológicas interessantes, se considerarmos a enorme robustez média de alguns indivíduos e bem assim a pouca quantidade de morbilidades existentes. Diríamos que se tratava de uma população bem alimentada, saudável, com um percurso de vida bem activo. Não foi possível, face à grande fragmentação do material, tentar a reconstituição gestual como elemento fundamental para tentar perceber o tipo de actividade profissional dominante.

Pensamos que o aparente normal dimorfismo sexual da estatura será determinado pela circunstância de não termos conseguido avaliar a estatura de grande quantidade de indivíduos, por a generalidade dos ossos longos estarem muito fragmentados.

Pela existência de vários indivíduos aparentemente com morfotipos muito diferenciados julgamos ser possível concluir existir uma grande quantidade de elementos estranhos à população, portanto com características antropológicas bem diversas.

10 - Cabeças ósseas da sepultura 17

Sepultura 17 - 1



Figuras 1 e 2

Ossos da cabeça:

Cabeça óssea completa, com características masculinas e eurocaucasianas Figuras 1 e 2. Apresenta na região maxilar superior esquerda marcas de forte traumatismo com instrumento perfurante cortante, com trajecto antero-posterior, daí resultando grande perda de osso alveolar e parte do palato do mesmo lado. A extensão do corte e as suas características sugerem uma agressão desencadeada por um objecto de grande poder cortante e pouca massa; pensamos numa flecha – Figura 3. Existem marcas de grande remodelação óssea compatível com um indivíduo adulto.

Idade provável – 50 – 55 anos

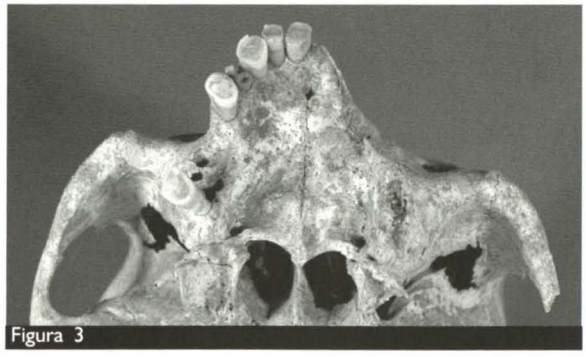


Figura 3

Dentes presentes com grau de abrasão muito acentuado: incisivo central e lateral, canino, segundo prémolar e terceiro molar e raízes do primeiro prémolar, superior direito.

Dentes perdidos *ante mortem*: primeiro e segundo molares superiores direitos

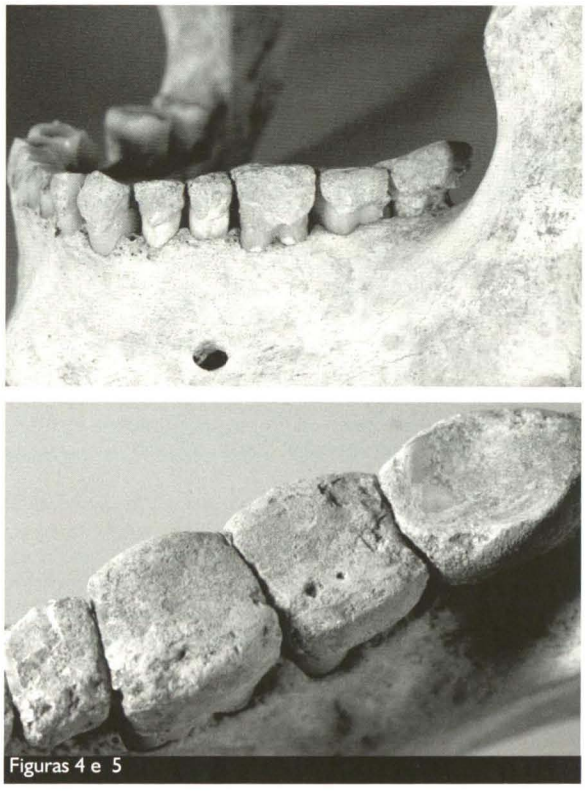
No maxilar superior esquerdo - Ausência total de dentes

Mandíbula robusta com características masculinas:

Dentes presentes com grau de abrasão acentuado e grande depósito de tártaro, principalmente a nível do terceiro quadrante: incisivo central, incisivo lateral, canino, primeiro e segundo prémolares e primeiro, segundo e terceiro molares esquerdos; incisivo central, incisivo lateral, canino, primeiro e segundo prémolares e segundo e terceiro molares direitos.

Dente perdido *ante mortem*: primeiro molar direito (por provável extracção).

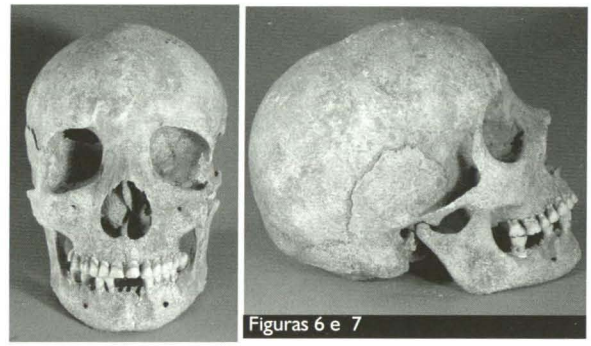
Todo o terceiro quadrante apresenta depósito de tártaro em todas as superfícies dentárias por falta de acção mastigatória e consequente auto limpeza. A distribuição deste depósito de tártaro ocorreu quando as faces oclusais dos dentes posteriores já apresentavam uma certa abrasão fisiológica o que nos sugere que o traumatismo ocorreu depois dos 35 anos de idade e que houve, consequentemente, sobrevivência ao traumatismo – Figuras 4 e 5.



Figuras 4 e 5

Para não destruição do material ósseo presente não foi efectuada a determinação da dentina translúcida, baseando-nos para a determinação da idade nas tabelas de Brothwell 1965-69.

Sepultura 17 - 1



Figuras 6 e 7

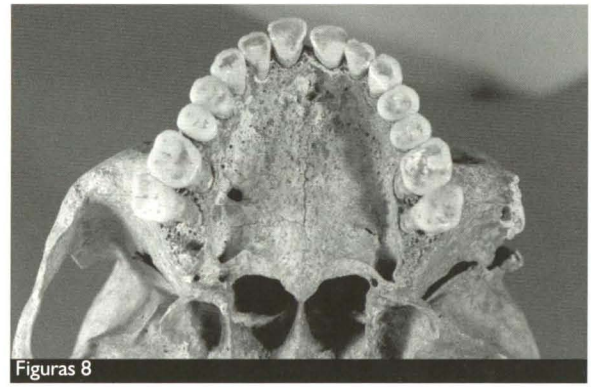
Ossos da cabeça:

Cabeça óssea com ausência de: malar direito, fragmentos inferiores do parietal esquerdo e fragmento lateral superior do occipital , por fractura *post mortem* .- Figuras 6 e 7.

Características femininas. Suturas bem conservadas.

Abertura piriforme muito aberta – 28mm x 33mm, com índice nasal de 53,8

Arcada dentária de forma quadrangular. Provável berbere (segundo Giles e Elliot) – Figura 8.



Figuras 8

Idade provável - 40-45 anos

Patologias: hipertrofia dos cornetos e *Cribra orbitalia* na abóbada da órbita esquerda.

Dentes presentes com grau de abrasão acentuado e tártaro: incisivo central, incisivo lateral, canino, primeiro e segundo prémolares e primeiro e segundo molares superiores direitos; incisivo central, incisivo lateral, canino, primeiro e segundo prémolares e primeiro e segundo molares superiores esquerdos.

Mandíbula, com características femininas, ângulo goníaco 117°

Dentes presentes: Canino, primeiro e segundo prémolares e primeiro e terceiro molares esquerdos;

Incisivo lateral, canino, segundo prémolar e segundo molar direitos.

Alvéolos desabitados *ante mortem*: primeiro e terceiros molares direitos e segundo molar esquerdo, por provável doença periodental.

Alvéolos desabitados *post mortem*: incisivo central e primeiro prémolar direito; incisivo central e lateral esquerdo.

10.1-Conclusões

Em presença dos registos que a arqueóloga, Prof. Doutora Teresa Gamito que escavou a necrópole de que vimos tratando, parece poder inferir-se que teria havido ou em simultâneo ou com certo desfazamento no tempo, duas inumações no mesmo espaço sepulcral.

Uma inicial ou principal, de um indivíduo do sexo masculino (euro-caucasiano), já devidamente descrito, em decúbito dorsal e em norma tradicional entre nós, e uma segunda tumulação ou deposição secundária de uma provável berbere, em posição não muito bem definida em termos culturais. Não assistimos à intervenção arqueológica desta sepultura por não ter ocorrido durante a nossa presença na Sé de Silves quando lá nos deslocámos, em funções de antropólogos de campo.

Segundo a Responsável Científica da intervenção, a deposição secundária foi efectuada aos pés da inumação principal, em fase sequencial e posterior o que segundo aquela autora aponta para uma hierarquização social.

Se outras razões não existirem, o simples facto de uma provável berbere estar inumada num espaço cemiterial cristão e na mesma sepultura de um provável euro-caucasiano é, por si, e atendendo à época em assunto – século XIII – XIV, um facto digno de registo, nota e meditação, em termos de antropologia cultural.

Bibliografia

AMBROSE S.H. y DeNIRO M.J. (1989) Climate and habitat reconstruction using stable carbon and nitrogen isotope ratios of collagen in prehistoric herbivore from Kenya. Quat. *Res.* 31: 407-422. (Revisar también *Nature* 319: 321-324, 1986)

BASS, William M., Human osteology. A laboratory and field manual, fourth edition, Missouri Archeological Society, Columbia, Mo. 1995

BOCQIJET J. y MASSET C. (1977) Estimateurs en paléodémographie. *L 'Homme* 17: *65-90.*

BOWERS, C.Michael, Manual of Forensic odontology, third edition, Gary L. Bell, California, 1995.

BROTHWELL, D.R. 1993. *Desenterrando huesos. La excavación, tratamiento y estudio de res -tos del esqueleto humano.* Fondo de Cultura EconOmica. Mexico.

BUIKSTRA J.E., FRANKENBERG S. LAMBERT J.B. y XUE L. (1989) Multiple elements: multiple expectations. En The chemistry of prehistoric human bone págs: 155-210. Cambridge University Press.

CAMPILLO D. (1994) Paleopatologfa. Los primeros vestigios de la enfermnedad. FundaciOn Uriach 1838. Barcelona. 2 Volumenes.

CAMPILLO, D. *La enfermedad en elpasado: Introducción a la Paleopatologia.* Ed. Salvat. Barcelona.

CAMPILLO, D. Paleopatologia. Els primers vestigios de la malaltia. *Colección histórica de Ciencias de la Salud.* FundaciOn Uriach. Barcelona, 1994.

CAMPILLO, D.; VIVES, E. *Manual de Antropologia biológicapara arqueólogos.* Ed. Novagrafik. Barcelona, 1987.

COMAS, Juan, Manual de antropologia física, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1957

CUNHA, Santinho e Ferreira, F.E. Rodrigues, Vida e morte na época de D. Afonso Henriques, Lisboa, Editorial Hugin, 1998

CURRUCCLNI R.S., HANDLER 1.5. y JACOBI K.P. (1985) Chronological distribution of enamel hypoplasias and weaning in a Caribbean slave population. *Hum. Biol.* 57: 699-711.

DASTUGUE, 1.; GERVAIS, V. 1992. *Paléopathologie dii squelette humain.* Société Nouvelle des Editions Boubée. Paris: 28-3 1.

EZZO IA., LARSEN C.S. y BURTON J.H. (1995) Elemental signatures of human diets from the Georgia Bight. *Am. J.Phys. Anthrop.* 98: 471-481.

FORNACIARI G. y MALLEGNI F. (1987) Paiaenutritional studies on skeletal remains of ancient populations from the Mediterranean area: an attempt to interpretation. *Anthrop. Anz.* 45: 36 1-370.

GONZALEZ-ABAD M.J. (1996) Efectos del estrés crónico y actividad CC sobre ci crecimiento: inodiflcaciones en ci esqueieto craneal de ía rata. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid.

GOODMAN A.H., ALLEN L.H., HERNANDEZ G.P., AMA.DOR A., ARRIOLA L.V., CHAVEZ A. y PELTO G.H.(1987) Prevalence and age at development of enamel hypoplasias in Mexican children. *Am. .1. Phys. Anthrop.* 72: 7-

HILEL NATHAN, M.D.; NJKU HAAS M.D. 1966. *Criba orbitalia.* A bone condition of the orbit of unknown nature. Anatomical study with etiological considerations. *Israel J. Med. Sci.*, 2, 2:171-191. *Hum. Evol.* 14 (5): 419447.

KATZENBERG M.A. (1992) Advances in stable isotope analysis of prehistoric bones. En Skeletal biology of past peoples: research methods págs: 105-119. Wiley-Liss. Nueva York.

MANN R.; MURPHY S. 1990. *Regional atlas of bone disease a guide to pathologic and normal variation in the human skeleton.* Ed. Charles C. Thomas. illinois.

MIQUEL FEUCHT, M.J.; POLO CERDA, M.; VILLALAIN BLANCO, D. 1999. Estudio bioan-tropolOgico de los restos hallados en la ermita de la Magdalena (CastellOn). *Actas del XVV Congreso Nacional de Arqueologia, 6 19-625.* Valencia.

PINA, J.A. Esperança, Anatomia humana da locomoção, 3ª Edição, Lidel, Edições Técnicas, Ldª , Lisboa, 1999

POLO CERDA, M.; MLQUEL FEUCH7[, M.J.; VILLALAtN BLANCO, D. 1999. Un modelo experimental de *Criba orbitalia:* Estudio preliminar. *ComunicacicSn al V Congreso Nacional de Paleopatologia.* Alcalá de la Real (Jaén) (en preparaciOn).

PRICE T.D., SCHOENINGER M.J. y ARMELAGOS G.J. (1985) Bone chemistiy and past behaviour: an overview. *J.*

PUEYO, Vicente Moya e outros, Odontologia Legal y forense, Masson, AS, Barcelona, 1994

REVERTE COMA, J.M. 1991. *Antropologia Forense.* Ministerio de Justicia. Madrid

ROBLEDO B. (1998) Diets, indicadores de salud y caracterización biomorfológica de la población medieval musulmana de Xarea (Velez Rubio, Aimeria). Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid. ISBN 84-

ROBLEDO B., TRANCHO 01. y BROTHWELL D. (1995) Cribra orbitalia: health indicator in the late Roman population of Cannington (Sommerset, Great Britain). *J. PaleopathoL* 7(3): 185-193.

RODRIGUEZ, J.V. 1994. *In t roducción a la A n t ropologia Fore n s e.* Editorial Anaconda. Colombia.

Rouvière, H., Anatomie Humaine, Tome premier, Masson, Barcellonem 1997

SCHLUGER, D.D.S. e outros, Periodontal Diseases, Lea Febiger, Philadelphia, London, 1990

SCHOENINGER M.J. (1989) Reconstructing prehistoric human diet. En The chemistry of prehistoric human bone. T.D. Price (Ed). Cambridge University Press.

SILLEN A. y KAVANAGH M. (1982) Strontium and paleodietaiy research: a review. *Yearbook Phys. Anhhrop.* 25: 67-

STUART-MACADAM P. (1992) Porotic hyperostosis: a new perspective. *Am. J. Phys. Anthrop.* 87: 3947.

STUART-MACADAM, P.L. 1989. Nutritional deficiency diseases. En *Reconstruction of 4fe from the skeleton.* Liss, A.R.: 201-222.

TESTUD, L.; LATARJET, A. 1971. *Tratado de Anatomia humana.* Ed. Salvat. Barcelona.

TRANCHO 01. ROBLEDO B. y LOPEZ-BIJEIS I. (1998) Numancia: anailisis paleonutricional de una población celtibérica. Plan Director de Nuniancia. Junta de Castilla y Leon. Universidad Complutense de Madrid. ISBN 84-

TRANCHO 01., ROBLEDO B., LOPEZ-BUEIS I. y FABIAN FI. (1996): ReconstrucciOn del patron alimenticio de dos poblaciones prehistOricas de la Meseta Norte. *Complutum* 7: 73-90.

TRANCHO GJ. y ROBLEDO B. (2000): HIpoplasia del esmalte dental: un indicador patológico. *Gaceta Dental* Vol:

TRANCHO OS, ROBLEDO B., LOPEZ-BUEIS I. y SANCHEZ J.A. (1997) Sexual determination of the femur using discriminant functions. Analysis of a Spanish population of known sex and age. *J. Forensic Sci.* 42(2): 181-185.

TRANCHO, GJ. (1999) Antropologia Biológica: reconstrucciOn de la forma de vida del pasado. Ed. MEC y MTAS Instituto de ía Juventud. pp. 181-192. NIPO: 208-99-020-1

TRANCHO, GJ., BOTELLA, M. & HERNANDEZ, M. (1991) Cribra orbitalia: incidencia y distribución en diferentes poblaciones de la Peninsula Ibérica. En Nuevas perspectivas en Antropologia. Vol. 11:1011-1028. Universidad de Granada.

VISCAN M.Y. y MILLER-SCHAIVITZ P. (1986) Sexual dimorphism in the femur and tibia. En Forensic osteology. Advances in the identification of human remains. Reichs K.J., Thomas Chc. Publisher. USA.

WALKER P.L. (1986) Dental evidence for prehistoric dietary change on northern Channel Islands, California. *Am. J. Plays. Anthrop.* 54: 375-383.

WILLIAMS, Peter L., Gray's anatomy, Churchill Livingstone, New York, 1996

Determinação da estatura com Base no comprimento do Calcâneo

Cecília Casaca
F. E. Rodrigues Ferreira

Steele utiliza a função discriminante do câlcaneo e do astrágalo, para a determinação sexual. Steele e Martin, utilizam o calcâneo, o astrágalo e os metatarsos, para determinação da estatura . É frequente em paleoantropologia encontrarem-se esqueletos incompletos ou em tão más condições de conservação que a generalidade dos ossos longos se encontram muitas vezes perfeitamente inutillizáveis para a determinação das respectivas estaturas e em muitas situações os astrágalos e os metatarsos, pela sua fragilidade, estão também em péssimas condições. Em contrapartida o calcâneo, exactamente pela relatividade da sua localização no pé, encontra-se com certa frequência razoavelmente bem conservado.

A arquitectura do esqueleto contempla uma estreita relação entre todos os ossos e os próprios dentes, que pode propiciar uma relativização perceptiva se devidamente consideradas as grandes linhas dinâmicas da sua própria génese e que são, primordialmente, a estatura e a robustez do indivíduo, dentro do respectivo morfotipo a que se podem e devem acrescentar, porque facilmente tipificáveis, as alterações introduzidas pela prática do exercício peculiar a cada indivíduo, numa perspectiva de vida.

Nesta perspectiva de abordagem estudámos, em 178 casos, a correlação do calcâneo com o comprimento do fémur, na colecção Luís Lopes e Cristina Neto. Nesta observação foram consideradas e valorizadas as profissões, o comprimento do fémur e respectiva robustez e necessariamente as patologias à hora da morte e que pudessem ser relacionáveis com o normal e harmonioso crescimento do indivíduo.

Metodologia de abordagem para dedução das fórmulas:

1-Criámos dois grandes grupos que individualizámos sexualmente.

2-Em cada um dos grupos assim estabelecidos considerámos, excluímos ou valorizámos, com expressão numérica, os seguintes aspectos:

2.1-Comprimento do fémur e respectiva robustez

2.2-Robustez geral do esqueleto, devidamente parametrizado

2.3-Doenças degenerativas do esqueleto como factor de exclusão do respectivo grupo

2.4-Parâmetro etário: Excluímos os indivíduos com idade inferior aos 22 anos e superior aos 70 tentando apenas trabalhar com adultos plenos, e ainda não afectados por processo degenerativo de senilidade.

2.5-Profissão e sua expressão morfológica, escolhendo profissões com representatividade no tempo longo.

3.Estabelecimento de médias gerais, com ponderação nos vários aspectos referidos, tentando tornar a amostragem o mais representativa possível da realidade.

Foi assim possível, para os homens, acumular uma diferença de 1,684 cm, e para as mulheres uma diferença de 0,00 cm, o que representa, em nosso entender, uma aproximação muito grande ao padrão médio actual português, que apesar de uma escolha criteriosa de profissões não pode, evidentemente, ser decalcável sobre populações medievais, mas o método vale o que vale, sendo contudo possível outros tipos de aproximação, para situações concretas, se forem conhecidos alguns aspectos específicos, designadamente a profissão, o sexo e a robustez.

Fórmula para a determinação do comprimento do fémur - homem: **(cc * 11,4173) / 20 – 1,4555** [1]

Fórmula para a determinação do comprimento do fémur – mulher: **(cc * 11,6451) / 20 – 1,5113** [2]

O que efectivamente estas fórmulas nos dão é o comprimento teórico do fémur determinado a partir do comprimento do calcâneo. Utilizámos então as tabelas de Manouvrier para a determinação da estatura, com base no comprimento do fémur e com estes valores elaborámos os seguintes quadros demonstrativos para homens e mulheres:

Homens:

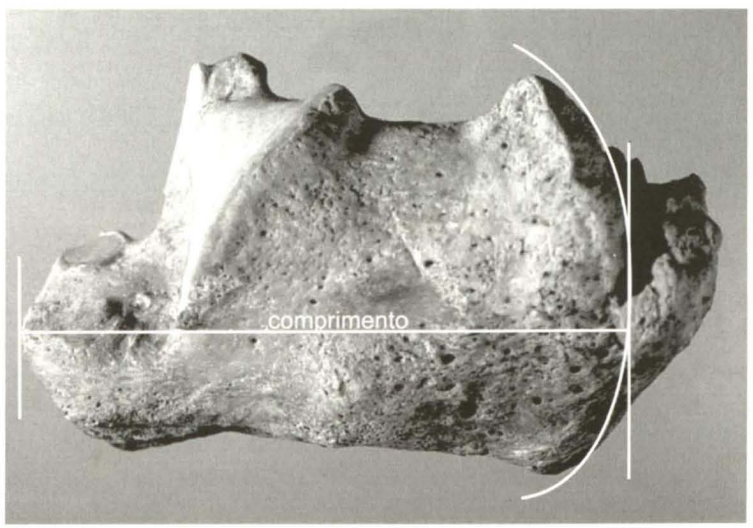
DIFERENÇA (cm)	Nº CASOS	PERCENT
0	17	14,2 %
1	24	20,1 %
2	18	15,1 %
3	11	9,2 %
4	12	10,0 %
5	8	6,7 %
6	13	10,9 %
7	4	3,3 %
8	0	-"-
9	3	2,5 %
10	3	2,5 %
11	2	1,6 %
12	2	1,6 %
13	1	0,8 %
14	0	-"-
15	1	0,8 %

[1] C c – Comprimento do calcâneo
[2] C c – Comprimento do calcâneo

Verifica-se que no universo em causa cobrimos uma percentagem de 75 % com uma aproximação em centímetros compreendida entre 0 e 5, sendo de referir que a medida exacta é conseguida em 14,2 % e que até 2 centímetros de diferença cobrimos 50 % do universo. Em contrapartida as maiores diferenças compreendidas entre os 10 cm e os 15 cm apenas correspondem a 4,8 % da população em estudo.

Mulheres:

DIFERENÇA (cm)	Nº CASOS	PERC.
0	5	9%
1	6	10,9%
2	10	18,1%
3	7	12,7%
4	3	5,4%
5	5	9%
6	5	9%
7	3	5,4%
8	2	3,6%
9	6	10,9%
10	1	1,8%
11	1	1,8%
12	0	0
13	0	0
14	0	0
15	0	0
16	1	1,8%



Verifica-se que no universo em causa cobrimos uma percentagem de 65,1 % com uma aproximação em centímetros compreendida entre 0 e 5, sendo de referir que a medida exacta é conseguida em 9 % e que até 2 centímetros de diferença cobrimos 38 % do universo. Em contrapartida as maiores diferenças compreendidas entre os 10 cm e os 15 cm apenas correspondem a 3,6 % da população em estudo.

A determinação do comprimento do calcâneo deverá ser efectuada como se indica na Figura 1, exceptuando sempre o calo ósseo formado pela entesopatia do tendão aquiliano, quando exista.

A construção da imagem do Infante Santo

Rui Miguel da Costa Pinto

Professor/Formador

A exemplo de muitos trabalhos de historiografia, a figura do Infante Santo percorreu as nossas memórias colectivas ao semblante do herói esquecido, para mais que Nuno Álvares Pereira se tinha tornado no ícone de lusitanidade a que se referem muitos autores.

Interessava pois ao regime do Estado Novo perpetuar a memória daqueles que povoavam toda a História de Portugal. Ainda que de forma algo modesta, o Infante não foi esquecido.

O romantismo dá-lhe forma e o Estado Novo pragmatismo.

Oliveira Martins, partidário de uma história narrativa e dramática ainda que com desígnios de foro científico, traça um retrato do Infante, como a fúnebre tragédia, demonstrando a sua simpatia pelo mesmo e desdém por D. Henrique, senão vejamos:

(...)Dos dois irmãos, o que preferiu viver e o que abraçou quase alegremente a morte, o que era herói e o que ficou mártir, o que esperava a desforra e o que se imolou em sacrificio: qual dos dois irmãos nos parece neste momento maior? O nosso coração, o nosso amor, a simpatia irresistível da nossa alma vão para D. Fernando[1].

Acusa-o mesmo de ser o único responsável pela tragédia, salvaguardando a posição de D. Duarte, ao mesmo tempo que o descrevia como um monarca destituído de vontade própria:

(...)O ambicioso irmão levou-o a empreender a conquista de Tânger, depois de ter convencido a que o acompanhasse o infante D. Fernando. O rei, ou aprovou, ou não teve energia bastante para se opor à temerária empresa[2].

A disputa palaciana é vista por Oliveira Martins na óptica do bom senso de D. Pedro e na ambição de D. Henrique, provocando este o afastamento do primeiro da corte:

(...)D. Henrique, pertinaz, decidido e, por sobre isso, violento e sem carinho, não perdoou decerto a sábia prudência com que o irmão se opunha aos seus desígnios. As relações de ambos, já frias, azedaram-se talvez; e porventura aqui esteja o motivo da indiferença com que D. Henrique ouviu os rogos do irmão, quando mais tarde lhe pedia que o servisse perante o sobrinho, Afonso V – indiferença que decerto concorreu para a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, se porventura a não causou.[3]

Compara os passos do cativeiro do Infante aos dos profetas do antigo testamento e da paixão de Cristo *(...)os mouros levaram-no a Fez. Ia como Isaac para o altar, ou como Jesus para o Calvário. (...) o infante, submisso e conformado, lembrava-se de que outro tanto, e mais ainda, sofrera Jesus por ele. Antes, porém, ser de uma vez crucificado, do que acabar lentamente nas lôbregas estrebarias de Fez, varrendo as imundícies, comido de bichos, devorado de febres, porque nem a lentidão do martírio lhe poupou o cadáver aos insultos da turba.(...) Antes, pregado na cruz, tivesse expirado como Cristo*[4].

As suas qualidades de excelente prosador toldam-lhe por vezes o rigor histórico.

Comparando a figura de D. Henrique à de Judas *(...) Com a desumanidade de um apóstolo, D. Henrique sacrificava tudo e todos à sua fé. (...)no carácter do infante não primava a humanidade. (...), glorifica a personagem histórica, intitulando-o de o primeiro mártir da nossa epopeia (...)precursor do nosso império! Enquanto D. Henrique era o príncipe tão funesto aos seus, mas tão proveitoso para o reino.* [5] Esta última afirmação, que à partida poderia parecer um contra senso, é a salvaguarda do fruto da empresa dos Descobrimentos e da sua principal figura, a que nem mesmo Oliveira Martins poderia negar, a do Navegador.

Mendes dos Remédios, em 1911, no seu Prefácio isenta de culpas Dom Duarte e Dom Fernando qualificando o Infante de *(...)Santo, modesto, bom e soffredor, que os Moiros se encarniçaram em fazer soffrer lançando o pregão de todas as affrontas ao mundo muçulmano e christão. (...)*

(...) As virtudes civicas e tam ardentes de patriotismo da inclita geração não calavam a boca dos maldizentes quando a sorte, apparecendo-nos desfavoravel aqui ou ali, lhes dava um vislumbre de razão. (...)

(...) Heroe, como seus irmãos, o Infante Santo, desempenha na sua curta existencia um outro papel bem differente do d'elles, mas nem por isso menos digno de assombro, de admiração, e do culto fervoroso das nossas almas. (...)

(...) O que mais nos enche de admiração e de pasmo em D. Fernando é a constancia e a firmeza da sua rija alma de heroe, é a inabalavel serenidade do seu caracter feito d'huma só peça, prompto a afrontar todas as dores, todos os soffrimentos, todas as torturas. Nesse ponto elle attingiu a atmosphera, desconhecida ao commum dos mortaes, em que se libram as almas dos illuminados e dos santos. (...)

(...) tinha a sua alma, cheia de serenidade, de bondade e de fé, temperada duma fortaleza indestructivel. (...)

(...) Grande exemplo! Nobilissima acção! (...)[6]

Fernando Pessoa fazia o seu retrato no primeiro poema escrito para a Mensagem em 1913, Gládio, mais tarde intitulado de D.Fernando, como sendo a de um herói aparentemente 'falhado'[7]

Na galeria de heróis pessoanos, o Infante D.Fernando, o Infante Santo, membro da Ínclita Gera-

---

[1] Martins, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998, pp.179-180

[2] Martins, Oliveira, *História de Portugal*, pp.177-181

[3] Idem, Ibidem

[4] Idem, Ibidem

[5] Idem, Ibidem

[6] Remédios, Mendes dos *Chronica do Infante Santo D. Fernando, subsídios para o estudo da História da Literatura Portugesa XIII*, Coimbra, F. França Amador-Editor, 1911, pp. VI, VII, XXII-XIV

ção, Altos Infantes, como chamou Camões aos filhos de D.João I, foi um infante de vida trágica, morto em cativeiro, no Norte de África, em Fez, onde ficou como refém da entrega de Ceuta e onde seus irmãos (com destaque para o mais célebre de todos, o Infante D.Henrique) o deixaram ficar, para não entregarem a cidade :

D.FERNANDO, INFANTE DE PORTUGAL

Deu-me Deus o seu gládio, por que eu faça
A sua santa guerra.
Sagrou-me seu em honra e em desgraça,
Às horas em que um frio vento passa
Por sobre a fria terra.
Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me
A fronte com o olhar;
E esta febre de Além, que me consome,
E este querer grandeza são seu nome
Dentro em mim a vibrar.
E eu vou, e a luz do gládio erguido dá
Em minha face calma.
Cheio de Deus, não temo o que virá,
Pois, venha o que vier, nunca será
Maior do que a minha alma.

Júlio Dantas, Médico do Exército, antigo Ministro da Instrução Pública e Presidente Geral do Congresso do Mundo Português, situado entre o romantismo e o parsianismo, nas suas obras como poeta e dramaturgo,[8] enquanto Inspector Superior dos Anais das Bibliotecas e Arquivos, produz um texto no início do século em que se refere ao Infante como um *(...)proto-mártir da nossa epopéa africana(...)*.

E prossegue:

(...)Êste príncipe, orgulhoso, perdulário, mas escrupuloso, formalista, frio como a mãe inglesa, singular figura sôbre a qual se tem feito, até hoje, mais agiografia do que história, rodeou-se dum esplendor que contrastava com a sobriedade dos irmãos, adquiriu hábitos de dissipação que as próprias rendas da administração do mestrado de Avis não comportavam, lançou-se nas mãos dos judeus Abravanel e Jacob Maçou, a quem pediu dinheiro emprestado, empenhou pratas da sua casa, - e, num dado momento, reconhecendo que a "pouquidade dos bens que tinha" (palavras suas) não chegava para a opulência em que pretendia viver, associou-se no infante D. Henrique e arrancou a êsse pobre neurasténico, que era o rei seu irmão, o consentimento para a emprêsa de Tanger, por êle considerada como uma forma de criar riqueza e de resolver o seu caso pessoal. O testamento que o infante D. Fernando fez antes de partir, em 2 de Agôsto de 1437, nas casas de Joanne Annes armeiro, às Taracenas, onde vivia, escrito pelo punho do grande cronista Fernão Lopes, tabelião geral do reino e seu escrivão da puridade, é um documento sob muitos, pontos de vista, notável. Por êle se vê que o Infante vivia rodeado duma magnificência verdadeiramente real (...)[9]

Na sua obra a Pátria Portuguesa (1914) culpabiliza Dom Duarte e Dom Henrique pelo infortúnio, não fazia parte do que entendia ser o culto do heroísmo. Dir-se-ia que a Ínclita Geração nada produzira, a não ser adversidades:

(...)o culpado fora ele , ele só, príncipe fraco, farrapo de realeza (...) sombra de poder, fatigada e doente (...) e uma rainha mancomunada com ambos pela promessa interesseira da adopção dum filho? Porque não fora ele rei, uma vez ao menos na sua vida? (...) as manadas grunhidoras dos fugitivos de Tânger, cobertos de chagas e de farrapos, atirando-lhe à cara a sua miséria; parecia-lhe ouvir, a cada momento, como vozes de maldição, todos os sinos de Portugal dobrando pelos mortos; e nas longas noites de silêncio e de insónia, de flagelo (...) os gemidos do irmão cativo, os seus gritos de desespero, a sua voz amiga, a sua voz familiar chamando-o, bradando-lhe de longe:

-Irmão, irmão, porque me desamparaste? (...)

(...) o infante D. Henrique, ave negra do desastre, que uns diziam, à boca pequena que viera escondido a Lisboa (...)

(...) Podia o rei, pela força do seu próprio poder, mandar entregar Ceuta (...) era senhorio de todo o corpo da república de Portugal, de que ele, como soberano, não passava de cabeça coroada. (...) o infante D. Fernando mandara de Arzila suplicando ao rei que entregasse Ceuta e dizendo que, se não tivessem misericórdia dela, já via a cadeia de ferro que havia de o pendurar pelos pés nas muralhas da cidade. (...)

(...) eloquência do infante D. Pedro (...)

(...) Queriam salvar o infante ? Pois bem: que fossem todos – e ele iria com eles! – arrasando Tânger, conquistando Arzila, mordendo sangue e pó, arrancá-lo ao

[7] Pais, Amélia Pinto in *Para compreender Fernando Pessoa*, Porto, Areal editores

[2] Problemas com Salazar levaram-no a reformular a Antígona criticando-o através da personagem de Creonte

[9] Dantas, Júlio, "Os livros em Portugal na Idade Média – A livraria do Infante Santo", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, Imprensa da Universidade, 1914, p.102

coração de Fez! Era assim que se salvava o filho dum rei; era assim que se remia um infante cativo de Portugal, - e não cobrindo-o de lama, de desonra e de tristeza! (...)

(...) no júbilo supremo de ver que a sua vida inútil de rei servia, afinal, para alguma coisa ! (...)

(...) e o pobre rei, que não soubera ser irmão e que não se lembrara de que era pai, crucificado entre dois amores, martirizado entre duas saudades, farrapo de dor humana que o escárnio dum círculo de oiro coroava, caiu a arquejar de soluços sobre a estante e a repetir, como uma oração, as palavras do fólio iluminado (...)[10]

Domingos Maurício já em 1931, contracorrente tinha colocado a questão da fidedignidade das fontes na revista Brotéria

(...) Se perguntarmos a Oliveira Martins que na peugada do primeiro cronista riscou o episódio de Tânger com côres chamejantes de fantasia (...)

(...) Tentá-lo-emos fazer agora nesta revista, ao menos parcialmente, no objectivo bem determinado de eliminar do campo da história a reconstituição subjectiva de os Filhos de D. João I, porque, à luz dos documentos, ela representa uma de tantas páginas do grande estilista, tão cheias de colorido como destituídas de objectividade.

Não queremos inculcar injustamente Oliveira Martins, nem os modernos historiadores,(...)

(...) Todos êsses escritores sofreram as consequências das sugestões de Pina.

Ora cronista, para nós, está longe de merecer o crédito que geralmente se lhe atribui.

A sua obra, ao menos, necessita de cuidadosa revisão, para expurgá-la não só de inexactidões de datas, mas de exagerados relevos de factos secundários, cujas sombras enegreceram belas luminosíssimas da figura moral de D. Duarte (...)

(...) O martírio de D. Fernando e os ais, que o seu corpo delicado soltava sob o pêso insuportável dos primeiros mêses de cativeiro, é que despertaram em Portugal e na Europa um sentimento de comovida piedade. (...)[11]

Em 1880, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas escritor, jornalista, político e dramaturgo, e sobretudo o precursor de um tipo de literatura histórica infanto-juvenil,[12] na sua obra popular História Alegre de Portugal, agora passada a Banda Desenhada, diria a propósito do mártir o seguinte:

(...) mas o infante D. Fernando, que bem mereceu o nome de Santo que lhe puseram, não quis nunca ouvir falar em semelhante coisa, e preferiu morrer atormentado nas masmorras de Fez a consentir que dessem por ele aos Mouros uma terra, que tanto sangue nos custara. (...)[13]

Rocha Martins, jornalista e escritor a quem faltou quase tudo a quanto se exige de um historiador, mas acrescente-se contudo a sua aptidão para a recolha e divulgação de acontecimentos e documentos, na sua biografia romanceada do Infante, segue a linha de Oliveira Martins, quando acusa D. Henrique de que este *(...)não tivera o pensamento amigo de enviar uma palavra para o prisioneiro. O seu peito albergava uma alma boa mas enjaulada num peito que era uma muralha de ferro e muito tardava a revelar-se, através de tanta espessura. Essa durez resguardava a tenacidade dum vastíssimo projecto: o da descoberta (...)O povo, em meditações, acusava o infante D. Henrique duma calada assustadora e dum egoísmo rude ante as dôres do príncipe(...)*

O destino, assumia os contornos de uma tragédia que a literatura no Estado Novo pretendia glorificar sob o desígnio de uma grande Nação, já que havia determinados pressupostos que não se poderiam colocar em causa.

(...)Seus olhos negros, nos quais se pousara para sempre uma visão de glórias, pareciam acusadores. Quando se resolveu a partida para Marrocos, atrás do teimoso D. Henrique, um grande soluço sacudira o reino. Todos anteviam enormes desgraças. O terror espalhara-se em avisos supersticiosos e o infante continuava sem ver mais do que o momento da acção. (...) Sacrificava-se, sorrindo. E o irmão, no deslumbramento do seu sonho da descoberta e da conquista, calara-se, refreando o coração. De joelhos, no areal, o imolado orava, agradecido.(...)

A mea culpa de D. Duarte sofredor e impotente é justificada pela impossibilidade da entrega de Ceuta.

Contudo a visão do Infante é muito mais abrangente no retrato que o supracitado autor faz. Rapidamente a questão que coloca é respondida. Existe aqui uma intenção pedagógica mais do que científica em ministrar conhecimentos:

(...)Ceuta fôra um noivado; Tânger um funeral(...)E êle, D. Fernando, o que era? Um mancebo ansioso de ser útil, nanja por glória própria, mas para não fugir aos destinos da sua raça estoica e ousada. Chegara assim aos trinta e três anos, virgem, dedicado a obras divinas, orando constantemente, metido em sonhos de altos sacrifícios.

[10] Dantas, Júlio, Pátria Portuguesa, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973, pp.40-49

[11] Santos, Domingos Maurício Gomes dos, " D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger 1436-1438" in Brotéria, vol. 12, Série mensal, Fé-sciências-Letras, (1931), pp.29-31,63, 165, 166

[12] Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado e Catroga, Fernando História da História em Portugal, Vol.II, Lisboa, Temas e Debates, 1998,pp.170

[13] Chagas, M. Pinheiro, História Alegre de Portugal, Lisboa, 1985, p.79

E um dia, desesperado, decidira-se a pedir ao monarca que o deixasse partir, a-fim-de se empregar no serviço dalgum reinante estrangeiro e batalhador, já que em Portugal vivia, com êle, a paz(...).

Ao herói juntava-se a imagem de santo, mártir:

(...) com um pressentimento da morte, para comparecer diante de Deus, mais pobresinho do que sempre fôra – pouquíssimos eram os seus réditos – decidira deixar a religiosos desígnios os seus parcos haveres. (...)

(...) Depois batera-se como um herói, sem medo da morte. (...)

(...) D. Henrique, quási alegre, ofertou-se, no conselho, para ser êle quem pagasse a derrota, porque jamais se entregaria Ceuta a êsses bárbaros(...).

O destemido Infante sacrificava-se pelo bem nacional, como Cristo o havia feito pela humanidade:

(...)A sua vida era menos preciosa do que as pedras verdenegras dum presídio militar. De bom grado, porém, feliz quási (...) Aguardava-o o martírio, Êle afizera-se à idéa de nunca mais deixar de sofrer, mas em sua alma vislumbrava, por vezes, "uma doce núvem de esperança" (...)Tudo aceitava, oferecendo a Deus as maldades dos homens.(...)

No cativeiro, D. Fernando era lembrado como sendo uma figura fraca e débil. Trata-se da libertação do Homem, dos padecimentos terrestres e a sua ascensão aos céus, senão vejamos:

(...)um mendigo, assim vestido no roupão roto, as barbas intonsas grisalhando, depauperado o corpo, ardendo em febre, à espera dum acto sobrenatural ou da morte que já milagrosa lhe estava parecendo, pois, tardando tanto, só por vontade e graça do Altíssimo chegaria a libertá-lo. (...)

A vertente miraculosa aproximava-o da santidade já anunciada.

(...) Ao pensamento da morte, no fim, ainda se via culpado diante de Deus, a acusar-se, como se se tratasse dum suicídio. (...)

(...) Por vezes envolvia-o um raio de luz, num feixe scintilante que o aureolava e, ao sumir-se, a sua imagem ficava ainda na retina do prêso, como a duma maravilhosa aparição. (...)

Rocha Martins desabafava:

(...) Oh! Os cristãos não amavam aquêle filho de rei! (...)Jámais existira um suplício assim. [14]

A divulgação desta obra em fascículos tornou-a de acesso popular, pese a ileteracia geral.

Fortunato de Almeida na sua História da Igreja, não qualifica o Infante de Santo, mas tão somente de martirizado, ainda que se trate dum historiador e não de um contador de estórias:

(...)Por fama de virtude ou simpatia do martírio, talvez por ambas as causas conjuntamente, (...)o infante D. Fernando(...)deixou na tradição portuguesa uma auréola de piedade que lhe valeu o epíteto de "infante santo"(...)resignado e sereno, animado dos mais santos pensamentos cristãos, esperava tranquilamente o desfecho de todos os sofrimentos, chorando mais a sorte dos outros que a sua própria, como se o seu espírito fosse insensível à dor (...) [15]

O conhecido arabista David Lopes classificou o sacrifício do Infante como um *(...)crime perpetrado a frio pela nação(...)Assim, o abandono do infante foi um crime, repetimos. Praticou-o D. Duarte e havia de morrer roído de remorso daí a pouco; praticou-o a nação, que se acovardou; e sobretudo praticaram-no aqueles que lhe deveram a vida; praticou-o D. Henrique, o grande culpado, de consciência condescendente(...)* [16]

Em 1932 saia O Decreto nº21.103, de 7 de Abril, descortinemos:

Art. 1º- Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro da sua época e dos seus objectivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje(...)

Art. 2º- Todo o feito que significa esforço da Nação, desde o início da História Pátria até ao presente, deve ser exaltado como bom e digno(...)

Art. 4º- Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através de oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a Família como célula social; a Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional (...) Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento de confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objecto de censura (...)

É claro que todos os artigos se irão sobrepor ao primeiro, já que prevalece a noção de uma História instrumentalizada pelo regime que recusava as ideias liberais do regime republicano.

---

[14] DMartins, Rocha, *Heróis, santos e mártires da pátria* , Lisboa, F. J. R. Martins

[15] "Infante D. Fernando" in Almeida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense, 1971

[16] "Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger" in *História de Portugal* sob a direcção de Damião Peres, Vol. III, Barcelos, 1931, pp. 430-432

O Secretariado de Propaganda Nacional, vulgo SPN, foi criado em 1933 pelo ideólogo do regime, António Ferro. A sua missão era a de elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que é e do que realmente vale, espécie de consciência nacional.

Em 1936, os livros escolares obedecem a uma convergência de critérios que se traduzem na publicação de manuais únicos.

Destes, destacamos o Livro de Leitura da 3ª Classe que em pequena biografia descrevia o cativeiro em dolorosa paixão, já que o Infante agonizava e oferecia a Deus as suas orações e sacrifícios, pelo bem da Pátria. [17]

Já Tomás de Barros no seu Sumário da História de Portugal diria que o Infante Santo teria ganho este epíteto pela grande resignação cristã com que sofreu, durante seis anos, todos os martírios e vexames.[18], isto só para citar alguns exemplos da instrução pública.

Dizia José de Esaguy[19] em 1936 que:

(...)A vida de D. Fernando é o fruto duma enorme tragédia espontânea, vivida ao de-redor duma fé nunca atingida por outro ser terreno (...)

(...) O Infante D. Fernando encarna a própria abnegação ao colocar a fé e o sacrifício acima de todos os outros sentimentos humanos.

A ideia de que neste mundo não há nada superior à religião e à Pátria – idea que sempre levantou tanto apóstolo e tanto mártir – era a única razão de existência do Infante Santo. (...)

(..) Uma vez que lhe fôsse exigido um sacrifício, o seu espírito de martírio logo se manifestava. Então uma bátega de impolutos sentimentos desbrabava, sentindo-se feliz na desgraça. Tinha a predilecção, quási absurda, de sofrer, tirando partido do sofrimento para gôzo duma felicidade tôda subjectiva. Por isso a história da vida dêsse Homem sobrenatural é a mais triste elegia que o género humano tem concebido, cheia de lampejos duma pastoral deliciosa onde a dor e a devoção se reúnem em núpcias delirantes.

O seu carácter extraordinário revelava-se muito cedo, preocupando-se exclusivamente com as práticas religiosas e o bem de Portugal, desde que teve o uso da razão. A sua alma não se afastou nunca daquela doutrina maravilhosa de Cristo. Efectivamente êle supôs imitá-lo em todos os Seus actos. Se para Cristo, salvando a humanidade no Gólgota, ficaram abertas aos remidos as portas da Mansão Eterna, para D. Fernando, salvando Ceuta à sua Pátria, ficaram abertas aos portugueses as portas de todo o império magrebino e até as do Oriente longínquo.(...)

(...) Seguiremos as pisadas do Infante em Marrocos, guiando-nos pela sua própria Fé ao tentarmos esboçar o perfil da sua vida, como os artistas das clássicas estátuas gregas. Procuraremos nas ruas de Fêz, ainda regadas pelo sangue do Mártir, tôda e qualquer minúcia do seu largo cativeiro, da sua abençoada desgraça, evitando, todavia, o exagêro que arraste os fanáticos ao mundo das sombras e das visões(...) [20]

No mesmo ano, em publicação de autor, Maria Josefina Andersen, no seu livro Amor Pátrio, o Infante Santo onde acentua que *(...) D. Fernando foi sacrificado por Ceuta, para que ali se conservasse o culto cristão, e que na Igreja de Nossa Senhora, a Conquistadora, se continuasse a celebrar o Culto Divino. Esta Igreja pertencia ao Convento de Santo Iago e ali pelos Portugueses foi exercida a primeira missa (...)*

(...) Sofria o que só um Santo sabe sofrer! (...)

(...) O Infante Santo prodigaliza ao próximo todo o bem material, físico e moral que lhe está ao seu alcance, até com sacrifício de si mesmo; não descura um só momento os jejuns, as orações, as Missas, as Comunhões (...)

(...) Heroísmo Santo ! (...)

(...) O Infante que sempre foi tão débil, é o que entre todos tem a alma valorosa, é o que sorri às amarguras dêste Mundo; e é com rosto sereno e palavras de confôrto que se sujeita às humilhações. Se o sofrimento físico doe muito, o sofrimento moral é o que não tem medidas, é o que fez suar sangue a Nosso Senhor! (...)[21]

Olavo d'Eça Leal ligado ao regime e à comunicação social, sobretudo através da radiodifusão, publica a sua História de Portugal em 1943. Nela desculpabiliza a acção de D. Duarte, já que afinal não poderiam ser colocados em causa os valores nacionais de oito séculos de História de Portugal.

(...)D. Duarte fêz tudo quanto estava ao seu alcance para livrar D. Fernando do sacrifício a que voluntàriamente se votara, mas nada conseguiu. O próprio D. Fernando se opôs a que, por sua causa, Portugal se diminuísse pela entrega de Ceuta que tão cara lhe custou(...)[22]

---

[17] Livro de Leitura da 3ª Classe, Ministério da Educação, Porto, Figueirinhas, , pp 107,108

[18] Tomás de Barros I

[19] (1899-1944), historiador sobre a presença dos portugueses em Marrocos, dedicou-se também ao estudo da língua árabe e à poesia. Em 1936, publica a obra A Vida do infante santo

[20] Esaguy, José de, A Vida do infante santo, Lisboa, Edições Europa, 1936, pp.19-21, 23

[21] Andersen, Maria Josefina, Amor Pátrio, o Infante Santo, Edição da Autora, 1936, pp.38-45

Adolfo Simões Muller, foi funcionário do SPN, publica a sua Historiazinha de Portugal que foi de tal forma um sucesso editorial que mesmo após o 25 de Abril foi reeditada, ainda que menos institucionalizada pelo regime.[23]

Diria a propósito do Infante:

(...) Por sua vez, o mais novo foi santo. Morreu no meio dos maiores martírios, para que a sua Pátria não tivesse de entregar um palmo de terra aos infiéis (...)[24]

As edições do SPN publicam a colecção Pátria, organizada e redigida pela escritora Virgínia de Castro e Almeida, precursora da literatura infantil em Portugal, de que sairam dois fascículos intitulados História da Triste e Gloriosa Emprêsa de Tânger e História da Paixão e Morte do Infante Santo Dom Fernando[25]. No frontispício da obra pode ver-se uma ilustração estilizada do Infante por Palmela Boden.

O integralista Caetano Beirão, na sua História Breve de Portugal de 1945 afirmava no capítulo " O Triste Reinado de D. Duarte" *(...) que o infante(...) Ardia por se imolar no serviço de Deus e do Reino, e lá ficou no cativeiro de Fez, onde sucumbiu ao cabo de dez anos, mártir e quási santo. (...) o Infante imolado ao seu sonho de grandeza. (...)*[26]

João Ameal um dos ideólogos do regime e deputado da Assembleia Nacional foi correligionário do primeiro na Liga de Acção Universal Corporativa. Nas suas obras Santos portugueses, História de Portugal e Obreiros de Quatro Impérios diria a propósito:

(...) É de crer que se entregue com a alegria dos mártires bem seguros na sua fé. E sofre martírio tremendo durante mais de dez anos, até acabar em Fez, pobre esqueleto torturado e escarnecido. Serviço de Deus, ainda. Cumpre o seu voto: ninguém melhor serviu ! (...)[27]

(...)Na sua alma aquecida por uma fé prodigiosa, resplandece a alegria de se votar ao serviço de Deus e da Pátria e de imitar, dentro do possível, o modelo supremo : Cristo, que se deu em holocausto para salvar os homens!

Dos "Altos Infantes", o Infante Santo acaba por ser o maior de todos. Nenhum gravou na História a imagem mais completa de abnegação, de heroísmo e de valor espiritual! (...)[28]

Maurício de Queirós na sua História Linda de Portugal- ilustrada pelo pintor Carlos Carneiro que já em 28 teria trabalhado com João Ameal e em 34 colabora na primeira exposição colonial portuguesa inaugurada no Porto, no Palácio de Cristal escreve que:

(...) Por seu martírio, deu-lhe a História o título de Infante Santo. Mas a Pátria vingaria a sua morte. (...)[29]

(...)Serão ambas histórias de regime[30]

Em Fevereiro de 1944, o SPN converteu-se em SNI-Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

João de Castro Osório, no seguimento de António Sérgio e sob a influência de Jaime Cortesão, produz uma série de compilações, das quais podemos destacar a Ínclita Geração Dom Duarte e Dom Pedro, pelas Edições S.N.I.[31]

Américo Cortês Pinto, na sua obra Santos de Portugal de 1956 inserida na Campanha Nacional de Educação para adultos, decalca da Crónica de Frei João Álvares a biografia do Infante:

(...) Por seu lado, o Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, com quem eles brincavam desde pequeninos, em cada dia que passava lhes dava um novo exemplo de heroísmo e de bondade ao serviço de Deus e da nossa terra. (...)

(...) Chegara enfim a sua hora! E ardia-lhe o coração com a ideia de sacrificar a sua vida para aumentar a glória de Deus e de Portugal! (...)

(...) Nosso Senhor porém decidira prolongar-lhe os dias da vida porque lhe tinha destinado outra morte mais gloriosa para salvação da terra de Ceuta. (...)

(...)D. Fernando quis para si a palma do martírio. Morreria por Deus e pela Pátria! (...) aquela Infante que era o benjamim do Reino, bondoso como uma pomba e puro como um lírio(...)

(...) Portugal inteiro levantou as mãos a Deus cobrindo de lágrimas a memória daquele Infante que tamanhos

---

[22] Leal, Olavo d'Eça, *História de Portugal para meninos preguiçosos*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943

[23] Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Colecção Minerva História, Coimbra, Livraria Minerva, 1989

[24] Muller, Adolfo Simões *Historiazinha de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, 1983, pp. 58 e 59

[25] Almeida, Virgínia de Castro e *História da Paixão e Morte do Infante Santo Dom Fernando*, Lisboa, Edições S. P. N. , Colecção Pátria, Livro número dezoito, 1940. Almeida, Virgínia de Castro e *História da Triste e Gloriosa Emprêsa de Tânger*, Lisboa, Edições S. P. N. , Colecção Pátria, Livro número dezassete, 1940

[26] Caetano, Beirão, " O Triste Reinado de D. Duarte" in *História Breve de Portugal*, Lisboa, Edições Logos, 1945, p.45

[27] Ameal, João "Infante Dom Fernando" in *História de Portugal (das origens até 1940)* , Porto, Livraria Tavares Martins,1974

[28] Ameal, João *Obreiros de Quatro Impérios*, Lisboa, Colecção Educativa, Série D, nº 5, pp. 38 Ameal, João, *Santos portugueses*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1957, p.405
Recentemente homenageado (2003)com uma exposição biobibliográfica "Espólio de João Ameal"

[29] Queirós, Maurício de *A história linda de Portugal*; il. de Carlos Carneiro, Porto, Liv. Figueirinhas, [D.L. 1964] (Verdades maravilhosas ; 2)

[30] Ver Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, Colecção Minerva História, 1989, pp.33-34

[31] Osório, João de Castro *Inclita Geração Dom Duarte Dom Pedro*, Lisboa, Edições S.N.I., 1945, pp. 16, 16, 23, 38, 39, 50

martírios sofrera por amor da nossa Pátria. Façamos nós como eles: - Levantemos as mãos a Deus para que nos tenha em Sua santa guarda, e prometamos ao glorioso Infante, que por nós padeceu e morreu, que estaremos sempre dispostos a tomar a sua lição, sacrificando a nossa vida em glória de Portugal ![32]

Como podemos observar, o texto é forte em expressões de grande religiosidade. Vejam-se as últimas expressões retiradas do credo- padeceu e morreu ao invés de sepultado.

Adelino de Almeida Calado, na obra Subsídios para a bibliografia do Infante Santo numa posição mais distante das emoções, critica a posição de Júlio Dantas atestando que na Crónica de Frei João Alvares não existe nada que prove que tenha havido da parte do Infante dissipação ou de que Dom Duarte seja neurasténico[33]: Mesmo descontando tudo quanto se possa considerar convencional no quadro de virtudes pormenorizadamente atríbuidas pelo biógrafo ao Infante, não se pode conceber este como Júlio Dantas procurou apresentá-lo.

Imaginária, Teatro e Cinema

Existe uma Estátua do Infante, fronteira à Escola Prática de Cavalaria, em Santarém terminada em 1957 e colocada em 1962. Foi executada por Leopoldo de Almeida, escultor do antigo regime.

Já antes havia trabalhado com Cottinelli Telmo o Padrão dos Descobrimentos aquando da Exposição do Mundo Português em 1940, feito em estafe e passado a pedra em 1960.

Num registo clássico e austero de grande volumetria, o resultado é um painel de figuras lembrando o políptico de Nuno Gonçalves.

No Padrão podemos observar a figura do Infante logo atrás da do Navegador, curvado de rosto estereotipado, sofredor onde se pretende *fazer a simbiose entre a época áurea dos Descobrimentos e a do ressurgimento nacionalista, afinal só conseguida(...)em 40*[34]

Nas vésperas do Estado-Novo o dramaturgo Luna de Oliveira (1888-1951), viu representada a Peça *Infante Santo, Drama Histórico*, 5 actos em verso, no Teatro Nacional, distinguida com o 2° prémio proposto pelo Ministério de Instrução:

Final do 4° Acto D. Fernando representado pelo actor José Alves da Cunha declama

(...) Adeus oh cristandade. Adeus que o muito amar-te

Fez com que te perdesse...Alferês o estandarte

(...)Não me sorriu o ceu e cobri-me de luto
Oferto por meu crime este corpo em tributo!
Irmãos, meu holocausto uma ilusão redime
O pendão flutuará nas auras do sublime
Quais azas do condor que o largo vôo alteia,
Dominando na historia a homerica epopeia!
O beijo que te imprimo oscula a Patria inteira!
Adeus meu Portugal! Adeus minha bandeira![35]

O cineasta António Lopes Ribeiro(1908-1995) não chegaria a concretizar o seu projecto de levar ao cinema o *Infante Santo*.

Rui Miguel da Costa Pinto

[32] Pinto, Américo Cortês *Santos de Portugal*, Coimbra, Campanha Nacional de educação para adultos, "Colecção para adultos", 1956, pp.109-120

[33] Júlio Dantas referiu-se de forma mais prolongada a presumível neurastenia do rei numa comunicação apresentada à Academia de Ciências de Lisboa e publicada pelo Instituto de Medicina Legal em 1930

[34] Saial, Joaquim, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 1926-1940*, Lisboa, Bertrand, 1991

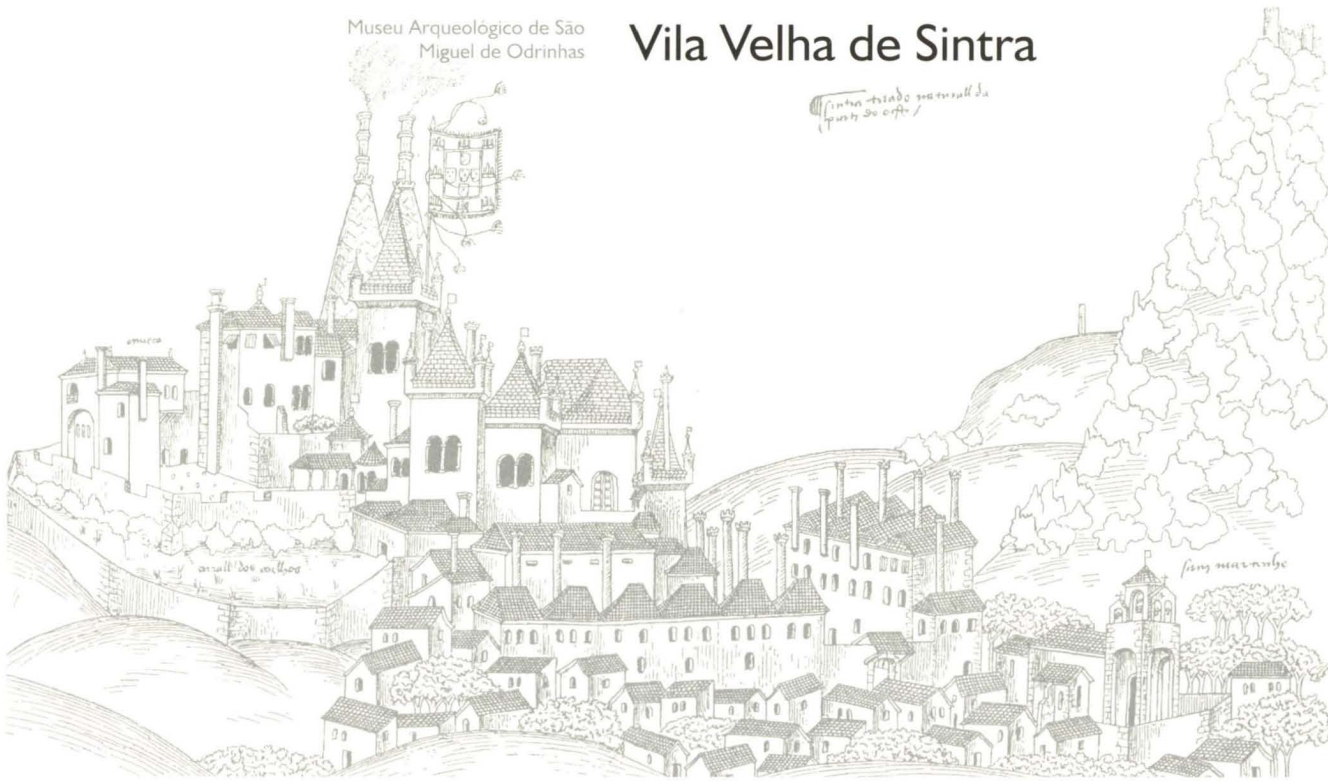
[35] Oliveira, Luna de, *Infante Santo, Tragédia Histórica em 5 actos*, Lisboa, Livrarias-Ailland-Bertrand, 1928, pp. 120 e 121

Intervenção Arqueológica no Hotel Netto:

contributos para o estudo da evolução urbana da Vila Velha de Sintra

Catarina Coelho

Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas



O edifício do antigo Hotel Netto, construído no século XIX e actualmente em avançado estado de ruína, localiza-se em pleno Centro Histórico de Sintra. A intervenção arqueológica foi efectuada no âmbito de um projecto arquitectónico privado que prevê a recuperação e reestruturação do edifício e surge como condicionante imposta pelo Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico.

A escavação arqueológica encontrou, desta forma, a sua justificação num conjunto de dúvidas relacionadas com o desconhecimento da evolução histórica do local prévia ao século XIX. Com efeito, neste sítio são visíveis antigos muros de suporte, bem como um contraforte, composto por blocos de pedra aparelhados, na charneira entre dois panos de um desses muros, que indiciavam a presença de construções antigas soterradas e, eventualmente, relacionadas com estruturas arquitectónicas pertencentes ao perímetro do Paço Real.

Implantação na malha urbana

Sensivelmente a meio da encosta setentrional da Serra de Sintra surge destacada uma área tendencialmente aplanada onde se encontra implantado o Palácio Real de Sintra. Topograficamente apresenta-se como um esporão circundado por dois vales encaixados, nos quais circulam duas linhas de água subsidiárias à Ribeira de Colares — o Rio do Porto a Nascente e outra a Oeste. Trata-se de uma plataforma que domina toda a planície saloia a Norte e se espraia a Sul pelo centro urbano da vila, subitamente contido pela vertente norte do morro do denominado Castelo dos Mouros.

Os imóveis do antigo Hotel Netto foram construídos a Poente do Palácio da Vila, numa zona de vertente inclinada com altitude média de 200 m. A propriedade desta antiga unidade hoteleira encontra-se localizada na Rua Conselheiro Segurado, nºs 1 a 5, cujas traseiras confinam com a pequena rua que dá acesso às instalações do posto de Sintra da Guarda Nacional Republicana. Em tempo, esta estreita artéria fazia parte do conjunto de caminhos interiores existentes no seio da cerca murada do Paço Real. Saliente-se que o desnível entre a apelidada "Rua da GNR" e a Rua Conselheiro Segurado chega a atingir os 16 metros de diferença de cota.

Do ponto de vista geológico, o subsolo da propriedade do Hotel Netto assenta maioritariamente num substrato rochoso representado pela presença de «calcários margosos, margas e calcários com corais e oncólitos (calcários de Mem Martins)»[1]. Nos limites desta mancha encontram-se, também, «calcários nodulares e compactos com algumas intercalações margosas (Calcários de Farta Pão)»[2]. Tais características puderam ser observadas no decorrer da intervenção arqueológica, pela identificação de margas e argilas estéreis imediatamente sobre a rocha de base e, ainda, pela utilização como elementos de construção de pequenos blocos de calcário metamorfizado originários da fragmentação do próprio afloramento rochoso.

Previamente à intervenção arqueológica, o terreno apresentava-se completamente tapado pelo coberto vegetal que tomou conta do espaço após anos de abandono do local, tornando-se inclusivamente quase imperceptível a existência de vários patamares. Por outro lado, toda à área interior e exterior aos imóveis registava abundantes sinais de derrocada e desmantelamento das estruturas do hotel, ocasionados após o seu efectivo abandono. Todos os espaços se encontravam repletos de lixos e entulhos claramente contemporâneos, originados pela ocupação marginal da propriedade antes desta ter sido totalmente selada.

[1]Carta Geológica de Portugal, Esc. 1:50.000, fl. 34A, ed. 1991.
[2]id., ib.

História do sítio

A ocupação humana da propriedade do antigo Hotel Netto encontra-se intimamente ligada ao contexto histórico da denominada Vila Velha de Sintra. Por um lado, conhecem-se algumas fontes escritas e iconográficas que se referem à unidade hoteleira propriamente dita e aos seus proprietários. Por outro, a ausência de alusões directas a este espaço anteriores ao século XIX poderá indiciar a presença de uma zona sem construções no limite setentrional do centro urbano.

As primeiras informações que temos a respeito do Hotel Netto, enquanto tal, aparecem no "Relatório das águas do Almoxarifado de Cintra", elaborado por J. A. Abreu Victal, por volta de 1900, no qual aparece referido que "a casa onde está este hotel pertenceu a António Lopes Ferreira dos Anjos, que tinha a concessão de água desde 6 de Agosto de 1875" (Sabugosa, 1989-90, p. 249). Porém, no início do século XX sabe-se que 25 % dos sobejos da "Água da Serra" eram encaminhados para o Hotel Netto, então propriedade de José Maria Netto (Sabugosa, 1989-90, p. 247, 249).

Sabe-se, igualmente, que nos finais do século XIX, concretamente a 3 de Setembro de 1898, o hotel já se encontrava em actividade, uma vez que uma notícia publicada no jornal *Correio de Cintra* dá conta de que ali terá ocorrido um incêndio "(...) devido ao descuido de uma criada que engomava. Foi extinto pelo pessoal com auxílio dos bombeiros. Notou-se a falta de água em todas as bocas de incêndio..." (Azevedo, 1998, p.355). Mais tarde, em 1925, também numa publicação periódica sintrense (jornal *O Grilo*) se faz referência a dois proprietários do Hotel Netto — Romão Garcia Vinhas e José Lopes Alves — ambos de origem galega, tendo o segundo tomado posse do imóvel por falecimento do primeiro (Azevedo,1988,p. 386).

Tais referências ilustram a duração da actividade desta unidade hoteleira, visto que não foi possível apurar ao certo a data em que o Hotel Netto começou a laborar. Ainda na década de 1970 aqui se hospedavam os visitantes que permaneciam em Sintra, destacando-se a presença do escritor Ferreira de Castro que dedicava ao Hotel Netto a sua preferência. É pois possível determinar que, pelo menos desde os finais do século

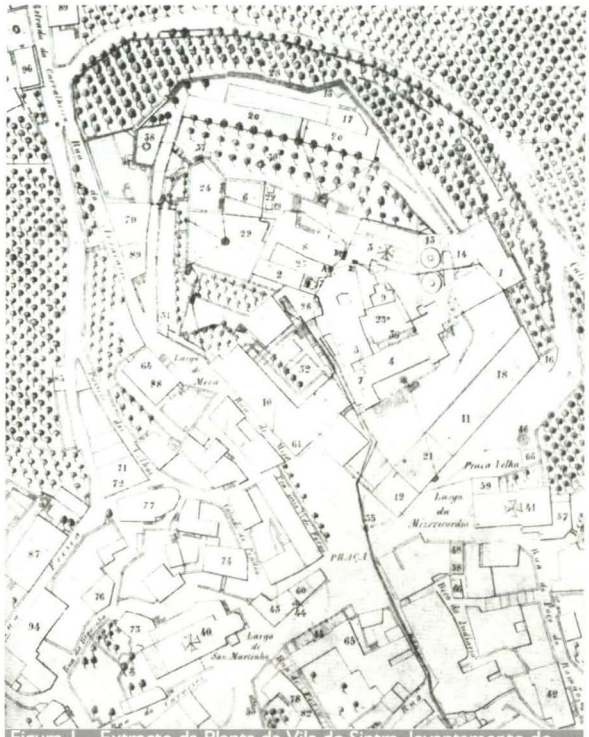


Figura 1 – Extracto da Planta da Vila de Sintra, levantamento do Capitão J. A. Abreu Victal, ed. 1850.

XIX até meados dos 70 do século XX, a área sujeita à intervenção arqueológica em análise não sofreu alterações funcionais de ocupação do espaço. O mesmo não se terá verificado nos anos subsequentes a 1975, altura em que terá ocorrido a construção de diversos anexos nas áreas exteriores do imóvel principal, cujos testemunhos foram oportunamente identificados no registo arqueológico.

Imediatamente anterior ao Hotel Netto, por volta de 1850, existiu um conjunto de imóveis que aparentemente ainda faziam parte do perímetro do Paço da Vila. Observando a planta desenhada pelo Capitão J. A. Abreu Victal, nessa data, destaca-se uma espécie de muro, cujo prolongamento aparece a traço interrompido, unindo a rua que dá acesso à GNR ao muro limítrofe do Paço, no Largo de Meca. Estes edifícios designados pelos números 38, 70 e 89 pertenciam respectivamente a um galinheiro (actuais instalações da GNR) e às residências do Juiz de Direito e de Frederico Guilherme da Silva Pereira (cfr. Figura 1). A planta destas edificações pressupõe que o prédio do Hotel Netto deverá, numa primeira fase, ter respeitado *grosso modo* os limites das construções anteriores. No mesmo desenho estão assinaladas algumas canalizações que se dirigem para o interior da propriedade do hotel testemunhando, assim, o acima referido aproveitamento de água proveniente do paço.

Relativamente à ocupação desta área em épocas anteriores à edificação dos imóveis, eventualmente, subjacentes ao Hotel Netto, as fontes iconográficas apontam para a existência de uma zona de tapada, intra ou extramuros do Paço de Sintra, envolvendo a Norte o conjunto da construção áulica. Esta perspectiva poderá ser reforçada pela ideia defendida por Vieira da Silva, "a importância do pomar na definição de uma área rural adstrita ao paço ganha um relevo acrescido (...), pela quantidade e variedade das árvores de fruto nele plantadas (...). Está-se em presença ainda do horto medieval, utilitário mas também simbólico e organizando-se em odorífero jardim de recreio (...)" (2002, p. 218). Não pretendemos aqui defender que a zona específica onde foi realizada a intervenção arqueológica seria a área de pomares e hortas do Paço de Sintra, mas tão só poder contribuir para a justificação da ausência de edificações naquele espaço periférico do aglomerado urbano.

De facto, quer os desenhos de Duarte D'Armas, quer as gravuras, mais ou menos, idealistas que ilustram a Vila de Sintra a partir do século XVIII, apontam para

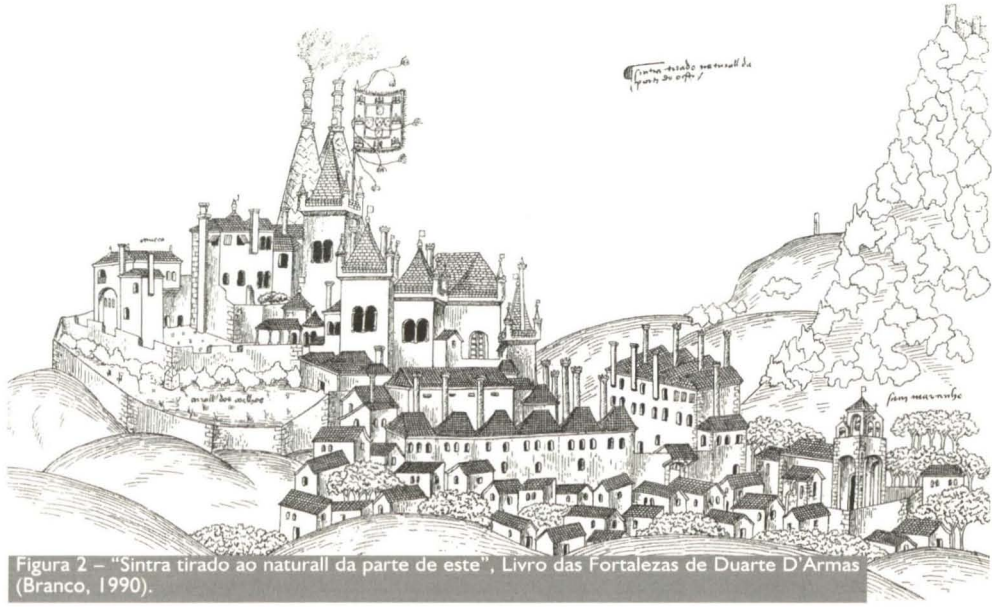


Figura 2 – "Sintra tirado ao naturall da parte de este", Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas (Branco, 1990).

a inexistência de construções nesta área do espaço urbano (cfr. Figuras 2, 3 e 4). A confirmação, ou não, deste pressuposto constituiu um dos objectivos da intervenção arqueológica em apreço, uma vez que interessava verificar se havia indícios, ou não, de ocupações anteriores, concretamente medievais, no subsolo da propriedade do antigo Hotel Netto.



Figura 3 – "Vista da Serra" (in Carvalho, 1992, p. 89).

A intervenção arqueológica

A metodologia e estratégia adoptadas na presente intervenção tiveram por objectivo primordial apurar a presença de preexistências estruturais relacionadas com os muros de suporte e o supracitado contraforte, entre outras. Por se tratar de uma intervenção em meio urbano optou-se pela dispersão de cinco sondagens de diagnóstico, de forma a caracterizar as eventuais ocupações registadas nos dois patamares da vertente, não atingidos directamente pela construção do edifício do hotel, mas que futuramente virão a ser afectadas pela reabilitação deste espaço no âmbito do novo projecto imobiliário.

A escavação arqueológica incidiu no exterior do edifício correspondente ao antigo hotel, onde poderiam vir a ser identificadas estruturas e/ou estratos arqueológicos conservados. Os trabalhos realizaram-se, então, na área do logradouro, no átrio exterior da entrada principal e num espaço onde em tempos recentes foram edificadas algumas construções de carácter provisório. Os principais objectivos da presente intervenção arqueológica assentaram na: *(a)* identificação de possíveis vestígios e/ou estruturas arqueológicas conservadas nesta área; *(b)* caracterização das realidades observadas no terreno; *(c)* identificação de eventuais vestígios estruturais relacionados com os muros de suporte e o contraforte pétreo preexistente; e *(d)* eventual preservação e/ou integração das realidades postas a descoberto.



Figura 4 - Vila de Sintra. Gravura datada de Dezembro de 1793 (in Azevedo, 1998, p.153).

A campanha de trabalhos arqueológicos, levada a cabo por elementos da equipa técnica do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas[3] decorreu, tal como previsto, entre 4 de Julho e 25 de Outubro de 2005.

A intervenção iniciou-se no designado sector 1, na plataforma superior do logradouro, numa área onde existia um pequeno imóvel já sem estrutura de cobertura. Este edifício encontrava-se directamente encostado ao grande paredão que sustenta quer as instalações Guarda Nacional Republicana, quer a rua que lhe dá acesso. Saliente-se que adossado a este enorme paredão surge o contraforte de pedra aparelhada com cobertura de quatro águas, também executada a partir de elementos pétreos, que desde logo se pensou poder estar relacionado com antigas estruturas pertencentes ao "perímetro urbano" do Palácio da Vila. A opção em iniciar os trabalhos na plataforma superior prendeu-se com o facto do muro que sustenta as terras do patamar mais alto se encontrar já parcialmente derrocado colocando em perigo a intervenção entre o plano mais elevado e a área do pátio propriamente dito.

O sector 1 corresponde, assim, ao interior do imóvel encostado ao grande paredão, após terem sido demolidas as paredes sul e poente, o que veio a revelar a construção recente das mesmas com o recurso a duas vigas de betão armado associadas a elementos pétreos e tijolos argamassados com cimento. A demolição destas duas paredes permitiu intervencionar esta área com mais segurança.

No interior deste edifício e ao longo de toda a extensão das paredes norte e nascente encontrava-se construído um poial composto por pedras irregulares ligadas com uma argamassa pobre. A parede norte do designado "imóvel actual"

[3] Agradece-se a colaboração dos colegas Pedro Mendes, Patrícia Jordão, Joel Marteleira, João Luís Pedro, Luís Augusto Carvalho e José Mateus.

consiste numa construção pétrea robusta, perpendicular ao grande paredão, que divide a propriedade do Hotel Netto da área da tapada do Paço de Sintra. Aliás, mais tarde, veio a verificar-se a inclusão de elementos arquitectónicos originários da estrutura palatina no aparelho construtivo dessa mesma parede. O seu alicerce apresenta um cariz arcaizante, semelhante ao aparelho da estrutura de contenção de terras identificada no sector 3. Trata-se, certamente, de uma fase mais antiga da separação realizada entre a área palatina e a actual propriedade do hotel.

Para Poente da parede oeste do imóvel em apreço encontrava-se uma outra divisão, pavimentada com cimento, mas parcialmente destruída pela derrocada do muro de sustentação existente entre os dois patamares do logradouro. A sua intervenção foi de imediato inviabilizada, uma vez que era impossível obter um plano estável e seguro que permitisse realizar trabalhos arqueológicos naquela área específica.

Adossados ao supracitado contraforte de pedra aparelhada existiam três tanques de pedra, que poderão ter correspondido a estruturas complementares do funcionamento quotidiano do hotel, nomeadamente para tratamento de roupas. Esta opinião poderia até ser reforçada com a ideia do designado "imóvel actual" ter em tempo funcionado como casa de serviço, arrecadação ou armazém associado à exploração hoteleira. Depois de intervencionada a área interior do imóvel, a escavação do sector 1 foi prolongada para Sul, justamente para a zona de confluência dos tanques com o contraforte e o paredão. Todo este espaço foi intervencionado até à rocha base, tendo ficado implantadas no terreno as estruturas hidráulicas e muros de compartimentos que assentavam directamente sobre o afloramento (cfr. Figura 5).



Figura 5 – Perspectiva geral do final da escavação arqueológica no designado sector 1 (área dos tanques), bem como do alicerce do contraforte sobre a rocha, onde se podem observar as bases das canalizações nºs 6, 10 e 12 (vista de Poente).

O sector 2 corresponde a uma pequena área (3 m^2) aberta imediatamente a Sul do contraforte de pedra aparelhada, no interior de uma edificação recente existente na plataforma superior do logradouro do hotel. Procurou-se com esta intervenção averiguar se as fundações do referido contraforte assentavam directamente sobre a rocha de base ou se se sobrepunham a estruturas mais antigas àquele. Tal como no sector 1, verificou-se a ausência de estruturas preexistentes ao contraforte pétreo, repousando esta estrutura sobre um alicerce débil envolto nas margas e argilas imediatamente acamadas à rocha de base.

Na plataforma inferior do logradouro foram abertas duas áreas de sondagem designadas sector 3 e sector 3(2), este último um prolongamento do primeiro para Sul. A primeira área [sector 3] comporta um total de 16 m^2 abertos na zona mais setentrional do pátio, no espaço anteriormente abrangido por um barracão. Ao estender-se este sector para a restante área do átrio que se encontrava pavimentada com calçada portuguesa foi intervencionada uma outra sondagem [sector 3(2)] com cerca de 12 m^2, separada da primeira pelo pequeno murete com degraus que delimitava o sector 3 a Sul. Ambas as áreas foram escavadas até às margas calcárias que compõem o substrato rochoso do local, tendo inclusivamente no sector 3 sido efectuado um corte a meio da sondagem para aprofundar apenas na área oeste, no sentido de aferir a esterilidade da mesma.

Finalmente, o sector 4 corresponde a uma sondagem realizada na entrada do edifício do Hotel Netto, no interior do gradeamento ali existente. Trata-se de uma área com 15 m^2 aproximadamente, fora do espaço alpendrado deste sector. Aqui os trabalhos revelaram-se bastantes infrutíferos, uma vez que, para além de uma canalização e um troço de estrutura tendencialmente semicircular, nada mais se declarou arqueologicamente relevante. Para mais identificaram-se os vestígios da perfuração de quatro sondagens geológicas que — viemos a confirmar mais tarde — ali tinham sido efectuadas na década de 1980. A zona encontrava-se, deste modo, profundamente alterada condicionando a preservação de eventuais vestígios no local. Todo o sector foi intervencionado até ao afloramento rochoso.

Durante os trabalhos no terreno, observou-se inadvertidamente que no interior do imóvel do antigo Hotel Netto, no piso térreo da parte mais meridional do edifício, fora em tempos aberto um buraco no pavimento tendo sido posto a descoberto imediatamente a



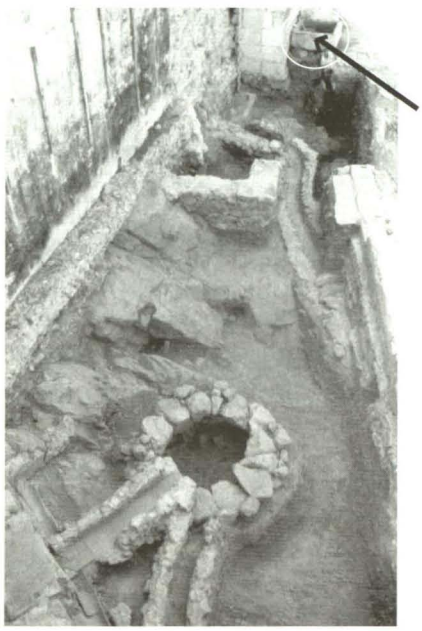


Figura 6 – Aberturas das duas cisternas localizadas numa plataforma justaposta à Rua da GNR e a SE do contraforte pétreo, no interior da propriedade do Hotel Netto.
Figura 7 – Perspectiva geral do final da escavação arqueológica no designado sector 1 (interior do imóvel actual e área dos tanques), onde se podem observar os vestígios estruturais das canalizações nos 2, 3, 5, 6, 10 e 12, do compartimento 1 e a base contraforte pétreo no topo da imagem (vista de Norte).

rocha de base. Ao verificar-se esta realidade confirmou-se a ausência de eventuais estratos arqueológicos preservados no subsolo ocupado pelo edifício do hotel, pelo que se optou por não efectuar qualquer escavação no seio do prédio em ruínas, cuja estabilidade não oferecia, para mais, condições que permitissem proceder à sua intervenção com segurança.

Breve descrição e interpretação das estruturas e estratigrafia

Na totalidade foram registadas dezassete canalizações, catorze pavimentos e, aparentemente, quatro compartimentos. Na sua maioria as estruturas descobertas são claramente contemporâneas, incidindo principalmente sobre os séculos XIX e XX.

Do ponto de vista das estruturas hidráulicas, sabíamos *a priori* que do Paço se encontravam encanadas águas para o interior do Hotel Netto, eventualmente através de um pequeno aqueduto que se desenvolveria sobre o arco que existe a meio da "Rua da GNR", ligando o muro do Paço ao muro da propriedade do hotel. Esta hipótese não foi, contudo, explorada. Porém, as canalizações identificadas não revelaram estruturas de captação do exterior, ainda que daí possa provir a água ali transportada. Pensamos que a água canalizada do palácio se destinaria a duas cisternas identificadas numa plataforma elevada, justaposta à Rua da GNR, a SE do contraforte pétreo (cfr. Figura 6). Verificou-se, entretanto, que todas as condutas apresentam uma pendente para Norte revelando, deste modo, o seu escoamento para fora da propriedade, nessa mesma direcção.

Das dezassete canalizações identificadas, quinze encontravam-se implantadas na totalidade do espaço ocupado pelo sector 1 (cfr. Figura 7), uma nos sectores 3 e 3(2) e, finalmente, outra no sector 4. Cronologicamente apenas a canalização 16 [sectores 3 e 3(2)] (cfr. Figura 8) parece constituir o registo mais antigo, podendo corresponder ao conjunto de vestígios de Época Moderna identificados no Hotel Netto. As restantes pertencem, sem dúvida, à utilização contemporânea deste espaço.

Relativamente à técnica construtiva destas estruturas hidráulicas podemos individualizar cinco conjuntos distintos. O exemplo cronologicamente mais recente compreende as canalizações nº 1 e nº 17 compostas por manilhas de grés, vidradas a castanho com reflexos metalizados na superfície externa, apresentando ainda remendos de fragmentos de telha e cimento cinzento. O tipo de material utilizado concorda com os registos existentes para a Vila de Sintra, concretamente os que abordam o tema para os inícios do século XX: "*Do sítio onde se reúnem as águas destas 21 nascentes (...) é a con-*

dução de água feita por manilhas ou telha". (Sabugosa, 1989-90, p. 246).

As canalizações de chumbo (nos 4 e 13) – simples tubos metálicos envoltos numa espécie de carapaça protectora de argamassa de cal e areia – representam um outro tipo destas estruturas implantadas no sector 1 e indicia a contemporaneidade dos vestígios, uma vez mais testemunhada pelo documento do Capitão Abreu Victal "*(...) e d'ali até ao Paço, por encanamento de chumbo*". (Sabugosa, 1989-90, p. 246).

Porém, na sua maioria as canalizações registadas apresentam caixas pétreas, ligadas por argamassa de cal e areia, e canal de escoamento executado a partir da justaposição de tijoleiras ou de telhas de meia-cana invertidas (canalizações nos 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14 e 15).

Foi, igualmente, registado um outro tipo de conduta elaborado através da justaposição de módulos pétreos (canalização nº 8). Estes constituíam peças únicas exibindo um canal central que se desenvolvia longitudinalmente. Caracterizam-se, tal como as restantes canalizações do sector 1, por corresponderem a vestígios muito recentes da ocupação desta área.

Refira-se, entretanto, que apenas as canalizações nos 7, 8, 9 e 14... se encontravam directamente relacionadas com os três tanques preexistentes na área sul do sector 1. Como vimos, no interior do "imóvel actual" existiam três canalizações associadas à instalação sanitária ali instalada, uma conduta claramente vestigial (cano de chumbo – UE [27]) e ainda a canalização nº 6, intimamente ligada à canalização nº 12 que recuperava as águas provenientes das condutas nos 10 e 13 da referida área dos tanques.



Figura 8 – Perspectiva geral da estrutura da canalização nº 16, no sector 3 (vista de Sul).
Figura 9 – Perspectiva geral da canalização nº 16, já sem lajes de cobertura. Salienta-se a articulação desta conduta com a parede (UE [147]), na qual se apoia sem ostentar qualquer canal de escoamento (vista de Sul).

Constata-se, pois, que a existência de um tão elevado número de estruturas hidráulicas, ainda por cima concentradas numa área tão restrita, nada parece ter a ver com o supramencionado aproveitamento das águas canalizadas a partir do Paço.

Finalmente, identificou-se um troço de canalização composta por caixa pétrea sem argamassa de ligação e sem canal base de escoamento estruturado (canalização nº 16, localizada no sector 3). Trata-se de uma estrutura composta por elementos pétreos irregulares, quer na cobertura, quer nas paredes, utilizando esporadicamente uma argamassa muito pobre resultante da ligação do sedimento do local com pequenos fragmentos de rocha de base. Desenvolvia-se no sentido N-S, com origem sensivelmente a meio do sector 3(2), terminando por aposição no alicerce da parede norte do sector 3. Esta estrutura identificada separadamente nos dois espaços do sector 3 correspondia, claro está, à mesma construção.

Tratava-se de uma realidade distinta das outras condutas identificadas nos sectores 1 e 4, uma vez que não apresentava o mesmo tipo de elementos constru-



tivos, parecendo mesmo aproveitar fragmentos de rocha de base na sua constituição. Ao contrário das restantes canalizações esta parece apresentar-se como um simples canal de drenagem do terreno, terminando directamente no pano do alicerce da parede norte da sondagem do sector 3 sem abertura de escoamento (cfr. Figura 9). O facto de não se encontrar preservado o seu ponto de origem dificulta a interpretação que podemos fazer sobre a funcionalidade desta construção, mas pela análise dos materiais arqueológicos que foram exumados nos estratos limítrofes podemos avançar a hipótese de estarmos na presença de uma estrutura de drenagem do terreno associado ao aproveitamento da zona para fins agrícolas ou, simplesmente, de escoamento de águas pluviais acumuladas numa área de arvoredo corroborando, assim, as ideias anteriormente defendidas.

Outros exemplos de vestígios identificados no decurso dos trabalhos de campo foram os diferentes tipos de pavimentos. Por um lado, registaram-se os pisos de calçada "portuguesa" elaborados com o recurso a paralelepípedos de calcário, em alguns casos brancos e negros (UE's [59], [155] e[162]). Trata-se da derradeira fase de utilização dos pavimentos da entrada principal do Hotel Netto, do pátio interior e da designada "área dos tanques". Nesta última, a calçada encontrava-se ainda coberta por um piso de cimento cinzento muito forte (UE [58]), realidade que se verificou igualmente no sector 2 (UE [127]) e no compartimento 1 do sector 1 (UE [3]).

Relativamente aos pavimentos realizados a partir da compactação de argamassa de cal e areia podemos afirmar que existiram diferentes períodos de execução dos mesmos, tendo sido quase sempre afectados pela implantação das estruturas de canalização acima descritas.

Assim, no sector 4, o piso identificado terá existido numa fase anterior à configuração da actual entrada do imóvel, eventualmente relacionado com o edifício de 1850 representado na planta do Capitão J. A. Abreu Victal.

No que concerne ao sector 1, e à sua extensão para a área dos tanques, registaram-se sete pavimentos, também, de argamassa compactada de cal e areia, cuja implantação deverá ter correspondido a diversas fases de ocupação do espaço. Desta forma, pensamos poder afirmar que os vestígios designados pelas UE's [6], [7] e [25] farão parte de uma mesma realidade que terá sofrido alterações após o seu abandono, concretamente pela implantação da canalização 1 e pela árvore registada no interior do "imóvel actual", junto ao paredão nascente. Este chão corresponderia assim a uma fase anterior da ocupação do imóvel, uma vez que se encontrava subjacente ao pavimento da fase de abandono que sendo, também, de argamassa de cal e areia estava associado à soleira da porta na parede poente do edifício em questão. O piso (UE [24]) estaria associado a uma ocupação anterior às atrás referidas, relacionando-se com um outro compartimento que designámos por 4. Na "área dos tanques", registaram-se dois pisos de argamassa de cal e areia compactada (UE's [76] e [93]) que pela intensa e contínua ocupação e alteração deste espaço específico apenas se descrevem como vestigiais.

A articulação das diferentes estruturas e pavimentos identificados permitiu reconhecer, pelo menos, quatro compartimentos todos no sector 1. O denominado compartimento 1 correspondia a uma instalação sanitária, que inicialmente terá funcionado apenas com o recurso a uma fossa, à qual já no século XX foi acoplada uma retrete. A confirmar esta tese, para além dos vestígios estruturais relacionados com tal tipo de instalações, registou-se a presença de uma tubagem vertical, composta por manilhas de cerâmica apostas entre si, implantadas num canto da parede que limitava o compartimento a Norte. Destaque-se que quer na parede norte do "imóvel actual", quer no próprio paredão se encontravam marcados os vestígios do telhado de uma água que cobria esta dependência. A existência desta instalação sanitária estaria, assim, associada à utilização do designado "imóvel actual" como casa de apoio, arrumação ou casa de serviço da unidade hoteleira, muito embora na planta de 1850, à qual se tem vindo a fazer referência, já se encontre assinalado o muro diagonal que delimitava esta divisão. O compartimento 1 terá sido desactivado já no século XX, quando são produzidas alterações no "imóvel actual" e ali foi construído um poial a toda a extensão das paredes norte e nascente.

O compartimento 2 constitui uma realidade identificada após a remoção dos vestígios de pavimento registados no interior do "imóvel actual". Encontrava-se parcialmente destruído pela construção da parede sul do edifício do sector 1, o que dificultou sobremaneira a interpretação da sua funcionalidade. A extensão da área do sector 1 para Sul ("área dos tanques") colocou a descoberto um troço de estrutura (UE [91]) que poderá estar relacionada com esta divisão, mas cuja confirmação é difícil de firmar pela destruição sofrida com a implantação do "imóvel actual". Esta divisão terá tido, no entanto, uma ocupação muito rápida, uma vez que os diversos estratos identificados no seu interior

conferem uma realidade de abandono com derrubes e depósitos de terra variados. Os materiais exumados revelam uma ocupação claramente contemporânea deste espaço, compatível inclusivamente com o restante espólio identificado nas demais unidades estratigráficas do sector 1.

A definição do pressuposto compartimento 3 resulta da articulação de várias estruturas. Trata-se efectivamente de um espaço criado no interior do "imóvel actual", a Norte do compartimento 2, cuja funcionalidade não foi possível apurar, sobretudo pelo facto de ali se encontrar implantada a raiz de uma árvore e o mesmo se prolongar provavelmente para a área afectada pela implantação de duas canalizações. Acresce que a existência no topo norte do muro (UE [21]) de uma espécie de 'buraco de poste' reforça a ideia de aqui poder ter existido uma outra divisão – coberta com materiais frágeis, cuja utilização e definição se revelou mais débil do que as anteriores.

O compartimento 4 resulta da intercepção e articulação de várias realidades, revelando-se a sua existência funcional tão ténue como a da divisão 3. De facto, a definição desta hipotética dependência resulta da existência de paredes associadas simultaneamente a um pavimento e a uma estrutura de lareira, o que leva a admitir poder relacionar-se com um outro espaço habitacional. Não foi, ainda, possível determinar o seu natural prolongamento para Poente, interrompido certamente pela implantação da parede oeste do "imóvel actual", uma vez que a área em causa não oferecia condições de estabilidade para a sua intervenção, encontrando-se inclusivamente perturbada pela colocação de canalizações recentes que afloravam quase à superfície.

Nos restantes sectores da escavação não foram identificados conjuntos de estruturas que permitissem definir mais compartimentos.



Figura 10 – Perspectiva geral do alçado do muro (UE [135]) e respectivo alicerce (UE [147]). Destaca-se a implantação da estrutura de drenagem (UE [149]) na junção dos dois paramentos (vista de Sul).

No decurso do registo arqueológico observaram-se outras realidades que merecem ser destacadas. No sector 3 verificou-se a existência de uma estrutura anterior à grande parede que limita a Norte a propriedade do Hotel Netto. Durante a escavação deste muro (UE [147]) registou-se uma abertura estruturada dentro do próprio aparelho construtivo, composta por uma laje de "cobertura" e outra de base, que proporcionava o escoamento de águas, em direcção a Norte, para o exterior da propriedade (cfr. Figura 10). A relevância destes vestígios prende-se com o facto da parede norte do sector 3 (UE [135]), e respectivo alicerce (UE [147]) construído em pedra solta, funcionarem em conjunto e simultaneamente como uma estrutura de contenção de terras e um sistema de escoamento e drenagem desse mesmo terreno.

Já no sector 4, identificou-se um pequeno troço de muro, definindo uma planta tendencialmente semicircular, que terminava encaixado na rocha de base e cujo início se desconhece por se encontrar sob o corte norte da respectiva área de sondagem. Julgamos poder tratar-se do testemunho do alicerce de um dos degraus da escadaria que dava acesso a uma das habitações referidas na planta de 1850, ou mesmo a um dos elementos que limitam essa escadaria a Sul.

Um dos objectivos primordiais da intervenção arqueológica foi cabalmente atingido através da caracterização de um conjunto de estruturas arquitectónicas relevante para a compreensão desta área do aglomerado urbano.

O registo pormenorizado do contraforte adossado ao grande paredão, que estrutura o sector 1 a Nascente, constitui indubitavelmente a maior importância da intervenção realizada na propriedade do Hotel Netto.

Já anteriormente referimos esta construção de pedra aparelhada com cobertura, também executada a partir de elementos pétreos, que pensamos poder estar relacionada com antigas estruturas pertencentes ao perímetro urbano do Palácio da Vila. O contraforte é formado por 23 fiadas de blocos pétreos paralelepipédicos colocados nos cantos do mesmo a reforçar os cunhais, sendo o interior da estrutura colmatada com blocos de pedra irregulares envoltos em argamassa de cal e areia, com alguns desengordurantes cerâmicos (cfr. Figura 11). Curiosamente o seu alicerce (apenas com 0,46 m de altura) era constituído unicamente por uma fiada do mesmo tipo de blocos paralelepipédicos utilizados na sua construção, assentes sobre um embasamento muito frágil de pedras de pequena e média

dimensão envoltas em argila e argamassa pobre que, por sua vez, se firmava directamente sobre a rocha de base.

Como a designada "área dos tanques" a Sul do sector I se encontrava muito perturbada pela implantação dos reservatórios e canalizações associadas, não foi possível identificar materiais arqueológicos relacionáveis que nos permitissem, com base nestes elementos, avançar com uma proposta de datação para a edificação deste contraforte. Porém, o levantamento gráfico e fotográfico do seu aparelho construtivo (cfr. Figura 11) possibilitou a identificação, nas faces norte e poente, de algumas marcas de canteiro que se encontram arroladas nas listas deste mesmo tipo de siglas identificadas nas diferentes alas do Paço de Sintra (Silva, 1868, Est. XXXIII, XL, XLI; XLIII; Sabugosa, 1989-90,p. 209-212).

Quando no final do século XIX Possidónio da Silva publicou "le résultat de nos recherches sur l'interpretation qu'on peut donner aux différents signes, avec lesquelles les ouvriers tailleures-de-pierre ont marqué les pierres des édifices, qui on été bâtis en Portugal pendant le moyen-age, et qui existent, non seulement sur les monuments réligieux, mais aussi sur les civils" (Silva, 1868, p. 3) tinha perfeita consciência da importância de uma listagem deste tipo para o estudo e caracterização dos edifícios históricos nacionais. De facto, ainda hoje recorremos às estampas dos sinais de canteiro por ele recolhidos, que constituem um instrumento fundamental para o trabalho que aqui apresentamos. Os sinais exibidos em alguns dos blocos que sustentam o contraforte pétreo, identificado no logradouro do Hotel Netto, revelam indubitavelmente a sua pertença ao universo das construções do Palácio da Vila, concretamente no que concerne às edificações manuelinas. Se tiverïmos em conta, por outro lado, as siglas levantadas por Possidónio no claustro do antigo convento hieronimita da Pena, observamos igualmente uma similaridade entre estas e as que o contraforte ostenta. Poderíamos ver aqui uma hipotética confirmação da utilização de matéria-prima fornecida pelos obreiros do mosteiro da Pena, na mesma época, visto existirem referências que, durante a campanha de obras levada a cabo no reinado de D. Manuel I, foram realizadas grandes intervenções na área do "curral dos coelhos" com incidência na remoção de penedos graníticos e construção de novas estruturas: *«(...) algumas das obras mandadas fazer por D. Manuel I e que consistiram, curiosamente, no quebrar de rochedos na zona do curral dos coelhos e da estrebaria. Neste último período de 1507 a 1510, a empreitada mais consistente diz respeito à estrebaria de Meca, que foi alargada e renovada, assenhorando-se do lugar onde antes existia um forno de tijolo, trabalhos que obrigaram também a "quebrar os penedos que estavam dentro". Os outros espaços exteriores objecto de intervenção foram a cerca dos coelhos (ou curral dos coelhos, segundo a indicação de Duarte D'Armas), abrindo-se-lhe um portal para permitir o acesso a partir do paço e renovando-se a cerca murada com pedra proveniente da pedreira de São Pedro e também retirada do próprio curral, sendo esse espaço em seguida cheio de terra. (...) o próprio Boitac se encontrava em Sintra, em 1507,*

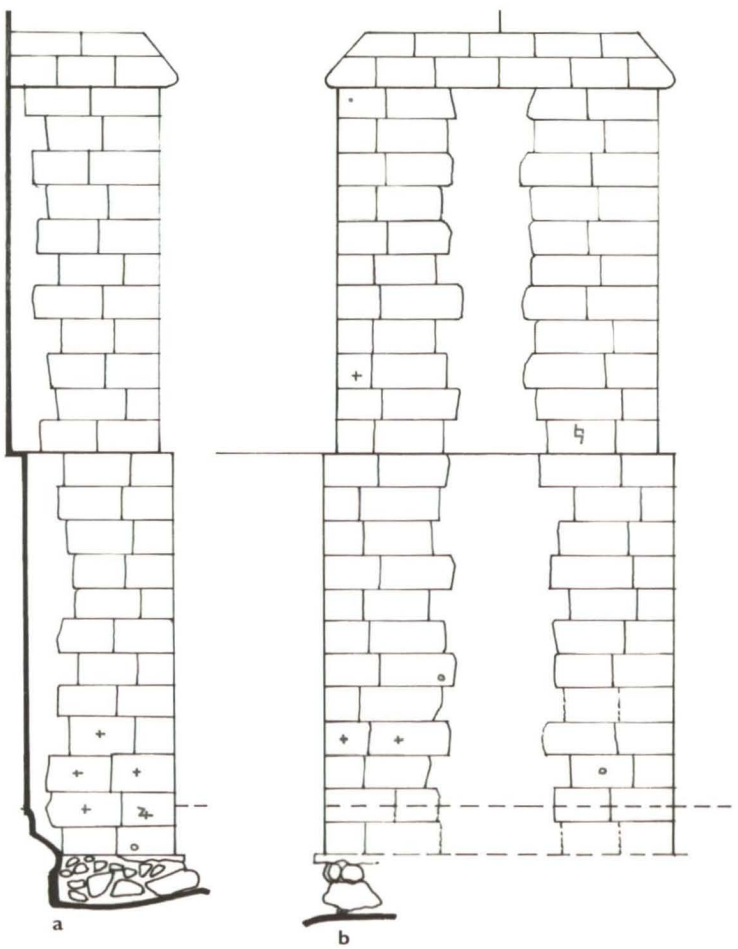


Figura 11 – Desenho esquemático do aparelho do contraforte pétreo e respectivo alicerce, ostentando as marcas de canteiro identificadas (a - vista de Norte; b – vista de Leste)

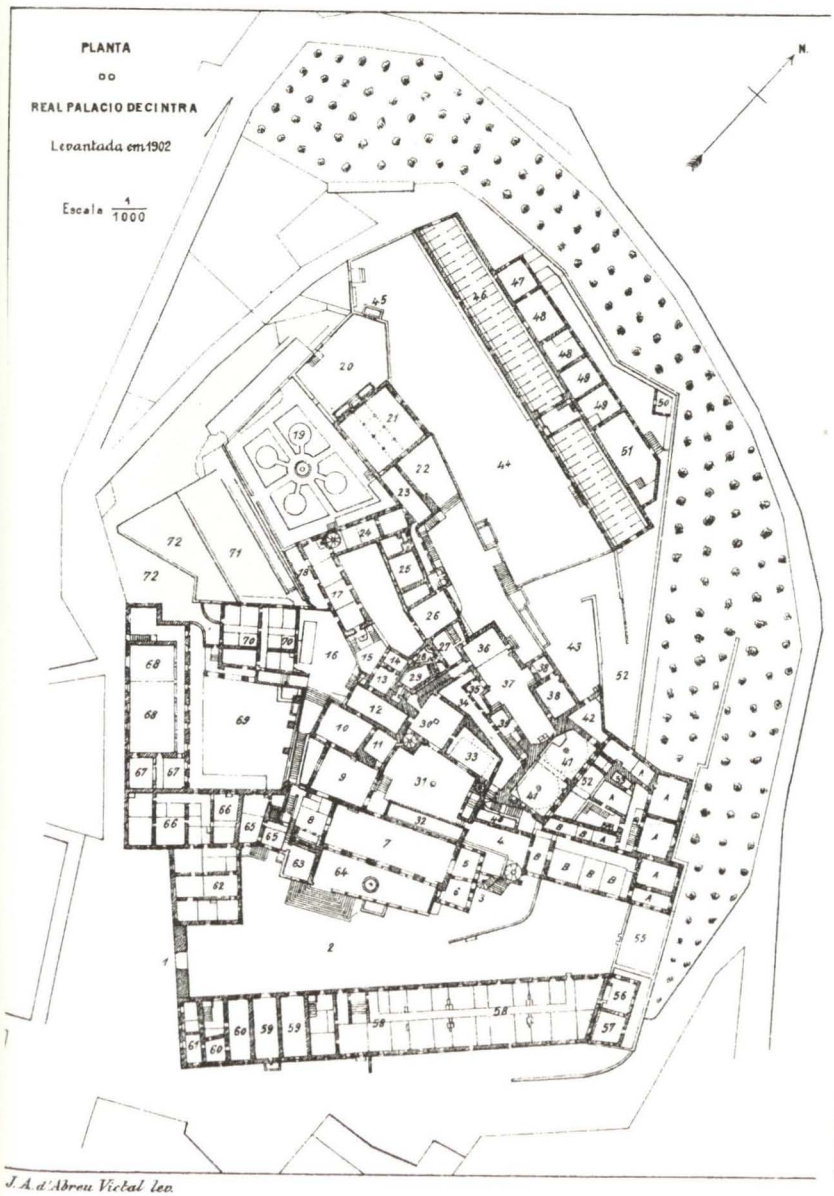
a dirigir as obras do Mosteiro da Pena, tendo inclusive fornecido cantaria avulsa para o cerco dos coelhos e a casa da Fazenda do paço.» (Silva, 2002, p. 203, 218-220).

Defendemos, por isso, que a estrutura identificada na propriedade do Hotel Netto se encontra intimamente relacionada com as várias campanhas de obras levadas a cabo no perímetro urbano do Palácio de Sintra, durante a Época Moderna.

Observando, novamente, os desenhos de Duarte D'Armas, concretamente a vista de Poente, surpreende-nos a presença de um contraforte isolado no recinto designado por "curral dos coelhos". Na *Planta do Real Palácio de Sintra*, levantada por J. A. Abreu Vital em 1902, a "cerca dos coelhos" é identificada com os denominados "Horta do Cipriano " e "Jardim Novo", sensivelmente a SE do "Jardim de Lindaraya" (cfr. Figura 12). Muito embora a propriedade do Hotel Netto se localize mais para Poente desta zona do Paço, mas em continuidade com a mesma, pensamos não ser de desprezar a relação de uma com a outra.

Não pretendemos provar que a estrutura contrafortada representada por Duarte D'Armas, em

Figura 12 – Planta do Real Palácio de Cintra, levantada em 1902 (in Sabugosa, 1989-90, p. 146-147).



Differença do nivel referida ao portão da entrada principal — Metros	Numero	Designações
11,21	AA	Corpo manoelino — Aposentos de S. M. a Rainha Senhora D. Maria Pia.
»	BB	Corpo manoelino — Aposentos que foram de S. M. El-Rei D. Luiz.
0,00	1	Portão da entrada principal.
0,20	2	Pateo da entrada.
..	3	Escada exterior.
11,21	4	Sala da entrada.
11,68	5	Sala dos archeiros.
»	6	Sala dos reposteiros e porteiro da canna.
11,57	7	Sala dos Cysnes.
»	8	Sala de D. Sebastião, do Conselho, ou da Audiencia.
12,57	9	Sala das Pegas.
13,04	10	Sala de jantar ou dos Leões.
13,27	11	Sala das Sereias, da Galé, ou Camara do Ouro
»	12	Casa de trinchar.
13,51	13	Sala da Coroa.
13,73	14	Passagem.
13,54	15	Pateo de Diana.
10,19	16	Pateo do Leão.
15,81	17	Aposentos novos de S. A. o Senhor Infante D. Affonso (antiga Sala das Galés).
15,62	18	Terraço.
15,76	19	Jardim de Lindaraya.
»	20	Pateo dos Tanquinhos.
16,69	21	Sala das Columnas, das Duas Irmãs ou de D. Afonso V (por cima Sala dos Brasões 21m,67)
»	22	Terreiro da Meca.
21,94	23	Passagem para a Sala dos Brasões.
»	24	Quartos de empregados.
22,10	25	Prisão de El-Rei D. Affonso VI.
22,21	26	Passagem.
19,69	27	Passagem.
»	28	Casa da distribuição da agua.
14,06	29	Pateo da Carranca.
15,78	30	Sala dos Arabes.
10,25	31	Pateo do Esguicho, ou Pateo Central.
..	32	Tanque dos Cysnes.
15,78	33	Casa de jantar da familia.
»	34	Corredor da capella.
15,70	35	Pateo.
19,69	36	Côro da capella.
16,18	37	Capella.
»	38	Sacristia.
18,47	39	Tribuna Real.
11,21	40	Pateo.
10,54	41	Cozinha.
»	42	Dependencias da cozinha.
..	43	Pateo da cozinha.
..	44	Jogo da Péla.
..	45	Tanque do Touro.
..	46	Cavallariças.
7,43	47	Palheiro.
7,30	48	Casa dos arreios.
»	49	Casa das rações.
7,43	50	Antiga cozinha da guarda de honra.
4,00	51	Antiga caserna da guarda de honra.
7,30	52	Passagem para o Jogo da Péla.
..	53	Copa.
4,14	54	Elevador.
»	55	Horta da canteira.
6,13	56	Cozinha da guarda de honra.
8,05	57	Refeitorio da guarda de honra
»	58	Quartos de empregados.
0,40	59	Cocheira.
»	60	Arrecadação.
»	61	Escriptorio do almoxarife.
4,20	62	Aposentos das damas.
8,36	63	Arrecadação.
3,23	64	Terraço da entrada.
8,36	65	Aposentos do veador de serviço.
4,20	66	Aposentos do camarista.
2,04	67	Quartos dos officiaes da guarda.
2,04	68	Caserna nova.
..	69	Jardim da Preta.
9,51	70	Quartos do Leão.
..	71	Horta do Cypriano, antigo cêrco dos coelhos.
	72	Jardim novo, antigo cêrco dos coelhos.



Figura 13 – Fragmento de azulejo de corda seca com decoração geométrica (HNT(01)(0)40).



Figura 14 – Fragmentos de azulejos de corda seca com decoração figurativa – esfera armilar; produção portuguesa de transição para o século XVI (HNT(01)[0]41 a 44).



Figura 15 – Fragmento de azulejo relevado com decoração figurativa – "azulejo de Parra, Gavinha e Cacho de Uvas" ou "azulejo de Stella Maris" (HNT(01)[158]46).

1509, seja o contraforte agora em estudo, mas tão só equacionar um conjunto de elementos que contribuam para a melhor interpretação desta realidade, apontando uma datação em torno do século XVI para a sua edificação, tendo em conta quer parâmetros estruturais/construtivos, quer iconográficos.

Espólio exumado

O conjunto artefactual recolhido no decorrer desta intervenção arqueológica agrupa-se, no que respeita à morfologia e tipologia, em sete grupos distintos, concretamente cerâmica, metal, vidro, material lítico, elementos arquitectónicos pétreos, osso polido e restos faunísticos. O espólio exumado traduz, também, as diferentes fases de deposição destes mesmos vestígios arqueológicos na área da propriedade do hotel.



Figura 16 – Fragmentos de elementos de cerâmica de revestimento compósito não vidrados e de construção.



Figura 17 – Fragmento de cerâmica dourada de Paterna, produção do século XVI.

Cerâmica

O grupo dos materiais cerâmicos constitui claramente o maior volume de todo o espólio exumado nesta escavação arqueológica. É igualmente através deste conjunto, pelas suas características tipológicas e morfológicas, que se podem estabelecer limites cronológicos para os diversos contextos estratigráficos registados no Hotel Netto. Há ainda a assinalar a reunião dos materiais cerâmicos em dois significativos conjuntos, concretamente a designada cerâmica de revestimento — onde incluímos os forros parietais, de pavimentos e de cobertura —, e os recipientes de utilização quotidiana, quer de uso comum, quer de mesa.

Cerâmica de revestimento

Praticamente na totalidade, os fragmentos azulejares recolhidos na intervenção arqueológica do Hotel Netto correspondem a exemplares originários das diferentes alas do Palácio da Vila de Sintra. Filiam-se em diferentes tipos de fabrico, desde a corda seca — exibindo decoração geométrica, floral e simbólica (esfera armilar) — às produções relevadas com motivos vegetalistas do tipo "azulejo de parra, gavinha e cacho de uvas" ou "azulejo *Stella Maris*" (Trindade, 2000, p. 234), passando pelas simples placas cerâmicas vidradas pertencentes a revestimentos compósitos (cfr. Figuras 13, 14, 15 e 16). O conjunto recolhido exibe, pois, características tipológicas e morfológicas das produções portuguesas da segunda metade do século XV e transição para o século XVI utilizadas na decoração do Paço de Sintra (Trindade, 2000). Todos os vestígios foram exumados nas duas áreas escavadas do sector 3, nos contextos de entulhamento da vertente, associados maioritariamente aos ambientes dos séculos XVI e XVII. Relacionam-se, deste modo, forçosamente com as diversas campanhas de obras levadas a cabo na estrutura palatina ou, mesmo, com a destruição provocada pelo Terramoto de 1755 que como é sabido causou largos danos no conjunto edificado.

Cerâmica utilitária

Se nos sectores 1, 2 e 4 os fragmentos cerâmicos apontam para ambientes nitidamente contemporâneos, próprios dos séculos XIX e XX, já nas duas áreas do sector 3 foi possível individualizar conjuntos balizados entre os séculos XVI-XVIII, bem como integráveis em períodos pré-medievais, nomeadamente pré-históricos.

Do ponto de vista de uma análise macroscópica dos fragmentos cerâmicos registados, procedeu-se à sua breve caracterização, preconizando uma aproximação crono-tipológica dos mesmos. Desenvolveu-se esta acção para os materiais dos sectores 2, 3 e 4, tendo-se excluído a totalidade do sector 1, uma vez que o volume dos fragmentos recolhidos, as particularidades realmente recentes que ostentavam, bem como os contextos de evidente revolvimento dos quais provinham não contribuiriam sobremaneira para a caracterização do sítio.

Relativamente às características específicas dos fragmentos cerâmicos recuperados, regista-se a sua evidente ligação a contextos de época moderna estudados para diferentes centros urbanos do actual território português como Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 211-255), Lisboa (Sardinha, 1990-92, p. 487-512), Porto (Barreira *et al.*, 1998, p. 305-423; Osório e Silva, 1998, p. 283-314), Funchal (Gomes e Gomes, 1998, p. 315-348), entre outros.

Mais concretamente para Sintra, encontrava-se disponível o estudo dos materiais arqueológicos exumados nos silos medievais do Palácio Nacional de Sintra (Amaro, 1992, p. 114-123) que contribuiu para uma primeira abordagem do espólio exumado agora no Hotel Netto, tanto pela proximidade espacial como cronológica. Por outro lado, o conhecimento da realidade dos contextos arqueológicos escavados até ao momento no subsolo da Vila de Sintra (Ribeiro, 1987), proporcionou evidenciar a filiação dos fragmentos cerâmicos recolhidos nesta campanha no conjunto de peças depositado na reserva no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Assim, para além dos recipientes de uso quotidiano, de cozinha e armazenamento, foram identificados alguns fragmentos de peças cerâmicas denominadas de mesa, como sejam as produções mais finas de cerâmica barroca modelada, de cerâmica "pedrada", de faianças, entre diversos especímenes de vidrados policromos e cerâmicas esmaltadas.

A análise mais detalhada dos fragmentos recolhidos permitiu, ainda, individualizar a proveniência de alguns exemplares, nomeadamente no caso das cerâmicas de importação, como são o exemplo dos fragmentos de porcelana e um fragmento de louça dourada de uma produção valenciana de Paterna, datável do século XVI (cfr. Figura 17). Devemos salientar que o uso de produções levantinas não seria extraordinário na época, quer pela aquisição dos próprios recipientes, quer pela importação da técnica manufactureira. Exemplo disso será a peça azulejar « (...) *conservada num banco de alvenaria do Pátio do Leão* (que) *sugere influências de pro-*



Figura 18 – Ceitil de D. Afonso V (HNT(01)[141]19).



Figura 19 – XX réis de D. Carlos I, cunhagem de 1892 (HNT(01)[165]23).



Figura 20 – 1 Cêntimo de dólar dos EUA, cunhagem de 1964 (HNT(01)[82]12).

dução valenciana. (...) Porém a presença da pasta vermelha acastanhada não parece permitir a sua atribuição levantina, indicando tratar-se de produção concorrencial de proveniência nacional, talvez relacionada coma importação de mão-de-obra do Levante em Lisboa e arredores» (Trindade, 2000, p. 244-245).

Merece especial destaque a identificação de três fragmentos de parede de ânfora, que suscitaram dúvidas



Figura 21 – Fivela de cobre, eventualmente relacionada com as correias de espadas das indumentárias dos séculos XVI/XVII (HNT(01)[140]16).

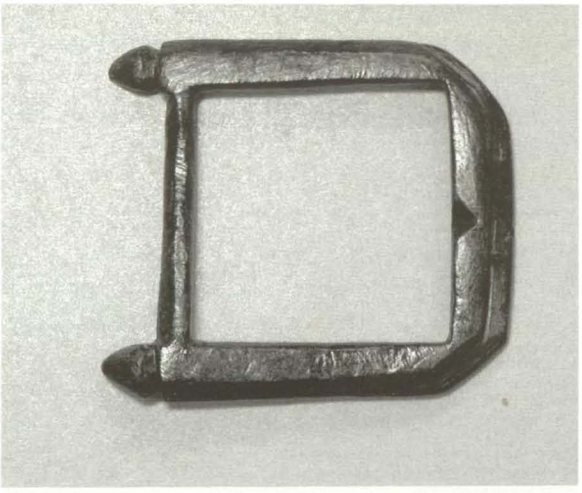


Figura 22 – Fivela em cobre (HNT(01)[55]47).



Figura 23 – Fuso em cobre, apresentando estrias incisas junto à extremidade distal (HNT(01)[158]21).

quanto à sua classificação cronológica. Se por um lado parecem tratar-se de produções romanas, uma delas semelhante aos fabricos da província da Bética (Classe 25 de Peacock/Dressel 20), o facto de não possuírem quaisquer características tipológicas (bordo, fundo ou

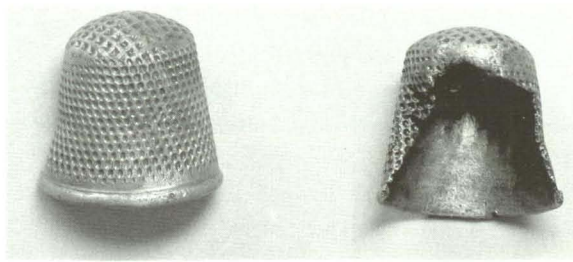


Figura 24 – Dedal produzido a partir de uma liga de cobre e prata (HNT(01)[33]7).



Figura 25 – medalha rectangular, com perfuração no topo, de invocação a São Venâncio mártir e santa Brígita (HNT(01)[165]22).

asa) que os individualizem, associados à inexistência de outros materiais coevos relacionados, conduz-nos com alguma facilidade ao afastamento desta hipótese. Por outro lado, atendendo à existência de um tipo de contentores — as denominadas anforetas — que também se registam em contextos do século XVI, e que segundo as descrições morfológicas disponíveis (Gomes e Gomes, 1998, p. 323-327; Alves *et al.*, 1998, p. 200) se assemelham bastante aos fragmentos agora recolhidos, julgamos ser mais prudente classificá-los como sendo produções modernas e não novas evidências de vestígios romanos provenientes do subsolo da Vila de Sintra, realidade essa já realmente atestada desde a década de 1980 noutras intervenções arqueológicas ali realizadas (Ribeiro, 1987; AAVV, 1998, p. 253-254).

Finalmente, foi identificado um conjunto de fragmentos de pasta grosseira de cariz manual que poderão indiciar a existência de contextos pré-históricos neste local, concretamente um fragmento de bordo espessado exteriormente, correspondendo a um recipiente aberto. Também nas intervenções anteriormente efectuadas na área urbana da Vila de Sintra havia sido já identificado um conjunto de materiais arqueológicos que atestavam a presença de grupos humanos nesta área durante a Pré-história recente (Ribeiro, 1987; Amaro, 1992, p. 114-223). No entanto, alguns dos fragmentos cerâmicos agora exumados — uma malga de pé anelar, um alguidar engobado e um recipiente com bico vertedor entre outros indefinidos — parecem corresponder a produções elaboradas com o auxílio de um torno lento, o que envolveria, por seu turno, o aparecimento de vestígios materiais atribuíveis então a um período da Antiguidade tardia.

Vidros

Registaram-se abundantes fragmentos vítreos, constituindo um expressivo testemunho do quotidiano dos séculos XVIII/XIX e XX. Resultam na totalidade do sector 1 e na sua maioria de contextos de abandono e remobilização, concretamente dos que se encontram associados às canalizações. A excepção é apenas registada num fragmento de parede recolhido no sector 3 e que apresenta características relacionadas com ambientes de Época Moderna.

Metal

A série do espólio metálico divide-se em três categorias distintas. Por um lado, o conjunto de três numismas (um ceitil de D. Afonso V, 20 Reis de D. Carlos, cunhados em 1892, e 1 cêntimo de Dólar, de 1964 (cfr. Figuras 18, 19 e 20) recolhidos em estratos de contextos claramente heterogéneos quer a nível da sua formação, quer cronologicamente. Por outro, os artefactos metálicos associados as actividades quotidianas e à construção de imóveis (fivelas, botões, uma chave, lâminas de facas, agulhas, um fuso e um dedal (cfr. Figuras 21, 22, 23 e 24). Acresce ainda o registo de duas peças relacionadas com elementos devocionais exumadas em depósitos de manifesta remobilização: terço ou rosário com elementos de liga de cobre, contas de vidro verde e uma cruz de latão exibindo Jesus Cristo no verso e Santo António no anverso; uma medalha dedicada a São Venâncio e Santa Brígita (cfr. Figura 25).

Para além do conjunto material acima discriminado, importa referir a recolha de 77 pregos de ferro, de diversa tipologia e dimensão, entre outros artefactos como chapas e elementos metálicos de difícil interpretação. Todos eles foram recolhidos maioritariamente nos contextos heterogéneos do sector 1.

Líticos

Relativamente aos materiais líticos, podemos afirmar a quase total ausência de registo dos mesmos, à

excepção de um artefacto de pedra polida afeiçoada, eventualmente uma cunha, de grés, com a extremidade distal ligeiramente biselada. Não foi ainda possível atribuir-lhe qualquer enquadramento cronológico, apenas se pode afirmar ter sido recolhido numa unidade estratigráfica cujos materiais arqueológicos pertencem à fase mais antiga reconhecida no Hotel Netto, isto é séculos XVI-XVII, na qual também se registaram cerâmicas manuais de cariz pré-histórico. Recolheu-se, igualmente neste estrato, um seixo rolado fragmentado com vestígios de percussão.

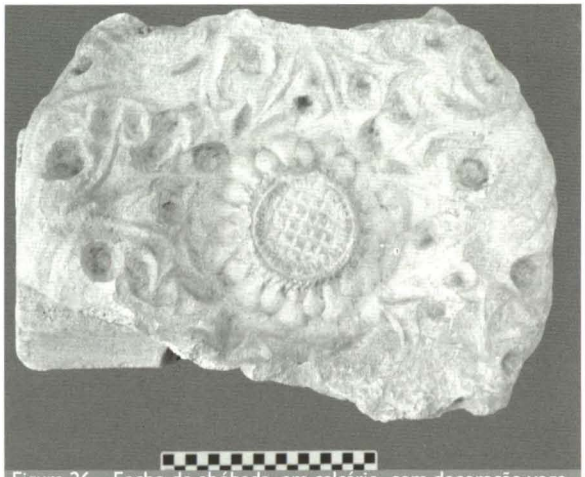


Figura 26 – Fecho de abóbada, em calcário, com decoração vegetalista e arranque de dois troços de coluna/pilastra torsa (torção de três toros) (HNT(01)[muro norte]25).



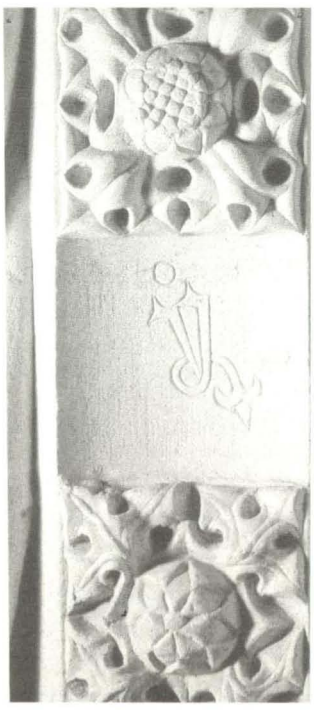
Figura 27 – Porta e sigla de canteiro da porta nascente da "Sala Manuelina" do Paço de Sintra (in Silva, 2002, p. 236).

Elementos arquitectónicos

Durante a intervenção efectuada na propriedade do Hotel Netto foram registados diversos elementos pétreos pertencentes a antigas construções quer da própria unidade hoteleira, quer originários do Paço de Sintra. Destaque para o fecho de abóbada manuelina (cfr. Figuras 26 e 27) — claramente pertencente ao universo decorativo do Paço de Sintra, com paralelos nas cantarias da porta nascente da "Sala Manuelina" —, diversos fustes de colunas e pilastras torsas (cfr. Figuras 28), bem como uma placa moldurada com representação facial de figura antropomórfica em alto-relevo (cfr. Figura 29). Atestou-se, uma vez mais, a estreita ligação entre estes dois espaços, reforçando a ideia da existência de uma área desprovida de habitações onde ao longo do tempo se acumularam — estratigraficamente ou pelo seu reaproveitamento como material de construção dos muros (cfr. Figura 30) — os entulhos produzidos pelas várias campanhas de obras levadas a cabo na estrutura palatina.

Osso polido

Durante os trabalhos apenas se recolheram cinco artefactos produzidos em osso, associados unicamente aos sectores 1 e 3(2). Constituem testemunhos residuais das actividades relacionadas com o quotidiano, provenientes sobretudo de estratos de abandono e entulhamento. De entre eles, saliente-se um dado, uma conta de terço/rosário e uma placa com incisões, provavelmente de uma caixa (cfr. Figuras 31 e 32).



Restos faunísticos

A recolha de fauna mamalógica e malacológica verificou-se maioritariamente no designado sector 1. Com efeito, registou-se a ausência de material osteológico quer no sector 2, quer no sector 4, sendo também residual nas duas áreas do sector 3.

A identificação de abundantes restos faunísticos nos estratos revolvidos do sector 1 prende-se com o facto de toda esta área ter sido perturbada pela perfuração de tocas de pequenos

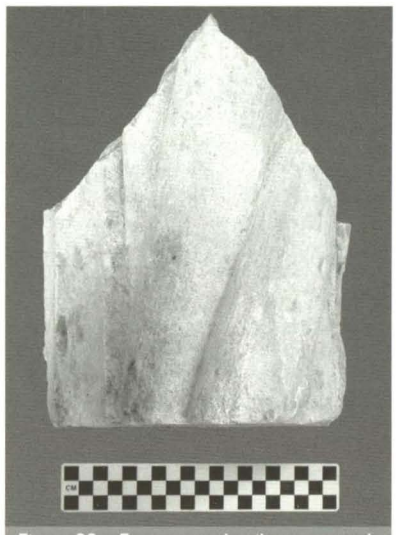


Figura 28 – Fragmento de pilastra, em calcário, apresentando a mesma torção de três toros (HNT(01)[0]26).



Figura 29 – Placa moldurada com uma representação facial de uma figura antropomórfica (máscara) que apresenta uma perfuração central, na boca, para escoamento de água. Eventual pedra de fontanário (HNT(01)[75]29).

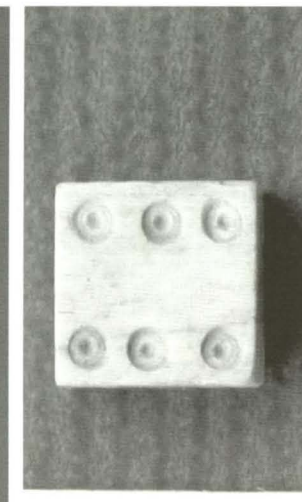


Figura 31 – Dado de jogar em osso (HNT(01)[156]5).

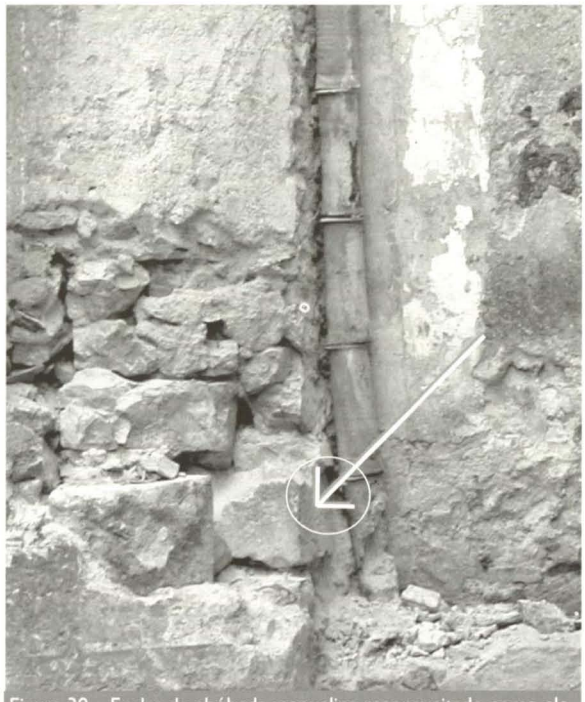


Figura 30 – Fecho de abóbada manuelina reaproveitado como elemento de construção na parede norte do sector 1.



Figura 32 – Conta de osso tendencialmente cilíndrica com perfuração central, pertencente a um terço/rosário (HNT(01)[156]4).

roedores que ali acumularam toda a espécie de detritos quer biológicos, quer artificiais. Salvo este registo claramente intrusivo, foi possível identificar um conjunto de ossos longos, costelas, ossos "planos" e falanges pertencente a grandes mamíferos, relacionáveis com os estratos de abandono do sector 1. Por outro lado, registou-se a presença de restos de fauna malacológica atribuíveis a *Ostrea* (ostra), *Patella* (lapa), *Cerastoderma edule* (berbigão), *Mytilus edulis* (mexilhão) para além de uma vértebra de peixe. Estes vestígios constituem, porém, uma amostra claramente residual.

Sinopse dos resultados obtidos

Os resultados da intervenção arqueológica vieram realçar sobremaneira a importância do espaço ocupado pela propriedade do Hotel Netto no contexto do perímetro urbano da estrutura palatina da Vila de Sintra, permitindo estabelecer dois campos de abordagem no que diz respeito aos vestígios identificados.

Por um lado, o registo do quotidiano dos séculos XIX e XX, contemporâneos dos edifícios oitocentistas eventualmente subjacentes ao conjunto de imóveis do Hotel Netto e, consequentemente, a ocupação da própria unidade hoteleira. A esta realidade encontra-se associado uma série de estruturas hidráulicas e pequenos

compartimentos (de funcionalidade indeterminada), cuja utilização se revelou muito curta e cronologicamente muito rápida. Aliás, a grande complexidade das várias canalizações identificadas traduz, justamente, a desactivação de umas estruturas em proveito de outras num curtíssimo espaço de tempo.

Por outro lado, a inexistência de estruturas soterradas pertencentes a uma época anterior ao século XIX, associada à identificação de contextos de deposição de entulhos cujos materiais se encontram balizados entre os séculos XVI-XVIII, permite afirmar que esta área da Vila de Sintra terá permanecido, provavelmente, como um espaço de tapada até pelo menos ao século XIX.

Os estratos que conferiram materiais de época moderna correspondem, certamente, à acumulação de desperdícios resultantes das várias campanhas de obras do Paço de Sintra — destaque-se neste sentido os diversos elementos arquitectónicos e fragmentos de azulejos exumados — ou mesmo relacionados com o Terramoto de 1755, uma vez que não se identificaram (nomeadamente nas áreas da sondagem 3 que corresponde estratigraficamente aos momentos mais antigos) quaisquer materiais arqueológicos que pudessem corresponder a fases posteriores ao cataclismo.

Finalmente, os ténues vestígios materiais que apontam para ocupações anteriores à época medieval confirmam, apenas e uma vez mais, a presença de grupos humanos durante a Pré-história recente na área da Vila de Sintra, facto já conhecido desde a década de 80 do século XX.

A especial relevância da intervenção efectuada na propriedade do Hotel Netto consistiu na caracterização do contraforte de pedra aparelhada, previamente identificado, como fazendo parte integrante das estruturas do perímetro urbano do Palácio de Sintra, tendo sido possível, inclusivamente, quer com o auxílio de fontes escritas, quer pela análise do tipo de aparelho pétreo, quer ainda pelas marcas de canteiro que exibe, aferir que o mesmo terá sido edificado em torno do século XVI.

Resta-nos, pois, concluir que se torna imprescindível a sua preservação e recuperação, uma vez que esta estrutura se apresenta instável e a necessitar de uma intervenção célere de conservação e restauro. Defendemos, por isso e em sede própria, a salutar adaptação do novo projecto arquitectónico à realidade em causa, de modo a garantir a sua expressividade e monumentalidade.

Bibliografia

AA.VV. (1998) — *Sintra. Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

ALVES, Francisco S. J., RODRIGUES, Paulo J. P. , GARCIA, Catarina e ALELUIA, Miguel (1998) — "A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV da Ria de Aveiro A e da Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, p. 185-210.

AMARO, Clementino (1992) — "Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra". *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 111-123.

AZEVEDO, José Alfredo da Costa Azevedo (1997) — "A Vila Velha (Ronda pelo Passado)", *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, vol. 1. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 15-120.

AZEVEDO, José Alfredo da Costa Azevedo (1998) — "Jornais e Memórias do Tempo (1836-1945)", *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, vol. 5. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 305-423.

BARREIRA, Paula, DÓRDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo (1998) — "200 Anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII". *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo (int.), (1990) — *O Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa.

CARVALHO, Sérgio Luís de (1992) — *História de Sintra*. Sintra: Sintra Editora/Veredas – Cooperativa Cultural de Sintra.

COSTA, Francisco (1980) — *O Paço Real de Sintra. Novos subsídios para a sua história*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

FERNANDES, Isabel Cristina F. e CARVALHO, A. Rafael (1998) — "Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela". *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, p. 211-255.

FERREIRA, Manuela Almeida (2005) — "O uso de vidraria em *Sellium* e em Tomar: as descobertas arqueológicas recentes em relação com a História do Vidro". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8 (1), p. 387-431.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela (1998) — "Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal". *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348.

OSÓRIO, Maria Isabel N. A. Pinto e SILVA, António Manuel S. P. (1998) — "Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto". *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, p. 283-314.

RIBEIRO, José Cardim (1987) — "Vestígios arqueológicos pré-medievais na área urbana da Vila de Sintra". *Jornal de Sintra*, nº 2721 a 2724 (20/2 a 13/3).

SABUGOSA, Conde de (1989-90) — *O Paço de Sintra*. Reimpressão anastática da edição original. Sintra: Câmara Municipal de Sintra/Gabinete de Estudos Históricos e Documentais.

SARDINHA, Olinda (1990-92) — "Olarias pedradas portuguesas contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos provenientes do Convento de Santa Ana e do Hospital de Todos os Santos". *O Arqueólogo Português*. Lisboa, série IV, 8/10, p. 487-512.

SARDINHA, Olinda (1999) — "Notícia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600)". *Arqueologia Medieval*. Porto, 6, p. 183-192.

SILVA, Joaquim Possidónio da (1868) – *Mémoire d'archólogie sur la véritable signification des Signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.

SILVA, José Custódio Vieira da (2001) — *O Palácio Nacional de Sintra*. Lisboa: IPPAR.

SILVA, José Custódio Vieira da (2002) — *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.

SIMÕES, J. M. dos Santos (1990) — *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*. Introdução geral. 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TRINDADE, Rui A. A. (2000) — *Revestimentos cerâmicos portugueses. Meados do século XIV à primeira metade do século XVI*. Texto policopiado (Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Os Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834

O caso de Almeida e Penamacor

Augusto Moutinho Borges

Mestre em Património e Turismo (Universidade do Minho), Doutorando em História das Ciências da Saúde (Faculdade da Ciências Médicas de Lisboa-UNL).

A Domingos Torrão, Presidente da Câmara Municipal de Penamacor pelo exemplo de conservação e restauro do antigo Real Hospital Militar de S. João de Deus da antiga Praça de Guerra

Resumo

Consideramos, pelas referências documentais, que o ano de 1606 é o momento em que os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus vieram para Portugal construir, em Montemor-o-Novo, um oratório no local do nascimento do fundador da Ordem Hospitaleira.

A sua presença é já conhecida desde 1580 em território nacional, mas com a função específica de dar apoio aos feridos de guerra espanhóis, prática que perdurou no Império até 1640. Após a revolução que aclamou a monarquia sob a égide da Casa de Bragança, surgiram Regimentos e Alvarás emitidos pelo Conselho de Guerra no sentido de incumbirem os Irmãos Hospitaleiros de administrarem e exercerem funções clínicas e assistenciais nos Reais Hospitais Militares da fronteira e da retaguarda.

É durante 240 anos, em datas extremas entre 1645-1835, que os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus vão estar directamente relacionados com a prática administrativa, de capelania assistência e hospitalar nos Hospitais Militares, terminando essas funções com a exclaustração no advento do liberalismo em 1834 em Portugal e um ano depois no Oriente.

Abstract

We consider, through the documentary references, that the year of 1606 is the moment when the Hospitaller Brothers of Saint John of God come to Portugal to build an oratory in the place of birth of the founder of the Hospitaller Order, in Montemor-o-Novo.

However, their presence on national territory is already known since 1580, but with the specific function of supporting the Spanish war injured, practice that lasted on the Empire until 1640. After the revolution that restored the monarchy under the shield of the House of Bragança, the War Council issued warrants with the purpose of charging the Hospitaller Brothers with the administration and the assistance in the Royal Military Hospitals of the frontier and of the rear-guard.

It is during 240 years, in extreme dates of 1645-1835, that the Hospitaller Brothers of Saint John of God wilt be directly related with the administrative and hospitable practice and chaplaincy in the Military Hospitals, ending those functions with the extinction of the religious orders on the advent of liberalism.

*Comunicação apresentada à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Introdução

Consideramos que o ano de 1606 é aquele que, por razões documentais, marca o início da presença dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal [1]. Efectivamente a presença dos frades de S. João de Deus em território luso já se fazia sentir ao exercerem as suas funções assistenciais desde 1580, com a ocupação militar após a conquista territorial que historicamente é conhecida e apelidada de União Dinástica (1580-1640). Durante sessenta anos os Filipes desenvolveram, na Península Ibérica, os primórdios de uma rede hospitalar para os feridos de guerra e enfermos militares a qual consideramos não ter paralelo na restante Europa.

Nos finais do século XVI, a presença efectiva e real dos profissionais da saúde é referenciada como exclusiva aos soldados e marinheiros que guarneciam Lisboa, instalados no castelo de S. Jorge[2]. Na sequência da ocupação armada pelos castelhanos, no advento do século XVII, foi alicerçada a construção, na cidade de Angra, do primeiro Hospital Militar[3] na Europa construído de raiz e para os fins específicos de servir os enfermos que lutavam e protegiam o vasto Império espanhol.

Pela análise em torno da problemática assistencial militar, consideramos que este imóvel é, sem dúvida, o primeiro exemplo edificado a merecer a nossa atenção. Analisemos então o edifício quanto à sua localização, quer geográfica quer urbana. A escolha da implantação na cidade de Angra, na Ilha Terceira, em pleno epicentro atlântico, era fundamental para acolher os soldados aquartelados na Fortaleza de S. Filipe e do Forte de S. Sebastião. Simultaneamente prestava um valioso apoio e auxílio aos embarcados que ali aportavam, independentemente de pertencerem à Carreira das Índias Orientais ou Ocidentais[4]. A simbiose que foi delineada é mais que perfeita, inter relacionando-se a actividade assistencial com a inter acção social e urbana. O edifício não se localizava no interior de nenhuma construção abaluartada, mas relativamente próxima da principal estrutura defensiva da cidade. Por outro lado permitia acolher rapidamente os embarcados que necessitavam de cuidados hospitalares[5].

[1] MARTINEZ, 2006, p.p.35-36.
[2] CARVALHO, 1950, p.p.189-278.
[3] MENEZES, 1930, p.43-54 e CARVALHO, 1950, p.228.
[4] LEITE, 2002, p.p.21-22.
[5] BORGES, 2006, p.p.11-15.
[6] Alvará de 4 de Maio de 1645, Div3-Sec47-Cx2/6 .
[7] Alvará de 1646, Div3-Sec47-Cx2/5.

Relativamente ao desenvolvimento interno da componente assistencial, caracterizamos o imóvel em cinco áreas fundamentais e que constituem a essência tipológica do que hoje entendemos ser um hospital militar:

I – Enfermarias (com latrinas)

II – Sala de Cirurgia e Botica;

III – Sector Administrativo e Capelania (com a Comunidade dos Irmãos Hospitaleiros);

IV – Serviços (com Cozinha, Cisterna/poço e armazéns);

V – Cerca (para plantio de ervas aromáticas, medicinais e desinfestação).

Todo este complexo sistema orgânico estende os seus laços ao cemitério comum e, a partir de finais do século XVIII, ao cemitério militar, tal como podemos analisar em diversa documentação.

As campanhas da Aclamação e os Reais Hospitais Militares, 1640-1668

Sabemos hoje que uma das principais componentes para a manutenção dos exércitos é a que está directa e indirectamente relacionada com a assistência hospitalar. Foi nesse contexto que se projectou para as Praças do Reino um notável conjunto de infra-estruturas capazes de satisfazer as reais necessidades, para combater as inúmeras manifestações doentias, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. Salientamos que os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus eram considerados, pela sua localização espacial junto à raia, como hospitais de fronteira, apoiados pelos de retaguarda, mencionados no Alvará de 4 de Maio de 1645 e mais tarde no de 1646, qual atesta a entrega da administração assistencial em Portugal aos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus[6].

Inicialmente, a atribuição assistencial é especifica para os Reais Hospitais Militares da Província do Alentejo, Elvas, Campo Maior e Olivença, mas que rapidamente se alastrou a todo o reino, começando pela Praça de Monção[7].

Os Hospitais Militares criaram a sua própria identidade, sendo implantados e construídos à imagem e semelhança do Hospital da Boa Nova, identificando-se no reino como Reais Hospitais Militares de S. João de Deus. Ainda hoje encontramos na toponímia local de Ponte de Lima, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Almeida, Penamacor, Castelo de Vide, Campo Maior, Elvas, Olivença, Moura, Castro Marim, Lagos e Lisboa

essa mesma alusão referencial. O Padre Bautista de Castro[8], acerca da relação dos Hospitais Militares que havia no reino sob a administração dos Irmãos Hospitaleiros, no século XVIII, refere a existência de 20 Hospitais que invocam a S. João de Deus e 3 com a invocação de N.ª Sr.ª da Conceição, de Stº André e de N.ª Sr.ª da Vitória.

Pelo exposto consideramos que no Reino ficava estruturada a assistência aos feridos de guerra que grassavam nas Praças e fortalezas de fronteira. Desde 1645 até à data extrema de 1834 momentos houve em que o auxílio assistencial foi fundamental, pois o reino foi invadido ou, caso único, invadimos o território castelhano. Os Irmãos Hospitaleiros e a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus não podem ser dissociados dos cruciais momentos em que a belicidade armada ensombrou Portugal, Brasil, África e Oriente.

Consultando a documentação nos Arquivos Nacionais e a bibliografia que tem sido publicada sobre esta matéria, com incidência nos trabalhos de 1950 e 1994[9], vincamos a relação das Campanhas militares com o incremento da construção hospitalar e a participação dos Irmãos ao serviço do Reino. O apoio assistencial não era exclusivo dos Irmãos Hospitaleiros, nem os Hospitais Militares se circunscreviam exclusivamente aos já referenciados, existindo outros edifícios em praças-fortes, tais como Peniche e no Porto. Contudo, no panorama nacional, os Irmãos detinham a hegemonia administrativa e a supremacia técnica face a um reino que centrava o ensino das práticas médicas na Universidade de Coimbra.

A aprendizagem dos Irmãos era realizada e transmitida no Convento-Hospital de Elvas, tal como nos chegou informação impressa da *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiro*, com data de 1741. Pela obra constatamos que a formação era pluridisciplinar, conclusão indiscutível pela análise dos diversos manuais que nos chegaram, realçando, entre outros, o manuscrito de Frei Joseph Correia, *João de Deus Pai dos Pobres*, de 1731[10], e dos *Suplementos de Hospitalidade* de 1666, de 1779 e de 1801[11].

O contributo analítico do modelo hospitalar dos religiosos de S. João de Deus constitui, no século XVIII, um exemplo da orgânica assistencial para todas as cortes europeias, transcrevendo o exemplo que o médico Ribeiro Sanches nos dá na famosa obra da Conservação da Saúde dos Povos *"Estão os Hospitais ordinariamente fundados no meio das cidades, ou pela facilidade de transportarem ali os enfermos, ou porque aumentando-se o número dos habitantes, o edifício, que estava antigamente nos arrabaldes se acha hoje no meio delas...*

Mas a sua vastidão é o defeito mais considerável e por consequência o número dos enfermos desde a sua entrada nele até acabasse a vida, ou a enfermidade. É certíssima observação que quantos mais enfermos estiverem em um hospital muitos mais morrerão, e que quanto mais os hospitais forem pequenos, muito mais, proporção guardada se curarão nele.

No Hospital Real de Paris, chamado Hotel de Dieu, há constantemente 1.300 camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 18.000 a 20.000 enfermos. Morre a quarta parte deste número, quero dizer, de quatro mil e quatrocentos a cinco mil enfermos. O Hospital dos Frades de S. João de Deus da mesma cidade tem constantemente sessenta camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 2.200 a 2.300 enfermos. Não morrem mais que a oitava parte, quero dizer, de 275 a duzentos e noventa e um enfermos. Daqui se vê que as mortes nos Hospitais se aumentam à proporção do maior número dos enfermos"[12].

Pela análise das plantas dos Hospitais Militares, administrados pelos Irmãos Hospitaleiros, verificamos que os Hospitais eram de pequenas e reduzidas dimensões, sublinhando a importância técnica do saber hospitaleiro para a concepção orgânica do próprio espaço edificado, tal como vimos na primeira construção tipo, em Angra, Boa Nova, nas outras plantas com risco do Real Corpo dos Engenheiros Militares e nos edifícios que chegaram até hoje.

O Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Almeida

Peguemos no exemplo prático da Praça de Almeida, por ser o melhor que caracteriza os nossos objectivos. No século XVIII, especificamente a partir de 1762, os homens de guerra tinham ao seu dispor, nesta localidade, uma bem estruturada rede assistencial baseada em dois locais próprios, um no interior do centro urbano - Real Hospital Militar de S. João de Deus;

[8] CASTRO, 1763, p.p.105-109.

[9] Sobre este assunto vários autores tem publicado os Alvarás régios e as causas desta incumbência, destacando BROCHADO, 1950, BORGES, 2006, CARVALHO 1950, GIÃO 1950, REIS, 2005 e SALDANHA, 1994, entre outros.

[10] SALGADO, 1997.

[11] Os livros citados encontram-se na igreja paroquial de N.ª Sr.ª do Bispo, antigo Convento de S. João de Deus, em Montemor-o-Novo.

[12] SANCHES, 1756.

e o outro no espaço muralhado – Hospital de Sangue. Só mais tarde, e após 1762 (data marcante pela campanha invasora do Pacto de Família)[13] este notável conjunto hospitalar é reforçado com novo edifício, adaptado que foi do Convento das Freiras para Quartel de Infantaria e para Real Hospital Militar. Sobre os primeiros edifícios referenciados temos um conjunto de informações escritas, cartográficas e topográficas que (além de terem sido já analisadas e publicados noutros trabalhos que se prendem com a investigação académica em curso) se revestem do maior interesse para o estudo da Praça de Almeida, pois permitem-nos analisar o seu esquema organizativo referente à assistência e práticas clínicas de então.

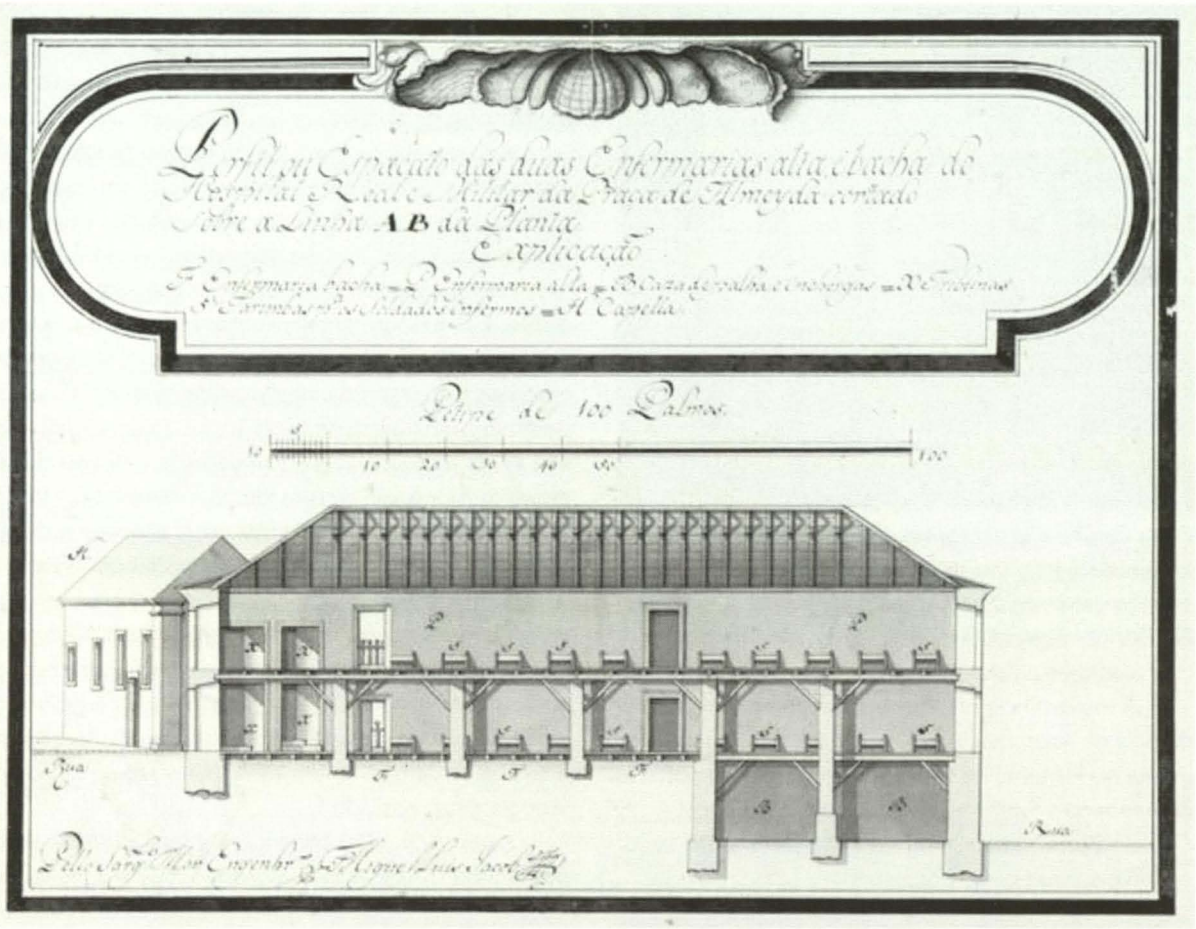
O *Real Hospital Militar de S. João de Deus* localizava-se entre a actual Rua do Hospital Velho e a Rua da Cadeia contíguo ao Palácio da Vedoria[14], e assistia os soldados enfermos, com doenças tais como cortes, provocados por lâminas, viroses cíclicas, etc. e o *Hospital de Sangue* localizava-se, tal como no presente, no Revelim Doble, entre os Baluartes de S. João de Deus e de Stª Bárbara, e tinha por especial função servir de local para as cirurgias. Daí o seu ingrato mas sugestivo nome que ainda perdura no subconsciente como um dos locais mais temíveis dos infortunados soldados que para ali se tinham que deslocar para serem tratados.

O *Hospital de Sangue* era constituído, na sua essência, por bloco operatório e enfermaria, estando rela-



Almeida, desenho a tinta da china e lápis de Marin Garcia, 2005

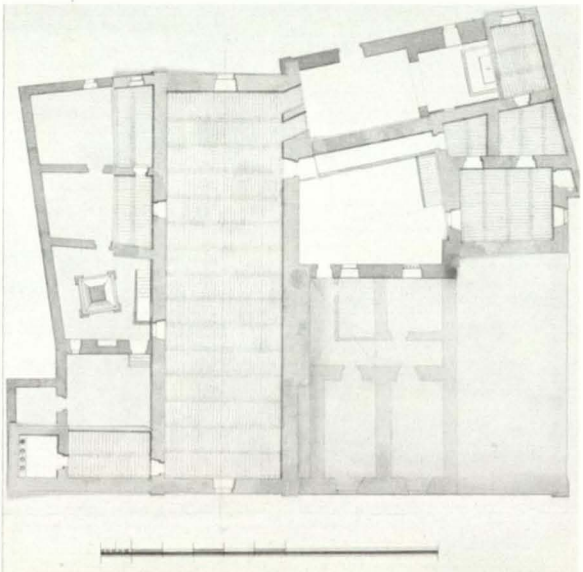
[13] MORAIS, 1950.
[14] CONCEIÇÃO, 2002.



Almeida, Corte sul do Real Hospital Militar de S. João de Deus, Sargento-Mor Luís Miguel Jacob, 1764, GEAEM

cionado com a organização técnica da *Aula de Anatomia* da Praça de Almeida fundada em 1773 por Decreto Régio do Marquês de Pombal, o qual transcrevemos: *Atendendo a alguns justos motivos que me foram presentes, Hei por bem nomear a António Joseph Coelho Rodrigues no emprego de Cirurgião mor do Regimento de Infantaria de Almeida. Com a obrigação de explicar Anatomia a todos os ajudantes de Cirurgia e Praticantes do mesmo Regimento e dos mais que guarnecem a dita Praça que uns e outros se devem exercitar no Hospital Militar della; e nesta consideração vencerá com o dito Emprego duzentos mil réis de soldo por anno que lhes serão pagos pella forma que se pratica na Thesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido e lhes faça expedir os despachos necessários*[15].

Pela análise efectuada em torno da *Aula de Anatomia e Cirurgia* da Praça de Almeida, esta nunca chegou a ser importante, não por ter sido a primeira a ser criada fora dos circuitos tradicionais, mas porque se passou a privilegiar as aulas de Elvas e, especialmente, a peninsularmente reconhecida Aula de Anatomia da



Almeida, Planta do Real Hospital Militar de S. João de Deus, Sargento-Mor Luís Miguel Jacob, 1764, GEAEM

[15] REIS, 2005



Almeida, Rua da cadeia actual Rua S. João de Deus, únicos vestígios do Real Hospital Militar de S. João de Deus, 1764

Praça de Chaves, mérito, em parte devido a excepcionais Irmãos de S. João de Deus e médicos que aí aprenderam e exerceram, dos quais damos como exemplo o famoso Dr. Francisco da Fonseca Henriques autor das obras *Ancora Medicinal e Aquilégio Medicinal.*

A importância organizativa do complexo sistema da Aula de Anatomia, em Almeida, localizado essencialmente no Hospital de Sangue, era constituída por três componentes fundamentais que caracterizamos:

I – Bloco ou Mesa de Cirurgia (área onde se localizava a mesa de cirurgia);

II – Recobro (área de repouso e observação pós operatório);

III – Cemitério (área para enterramento de membros e de corpos).

A forma de se atingir este núcleo fundamental hospitalar extramuros, e unicamente da competência militar, era realizada pela transposição das muralhas pelas Portas Falsas, que designamos de S. João de Deus, em virtude da sua proximidade com o Baluarte de S. João de Deus. Desta forma, os civis não tinham acesso a este local, nem tão pouco se apercebiam da complexidade assistencial aí praticada, tendo presente que o número de óbitos seria bastante elevado, tal como analisamos nos assentos paroquiais deste período. A forma de se atingir o Bloco era através de uma rampa ou escada móvel de forma a permitir aos maqueiros que pudessem transpor o desnível que ainda hoje existe.

Em caso de guerra a referida rampa não era atingida, podendo-se continuar o trabalho clínico sem qualquer interrupção. Em caso de óbito, os corpos seriam enterrados no cemitério que envolve a casamata, daí ser conhecido como revelim Doble. Ainda hoje aí se podem encontrar três lápides sepulcrais como vestígio desse passado[16].

No ano de 1790 continuava a ser solicitada, pelo poder real, a presença dos religiosos de S. João de Deus, pelo médico da Praça de Almeida para darem apoio à principal Praça de Guerra da Província da Beira, invocando os seguintes motivos *Que para a boa e perene assistência dos mesmos enfermos Militares, são necessários seis Religiosos incluindo-se um Sacerdote para mais prontamente acudir à administração dos Sacramentos*[17]. Tal facto, e para continuarmos com o nosso exemplo no Reino, manteve-se até ao advento das Invasões Francesas, Guerra Civil e exclaustração no ano de 1834, em Portugal, pondo-se fim ao cuidado aos enfermos militares pelo saber técnico dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus.



Almeida, Rua do Hospital Velho, local onde se localizava o Real Hospital Militar de S. João de Deus em 1764

[16] BORGES, 2005, p.p.608-609.

[17] CAHM, vide diversa documentação sobre Almeida.

O Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor

Em Penamacor encontramos o Real Hospital Militar de S. João de Deus em local que obedece aos parâmetros tipológicos por nós conceitualizados, quanto à sua localização e construção[18]. Se nos casos analisados verificamos, sempre perto do edifício hospitalar, a presença de uma Porta Magistral ou de uma *paterna*, também aqui observamos essa característica. O edifício não se localiza no centro urbano, este projecta-se num dos extremos do espaço edificado, juntando-se à muralha e ocupando-a como num todo, respeitando, no entanto, o respectivo caminho da guarda ou explanada, para mobilidade das tropas, tal como podemos observar em planta[19].

Outra característica que detectamos no contexto geral, e aqui se confirma, é da proximidade do edifício a um baluarte. Neste caso concreto entre dois pólos fortificados, tal como podemos analisar nas plantas da Praça, especificamente na *Planta das antigas fortificações da Vila de Penamacor* e seus principais edifícios, de 1856. Permitia-se, desta forma, ter uma área aberta privada para fins, essencialmente, terapêuticos e de cultivo. Por vezes o *Baluarte* adquiria o seu topónimo, desconhecendo se o mesmo aconteceu nesta Praça por falta de levantamento toponímico militar e municipal. A verdade é que no eixo viário à Rua de S. Brás, assim chamada por existir no largo a capela de S. Brás, encontramos a Rua João de Deus.

Encontramos diversas plantas do Real Hospital Militar de Penamacor, projectos que se desenvolveram mediante as *Ordens do que se deve observar no Hospital Militar*[20], e que ao longo dos tempos transformaram e revolveram localmente o terreno para implantação arquitectónica, suas remodelações, acrescentos e anexação de outros edifícios. Em alguns casos temos informações que ocuparam, ou expropriaram mesmo, outros edifícios para serem adaptados às funções necessárias ao quotidiano hospitalar e do exército.

Penamacor, desenho a tinta-da-china e lápis de Marín Garcia, 2005



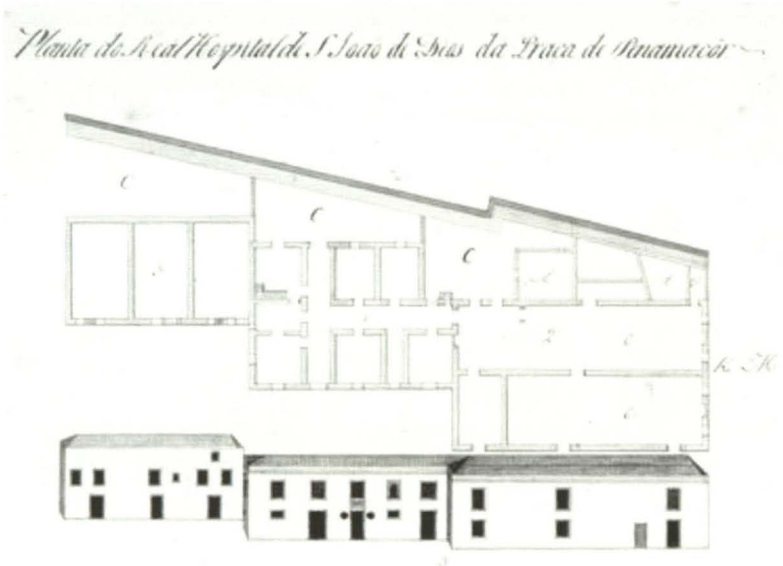
[18] BORGES, 2005, p.p.608-609.

[19] *Planta das antigas fortificações da vila de Penamacor e seus principais edifícios*, 1853, dimensões: 97x62cm, Capitão Engenheiro Joaquim António Dias, Cota: 3170/1-211-27-39-CTRI, 2003.

[20] BORGES, 2005.



Penamacor, Real Hospital Militar de S. João de Deus, 2005
Terreiro de S. Brás



Penamacor, Planta do Real Hospital Militar de S. João de Deus, anónimo, cerca 1680-90, GEAEM

Realçamos quatro aspectos que imediatamente se evidenciam no todo, *a fachada, o exterior, o interior* e *a cerca*. No presente, temos a certeza que o Hospital Militar obedeceu a um projecto da responsabilidade dos Engenheiros Militares formados nas Academias, na Aula de Risco e na Escola de Fortificação Portuguesa, bastando para isso analisar as inúmeras plantas projectadas, desde Real Hospital Militar a Quartel de Infantaria[21].

Tal como em Elvas, Ponte de Lima e Miranda do Douro encontramos, projectado de raiz, na fachada exterior do Real Hospital Militar um nicho, para aí se colocar uma estátua do Santo Patrono, S. João de Deus. Em Penamacor ainda hoje podemos observar no edifício a localização do referido nicho[22], hoje transformada no presente em janela de iluminação à escadaria que leva ao sobrado.

Em virtude de ser edifício régio não encontramos as armas da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, nem as armas reais, tal como ainda hoje observamos noutras localidades[23].

Hoje não é difícil apontar uma lenta evolução das funcionalidades dos espaços, gravitando o desenvolvimento estrutural em torno das enfermarias. Por algumas das plantas analisadas, do Hospital Real de S. João de Deus de Penamacor, constatamos que o centro orgânico são as enfermarias dos soldados e dos oficiais gravitando, à sua volta, as outras dependências necessárias ao seu funcionamento, *como a cozinha, quarto do cozinheiro, porteiro e enfermeiros de serviço, quarto de operações e as casas de despejos* (latrinas). Por vezes a *capela* e a *botica* comunicavam com o exterior, tal como é ainda possível observar neste hospital.

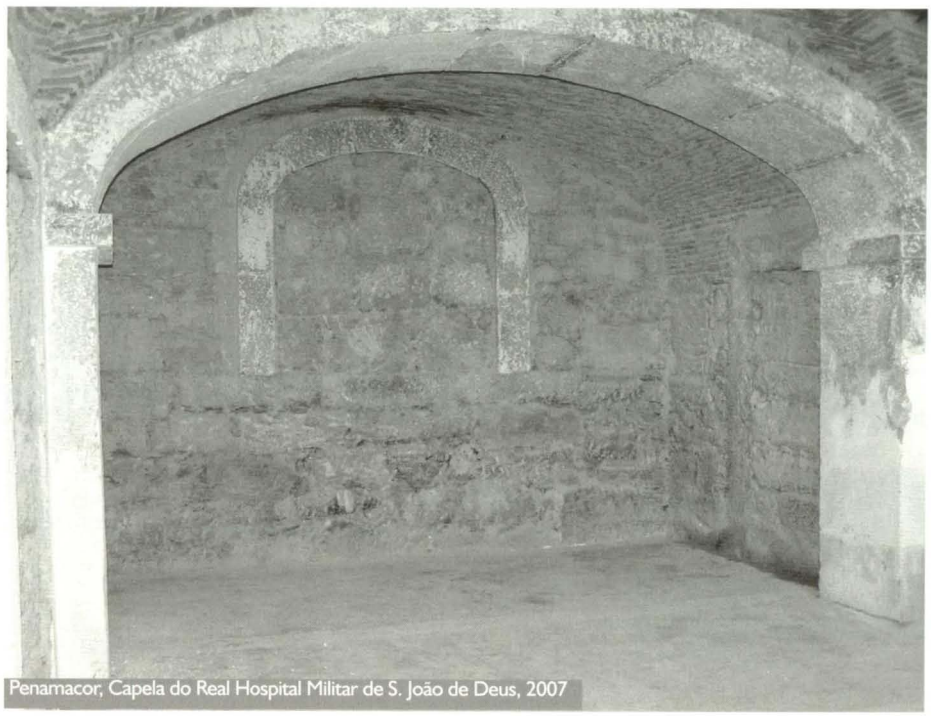
O quotidiano no Real Hospital Militar de S. João de Deus, séc. XVII

Os Hospitais tinham, para as suas funções quotidianas, os seguintes profissionais: almoxarife, fiel, médico, cirurgião, boticário, sangrador, enfermeiros religiosos, ajudantes de enfermeiros, cozinheiros e seu

[21] *Planta do quartel actual do Batalhão de Caçadores nº4 em Penamacor*, séc. XVIII, dimensões: 48x39cm, Cota: 3174-2A27-39-CTR/2003. No GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE ENGENHARIA MILITAR encontram-se inúmeras plantas deste imóvel, com as sucessivas transformações. *Vide Sidcarta.*

[22] É possível ver a projecção do nicho na planta do século XVII, Cota: 3183-211-27-39-CRT/2003.

[23] Em Moura encontramos as armas heráldicas da Ordem na fachada da igreja e no lavabo da sacristia.



Penamacor, Capela do Real Hospital Militar de S. João de Deus, 2007

Monção, encontrando-se o Real Hospital Militar de Penamacor nessa linha programática, como eixo para a defesa da Beira, juntamente com a Praça de Almeida..

Após o fim das Batalhas da Restauração os Irmãos continuaram como administradores dos Reais Hospitais Militares até data extrema de 1834, recebendo muitas vezes o nome do Santo Patrono, sendo vulgarmente conhecidos como Hospitais Militares de S. João de Deus.

O desenvolvimento da arte da guerra originou profundas transformações relativamente ao conceito arquitectónico, orgânico, clínico e social, encontrando-se preferencialmente perto de alguma Porta Magistral ou, no caso da sua impossibilidade, perto de uma poterna, pois desta forma permitia-se rápido acesso do exterior ao interior, para maior comodidade do transporte e mobilidade dos feridos de guerra.

ajudante, moço das compras (ir ao açougue, compra de hortaliças,...) caneiro (trato dos bois, ir à fonte com o carro, trazer lenha, palha,...), forçados (despejos, lavagens e limpezas das enfermarias, lavagens dos doentes,...), lavadeiras (trato de roupas sujas,...) e naturalmente capelães do Regimento e religiosos sacerdotes[24].

Pela importância que os Reais Hospitais Militares de S. João de Deus tiveram nas Praças de Guerra encontram-se dois topónimos relacionados com o nome do Santo Patrono, um em Almeida, S. João de Deus e outro em Penamacor, João de Deus[25].

Conclusão

Pelo que acabamos de escrever podemos concluir que se devem aos Reais Hospitais Militares, como consequência directa da Restauração, 1640-1668, a primeira rede de saúde para os militares em Portugal, com Alvarás propositadamente escritos pelo Conselho de Guerra e com objectivos, obrigações e deveres muito concretos. A coesão técnica e científica dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus fizeram com que os Bragança incumbissem a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus de *administrarem* os *Hospitais Militares*. Numa primeira fase restringiu-se ao Alentejo, em 1645, Elvas, Campo Maior e Olivença, e numa segunda fase, desde 1646, a todas as Praças de fronteira, começando por

[24] CARVALHO, 1950.

[25] Por levantamento efectuado in *situ* localizamos a Rua João de Deus. Popularmente os mais antigos conhecem-na como Rua S. João de Deus, mas que se enganaram na colocação do nome na placa toponímica sendo agora conhecida apenas por Rua João de Deus (o escritor que assim foi baptizado por ter nascido no dia de S. João de Deus, a 8 de Março).

Bibliografia

BORGES, Augusto Moutinho, *O Baluarte, Hospital e Rua de S. João de Deus na Praça e Vila de Almeida*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.º260, 2003, pp.39-41.

_, *Pertences das Capelas dos Reais Hospitais Militares de S. João de Deus*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.º268, 2005, pp.29-31.

_, Os *Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus* e a *assistência aos feridos de Guerra* em *Portugal, séculos XVII-XVIII*, in *XIV Colóquio da História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa Histórica Militar, 2005, pp.595-625.

_, *Irmãos de S. João de Deus, 229 anos de hospitalidade no império português*, in *Revista Hospitalidade*, Lisboa, Ed. Hospitalidade, n.ºespecial, 2006, pp.11-15.

_, *O Hospital Militar da Guarda no contexto dos Hospitais Militares da Beira*, in *Revista Praça Velha*, n.º 17, CM Guarda, 2005, p.p.5-8.

BROCHADO, Costa (coord.), *São João de Deus, homenagem* ao *seu glorioso filho, 1550-1950*, Lisboa, Bertrand, 1950.

CARDOSO, Pe. Luís, *Dicionário Geográfico*, Lisboa, 1758.

CARVALHO, Augusto da Silva, *S. João de Deus. A Ordem de seu nome. Serviços prestados pelos Hospitaleiros* em *Portugal*, in *Revista Acção Médica*, Ano XV, n.º58 e 59, Lisboa, Outubro-1950 a Março-1951, pp.189-278.

CARVALHO, José Vilhena de, *Almeida, subsídios para a sua história*, Viseu, 2Vol., 2ª ed., SCM Almeida, 1988.

CASTRO, Pe. Joao Bautista, *Mappa de Portugal Antigo* e *Moderno*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

CLAVIJO Y CLAVIJO, Salvador, *La Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en la Marina de Guerra de Espana. Presencia y nexo*, Madrid, IV Centenario de San Juan de Dios, 1950.

_, *Breve Historia de la Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en los Ejércitos de Mar y Tierra*, Madrid, IV Centenario de San Juan de Dios, 1950.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da vila cercada à Praça de Guerra. Formação do espaço urbano em Almeida. Séculos XV-XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CORREIA, Fr, Joseph, *S. João de Deus, Pai dos Pobres*, Lisboa, Gradiva, 1997 (edição fac-similada de 1741, com transcrição de MESTRINHO, Abílio José e MESTRINHO, Anastásia Salgado).

GAMEIRO, Aires, *Sobre* a *Postilla Religiosa* e *Arte de Enfermeiros*, in *Postilla Religiosa* e *Arte de Enfermeiros* de Fr. Diogo de Sant-Iago, 2005, p.p.VII-XXIV.

GOUVEIA, Frei António de, *Vida* e *Morte de S. João de Deus*, Lisboa, Ed. Távola Redonda, 1996 (edição fac-similada de 1658).

LEITE, Antonieta Reis, *Angra, um porto no percurso da cidade portuguesa*, in *Revista Atlântida*, vol. XLVII, Angra do Heroísmo, 2002, p.p.15-57.

LINDEMAN, Mcay, *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002.

MARTÍNEZ, José Sánchez, *Llegada a Portugal de los Hermanos de San Juan de Dios*, in *Almansor, Revista de Cultura*, N.º5, Montemor-o-Novo, Ed. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, p.35-42.

MORAIS, Alberto Faria de, *O cerco de Almeida. 1762*, Lisboa, Boletim do Arquivo Histórico Militar, 1950.

REIS, Carlos Vieira, *História da Medicina Militar Portuguesa*, Lisboa, 2vol., Estado-Maior do Exército, 2005.

SALDANHA, Pe. Guilhermino Augusto Teixeira, *Alguns aspectos da Vida* e *Ordem de S. João de Deus com incidência militar*, in *Hospitalidade com S. João de Deus no coração da História*, Lisboa, Hospitalidade-Rei dos Livros, 1994, pp.153-219.

SANCHES, António Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Lisboa, 1757.

SANTIAGO, Fr. Diogo de, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, Lisboa, Oficina de Miguel Manascal da Costa, 1741 (edição fac-similada, Alcalá, Lisboa, 2005).

O autor agradece aos directores do Arquivo Histórico Militar e Direcção de Infra-estruturas Militares todas as facilidades concedidas no projecto de investigação em curso, fazendo este trabalho parte integrante do mesmo.

Uma Original Árvore de Jessé

J. Ramos Baptista

Mestre em História da Arte



Antes de abordar o caso particular de uma árvore, que poderemos chamar de Jessé se atendermos apenas à sua organização, será talvez interessante recordar ainda que resumidamente, o historial desta representação da genealogia de Cristo e de sua Mãe.

A Árvore de Jessé, teve no ocidente o seu impulso inicial no vitral encomendado em 1144 pelo abade Suger, para uma capela da igreja abacial de Saint-Denis, o que de modo algum significa que tenha sido ele o seu criador, já que a imagem da árvore como matriz genealógica apareceu inicialmente no Oriente.

Comunicação apresentada à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 17 de Fevereiro de 2004

A representação arbórea da genealogia não é mero produto de casual inspiração de um artista, uma vez que encontra no imaginário um sólido suporte. Em contínua regeneração, a árvore é o Cosmos vivo, cujos três níveis interliga: o subterrâneo pelas suas raízes, a superfície da Terra pelo tronco, e as alturas pelos seus ramos.

Todos os elementos nela estão reunidos, a água presente na seiva, a terra a que se liga intimamente pela raíz, o ar que a alimenta através das folhas e o fogo que a fricção da sua madeira é capaz de gerar. Com as raízes profundamente enterradas no solo, prolongando-se no tronco e nas ramagens em ascensão, a árvore facilmente se tornou na expressão iconográfica de uma ligação entre o céu e a terra, entre o profano e o sagrado.

Pela sucessão dos seus ciclos naturais, é igualmente a viva, e em cada ano repetida, evocação da ressurreição

Na linha da tradição medieval de utilização da iconografia religiosa com objectivos pedagógicos, não será pois de estranhar que o abade Suger tenha recorrido a esta simbologia na igreja abacial de Saint-Denis. Contudo no Oriente, a árvore tinha sido já anteriormente utilizada de forma semelhante. Na Índia, na Birmânia e no Cambodja são comuns as representações de Brama sentado sobre um lótus nascido do ventre de Visnu.

Nada demonstra entretanto, que a arte oriental tenha influenciado neste aspecto a iconografia europeia.

No Ocidente, a primeira representação da árvore de Jessé de que há conhecimento, encontra-se no Codex Aureus de Lorbach datado do século IX e apresenta a genealogia de Jesus segundo o Evangelho de Mateus. Será interessante referir que as genealogias registadas por este último e por Lucas diferem profundamente quanto ao número de gerações. A bem da simplificação, os artistas tomaram geralmente como base a genealogia do Evangelho de Mateus no capítulo I, versículos 1 a 17, bastante mais reduzida. Ainda em finais do século XI, a Árvore de Jessé surge novamente em iluminuras do Evangelho de Uyserod em Praga, no Antifonário da Colegiada de S. Pedro em Salzburgo, e nos manuscritos de Treveris e de Aschaffenburg; cronologicamente próxima, encontra-se no Vaticano a Bíblia de Manfredo.

Nesta última, e contra o que é habitual, a genealogia adoptada foi a de Lucas, muito mais extensa, e progredindo inversamente até Adão.

No primeiro quartel do século XII são conhecidas as iluminuras representando a Àrvore de Jessé na Bíblia de Saint Begnine de Dijon e no legendário francês de Cister.

Data da segunda metade do século XII o famoso vitral de Saint-Denis, muito provavelmente obra de oficina borgonhesa. Suporta esta afirmação o facto de existirem similitudes notáveis entre as árvores de Jessé dos manuscritos iluminados da Abadia de Cister, em Dijon, e o vitral de Saint Denis. Não tendo sido como vimos a primeira representação deste tipo, teve contudo o mérito de divulgar a Árvore de Jessé e de lhe dar a sua forma definitiva, muito divulgada por toda a Europa, não apenas na Idade Média, como veremos, já que o seu uso se prolongou até ao século XVIII.

Logo no ano seguinte, em 1145, surge uma cópia fiel no vitral de Chartres. E de tal forma fiel, que ainda hoje é preferível ao vitral de Saint-Denis como objecto de investigação, pelo facto deste último em consequência de vários restauros apresentar alterações que o desviam significativamente do que terá sido o seu original. Dos vinte e um painéis que formam o vitral, apenas cinco pertencem à composição original: um profeta, o segundo e terceiro reis, a Virgem e Cristo.

A Árvore de Jessé expandiu-se rapidamente. A Saint-Denis e Chartres seguiu-se York na segunda metade do século XII, a escultura de Benedetto Antelami no baptistério de Parma em finais do mesmo século, e o fresco de S.Miguel de Hildesheim em 1200, para apenas referir alguns casos.

O imaginário da Árvore de Jessé encontra os seus fundamentos na profecia de Isaías: *brotará uma vara do tronco de Jessé, e um rebento brotará das suas raízes* (Is 11, 1).

Sob o ponto de vista iconográfico, este tema reflecte os chamados dramas litúrgicos, tradição iniciada em finais do século X com o Drama da Ressurreição e na sequência do qual, entre outros, surgiu o Drama dos Profetas representado nas Matinas de Natal e que terá sido, na opinião de Émile Mâle, a fonte iconográfica da Árvore de Jessé. No decorrer desta representação, um grupo de profetas desfilava na igreja recitando passagens das suas profecias, sendo que no caso de Isaías a citação proferida correspondia ao versículo já aqui citado. Em Saint-Denis e Chartres, os profetas representados nos vitrais são precisamente os mesmos que intervinham no drama litúrgico.

Na sua organização, as Àrvores de Jessé não diferem muito do original de Saint-Denis. Na base Jessé, pai de David; do seu flanco, do umbigo, da boca ou da cabeça, brota o tronco de onde crescem os ramos nos

quais surgem os doze antepassados carnais de Cristo, os reis, e espirituais, os profetas, podendo o número de figuras variar em cada caso de acordo com o espaço disponível; no topo da árvore, Jesus Cristo por vezes acompanhado de sete pombas, os sete dons espirituais do Espírito Santo.

Tal composição vai manter-se estável durante longo tempo; o Psaltério de Branca de Castela, cerca de cinquenta anos mais tarde, continua a ser uma cópia fiel do vitral de Saint-Denis, tal como passado um século, persiste nos vitrais da Sainte Chapelle, de Beauvais e Angers.

A partir de finais do século XIII, o culto mariano particularmente estimulado pelas Ordens Religiosas, dissemina amplamente as representações da Árvore de Jessé introduzindo contudo uma alteração relativamente à concepção inicial de Suger. O topo da árvore passa a ser dominado pela representação da Virgem em vez de Cristo, embora este esteja presente na maioria das situações, sob a forma do Menino ao colo de Maria.

Nalgumas situações, muito provavelmente relacionadas com o culto dominante, é notório o protagonismo da figura de Maria: o vitral de Santa Maria de Beauvais apresenta uma Árvore de Jessé rematada por um grande lírio branco de onde emerge a figura da Virgem.

No início do século XVI a devoção mariana, levou à proliferação de inúmeros vitrais representando a Árvore de Jessé, em pequenas igrejas rurais da região de Champagne. No mesmo período, idêntica iconografia é frequente nos missais, particularmente no ofício da Imaculada Conceição.

Marcando de forma ainda mais incisiva a influência devocional à Virgem, casos existem em que a figura de Jessé foi substituída por Santa Ana, como sucede na igreja de S.Vicente em Rouen. Do tronco saem vários ramos nos quais está representada a sua descendência, três filhas e sete netos, estando colocados em posição de destaque a Virgem e o Menino

O tema da representação arbórea da genealogia de Cristo, foi particularmente trabalhado não apenas no vitral, mas igualmente na iluminura, na escultura, na talha e até na cerâmica.

A popularidade que a Árvore de Jessé encontrou por toda a Europa foi naturalmente extensiva a Portugal. A primeira representação deste tipo terá estado no janelão da Igreja de Santa Maria de Guimarães mandada restaurar por D.João I em 1387 e sagrada em 1401. Esta hipótese não reúne contudo o consenso dos historiadores. Se para João Barreira, a estátua do pai de David na base do janelão suporta a tese da existência de uma Árvore de Jessé naquele local, outro tanto não entende Luís Filipe Aviz de Brito para quem semelhante grupo escultórico prejudicaria a iluminação natural do templo.

Para além da existência da estátua jacente de Jessé, a ideia de uma árvore muito provavelmente em vitral não será surpreendente se nos recordarmos que à época do restauro da igreja era significativa a influência artística da Inglaterra, país onde a tal representação tinha sido largamente adoptada em várias situações como York, Lincoln ou Canterbury. Assim, o restauro joanino terá eliminado uma muito provável rosácea original de influência francesa, substituindo-a pela Árvore de Jessé, dominada pela figura da Virgem como à data já era prática corrente e em consonância com a dedicação do templo.

A inconveniente obstrução da luz natural provocada por um grupo escultórico terá sido facilmente ultrapassada pela aplicação de um vitral como defendem Albano Bellino e António de Azevedo.

Esse vitral terá sido removido no início do século XVI e com ele a estátua de Jessé, quando da construção do coro alto. Já no século XIX a grande janela foi definitivamente fechada, tendo-lhe sido abertos quatro óculos para entrada de luz posteriormente também entaipados, deixando o janelão completamente obstruído como hoje se mantém.

Embora na Europa este tema tenha vindo a ser progressivamente abandonado particularmente a partir do Renascimento, em Portugal subsistiu até ao século XVIII. Para além de uma iluminura no Livro de Horas de D.Manuel, no século XVII foi criada a Árvore de Jessé da Sé de Lamego, trabalho do entalhador Arnão de Carvalho.

Cerca de 1686, Manuel João da Fonseca foi o autor de uma árvore de Jessé para a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja de Santa Maria em Beja.

No início do século XVIII, em 1704, ficou a dever-se a Manuel Pinto de Vilalobos a peça destinada à Igreja Matriz de Caminha, e no Alentejo surgiu uma nova representação, no transepto da Igreja do Convento de S.Francisco em Estremoz.

Entre 1718 e 1721, Filipe da Silva e António Gomes criaram idêntico retábulo para a Igreja de S.Francisco no Porto.

Recordado o historial da Árvore de Jessé, passemos ao nosso caso objectivo.

Vamos encontrá-lo em Braga, na Igreja de Santiago,

antiga Igreja do Colégio de S.Paulo, fundado pela Arcebispo D.Diogo de Sousa e reconstruído entre 1567 e 1590 por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que o entregou à Companhia de Jesus.

Dispõe esta igreja não de uma, mas de duas árvores. Uma delas localizada numa capela do lado do Evangelho, corresponde ao tipo convencional, nada trazendo de novo.

Na base, Jessé e distribuídos pelos ramos os reis de Judá. Como figura central a Virgem inserida numa mandorla formada pelos ramos da árvore. A figura do Menino, está presente no topo do retábulo ladeada por dois anjos.

Até aqui nada de original. É na segunda árvore, instalada numa capela do lado da Epístola que vamos encontrar uma peça tanto quanto sabemos única, e que constitui uma curiosa expressão do imaginário local.

Este segundo retábulo refere-se às nove virgens mártires de Braga, e da sua história nos dá conta o arcebispo D.Rodrigo da Cunha na sua *História Eclesciástica dos Arcebispos de Braga*.

A Celsia. mulher do cônsul romano Lúcio Caio Atílio nasceram nove gèmeas.

Vendo nesse extraordinário acontecimento uma manifestação negativa da natureza, mandou que a sua serva Silla as afogasse e enterrasse em lugar onde não pudessem ser encontradas. Condoída da sorte das crianças, Silla que já se convertera ao cristianismo, recorreu ao bispo Ovídio que baptizou as gémeas e as entregou a amas, tendo assumido a sua educação.

No decorrer da perseguição aos cristãos foram as jovens aprisionadas e trazidas a Tui onde se encontrava então Caio Atílio. Interpeladas sobre a sua identidade e sobre a sua religião, declararam-se filhas do cônsul e cristãs. Condenadas à morte, conseguiram fugir, vindo contudo mais tarde a ser martirizadas.

É a esta lenda que a árvore se refere, sendo o lugar onde habitualmente se encontra Jessé, ocupado pelo bispo Ovídio e os ramos pelas nove gémeas.

A atribuição dos dois retábulos é desconhecida, sabendo-se contudo que datam do século XVIII.

No caso da árvore, que pela sua iconografia poderemos designar como sendo de Santo Ovídio, pela sua estreita ligação ao imaginário bracarense, e considerando a existência na região de uma tradicional produção de arte religiosa, não será improvável tratar-se de obra atribuivel a artista local.

Igual razão nos assiste ao pensarmos tratar-se este retábulo de uma peça única na sua composição.

Bibliografia

Prache, Anne
Les Vitraux du XII siècle
In Dossiers d' Archéologie, nº 251
Dijon, Éditions Faton, 2001

Baltrusaitis, Jurgis
Le Moyen Âge Fantastique
Paris, Flammarion, 2ª edição, 1993

Baptista, J. Ramos
A Árvore de Jessé na Iconografia Genealógica
in Tabardo, nº2
Lisboa, Centro de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada, 2003

(de) Brito, Luis Filipe Aviz
A Imagem da Padroeira da Colegiada e de Portugal Representada na Frontaria do Templo
In Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. IV
Guimarães, 1981

Duchet- Suchaux, Gaston e Pastoreau, Michel
La Bible et les Saints
Paris, Flammarion, 2ª edição, 1994

Lino, António
A Arte na Idade Média
In Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. IV
Guimarães, 1981

Mâle, Émile
L'Art Religieux du XII e. Siècle en France
Paris, Armand Colin, 8ª edição, 1998

Mâle, Émile
L'Art religieux de la Fin du Moyen Âge en France
Paris, Armand Colin, 7ª edição, 1995

Municipalismo e Policiamento em Lisboa no Antigo Regime Monárquico

1ª Parte (1179-1580)*

Nestor Fatia Vital

Após a fundação portucalense, a vida social regia-se por preceitos consuetudinários herdados das dominações romana, visigótica e muçulmana, além de ter recebido forte influência da prática astur-leonesa.

Nesse mesclado de tradições as várias magistraturas eram inexistentes ou confundiam-se; de facto, só aos poucos, a cúria régia, os órgãos administrativos e jurisdicionais do concelho se foram definindo, criando os seus limites próprios de actuação.

Isso justifica a opção tomada, para a presente comunicação, do *método cronológico* em que trato de todas as instituições, que vão surgindo em cada reinado, simultaneamente, o que permite não só analisar os estratos sociais mas também ir observando a evolução e definição específica das várias instituições e cargos correlativos emergentes.

---

* Comunicação apresentada à COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES da A.A.P., em 24 de Outubro de 2003

1.

Até final do reinado de D. Sancho II (1248), além da força de tradição dos preceitos consuetudinários, surge o predomínio das normas foraleiras, com o embrião da organização municipal, período chamado da ***formação do Estado Português***.

Assim, para nós, o ponto de partida desta comunicação está na *Carta de Foral*, dada ao concelho de Lisboa, em Coimbra, no mês de Maio de 1179, por D. Afonso Henriques. E desde já se diga que a nossa cidade era um *município* desde que Júlio César a elevou a *Olisipo Felicitas Julia* que viria a beneficiar dos privilégios da sua *lex Julia municipalis* ordenada, em Roma, pelo ditador em 45 a.C.

Como primeiro documento pró-estrutural, o *foral* olisiponense merece especial atenção, pois transmite-nos os nomes e cargos de algumas individualidades, que deram a sua presença confirmante à promulgação:

> D. Vasco Fernandes, mordomo[1] da cúria.
> Pedro Fajão, chanceler[2] régio.
> D. Gonçalo Egas, tenente[3] de Lisboa.
> Fernando Pedro, alvazil[4].
> Gonçalo Arrizado[5].

Além disso, e sem preocupação pela ordem numérica dos capítulos foraleiros, interessa destacar os mais importantes relacionados com o tema de hoje.

Relevante a decisão que a "*almotaçaria*"[6] pertencerá ao Concelho. O concelho da vila e o alcaide, elegerá o "*almotacé*[7]", (Cap. 14). Repare-se que, já aqui, o monarca admite a existência de uma entidade colectiva, municipal, com poderes electivos associados aos do alcaide.

Note-se também no foral uma preocupação pelas questões da tranquilidade pública, pormenorizando vários actos ilícitos: homicídio (Caps 1, 2, 3, 12, 13 e 30); rapto (*rausso*) (Caps. 3 e 13); ferimento (Caps. 2, 12 e 28); furto (Caps. 5 e 43); esterco na boca (Caps. 4 e 13); rixa pública (Cap. 28), cujas penas correspondiam a pagamentos variáveis desde 500, 60 e 30 soldos, havendo casos excepcionais de outras modalidades.

Outros pormenores a registar: o facto de que as penalidades sejam comprovadas "havendo testemunhas presenciais de *homens bons*". Isto é importante porque, como veremos, esse sector social passará a ser presença obrigatória nas assembleias do concelho municipal, sendo sempre consultados. Também o que refere o Cap. 36: "E o meu nobre homem a quem eu confiar Lisboa (como alcaide) não nomeie para lá outro alcaide (o *alcaide-menor*) que não seja natural de Lisboa."

D. Sancho I, na Carta Régia de Agosto de 1204[8], dispõe que "A assembleia dos homens bons (*concillium*/concelho) mudará os seus alvazis todos os anos". (Cap. 4); conserva o privilégio da almotaçaria ao concelho, (Cap. 1), o que aliás confirma em nova Carta régia, dada em Santarém, a 7 de Dezembro de 1210.

Na Cúria Régia de 1211, reunida em Coimbra, D. Afonso II estabelece os fundamentos de uma política de centralização jurídica-administrativa, ao estatuir leis gerais para todo o país, como a da desamortização. Porém, o concelho de Lisboa continuou a reger-se pela regulamentação do seu foral particular.

Na Carta Régia de 27 de Junho de 1227[9], feita em Coimbra, D. Sancho II reforça os poderes do Concelho de Lisboa, ordenando, no Cap. 1, o seguinte: "Os vossos vizinhos (habitantes) disseram-me que por causa dos magnates da cidade os vossos alvazis não têm força para fazer justiça e para emendar os agravos feitos aos pobres (*rancuras pauperum*): mando firmemente que nem alcaides nem outros maiorais os impeçam de administrar justiça e aqueles que os impedirem sejam considerados meus inimigos, expulsai-os da cidade e confiscai-lhes quanto possuirem, isto por meu mandado". Também, "Mando que os alvazis julguem segundo o seu costume

---

[1] (*Majordomus curiae*), primeiro funcionário da administração civil e administrador da casa real.

[2] (*Cancellarius*), que lavrava, ou mandava lavrar, os diplomas régios. Em 1182, Julião Pais é nomeado por D. Afonso Henriques chanceler-mor da cúria régia. Tinha funções muito amplas, estando-lhe confiado o selo real com que eram autenticados os diplomas régios, selo que passou a ser de chumbo no reinado de D. Afonso II, e detinha a chefia da magistratura.

[3] (*Tenens*), governador da cidade em nome do rei, o alcaide, estando a cadeia no castelo. Os réus eram citados pelo porteiro do alcaide.

[4] Magistrado municipal, tendo como oficiais subalternos os 'saiões' encarregados de citar e penhorar os 'peões'.
Fernando Pedro figura, também, numa escritura de venda de uma parte de casa em Alfama, em 1182 (Cartul. de S. Vicente, fs. 2 v.) e noutra, na venda de uma herdade no termo da cidade, de 1185 (Col. Espec., I. Cx. 80).

[5] Assina na qualidade de Juiz de Lisboa (*judex ulixbonensis*) um doc. em 1195. T. do T., Sé de Coimbra, maço 6, doc. 34.

[6] Administração económica municipal destinada a regular os preços dos víveres, e seu bom aprovisionamento, das soldadas ou dos trabalhos dos mesteirais. Era, também, o rendimento proveniente das multas por infracção das posturas estabelecidas.

[7] Para além de ser a 'polícia' do comércio do município, multando as infracções das posturas do concelho, fiscalizando os preços dos mesteirais e regateiras, dos pesos e medidas do pão, vinho e azeite, examinar as balanças, percorrer o município para evitar esterqueiras e entupimentos de canos, e servidores de água, cuidava da limpeza das ruas.

[8] Dada em Guimarães e enviada a D. Sueiro, bispo de Lisboa, ao Alcaide de Lisboa, e aos Alvazis e Concelho.

[9] A carta está datada "dia de S. João Baptista" e o ano é incerto.
A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª. Dinastia (1179-1383). Prof. Doutor Marcello Caetano. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 110-11.

e foral e dêem-me o meu Direito e façam justiça aos agravados".

D. Sancho II reuniu Cortes, em Coimbra, no ano de 1229.

Durante este primeiro período, de mais de meio século, é de admitir que as assembleias do concelho se realizassem ao ar livre, no adro da Sé, o *forum* da cidade, ficando a arca do concelho, contendo dinheiro e documentação, à guarda do respectivo cabido.

2.

Com a governação de D. Afonso III tem início um novo período que se poderá chamar de ***consolidação do Estado***[10], em que se multiplicam as leis gerais e estruturação dos órgãos de governo, municipais, policiamento, etc.

Neste período que vai até final do reinado de D. João II verifica-se um reforço da autoridade régia bem expressa nas múltiplas convocações de Cortes.

A partir de 1255, D. Afonso III inicia a transferência dos 'serviços públicos nacionais' de Coimbra para Lisboa, onde viria a nascer, em 1261, o herdeiro do trono, D. Dinis.

Nas Cortes[11] de Coimbra, de 1261, o monarca decide nomear o primeiro *meirinho-mor*[12] do reino e, em 1265, começa a promover o aperfeiçoamento do sistema judicial, publicando um conjunto de leis e dotando o *tribunal régio* de um novo corpo de magistrados, os *sobrejuizes*.

Estas disposições de ordem pública iriam provocar conflitos com os grupos privilegiados e, de certo modo, com o esquema tradicional foralense do poder do concelho e dos seus alvazis.

D. Dinis, com 17 anos de idade, recebe de seu pai o governo do reino em 1278, ano anterior à morte do monarca.

De 1282 a 1290, o rei desenvolve a reordenação do aparelho administrativo e estimula a organização concelhia. De facto, há notícia de ter sido determinado a obrigatoriedade de alcaides e meirinhos assegurarem a tranquilidade pública e intervirem em desacatos nas ruas.

Por Carta Régia, dada em Lisboa, de 30.IV.1295, é aumentado o número dos magistrados municipais, de dois alvazis para quatro. Os dois já existentes passaram a *alvazis gerais*, para julgar todas as contendas; dos novos, um era *alvazil dos ovençais*, julgando pleitos que envolvessem funcionários zeladores do património régio; o quarto, *alvazil dos judeus*, para julgar as questões entre aqueles e os cristãos. Aliás, por carta régia, dada em Lisboa, em 28.I.1299, é criado mais o *juiz dos órfãos*.

Nas Cortes[13] de Coimbra, de 1303, o rei aprova a lei sobre os tabeliães e os selos dos concelhos. Três anos depois seria promulgado o Regimento dos Tabeliães, mais uma medida centralizadora e de reforço do poder régio.

Neste reinado o plenário do Concelho continua reunindo no adro da Sé.

Nos primeiros anos do reinado de D. Afonso IV, digamos de 1325 a 1332, o rei tem particular intervenção nas questões da segurança pública e, necessariamente, no aperfeiçoamento da justiça, resultando num reforço da centralização do poder régio.

Institui os *juizes de fora*[14], geralmente letrados, nomeados pelo rei para substituir, quando conveniente, os 'juizes de dentro' (os naturais da cidade).

Além disso, a intensificação do recurso ao serviço judicial exigiu o seu reforço. Assim, foi instituído o seguinte esquema de magistratura:

a) 'Audiência' (ou tribunal), que cedo começou a ser designada *Casa do Cível*, localizada onde o rei determinasse (primeiro em Santarém e mais tarde em Lisboa), composta por quatro *sobrejuizes* e por dois *ouvidores* do crime;

b) segunda 'audiência', ambulante, que acompanhava o rei nos seus itinerários, chamada *Casa de Justiça da Corte* (1ª. instância e 'suplicação'), constituída por dois *ouvidores* do cível e dois do crime;

c) terceira 'audiência', chamada da *Portaria*, superintendida pelo *Porteiro-mor* e formada por três *ouvidores*

---

[10] Com a conquista do Algarve, em 1249, D. Afonso III dá ao território português as suas fronteiras quase definitivas.

[11] D. Afonso III reuniu Cortes em Guimarães, 1250, em que houve queixas relativas ao ambiente nacional; em Leiria, 1254, completa, pois incluiu representantes da classe popular; em Coimbra, 1261; em Santarém, 1273.

[12] De nomeação régia estava encarregado de garantir a intervenção do poder real no plano judicial, mesmo em domínio senhorial. Intervinha em questões que implicassem a pena de degredo, a violação do caminho público, a vigilância do cumprimento das ordens do rei, a violência sobre mulheres, a perseguição de 'ladrão conhecido', nas agressões contra juízes ou prelados da igreja, etc.

[13] D. Dinis realizou as seguintes Cortes: (1282) Évora, 1285 (Lisboa), 1288 (Guimarães), 1291 (Coimbra), 1303 (Cimbra) e 1305 (Lisboa).

[14] Considerava D. Afonso IV que "...os naturais da terra teem hi muitos parentes e amigos e outros que com eles hão divididos de conlacia e doutros semelháveis e alguns com outros hi malquerenças e desamor, ou hão receança deles, por os quais o dereito presume que tão compridamente não farão dereito come os estranhos...".

dos feitos de el-rei que tinham o cargo de despachar e julgar os casos relacionados com a fazenda real, propriedades da coroa, cobrança de receitas régias e casos relacionados com os funcionários do fisco e pessoas sob a protecção real, como judeus e mouros.[15]

Acerca das obrigações dos alcaides e meirinhos em garantir a segurança pública, encontramos em alguns dos 64 'capítulos gerais', apresentados pelos procuradores dos Concelhos, e respectivas respostas régias, nas Cortes[16] de 30.V.1331, em Santarém. Destacamos as seguintes:

Cap. 36 - Que quando os juizes e homens bons não querem fazer almotacés, os fazem os alcaides de certas vilas;

R. - Que os alcaides não façam almotacés nem alvazis sem acordo do Concelho.

Cap. 37 - Que os alcaides não teve tantos homens como devem para guarda da vila e lhes não dão mantimentos, pelo que as vilas andam mal guardadas;

R. - Que já providenciou em tal sentido, mandando que os alcaides se concertem com os juizes e alvazis.

Cap. 42 - Que os rico-homens, cavaleiros, prelados e abades, trazem consigo, ou acoitam, degredados e malfeitores;

R. - O rei condena o costume e promete intervir.

Cap. 49 - Que quando pedem assistência contra os fidalgos aos vizinhos, alcaides e juizes estes se escusam por falta de um mandato real.

R. - Que nos que se escusarem as justiças os degradem da terra, lhes derrubem as casas e cortem as vinhas, e se não quiserem sair do Concelho, que os prendam.[17]

Em 1332 é regulamentado o cargo de corregedor[18] e em 1340 é promulgado o Regimento dos Corregedores.[19]

A partir de 1342, começam a aparecer nos Concelhos dois ou três *vereadores*, supondo-se que já em 1338 fôra elaborada uma 'Ordenação dos Vereadores dos Concelhos'.

Não poderíamos deixar de referir a ainda não esclarecida questão do local onde, neste reinado, o Concelho se reunia: desde 1326 "à porta da Sé" ou "no adro da Sé"; desde 1336, no "respectivo Paço" a que numa escritura de quitação de 1.IX.1339[20], já se refere, pela primeira vez 'Câmara do Paço do Concelho'. Mas, para lembrar, permitimo-nos citar parte do que os ilustres olisipógrafos Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo publicaram[21] acerca deste reinado:

1326 (10.XII) - Perante a *porta da Sé*, Rui Vasques, alvazil dos ovençais e dos judeus, preside ao Concelho.

1331 (10.VI) - No *adro da Sé*, reúne o Concelho com João Martins, alcaide-menor (substituindo Rui Guarda do Casal, alcaide-maior); Pero Esteves, alvazil geral dos feitos do cível; Martins Anes Alborrique e João Esteves Pão e Água, alvazis gerais dos feitos do crime; Gil Peres, alvazil dos ovençais e dos judeus; Martim Vicente, procurador do Concelho; Gomes Lourenço, tesoureiro do Concelho; e outros.

1336 (25.I) - Concelho reúne no respectivo *Paço* com Gil Vasques, alcaide-menor (substituindo Soeiro Mendes, alcaide-maior); Estevam Anes e Martins Vicente, alvazis gerais; João Anes e Pedro Anes Palhavã, alvazis dos feitos do crime; Afonso Martins, alvazil dos ovençais e orfãos; Martim de Rates[22], tesoureiro do Concelho; e outros.

1339 (1.IX) - Assembleia municipal na *câmara do Paço do Concelho* estando presente: Martim Fafes, alcaide; João Anes Marvam (?) e João Esteves Pão e Água, juizes; João Vicente, procurador do Concelho; Lourenço Martins e Afonso Anes, alvazis dos ovençais; Estevam Domingues, escrivão da sisa pelo Concelho; Afonso Santarém, escrivão do Concelho e outros.

---

[15] Cf. *História do Direito Português (1140-1495)*, Prof. Doutor Marcello Caetano, Lisboa, Verbo, 1981, pp. 309-310.

[16] No reinado de D. Afonso IV realizaram-se Cortes em Évora (Abril, 1325) em que o rei exige que os representantes dos três 'estados' lhe jurem obediência, Santarém (Junho ? Agosto ? 1340) e Lisboa (Agosto-Setembro 1352).

[17] Livro 1°. das Cortes. Arq. C.M. Lisboa, fs. 1v. - 7v do códice 7.

[18] Magistrado, anteriormente designado meirinho, a quem cumpre a administração da justiça, isto é, corrigir ou emendar erros, violências ou faltas do poder judicial, averiguando o desempenho dos juizes do Concelho e dos 'juizes de fora'. Actuavam junto das populações e, mesmo, dos senhoríos privados, onde tinham acesso.

[19] *A Administração Municipal de Lisboa*, pp. 138-154.

[20] Entre Pero de Alfama e o Concelho: "...Sabbam todos que na era de mill e trezentos e seteenta e sete anos primo dia do mes de Seteembro em a cidade de Lixboa na Camara de Paaço do Conçelho...". Livro II d'el-Rei D. Fernando. Arq. Hist. da C. M. Lisboa, fl. 17.

[21] *Casas da Câmara de Lisboa*, Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, Lisboa, ed. da C.M.L., 1951, p. 29.

[22] Em documento de 2 de Abril era escrivão da Alfândega.

1340 (7.IV) - Assembleia na *câmara do Paço do Concelho*, estando presentes: Rui Pires, corregedor por El-Rei na Estremadura; João Esteves Pão e Água, juiz; Vasco Anes, almoxarife das ovenças do rei; e outros.

1345 (5.X) - Assembleia na *câmara do Paço do Concelho*. Presentes: Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide; João Alves Palhavã, alvazil geral; Afonso Martins Alvernaz, Martinho Anes Alborrique e Pedro Bolhom, alvazis do crime; Nicolau Dinis, Rui Pires e Afonso Ares de Sam Nicolau, vereadores; João Vicente (advogado) procurador do Concelho; e outros.

1352 (9.XI) - Assembleia na *câmara do Paço do Concelho*. Presentes: João Alves Palhavã, alvazil dos gerais; Gonçalo Esteves Fariseu e Afonso Martins Alvernaz, alvazis do crime; João de Arrochela, Lourenço Giraldes e Afonso Pires, vereadores; Fernão Martins, procurador geral do Concelho; Martim Afonso, tesoureiro do Concelho; Fernão Rodrigues, juiz por el-rei na Alfândega; João Afonso das Regras e Filipe Dongel, sacadores del-Rei; João Simão, vedor das casas de el-rei na cidade; e outros.

1354 (20.XII) - Assembleia na *câmara do Paço do Concelho*. Presentes: João Gonçalves, corregedor por el-rei na Estremadura; Fernão Martins, alvazil geral; Fernão Rodrigues e João da Arrochela, vereadores; Lourenço Maça, procurador do Concelho; e outros.

1355 (7.VI) - Assembleia *ante a porta da Sé*. Presentes: João Peres, alcaide; Afonso Martins Alvernaz, alvazil do Concelho; João Anes Palhavã, alvazil geral; Martim Mendes e Afonso Pires, vereadores; Nuno Rodrigues, procurador do Concelho; Fernão Martins, juiz dos testamentos; Fernando Alvares e Vasco Afonso, alvazis dos ovençais; Gonçalo Durães, alcaide-pequeno; Lourenço Durães, escrivão do Concelho; e outros[23].

(28.IX) - Assembleia na *câmara do Paço do Concelho*. Presentes: João Alves Palhavã, alvazil geral; Lourenço Martins e Afonso Pires, vereadores; Nuno Rodrigues, procurador; João Rol e João Lourenço, contadores de el-rei; e outros.

1356 (11.I) - Assembleia no *paço do Concelho*. Presentes: João Peres, alcaide; João Anes Palhavã e Afonso Martins Alvernaz, juizes; Lourenço Martins, Martim Mendes e Afonso Pires, vereadores; Nuno Rodrigues, procurador do Concelho; Vasco Anes, tesoureiro; e outros.

Há quem defenda que a 'câmara', ou sala, onde se reunia, neste reinado, o Concelho municipal era dependência anexa à 'igreja' de Santo António[24], de facto fronteira ou 'ante a porta' ou adro da Sé. Aliás, num documento de 1753, e numa consulta do mesmo ano, o Senado de Lisboa reclamou a D. José I a restituição das chaves das suas propriedades em Santo António da Sé "...de que se acha de posse há mais de quatrocentos anos...".

Apesar do curto reinado (16 anos), e ter falecido na idade de 38 anos (22.X.1383), a governação de D. Fernando I tem extraordinária importância para o tema da nossa intervenção quanto se refere ao policiamento e reforço administrativo em pleno período de guerra mas com grande desenvolvimento do comércio marítimo.

Em 1369 (28.III)[25], em resposta às reclamações do Concelho contra os roubos e desacatos dos marinheiros estrangeiros, o Rei confere-lhe poder para os justiçar. Conta Fernão Lopes[26] que para o efeito se instituíram guardas, de cidadãos a pé e a cavalo, para fazer a polícia conveniente aos forasteiros.

Com o objectivo de eliminar 'abusos', habitualmente praticados pelos nobres contra o 'povo', como reclamavam as 'elites' dos concelhos, D. Fernando I promulga medidas administrativas, em 1374, aproveitando para defender os próprios interesses da coroa, como seja a mudança de *ouvidores da portaria* para a nova designação de *vedores da fazenda*, sob a alçada do poder judicial.

---

[23] Assistiram vários mesteirais (alfaiates, sapateiros, ourives, etc.).

[24] *Casas da Câmara de Lisboa*, p. 28.
- A casa de St°. António, que fora dos pais do santo, e onde este nascera, no sítio denominado 'pedreiras da Sé', já existia no ano de 1431, data da bula do Papa Eugénio IV que a ela refere, conforme *Dicionário da História de Lisboa*, de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994, p. 860.

[25] *A Administração Municipal de Lisboa*, p. 79

[26] *Crónica de D. Fernando*, Proémio, 'Inéditos' da Academia das Ciências de Lisboa, 2ª. ed., 1925, pg. 126.

[27] Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1756-1819), no seu *Esboço de um Dicionário Jurídico*,... Lisboa, 3T., 1825-27, no termo 'quadrilheiro', diz: "Estes officiaes correspondem aos officiaes que em Roma eram chamados 'Iremarchas', dos quaes se falla no tit°. do Cod. de Iremarchis, porque os presidentes das províncias, a que correspondem os nossos corregedores das comarcas, deviam eleger certos homens que vigiem sobre o socego público".

Em 1375 (28.V), a Lei das Sesmarias, para além da sua índole essencial de promoção agrícola, tem o objectivo social, complementar, de 'combater' a mendicidade, vadios e ociosos e, d'aí, nascer mais um braço de fiscalização e repressão.

Mas outra importante medida é a tomada pela Carta Régia de 12.IX.1383, também de carácter de prevenção criminal e ordenamento da tranquilidade pública municipal, em resposta aos "...muitos furtos e mortes dhomees..." que se verificavam em Lisboa. Por este diploma, ordenava-se que, de dia e de noite, a cidade fosse patrulhada. Assim, são nomeados dois *meirinhos*, Estevão Marques e Afonso Furtado, conjuntamente com o *alcaide pequeno*, com homens do Rei de prenderem e entregarem à justiça os malfeitores.

Além disso, em cada freguesia dois *homens-bons*, serviriam de informadores dos meirinhos, inquirindo sobre a vida dos respectivos moradores, formando grupos de cinco homens - os *quadrilheiros*[27] - para vigiar de noite as suas ruas, com o encargo de manter, durante a noite, candeias de azeite, acesas, para iluminação.

Pelo extraordinário interesse desta decisão precursora de policiamento municipal, transcrevemos o texto original em rodapé.[28]

Apesar das lutas com Castela, e da preocupação da governação, D. Fernando I realizou Cortes em Lisboa, 1271(VII-VIII); Porto, 1372(18.VII); Braga, 1372(17.VIII); Leiria, 1372(13.XI); Santarém, 1373(III); Leiria, 1376(XI); Torres Novas, 1380(30.VIII) e Santarém, 1383. Continua discutível se teria havido Cúria em Setº. de 1375 em Atouguia da Baleia.

Como último apontamento, para este reinado, diga-se que em 30 de Janeiro de 1369 ardeu "...toda a parte da Rua Nova e a da Confeitaria (das Ferrarias) e Ver-o-Peso. A rua Nova (ou 'rua pública') vinha desembocar no Largo do Pelourinho onde se situava, pelo menos desde 1294, a repartição municipal de 'Ver-o-Peso', a que séculos mais tarde se chamou 'Balança Pública' ou 'Balança da Cidade'. É provável que o Paço do Concelho aí tenha estado transitoriamente.

Com o falecimento de D. Fernando, assume a Regência D. Leonor Teles que, a conselho dos 'homens bons', demite os 'judeus' de todos os cargos públicos.

É o Mestre de Avis, aclamado Regedor e Defensor do Reino, em Lisboa (XII.1383), que integra os 'mesteirais' ou 'artífices' na administração municipal olisiponense, por Carta Régia de 1.IV.1384, determinando que as *autoridades municipais* não pudessem aprovar posturas, aumentar impostos, contrair encargos, eleger juizes, vereadores ou procurador, ou 'dar ofícios' (nomear funcionários), sem que dois *homens bons* de cada mester fossem chamados a votar, deliberando-se por maioria[29].

---

[28] Carta régia de 12.IX.1383, dada na cidade de Lisboa. Livº. II d'el-rei D. Fernando. Arq. Hist. C.M. Lisboa, fs. 42 e segs... Códice 8:
«Dom fernando pella graça de dꝺ Rey de Portugal e do Algarue a vos juizes, vereadores, homeẽs boõs da Çidade de lixboa, saude. Sabede q̃ Aluº glz̃, veedor da nossa fazenda, nos disse q̃ elle falara com uosco da nossa parte, em como nos fora dito q̃ em essa Çidade sse fazião muitos furtos e mortes dhomeẽs, assy de dia como de noyte, e outros maães (males) e forças e Roubos, e q̃ nos mãdauamos q̃ oolhassedes de poer hi tal Regymẽto q̃ sse Refreassem os homẽes de fazer esses maães, e q̃ os q̃ os fezessem ouuessem escarmẽto com jostiça, em guĩsa q fosse eixenplo tal pr q̃ sse cabidassem os maãos de fazer o q̃ faziom; e q̃ nos, a conprir nosso mandado, acordarades q̃ era bem de poermos por meirinhos, pa prender e apoderar os q̃ mal fezessem e quisessem fazer, a Steuão Vaasques e affomso furtado, scudeiros, nossos vassalos e vossos vezynhos, e q̃ lhes mandassemos q̃ de dia e de noyte andassem com seus homẽes pr a dita Çidade, e com elles o nosso alcaide pequeno e os nossos homẽes, . esse parassem pr as partes da Çidade e andassem pr ella, e oolhassem q̃sse alghuũ quisesse fazer alghuũ aleuantamento, ou peleja, ou outº alghuũ malafiçio, ˜ fosse logo pr eles, ou cada huũ deles, preso e apoderado e entregue aa jostiça, pa lhy dar escarmẽto,. qual coubesse seghũdo o feito fosse; e q, outº ssy, pa sse refrearẽ os maães, e sse saber os q os fazĩom, ordinharades q em cãda huã freegesia ouuesse dois homeẽs boõs, q eñ cada huã ssomana enqueressem e soubessem q̃ vyuenda faziom os q̃ morão em cada huã freegesia, e os q sse com elles colhiã, e de q fama erom, e sse achassem alghuũs q nõ usauão de ssy como deviom, e erom de ma fama, q̃ o veessem dizer em cada sabado os q̃ assy achassem aos ditos meirinhos, em segredo, e q̃ os ditos meirinhos os prendessem e trouuessem aa jostiça, pa saberem o q̃ assy deles acharaõ esses homeẽs boõs, e lhes darem tal escarmẽto, ql vissem q̃ conpria pa escarmẽto dos outros ; Outº ssy q̃ ordynharades q̃ os ditos homeẽs boõs das ditas freegesias fezessem cada huũs, em sua freegesia, em as Ruas q̃ vissem q̃ conpria, pa escarmẽto dos outros ; Outo ssy q̃ ordynharades q̃ os ditos homeẽs boõs das ditas freegesias fezessem cada huũs, em sua freegesia, em as Ruas q̃ vissem q̃ conpria, teer candeas açesas pr toda a noyte, em gisa q̃ as Ruas fossem alomeadas, por q̃ pr esto os q̃ mal fazem de noyte sse cabidarião de andar pr a Çydade; e q̃ , outº ssy, em cada huã freegesia, fossem postos, cada huã noyte, çynco homeẽs, q̃ oolhassem, sse ouvissem andar alghuũs pr a freegesia, q̃ prender podessem, q̃ os prendessem e leuassem aa jostiça ; Outº ssy q̃ ordenarades q̃ os quadrilheiros, q̃ ssom postos pr as Ruas, teuessem prestes suas armas aas portas, e q sse vissem volta pr a villa ou braadar por jostiça q̃ saissem logo, pa apoderar os q̃ mal fezerem ; Outº ssy q̃ ordenarades q̃ as portas da Çidade fossem çerradas em cada huã noyte, e q̃ certos homeẽs teuessem as chaues, e nõ as abrissem sse nõ de dia ; e q̃ sse acõteçesse q̃ sse fezesse alghuũ malefiçio de noyte, q̃ logo fosse dito a esses, q̃ as chaues teuerẽ, q̃ nõ abrã essas portas ssem mandado da jostiça, e sse as teuessem abertas de noyte ou de dia q̃ as cerrassem logo e as nõ abrissem ssem mãdado, como dito he. E nos, veendo o q̃ nos assy o dito aluº glz̃ disse q̃ assy ordenarades, e oolhando como era bem ordenado, e q̃ pr ello sse pode refrear de sse fazerem os maães e sse fazer jostiça aos q̃ o fezerem, de q̃ avemos grande talante, porem avemos por bem feito o q̃ assy pr nos foy ordenado, e mandamos aos nossos Cres (corregedores) e juizes q̃ ssom e forem em a dita Çidade, q̃ o façã assy conprir e guardar pr a guisa q̃ dito he e que foy ordenado. Ende os huũs e os outros al nõ façades. Dãte em essa Çidade de Lisboa,. doze dias de setẽbro, ElRey o mandou pr o dito Aluº glz̃ ,. seu vassalo e veedor da sua fazenda. Afomso pẽz a fez. Era de mill iiijce xx j anos.».

[29] *História do Direito Português*, p. 499. Aqui, também Marcelo Caetano considera inexacto que, quer o Mestre de Avis quer D. João I, tenha criado a chamada 'Casa dos Vinte e Quatro' (12 corporações).

D. Duarte viria a limitar o ingresso dos mesteirais, na 'câmara', a quatro procuradores, *mestres*. Estes não podiam ser condenados a pena vil e, nos actos públicos e oficiais, empunhavam, como insígnia do cargo, uma vara vermelha encimada pelas armas da câmara.

Nas Cortes[30] de Coimbra (IV.1385) D. João é 'eleito' rei e logo nas Cortes de Lisboa, de 1389, é aprovado um conjunto de legislação visando reforçar a capacidade de intervenção da administração régia.

Pela Carta Régia ('lei') de 12.VI.1391, dada em Évora, e que ficou conhecida por *Ordenação dos pelouros*, é estatuído o método eleitoral dos juizes, vereadores, procurador e restante corpo municipal para evitar "...as grandes sayoarias e rogos, p^r^ guisa q̃ sse faziam os oficiaes quaaes nõ compriam e dapmosos a essas cidades e villas e julgados, e outrossy se faziam em essas enliçoes voltas e roydos e ficavam em myzades antre os boõs...".

Assim, é determinado que os oficiais encarregados do governo da cidade escrevessem no livro da vereação, e em capítulos ou 'róis' separados, conforme os cargos para que os julgassem competentes, os nomes dos *homens bons* do concelho, *escolheitos*. Depois, cada nome era escrito num pequeno papel (*alvará*, diz o diploma) que se metia em pequena bola de cera, chamada *pelouro*. Essas bolas eram encerradas na *arca dos pelouros*, com duas chaves. A extracção dos *pelouros* realizava-se anualmente, lançando-se as bolas do cargo que se pretendia nomear, numa espécie de capuz (capêlo = *capeynte* ou *capeirete*) de onde um *homem bom* extraía, à sorte, tantos *pelouros* quantas as pessoas que iam servir no ano seguinte.

No capítulo 5°. das Cortes de Santarém, de 1418,[31] é solicitado que os *quadrilheiros* não sejam obrigados a fazer rondas noturnas; o rei acede ao pedido salvo em caso de necessidade. É o seguinte o texto integral do capítulo e do respectivo aresto:

« - E out° ssi dizem que a dita Çidade teẽ feitos seus quadreleiros p^a^ as Ruas, que se alguũs fezerem aruidos, ou outros malefiçios, q̃ com os moradores das Ruas saiam a elles e prendom aquelles que os malefiçios fezerem, pera delles se fazer conprimento de drt°, e que ora o nosso Corregedor costrange os ditos quadreleiros que andem de noite guardando a çidade com o alcaide pequeno, o que nũca foy; q̃ o alcaide pequeno deue de teer tamtos homẽs da alcaidaria que com elle guardem a çidade, seg° senpre foy; e que nos pediam por merçee q̃ mandasemos dar boõs mãtymentos aos homẽs da alcaidaria, em guissa q̃ guardassem a Çidade, e os quadreleiros, q̃ nũca tal emcargo teuerom, que nom fossem costrangidos pera guardar a dita Çidade de noite.

A este capitollo Respondemos e demos a elle Resposta: - que husem, como se senpre husou, salvo quando forem algũas neseçidades a q̃ todo homẽ deue de recodir e se nom deuem descussar.»

Também, em 1418, é promulgado novo *Regimento dos Corregedores* que não só revê o anterior de 1340, como altera o sistema eleitoral, fixado pela Lei de 12.VI.1391, para os cargos camarários e que passou a ser o seguinte: "Ao corregedor competia, ao chegar à cidade ou vila, chamar à Câmara os juizes, vereadores, procurador e homens-bons para escolherem seis pessoas que, duas a duas, separadamente e depois de prestarem juramento, indicassem nomes idóneos para juizes, vereadores, procurador e escrivães da Câmara, em rol distinto para cada cargo. Entregues os róis ao corregedor, este comparava os papéis recebidos e seleccionava os votados, encerrando cada nome deles em *pelouro*, depois metido num saco para cada função e guardados os sacos na arca, para oportuno sorteio pela mão de *um moço até sete anos*."[32]

Por ser da maior importância para a datação documental, de registar que pela Carta Régia de 22.VIII.1422, é ordenado que a era de César (ou de Augusto) seja substituída pela Era de Cristo, isto é, diminuindo 38 anos. Assim, o ano de 1460 da Era de César passou a ser 1422 d.C.

Cerca de 1413, D. João associou o primogénito e herdeiro do trono, D. Duarte, ao governo do País e, datadas de 1431-32, já se conhecem 'cartas régias' assinadas pelo Infante em nome do rei que viria a falecer em 14.VIII.1433.

O juramento e preceito de menagem ao novo rei D. Duarte I realizou-se nas Cortes[33] de Leiria (XI.1433).

---

[30] Inicialmente, D. João I foi obrigado pelos representantes do povo a realizar Cortes anuais. Porém, depois, o monarca decide espaçá-las. Foram as seguintes: Braga (XI.1386); Coimbra (V.1387); Braga (XI.1387); Braga (II.1389); Lisboa (III.1389); Coimbra (III.1390); Évora (I.1391); Coimbra (IV.1391); Viseu (XII.1391); Serra de El-Rei, junto de Atouguia da Baleia (XII.1393); Coimbra (XII-1394/I.1395); Santarém (1396); Coimbra (XII.1397/I.1398); Porto (X.1398); Lisboa (VIII-1399); Coimbra (VI.1400); Guimarães; (I.1401); Montemor-o-Novo (III.1402); Lisboa (VII.1404); Santarém (V.1406); Évora (IV.1408); Lisboa (VIII-1410), (V.1412) e (VI-VIII.1413); Estremoz (II.1416); Lisboa (IX.1417); Santarém (VI.1418); Lisboa (XI.1427); Santarém (V-VI.1430).

[31] *Livro dos Pregos*, do Arq. Hist. da C.M. Lisboa, fs. 199v.

[32] *História do Direito Português*, p. 498.

[33] As Cortes de Leiria continuaram no mesmo mês em Santarém, entrando em 1434, com capítulo gerais. Além dessas, realizaram-se em Évora (III.1436) e Leiria (I.1438).

Pela Carta Régia de 20.VI.1437, se confirma que os *vereadores* ainda eram três, e um *procurador* da cidade, e que a cada um, por serviço anual, foi mandado dar, em suplemento ao mantimento que recebiam, dois moios de trigo, sendo o valor do moio, na época, 600 reais[34].

Nas Cortes de Leiria, de 1438, é confirmado aos mesteres o direito de representação na Câmara de Lisboa.

Por morte de D. Duarte (9.IX.1438), a regência passa para D. Leonor, por vontade do falecido, apesar de nas Cortes de Torres Novas, realizadas até 8 de Novembro, D. Henrique ter apresentado outra solução: um poder tripartido. Porém, nas Cortes de Lisboa (XII.1439) D. Pedro é declarado Regente único, como 'regedor e defensor do Reino até 1446 (15.I) em que D. Afonso atinge a idade de 14 anos.

De facto, nas Cortes[35] de Lisboa (I.1446) o Infante D. Pedro entregou o governo a D. Afonso V, o qual lhe pede que colabore com ele no governo do Reino, o que sucedeu até Julho de 1448.

Pouco depois do início deste reinado são publicadas, em 1447, as *Ordenações Afonsinas*, primeira compilação oficial das leis portuguesas.

Pela Carta Régia[36], dada em Oeiras, de 7.III.1460, estatuíram-se alguns privilégios aos quadrilheiros, considerando o seu trabalho como ofício e mandando inscrevê-los em livrò da Câmara.

No *Regimento* dos ordenados e mantimentos dos oficiais da cidade de Lisboa, datado de 12.II.1471, é fixado a cada um dos três vereadores, e do procurador da cidade, o vencimento de dois mil reais e de dois moios de trigo.[37]

Ainda no reinado de Afonso V, a *Casa de Justiça da Corte* passou a chamar-se *Casa da Suplicação*, e em 1475 já aparece esta nova designação.[38]

O preito de menagem ao novo Soberano, D. João II, realizou-se nas Cortes[39] de Évora (12.XI.1481) que continuaram, até Abril de 1482, em Viana do Alentejo.

Em Carta Régia[40], de 29.III.1484 é determinado que os mesteres de Lisboa elegessem um representante, de entre eles, como juiz com assento na Câmara, o qual passou a chamar-se *juiz do povo* em 1620.

Na Carta Régia[41], de 15.IV.1486, é declarado que "havia por bem que Gomçallo de Olyveira servisse de vereador, em substituição dos dois primeiros que tinham sido eleitos, e, emquanto ao outro, se guardasse o costume e ordenança da cid.e". Trata-se de uma intromissão régia nas eleições camarárias, de Lisboa, o que aliás continuou a suceder neste reinado, com um controlo rígido e fiscalização prévia dos eleitos, como se verifica nas Cartas Régias de 4.III.1488, 7.II.1490, 20.III.1491 e 27.VIII.1493.

3.

D. Manuel I, duque de Beja, por acto testamentário do primo e cunhado D. João II, assinado em Alcáçovas (30.IX.1495), o qual viria a falecer, em Alvor, a 25.X.1495, é aclamado rei em Alcácer do Sal (27.X.1495) e jurado novo monarca nas Cortes[42] de Montemor-o-Novo, em Novembro.

Neste reinado tem início um 3º. período, chamado de ***estabilização do Estado***, que decorre até final do reinado de D. João V (1750).[43]

---

[34] *Livro 2º. dos reys, D. Duarte e D. Afonso V.* Arq. Hist. da C.M. Lisboa, fs. 13.

[35] No reinado de D. Afonso V realizaram-se as seguintes Cortes: Évora (III.1447); Santarém (IV.1451); Lisboa (III.1455), (VI-VII.1455), (VI.1456), (VI-VII.1459) e (XI.1460); Évora (I-II.1461); Guarda (VIII-IX.1465); Santarém (V-VI.1468); Lisboa (XII.1471); Coimbra (VIII.1472 que continuaram em 1473, até Março, em Évora); Évora (II-III.1475); Lisboa (III-V.1476); Montemor-o-Novo (I-III.1477); Santarém (IX-XI.1477); Lisboa (IV.1478).

[36] *Livro dos Pregos*, fls. 263:

«Dom afomso per graça de ds Rey de portugall e do algarue e Sñor de çepta e dalcaçer ẽ afrrica, Aquamtos esta nossa carta virem fazemos saber que a nos deserom os vereadores,. pdor e homẽs bõos da nossa muy nobre e leall çidade de lixboa,. como por ser neçesario a noso seruiço e rrezoada coussa ao bõo rregimto della, . elles teem hi ordenados de auer çertos homẽs, quaaes lhe parece autos, os quaaes som quadrilheyros em a dita çidade,. e como quer q̃ em o dito ofiçio leuam assaz trabalho e elles ofiçiaaes da cidade lhe dam e fazem algũus fauores, . os nossos coudees e outros ofiçiaaes os acomthiam em armas e beestas, pedindonos pr merçee que os quisessemos dello Releuar. . E visto seu rreq̃rimẽto, e querendolhe em ello fazer graça e merçee : . temos pr bem que daquy em diante aquellas pesoas que teuerẽ o dito ofiçio de quadrilheyros, dados e hordenados per os ofiçiaaes da dita çidade, . scriptos no liu° da camra della, nam sejam aconthiados em arneses nem ẽ beestas, posto que para ello tenhã e ajam conthias, . sendolhe guardado este priuilegio em quanto assy forem quadrilheyros e mays nam; se algũus delles ja ssam aconthiados ou postos pr beesteiros, sejam loguo fora das ditas conthias e rriscados dos liuos da coudelaria e anadarias.. E porem mandamos ao noso coudell mõor e aos coudees da dita çidade e ao anadell moõr dos besteiros do. conto e de pollee e de garrocha, q̃ ora som e o diãte forem, e a quaaes qr outros nossos ofiçiaaes e pesoas a que o Cto (conhecimento) desto pertençer por qll qr gissa q̃ seja, q̃ cumpram e guardem e façam conprir e guardar esta nosa carta aos ditos quadrilheyros, asy e per a gissa q̃ - em ella he contheudo, sem lhe sobrello poerem out° embargo, pr quãto assy he nosa merçee. Dada em hueiras, bij ds do mes de março, . Joham rroiz - a fez, ano do nacimto de nosso Snõr Jhuu X° de mill e IIII LX anos.» .

[37] *Livro dos Pregos*, fs. 311, v.

[38] *História do Direito Português*, pp. 484/5.

[39] Além dessas realizaram-se Cortes em Santarém (I.1483) e Évora (III-IV.1490).

[40] *Dicionário da História de Lisboa*, p. 227.

[41] Livro 1°. do Provimento de offícios, Arq. Hist. da C.M. Lisboa, p. 227.

[42] Neste reinado também se realizaram as seguintes Cortes: Évora (XI-1497); Lisboa (II-III.1498), (III.1499) e (IX.1502).

[43] *História do Direito Português*, p. 31.

Por Carta Régia[44], de 25.VI.1498, D. Manuel decide reiniciar a reforma dos *forais* antigos, começada por D. Afonso V, dada a sua desactualização, de que resultavam " os agravos e males que os *vassallos* sofriam por o povo desconhecer o nome das moedas e o seu valor intrínseco e ser desconhecida a linguagem, escrita, antiguada e latina". A ordem foi cumprida com rapidez pois que em 7.VIII.1500[45], é assinado o primeiro *foral novo*, o de Lisboa, assemelhando-se mais, no entanto, a uma pauta aduaneira que a um foral antigo. É curioso que só por Carta Régia de 5.IX.1502[46], Fernam Pina, que redigiu o foral olisiponense, recebeu, como remuneração do trabalho, trinta cruzados de ouro à custa das rendas da câmara. Em 1520 a reforma dos forais, a nível nacional, estava concluída.

O *Regimento do Senado da Câmara de Lisboa*, datado de 30.VIII.1502, regula as atribuições de cada um dos oficiais da cidade: três vereadores, um procurador, todos obrigados a servir por um ano, escrivão da câmara e outros oficiais subalternos.[47] Manteve-se a prática dos *pelouros*, por sorteio. Também, e de acordo com as 'Ordenações Manuelinas' os vereadores ficaram isentos da tutela do *corregedor da cidade*, como consta da seguinte disposição: "Os corregedores do crime da cidade de Lisboa devassarão quada seis meses, sobre as pessoas que dão tavolagẽ em suas casas, e precederão cõtra ellas, quomo for justiça. E bẽ assi, tirarão devassa dos officiaes da dita cidade, quomo são obrigados fazer os outros corregedores das comarcas, não perguntãdo nella pelos vereadores".

Ainda, neste ano de 1502, D. Manuel promulgou o *Regimento dos Officiaes das vilas, cidades e lugares destes reinos* (*Livro dos Officios*), bem como a, igualmente extraordinária, reforma dos pesos e medidas, cuja fiscalização competia à câmara.

Com a nova possibilidade da difusão das leis pela imprensa, são encarregados da actualização das *Ordenações*, em 1505, Rui Boto, Rui da Grã e João Cotrim. Em 1512 é publicado o Livro I das *Ordenações Manuelinas*; em 1513, o Livro II; em 1514, a edição completa; e em 1521 a versão definitiva.

Em resultado do surto de grande peste de 1505-1507, a sede da Câmara de Lisboa é forçada, naquele primeiro ano, a reunir-se no adro de Santa Maria do Paraíso, fora de portas da cidade, actual freguesia de Santa Engrácia, onde ainda aí reunia em 1531, dado o novo surto em 1527 e 1531, este último ano assinalado por um terramoto.

Pela Carta Régia, de 1.II.1509, são fixadas as denominações dos três *pelouros*: das carnes; da execução das penas e feitos (almotaçaria); das obras e da limpeza das ruas. Nesta época o vencimento anual de cada vereador era de 5 mil reais e cinco moios de trigo e um de cevada; o do procurador de 3 mil reais e dois moios de trigo e um de cevada. Agora o termo 'pelouro' já significa cargo camarário e não bola de cera.

A Carta Régia, de 6.V.1512, estatue que, na eleição dos quatro procuradores dos mesteres, à Câmara de Lisboa, um seja *cristão novo*.

O vencimento anual de cada vereador olisiponense é fixado, por diploma de 13.III.1513, em 20 mil reais e dez moios de pão meado.[48]

O reforço do controlo estabilizador do Estado é demonstrado pela publicação de várias leis, tais como o *Regimento dos Contadores* (27.IX.1514) e o *Regimento e Ordenações da Fazenda d'el-rei* (17.X.1516).

Em 19.XII.1521, D. João III é aclamado rei, com a idade de 19 anos, realizando no seu reinado de 36 anos somente três cortes[49], o que demonstra a tendência cada vez mais absolutista.

Os primeiros dez anos da governação foram assinalados por dois acontecimentos fatídicos para a cidade: o reaparecimento de vários surtos de peste e um terramoto violento que obrigou a Câmara a várias retiradas da Casa de Santo António, à Sé, para outros locais[50].

A Carta Régia, de 15.XII.1525, determinava que a eleição de vereadores e demais oficiais da cidade, se continuasse fazendo por três anos; e que lhe fosse enviada a relação dos eleitos, para escolher os que lhe parecesse (ao rei) mais aptos para o seu serviço e da cidade. A intervenção régia na condução camarária passou a ser ainda mais directa e terminante que nos dois reinados anteriores.

Pela Carta Régia[51], de 6.VI.1528, é acrescentado à pauta dos oficiais da cidade de Lisboa, eleitos para este ano, mais um vereador, letrado.

---

[44] *Livro I d'el-rei D. Manuel*. Arq. Hist. da C. M. Lisboa, fs. 25.
[45] *Livro do Foral da Câmara de Lisboa*, idem.
[46] *Livro I d'el-rei D. Manuel*, idem, fs. 98.
[47] Livro Carmesim. Arq. Hist. da C.M. de Lisboa, fs. 11.
[48] Livro IV d'el-rei D. Manuel, idem, fs. 15. Por Carta Régia, de 20.V.1514, o moio do trigo já valia mais do que 2 mil reais e o moio de cevada mais do que mil reais. Ibidem, idem, fs. 43.
[49] Neste reinado houve cortes em Torres Novas (15.IX.1525), Évora (1535) e Almeirim (30.III.1544).
[50] Como alternativa, a câmara passou a reunir-se nos seguintes locais: 1523 (peste) - casa ou ermida no Campo de Santa Bárbara; 1527 (peste) - edifício indeterminado no Vale de Santo Antão, abaixo do monte de sant'Ana; 1531 (peste; terramoto em 26.I) - nova sede provisória ou de reunião em Nossa Senhora do Paraíso, talvez também em ermida.
[51] *Livro II d'El-Rei D. João III*. Arq. Hist. da C.M. de Lisboa, fls. 69.

Em 1538 é publicada uma Lei contra a *mendicidade* e, no ano seguinte, tem início a actividade do *Santo Ofício*, em Lisboa, sendo nomeado Inquisidor-mor do reino, D. Henrique, à época responsável pelo arcebispado de Braga. O primeiro Regimento da Inquisição portuguesa tem aprovação régia em 1552.

Em 1545 o monarca resolve aumentar o vencimento anual do *provedor* da Câmara de Lisboa de 3 para 5 mil reais.

Por Carta Régia[52], de 20.IV.1548, é promulgado novo *Regimento* para a Câmara de Lisboa.

Nova Carta Régia[53], de 3.I.1550, enviada pelo monarca à Câmara de Lisboa, contendo a pauta da eleição dos oficiais, para esse ano, introduzindo-lhe mais um *procurador* da cidade, além do que já servia. O dever dos procuradores era lembrar, e requerer em Câmara, o que conviesse para o bom governo e administração da cidade. Encarregados do cumprimento de certos actos, de menos autoridade mas de maior presteza na sua execução, assim aliviando o cargo dos *vereadores*.

O Alvará de 11.VIII.1550 autorizou a actualização do vencimento anual dos *procuradores*: em dinheiro, de 5 para 15 mil reais; em trigo, mantendo os 2 moios; em cevada, elevando de 1 para 3 moios.

Pelo Assento da Vereação, de 13.VIII.1555, verifica-se que os pelouros da Câmara de Lisboa eram os seguintes: 'carnes e S. Lazaro', 'limpeza e obras', 'execuções' (almotaçaria); 'provedoria-mór da Saúde'.

Deste reinado não se conhece qualquer disposição avulsa relacionada com o policiamento da cidade.

Em compensação, após as regências de D. Catarina, de Áustria (1557-1562) e do Cardeal Henrique (1562-1568), o neto de D. João III, D. Sebastião, logo no ano seguinte à sua entronização publica uma série notável de disposições relacionadas com a protecção da segurança pública da cidade de Lisboa e, mais concretamente, com os *quadrilheiros* a que os régios diplomas de alguns reinados anteriores não se referiam. São elas, as seguintes:

- Carta Régia,[54] dada em Almeirim, a 31.I.1569, em que o monarca adverte os vereadores, procuradores da cidade de Lisboa e procuradores dos mesteres de que já não se fazia a prática dos quadrilheiros, o que faz falta.

- Alvará[55], dado em Évora, a 17.I.1570, em que institue, para os quadrilheiros, o uso de uma 'vara verde', com as armas reais, para maior autoridade e obediência, regulando o uso das mesmas.

A Ordenação[56], de 28.VIII.1570, vem novamente insistir e esclarecer as questões relacionadas com o policiamento e privilégios, ajurentamento, obrigações e penalidades dos quadrilheiros.

Vejamos alguns pormenores não só do diploma como da prática usada.

«E emquanto os quadrilheiros da cidade de Lisboa usarem o dito officio, haverão para si as armas que tomarem aos ladrões que prenderem, e as que tomarem nas brigas que, conforme as ordenações, se perderem. E poderão protestar por as penas dos arrancamerntos, e demandal-as ás pessoas que prenderem, e lhes serão julgadas como aos alcaides. E os vizinhos que estiverem ordenados ás suas quadrilhas, que lhes não acudirem, chamando elles por ella, pagará cada

---

[52] *Livro III d'el-Rei D. João III*, idem, fls. 84.

[53] *Ibidem*, idem, fs. 93.

[54] *Livro II (cap.) do Provimento d'officios*. Arq. Hist. da C.M. de Lisboa, fs. 75:
«Vereadores e procuradores da cidade de Lisboa e procuradores dos mesteres d'ella, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que n'essa cidade se não fazem os quadrilheiros, como a Ordenação manda e como se fazem em todas as cidades e villas de meus reinos e senhorios, para bem do povo e para se acudir aos arruidos e se prenderem os malfeitores; e porque eu hei por bem que d'aqui em diante se façam, vos encommendo e mando que pratiqueis sobre isso com o governador da casa do cível, a que escrevo que o pratique comvosco, e com elle dareis ordem como logo os ditos quadrilheiros se façam, conforme a Ordenação, porque assim o hei por meu serviço e bem do povo d'essa cidade. Cumprí-o assim. João de Barros a fez em Almeirim aos 31 dias de janeiro de 1569. Rei.»

[55] *Livº. III de Regº. d'Officios, regimentos e alvarás d'el-rei D. João III, D. Sebastião e D. Filipe I*, idem, fs. 23 v.:
«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, por o assim haver por meu serviço e bem de justiça, ordenei e mandei ora que se elegessem e fizessem quadrilheiros nos bairros e ruas da cidade de Lisboa, como os ha em todas as cidades, villas e logares de meus reinos; e, para que melhor possam fazer as diligencias e cousas que tocarem a seus officios e sejam mais conhecidos e obedecidos, hei por bem e me praz que cada um dos ditos quadrilheiros tenha em sua casa uma vara verde, com as quinas reaes de minhas armas impridas n'ella, para com a dita vara acudir aos arruidos e prender e fazer tudo o mais que, conforme a seu regimento, são obrigados; e porém elles não poderão trazer as ditas varas senão quando actualmente fôrem fazer as ditas diligencias e cousas de seus officios, para por ella serem conhecidos e obedecidos como dito é. E mando ao governador da casa do civel e aos corregedores e juizes do crime da dita cidade que lhes deixem trazer as ditas varas na maneira que dito é, e cumpram e façam inteiramente cumprir este alvará como se n'elle contem, o qual se registrará no livro da relação da dita casa do civel e no livro da camara da dita cidade, para se saber como o assim houve por bem e se haver de cumprir inteiramente. E este me praz que valha e tenha força e vigor como se fôsse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, e posto que por ella não seja passado, sem embargo das Ordenações do 2.º liv.º, tit.º 20, que o contrario dispõem. Gaspar de Seixas o fez em Evora, a 17 de janeiro de 1570, Jorge da Costa o fez escrever. Rei. Martim Gonçalves da Camara.»

[56] *Ordenações*, livº. I, titº. 73.

um quinhentos réis, a metade para o quadrilheiro, dando d'isso duas testemunhas, e a outra para captivos.

E sendo os quadrilheiros da dita cidade achados de noute com suas varas, a quaesquer horas, nos bairros que lhes são ordenados, ora venham de fazer alguma diligencia, ora não, não lhes levem penas nem percam as armas, salvo sendo achados commettendo algum delicto.

E bem assim, apenando-se alguma gente para ir em armadas, elles não serão a isso constrangidos.

E as resistencias que lhes fôrem feitas sejam castigadas como se fôssem feitas aos alcaides.»

Os Juizes e vereadores é que os nomeavam em câmara, por trez annos, á vista do rol dos moradores do logar e seu termo - «e cada vinte moradores que hajam de servir em quadrilha, que mais vizinhos tiverem, ordenarão um quadrilheiro que para isso mais pertencente lhes parecer.»

Os homens da quadrilha tinham obrigação de estar armados de lança de 18 palmos para cima, ou ao menos de meia lança, sob pena de 50 réis para o meirinho que os acusasse.

Os quadrilheiros ou chefes de quadrilha podiam entrar nas casas dos duques, marquezes, condes, arcebispos, bispos, prelados, senhores de terras, fidalgos ou coutos em perseguição d'algum homiziado - «sem embargo de quaesquer doações, privilegios e posses que em contrario haja, até o delinquente com effeito ser preso.»

Davam juramento em câmara, podiam citar e faziam fé em juizo. No exercício de suas funções traziam vara verde com as armas reais.

Como veremos, na segunda comunicação deste tema, estas disposições referentes aos quadrilheiros, e relacionadas com a cidade de Lisboa, foram modificadas por Filipe II, em 12.III.1603.

- Carta Régia[57], dada em Sintra, a 12.VII.1571, em que o monarca insiste na grande importância e necessidade de quadrilheiros "para quietação e bom governo da justiça" na cidade de Lisboa:

«Vereadores e procuradores da cidade de Lisboa e procuradores dos mesteres d'ella, eu el-rei vos envio muito saudar. Porque os quadrilheiros que ordenei que houvesse n'essa cidade, é cousa de grande importancia para quietação e bom governo da justiça d'ella, por essa causa é tambem de muito meu serviço. Encommendo-vos muito e mando que visiteis logo as ruas, e acabeis de dar os regimentos e varas aos ditos quadrilheiros, cumprindo ácêrca d'isso a provisão que tenho passado, e favorecendo-os em tudo o que fôr razão, para que folguem de servir os ditos cargos com mais cuidado e diligencia; e além dos que já fôrem feitos, fareis outros nas ruas e partes onde vos parecer necessario, e escrever-me-heis o que n'isso fizerdes. Jorge da Costa a fez em Cintra, a 12 de julho de 1571. E assim ireis provendo os logares como fôrem faltando, tudo conforme a dita provisão. Rei.»

- Carta Régia[58], também de Sintra, de 31.VIII.1571, ordenando que a eleição dos quadrilheiros, de Lisboa, se faça com brevidade, dando-lhe logo juramento, varas e regimentos:

«Vereadores e procuradores da cidade Lisboa e procuradores dos mesteres d'ella, eu el-rei vos envio muito saudar. Hei por bem, para a eleição dos quadrilheiros se possa n'essa cidade fazer com brevidade que convém a bem de justiça, que os juizes e julgadores que por vosso mandado entendem na dita eleição, possam logo dar juramento aos ditos quadrilheiros, tanto que fôrem feitos, e dar-lhes as varas e regimentos que, conforme a provisão que sobre isso passei, lhes hão de ser dados, sem embargo da dita provisão mandar que o dito juramento se lhes dê em camara e n'ella se lhes entreguem as ditas varas e regimentos. Jorge da Costa a fez em Cintra, a 18 d'agosto de 1571. Rei.»

Pela Carta Régia[59], de 12.XII.1572, é dado novo *Regimento* à Câmara de Lisboa com uma organização inédita.

Para presidente é nomeado o fidalgo D. Afonso de Albuquerque. Até então presidiam, rotativamente às semanas, os vereadores e, em épocas mais remotas, era o alvazil, mais velho, quem orientava as reuniões do Concelho municipal.

Para a vereação, foram designados os seguintes:

- licenciado D. Simão Cabral, fidalgo e desembargador, com o cargo do selo da cidade, da provedoria da saúde, da Casa de S. Lázaro e da limpeza da cidade;

- licenciado Henrique Jacques, desembargador,

[57] 57 Liv°. II (cop.) do Provimento d'officios. Arq. Hist. da C.M. de Lisboa, fs. 76 v.
[58] Ibidem, fs. 76 v.
[59] Livro I de cons. e dec. d'el-rei D. Sebastião, Arq. Hist. da C.M. de Lisboa, fls. 87 e segs.

responsável pelo pelouro do provimento das carnes, almoçataria e da execução das penas;

- desembargador Fernão de Pina Marecos, encarregado das obras da cidade e do que lhes dizia respeito, e de prover sobre o terreiro do trigo, atafonas e moendas. Verifica-se, assim, que pela primeira vez todos os três vereadores são togados e de nomeação régia cessando a tradição da prática eleitoral recaindo sobre homens bons ou burgueses.

Para finalizar esta primeira parte do tema, registemos que o auto[60], de 20.VI.1580, de eleição de dois procuradores municipais às Cortes, permite localizar outro local provisório da Câmara na Igreja dos Reis Magos, em Alvalade, ano em que, após o funesto desastre militar da 'jornada de África' ocorrido dois anos antes, perdíamos a independência.

[60] *Casas da Câmara de Lisboa*, p. 52..

O que Lisboa deve a Pezerat, engenheiro da Câmara,

através de uma memória de 1865*

Nestor Fatia Vital

Nas deambulações pelos alfarrabistas, por vezes sucede encontrarem-se obras, ou simples folhetos, como no caso do tema de hoje, muito interessantes e pouco vulgares que à distância dum século e meio nos dão uma perspectiva curiosa da evolução que os projectos urbanísticos tiveram e do tempo que lhes foi imposto para a sua aplicação, se realizados.

Pedro José Pezerat engenheiro, nasceu em França, em 1800,e concluída a formatura, na Escola Politécnica de Paris em 1825, nesse mesmo ano seguiu para o Brasil onde exerceu o cargo de engenheiro e arquitecto do imperador D. Pedro que o condecorou com o grau de oficial do Cruzeiro do Sul e da Ordem do Cavaleiro da Rosa, além de lhe ter conferido a patente de major de engenharia.

* Comunicação à Comissão de Estudos Olisiponenses em 25.XI.2005

Em 1840 veio para o nosso país, contratado pela Câmara Municipal de Lisboa, como engenheiro-chefe da Repartição Técnica, serviços que acumulou com os de professor da Escola Politécnica (26.II.1853), sendo autor das seguintes obras: *Dados e Estudos para um projecto de abastecimento de águas e sua distribuição em Lisboa, mandados confeccionar pela Câmara Municipal da mesma cidade. Lisboa, 1855; Memória adicional à proposta feita por Francisco Martim sobre o abastecimento de águas à cidade de Lisboa*. Lisboa, 1847; *Mémoire sur les études d'amélioration et embelissements de Lisbonne*. Lisboa, 1865.

É sobre esta última brochura, de 24 páginas, in 8°, da Imprimerie Franco-Portugaise, Rue do Thesouro Velho, 6, Lisbonne, que irá versar a minha intervenção.

Essa *Memória* vem salvar os inúmeros projectos e estudos idealizados durante treze anos, que se perderam no incêndio da Câmara de 19 para 20 de Novembro de 1863 no qual foi devorado o precioso arquivo existente na Secretaria e na Repartição de Contabilidade. Esse desastre do pombalino Paço do Concelho sucederia 108 anos e 19 dias após a destruição, pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, da Casa da Câmara do Rossio.

Demonstra Pezerat, neste escrito, uma elevada dedicação à cidade, desejando-a moderna a par das principais capitais estrangeiras e lamenta a falta de recursos e de apoio do Governo, o que tem levado a Câmara a restringir a sua actividade no que se refere à pavimentação, limpeza, iluminação, serviços de águas e de incêndio, e que dispondo de uns parcos subsídios recebidos depois de 1857, e de alguns empréstimos, conseguiu realizar 6.000 metros de grandes esgotos e mais de 15.000 metros de canalização de pequena secção; construir os cais e rampas da Boa Vista e da praia de Santos; duplicar o cemitério dos Prazeres.

Mas o que preocupava Pezerat era o atraso na reconstrução e embelezamento da cidade e do porto, em comparação com o ritmo que se manifestava, lá fora, há 15 ou 20 anos nas principais capitais europeias. Para tanto, lembrava ele, a necessidade de uma legislação especial sobre expropriações, justa para com o expropriado mas também protectora dos interesses das empresas de construção.

Defendia a pavimentação pelo alcatroamento que, embora caro para uma edilidade pobre, se tornaria económica pela sua longa duração e poucos cuidados que exige, como prova a experiência nas capitais melhor administradas.

Demonstrava, de facto, Pezerat vistas largas e generosas sobre o futuro de Lisboa, em virtude da sua excepcional situação geográfica, marítima e climatérica. Assim, entendia que o Tejo, com a sua benignidade e largura de ancoradouro, facilidade de entrada e beleza do seu clima, estaria talhado a ser o maior entreposto da Europa. Para tanto seria necessário construir vastas docas fechadas, cercadas de armazéns, em que as descargas se fizessem com rapidez e economia, fazendo desaparecer a lentidão das operações e a excessivã demora dos navios, ao largo, com evidentes prejuízos para os armadores e o comércio importador e exportador.

No seu projecto de cais, pugnava pela urgente necessidade do levantamento hidrográfico e geodésico da margem do Tejo desde o Arsenal da Marinha até à Torre de Belém. As docas, na zona da praia de Santos, seriam o fulcro do movimento comercial, em frente do centro da cidade e do bairro industrial (Alcântara). Este projecto foi entregue ao Duque de Loulé, em 1858, e depois remetido ao Ministério das Obras Públicas. A proposta levaria a uma conquista de terrenos ganhos ao Tejo, desde o Arsenal até à Torre de Belém, limitados por um cais em linha recta tirada a 40 metros ao Sul saindo da Torre.

Igualmente, o porto de Lisboa necessitaria de um complexo de construção naval e rampas, bem como armazéns e oficinas que um estabelecimento deste género exigem. De acordo com o projecto de James Larcher, os estaleiros nasceriam da secagem e colmatagem de toda a baía da Piedade, desde Cacilhas até à foz do Coina e lagoa do Seixal. Assim, também, se poderia prolongar o caminho de ferro do Sul, desde o Barreiro até Cacilhas.

Voltando ao aspecto municipal, e após várias considerações sobre o caminho de ferro para Sintra e as estradas para o Porto, etc., preocupa-se com as questões sociais e insiste na necessidade de se construírem novos bairros para habitação, como resposta não só à carência de locação como ao inflacionamento das rendas, além dos inconvenientes da má salubridade das antigas habitações.

E denuncia, ainda, que faltam em Lisboa, edifícios públicos: um palácio de Justiça, uma academia de Belas Artes, uma Biblioteca pública, mercados, numerosas escolas primárias e secundárias, bancos, instalações de banho público e lavadouros, sendo o mais importante a

estabelecer o do tanque das alcaçarias de Alfama.

O alargamento da cidade, para além da sua cintura, com vastos e belos lugares, seria executado com casas tendo todas as regras modernas de arquitectura e higiene. Entendia Pezerat que todo o particular que quisesse construir deveria solicitar autorização à Câmara com a apresentação de um projecto com as fachadas, planos de distribuição interior e cortes da construção. Para esse fim era urgente publicar-se legislação especial.

Depois dedica largo estudo sobre a questão da salubridade, e dos despejos domésticos, referindo-se ao tempo do despejo na via pública - esterqueiras e monturos - ou dessa prática da 'água-vai', lançada das janelas ou das portas, de sórdida memória. E, a propósito, recorda que a terrível epidemia de febre amarela de 1857 foi originada pelo mau sistema de esgotos, fazendo de cada pia privada um foco de infecção dentro de cada lar.

Preocupado com o tipo de construção, propunha Pezerat que se substituísse a madeira pelo ferro e que em vez de paredes espessas, de má alvenaria, se utilizasse bons tijolos que permitem toda a espécie de decoração e de formas. No que se refere à construção de novos bairros, e no sentido de auxiliar os construtores na amortização do capital, propõe que se poderiam construir habitações em condições vantajosas para o locatário, assegurando-lhe a propriedade da sua casa, após um certo prazo, durante o qual ele deveria amortizar o capital por um acréscimo convencionado de renda.

Pezerat propunha, ainda, que as classes abastadas vivessem em novos bairros na periferia, elegantes e confortáveis; os antigos bairros da Baixa e aqueles a serem construídos nas margens do Tejo, ficariam para o Comércio; o Bairro Alto para a classe média e a dos pequenos empregados; enfim, a Alfama para as classes pobres.

E termina afirmando que tem consciência que após esta expansão de entusiasmo terá de chocar-se com a indiferença e o cepticismo generalizado, dos que só raciocinam para negar, criticar e acusar de utopistas aqueles que acreditam no progresso pela inspiração e que sabem que estas aspirações são o resultado do pensamento e da experiência que eles chamam utopia.

*

Ao Engenheiro Pezerat fica Lisboa, daquela época, devendo, entre muitas outras obras, projectos e direcção: a construção do matadouro; o aqueduto das Francesas, na Ribeira de Carenque, em Belas; a remodelação e aperfeiçoamento do sistema de esgotos e abastecimento de águas em toda a cidade; a reconstrução do edifício e implantação das instalações da Escola Politécnica, actual Faculdade de Ciências; o edifício dos Banhos de S. Paulo.

Após uma inesperada grave doença foi a Paris (1859}, para ser operado, regressando no ano seguinte, bastante incapacitado fisicamente. Já cego, faleceu em Lisboa, em 1 de Maio de 1872. Era condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo.

*

Datada de 25 de Dezembro de 1864, e com um 'addendum' de 1 de Fevereiro de 1865, esta preciosa brochura do Engenheiro-Arquitecto Pedro José Pezerat apresenta-nos inéditos aspectos dos problemas citadinos e do Tejo a uma distância de 140 anos, e é tanto mais curiosa se observarmos que só muito mais tarde alguns dos projectos citados foram realizados e outros ainda estão para as 'calendas alfacinhas'.

Leituras

Do islâmico ao cristão... e à actualidade.

O castelo de Palmela dado a conhecer por Isabel Cristina Fernandes

Paulo Almeida Fernandes

Aqueles que se dedicam à Arqueologia Medieval (...) já se habituaram a olhar para Palmela como uma estação arqueológica de referência[1]

1. Palmela é, reconhecidamente, um dos locais do Ocidente peninsular onde melhor se documentam as vicissitudes do que se convencionou chamar "Reconquista" e os fenómenos de relação fronteiriça durante o complexo século XII. Nessa centúria, como se sabe, Portugal passou de condado a reino independente e o seu território foi sucessivamente alargado até ao retrocesso imposto pelos almóadas, já nas décadas de 80 e de 90. Neste processo, Palmela desempenhou um papel central, tendo sido conquistada cinco vezes em escasso meio século, alternadamente por forças cristãs e islâmicas, até à sua definitiva inclusão na esfera portuguesa, consumada em 1194.

[1] Mário Jorge BARROCA, "Prefácio", Isabel Cristina FERNANDES, *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2004, p.8.

Não restam, por isso, grandes dúvidas acerca da relevância estratégica do local no contexto de disputa civilizacional então vivido. Um estatuto reforçado em 1186, quando o seu castelo passou para a posse da Ordem de Santiago, que aqui estabeleceu sede em dois distintos momentos da sua história. Mas que marcas deixou a passagem de testemunho entre estas forças? Que vestígios inequívocos e que fases de ocupação se podem, efectivamente, individualizar no emaranhado de construções que constituem, hoje, o castelo de Palmela? Que sabemos, afinal, acerca desta fortaleza neste tão conturbado período? E que sabemos dele antes e depois da grande transformação ocorrida no século XII?

Estas são algumas das questões que o livro de Isabel Cristina Fernandes vem, em grande parte, responder. Mas estas são também as perguntas mais imediatas, aquelas que, inevitavelmente, secundarizam tantas outras. É por isso que esta obra não se limita a tentar responder; vem também questionar e motivar muitas mais perguntas, num sentido crescente de aprofundamento de estudo e de exigência científica. Pois é bem sabido que quanto mais se sabe acerca de alguma coisa, mais se quer saber...

Em boa verdade, há alguns anos que este estudo vinha sendo preparado e selectivamente dado a conhecer pela autora, em numerosas intervenções parcelares em congressos, colóquios e revistas especializadas. A novidade, neste momento, é a sistematização de grande parte desse projecto de longo prazo num volume monográfico, rigoroso e exaustivo. Uma obra que ultrapassa, em muito, as abordagens estritamente arqueológicas para se situar num plano decididamente mais ambicioso: beneficiando de informações de natureza histórica, histórico-artística, documental, laboratorial, etc., o resultado foi uma publicação exemplar a todos os níveis, na busca daquele "estudo integrado e dialogante" (p.18), propositadamente problematizante – e, em algumas matérias, deliberadamente inconclusivo - para que cada vez mais devem caminhar os contributos monográficos.

Composto por 452 páginas, o volume é, em grande parte, o produto da dissertação de mestrado que a autora apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2001 e organiza-se em quatro partes diferenciadas quanto ao objecto de estudo e à profundidade de abordagem, mas cujo ponto de partida e de chegada é, invariavelmente, o castelo de Palmela. A esta estrutura junta-se um apêndice documental e outros anexos de natureza distinta (desde plantas antigas da fortaleza até análises laboratoriais de peças resgatadas arqueologicamente), bem como um índice onomástico, geográfico e toponímico, a indispensável bibliografia (neste caso bastante exaustiva) e nada menos que 418 figuras que ilustram, de forma metódica e com evidentes vantagens para o leitor, as conclusões da autora e os próprios passos da pesquisa.

Compreensivelmente, a primeira parte é dedicada à "contextualização" do objecto de estudo e foca especialmente a Península de Setúbal durante o domínio islâmico (contexto geográfico-temporal que Isabel Fernandes conhece como poucos, como se demonstra pelas coerentes alusões comparadas à história e à arqueologia de fortalezas vizinhas). De forma mais atenta entre os séculos X e XII, mas sem perder de vista o complexo peninsular mais vasto em que este território se insere, a autora demonstra o estatuto central do castelo de Palmela naquele contexto, ao mesmo tempo que transmite uma leitura espacial da ocupação islâmica do vasto território ligado aos estuários do Tejo e do Sado, enquadrando, desta forma, o que constitui a segunda parte da obra: o estudo monográfico da fortaleza. Este inicia-se com a apresentação dos resultados proporcionados pelas intervenções arqueológicas e pela abordagem artística de algumas peças exumadas, e continua nos dois capítulos seguintes: "O castelo: setecentos anos de vida" e "Da modernidade aos dias de hoje".

A intervenção arqueológica propriamente dita beneficiou de condições privilegiadas de planeamento e de execução, já que foram garantidas as necessárias etapas de estudo prévio em relação às obras de arquitectura, ao abrigo do Programa de Recuperação e de Animação do Castelo (PRAC). Intervencionando sectores sensíveis da fortaleza, em particular a sua vertente nascente, os trabalhos foram realizados em três fases distintas: as *galerias* setentrionais, a igreja de Santa Maria do Castelo e o interior da Torre de Menagem mereceram a atenção no primeiro momento (1992-1997); seguiu-se o corpo central da alcáçova e o piso térreo da torre dos telegrafistas (1998) e, mais recentemente, a ala Norte da alcáçova e a sacristia da igreja de Santa Maria do Castelo (1999).

É precisamente sobre todos estes espaços que se debruça a leitura arqueológica, apoiada num riquíssimo *corpus* informativo, de que fazem parte a descrição dos trabalhos, a relação de unidades estratigráficas identificadas, a interpretação cronológico-ocupacional, numerosas plantas, fotografias, cortes e outros documentos gráficos que tornam perfeitamente compreensíveis as conclusões da autora e que constituem a parcela mais densa deste volume, mas também a mais rica em informação (pp.71-145).

Segue-se a análise do espólio artístico, com pleno destaque para as séries cerâmicas. Em Palmela, "foi possível determinar, para cada fase de ocupação, grupos formais e predominâncias decorativas" (p.103), facto importantíssimo para o estudo e compreensão da evolução do promontório onde se implanta o castelo, mas também para uma mais correcta interpretação de outros arqueo-sítios, que passam a ter, a partir deste estudo, mais um ponto de referência comparativa. Particularmente importantes, nesta perspectiva, são as séries relativas aos séculos XII a XIV (pp.167-175), realidade menos estudada no nosso país e que conta, aqui, com a publicação "pela primeira vez de uma selecção significativa de peças, que já nos permite uma caracterização global das produções locais desse período" (p.146). Também o fragmento de taça islâmica com decoração antropomórfica, datável dos sécs. X-XI[2], aparece aqui inserido no seu contexto civilizacional, associado a abundante cerâmica comum e aos níveis contemporâneos de ocupação califal. De entre o restante espólio, destacam-se algumas moedas dos primeiros reinados da monarquia portuguesa - que contrasta com a inexistência de "qualquer registo numismático islâmico" de proveniência arqueológica (p.196) - e as peças em osso de cronologia islâmica, em particular os cossoiros (p.212).

2.

A Parte III corresponde a uma interpretação da autora sobre os trabalhos de arqueologia realizados, mas em constante e imprescindível interligação com os dados documentais conhecidos e outras aproximações historiográficas ao tema. Sintomaticamente, a análise a este problema é antecidida por um balanço das referências escritas muçulmanas e cristãs medievais ao castelo e tem continuidade na Parte IV, em que a autora traça um panorama completamente inovador da marcha das obras no castelo durante a época moderna e termina com o rico processo de restauro executado nas décadas de 30 a 60 do século XX. Sem pretender fazer uma análise exaustiva aos múltiplos méritos desta longa parte do livro, enumero, de seguida, algumas das conclusões que me parecem mais importantes acerca do período medieval:

1 – O até há pouco insuspeitado passado romano, ou tardo-romano. Esta realidade é verificável nas galerias e está atestada pela presença de *Sigillata Clara D*, um fragmento de ânfora e uma moeda do século IV (p.147). Estes elementos sugerem a existência de uma ocupação romana do local, ainda de contornos pouco definidos, mas que se poderá relacionar com a instalação temporária de uma guarnição ou, mesmo, de um primitivo sistema defensivo (p.238).

2 – Continuidade ocupacional pela época de domínio visigótico. Durante os trabalhos arqueológicos, apareceram três pequenos capitéis, decorados com singelos motivos vegetalistas, cuja catalogação poderá apontar para uma realidade pré-islâmica, embora sejam conhecidos outros exemplos de cronologia omíada (pp.219-221) e moçárabe. A reforçar esta hipótese está o aparecimento esporádico de cerâmica de cariz autóctone e considerada de transição.

3 – Intensa ocupação islâmica do local, remontando os primeiros vestígios ao período emiral (sécs. VIII/IX) (p.104). Entre os elementos mais significativos contam-se silos com material cerâmico dos sécs. VIII/IX (p.111, UE 8c) e mais espólio em outros locais intervencionados, com destaque para "os pequenos pucarinhos de duas asas" (p.152), com decoração característica do Emirato. A escavação mais alargada no pátio da alcáçova e nas galerias permitiu, mesmo, uma primeira interpretação da sucessão ocupacional deste espaço desde o Emirato até ao século XIV (pp.256-265).

4 – Evolução do castelo islâmico, alicerçada numa grande quantidade de material cerâmico e de estruturas, isoladas em unidades estratigráficas muito coerentes (a cuja listagem falta, no entanto, os respectivos diagramas com os momentos ocupacionais). A análise dos aparelhos construtivos revelou-se fundamental para

[2] Esta peça foi já alvo de estudo anterior: Isabel Cristina FERNANDES, "Uma taça islâmica com decoração antropomórfica proveniente do Castelo de Palmela", *Arqueologia Medieval*, nº6, Porto, Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, 1999, pp.79-99.

esta diferenciação, separando-se claramente as estruturas emirais e califais (compostas por grandes blocos bem aparelhados e "dispostos em fiadas regulares") das cronologicamente situadas entre os séculos X e XII (de muito maior variedade, mas menor qualidade) (p.216). Ainda que de forma preliminar (pela reduzida área intervencionada arqueologicamente), a autora logrou distinguir entre a fortificação emiral (sécs. VIII e IX), de planta rectangular e dotada de 5 ou 6 torres (p.239), e uma primeira expansão para poente, verificada presumivelmente no século X (p.243).

5 – Instalação de um primitivo convento da Ordem de Santiago, ainda no século XII. Para este reconhecimento, muito contribuiu a identificação da necrópole cristã na Alcáçova, cuja cronologia rondará os inícios do século XIII. Foi numa destas sepulturas (a nº2) que se identificou a insígnia da Ordem de Santiago (p.119), elemento que "marcou decisivamente o rumo interpretativo da ocupação do castelo no período da *reconquista*" (p.209). Alvo de estudo anterior[3], a sua inserção no contexto cultural cristão imediatamente pós-1186 fez com que se equacionasse a instalação de um convento santiaguista, de cujo templo poderá proceder um fragmento de cruz antefixa resgatado na vertente Norte da alcáçova (pp.262-265). Com base nestes e noutros elementos (muitos deles documentais e alvo de leitura crítica original), a autora retoma a tese de Rui de Azevedo quanto a uma primeira sede em Palmela dos freires de Santiago, agora com dados mais seguros para uma mais fundamentada argumentação.

3.

Como se disse, todavia, são igualmente abundantes as perguntas que ficam por responder ou, colocado de outra forma, os múltiplos assuntos que não puderam aqui ser convenientemente tratados. Nesse sentido, *O Castelo de Palmela...* deixa inúmeras sugestões de trabalhos em curso ou a desenvolver no futuro, alguns no próprio espaço do castelo, mas a maioria no amplo território circundante:

1 - O aprofundamento de conhecimento dos estratos almóada e da primeira reconquista afigura-se como um ponto de investigação imediata no recinto do castelo. Apenas no que se refere à Alcáçova, "é dificilmente identificável a ocupação cristã pré-almóada", assim como se conhece pouco da própria presença almóada (p.261), dúvidas que se alargam na exacta proporção da grande área que o castelo ocupa. Este trabalho tem vindo a ser conduzido em anos mais recentes, tendo-se já alargado consideravelmente a área de intervenção e aguardando-se, para breve, a publicação dos primeiros resultados na vertente ocidental da acrópole.

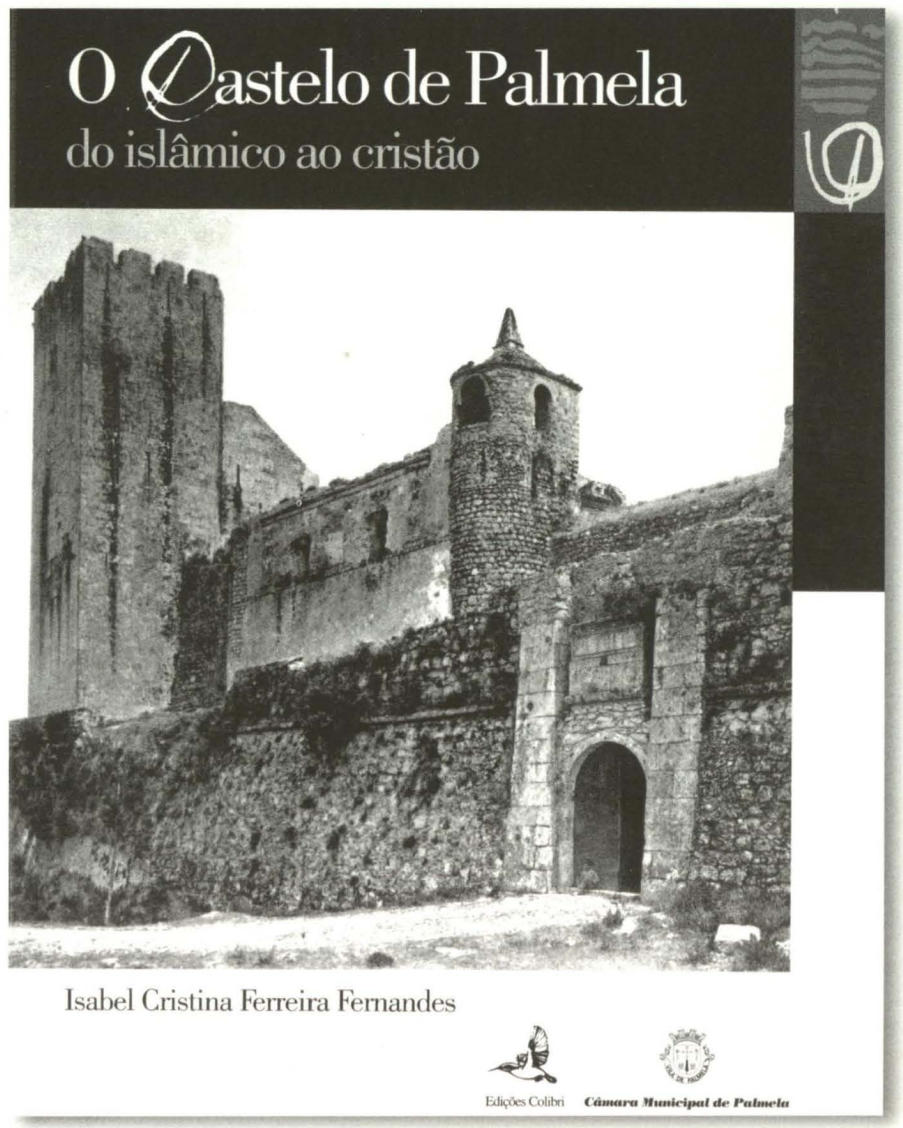
2 – A escavação do corpo da igreja de Santa Maria do Castelo é outro assunto a merecer contributos futuros. As limitadas sondagens aqui efectuadas não foram além de um nível coincidente com a transição para o século XVI (p.131) e o aparecimento de possíveis vestígios de colunas das naves e do que aparenta ser o bocal de um poço, são motivos suficientes para que se proceda, no futuro, a intervenções nesta área. A necessidade de se saber mais acerca deste local entronca com a própria relevância do templo no contexto da arquitectura religiosa pós-reconquista na região e no debate presente sobre o Românico meridional e sua transição para o Gótico na Estremadura, bem como com a ideia tradicional de aqui se situar a mesquita. Uma intervenção mais alargada afigura-se também importante para comprovar ou negar a existência da medina, sugerida pelos vestígios estruturais identificados na sacristia da igreja (p.266).

3 – "Muçulmanos e cristãos na Península de Setúbal". Com este título, Isabel Cristina Fernandes desenvolve um projecto mais ambicioso, que tem o castelo de Palmela como centro nevrálgico, mas que se alarga às áreas rurais, ribeirinhas e montanhosas do território entre-Tejo-e-Sado, cujos resultados são aqui parcialmente apresentados, nomeadamente nos capítulos "As bacias do Tejo e do Sado nos períodos islâmico e da *reconquista* (pp.40-67) e "O castelo e a envolvência rural: poderes, guerra e território" (pp.271-286). Não é difícil pensar-se num termo rural pontilhado de quintas, alcarias e demais formas de ocupação e de rentabilização dos férteis terrenos e das zonas propícias à actividade agro-pastoril, bem como de pequenas comunidades piscatórias. A investigação iniciou-se pelo vizinho Vale dos Barris, ao longo da ribeira de Córdova e das cumeadas das serras de São Luís e dos Gaiteiros, e centrou-se particularmente no sítio do Alto da Queimada, onde se instalou um povoado de

[3] Isabel Cristina FERNANDES e Luís Pequito ANTUNES, "Contributos para o estudo da iconografia santiaguista: uma medalha proveniente de contexto arqueológico do Castelo de Palmela", *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1999, vol. II, pp.373-384.

altura de contornos autóctones e aparentemente abandonado durante as primeiras taifas (p.280).

O trabalho que se impõe, a partir daqui, abarca as áreas de influência dos castelos de Sesimbra, Coina e Almada, quer na indispensável vertente arqueológica, quer na necessária abordagem cultural. Sabe-se já que a organização deste amplo território era muito mais complexa, tendo a investigação revelado castelos de importância diferenciada (ao abrigo da natureza militarista que o regime fiscal islâmico impunha às populações), ocupações de altura na Arrábida, estruturas eremíticas nas falésias ventosas da Serra. Mas o que se passava nas zonas mais baixas de Coina e de Almada? Qual a importância da secção oriental da foz do Tejo e das zonas alagadiças do que virá a ser o concelho português de Ripa de Tejo? Quais as fórmulas culturais presentes durante a época islâmica, as minorias sociais, os caminhos de alteridade e de contacto civilizacional? Estas são algumas das perguntas (necessariamente conceptuais) que esperamos ver ser respondidas por Isabel Cristina Fernandes em futuros contributos. Quem sabe num volume intitulado *Para além do Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*, resultante de um tantas vezes incentivado projecto de Doutoramento...



Relatórios

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2004

O ano de 2004 foi marcado por uma conjuntura económica, social e política muito desfavorável, a qual se reflectiu, naturalmente, na nossa Associação e no Museu Arqueológico do Carmo. Entre as maiores dificuldades que a Direcção enfrentou, merece especial destaque o enorme atraso verificado no reembolso por parte do Gabinete de Gestão do Plano Operacional da Cultura (POC) dos 20% remanescentes do projecto DINACARMO. Com efeito, foi só em fins de Novembro que se conseguiu esse reembolso, graças à persistência e infinita paciência do nosso consócio José Domingos para lidar com a burocracia verdadeiramente kafkiana daquele Gabinete.

Ao contrário do que os responsáveis políticos do EURO 2004 previram e propagandearam, esse acontecimento desportivo provocou uma considerável diminuição do número de visitantes dos museus nacionais, apesar da dispendiosa e aparatosa campanha realizada pelo ICEP e pelo IPM, diminuição essa que se verificou também no Museu Arqueológico do Carmo, cujo número de visitantes decaiu em relação ao ano anterior, fenómeno que se regista pela primeira vez desde a reabertura ao público do nosso Museu em 2001. Com efeito, em 2004 visitaram o museu 46.358, o que representa uma diminuição de 14,2 % em relação a 2003.

Para procurar compensar essa tendência, que se verificou sobretudo nos meses de Junho e Julho, apesar da escassez de fundos para investir em instrumentos de divulgação, foi elaborado e largamente difundido pelas escolas da região de Lisboa um desdobrável com sete programas educativos, destinados a diferentes grupos etários, de que já resultou um considerável acréscimo do número de visitas escolares, sobretudo no quarto trimestre do ano: em 2004 realizaram-se 57 *ateliers* destinados ao ensino secundário e 11 visitas guiadas destinadas ao ensino superior, abrangendo um total de 1433 alunos, o que representa uma quase triplicação, em relação ao ano de 2003, em que se realizaram 24 *ateliers* e 3 visitas guiadas, abrangendo 508 alunos do ensino secundário e superior. Realizaram-se ainda dois *ateliers* especiais, por ocasião do Dia da Criança, e uma festa de aniversário, em que foi encenada a cerimónia de armação de um cavaleiro medieval, actividades que tiveram o melhor acolhimento por parte dos participantes. Intensificou-se igualmente a divulgação do espaço das Ruínas entre os promotores de eventos, de que resultou um acréscimo de 36,8% dos rendimentos desta actividade.

Neste ano introduziram-se no Museu alguns melhoramentos na sinalética, ao abrigo do Programa de Apoio à Qualificação dos Museus da Rede Portuguesa de Museus. A Direcção concorreu de novo a esse programa, com um projecto elaborado pela Dr.ª Carla Varela Fernandes, Conservadora do Museu, intitulado *Sobre os escombros reconstruímos o futuro – A Igreja do Convento do Carmo de Lisboa e o terramoto de 1755*, exposição apoiada por multimédia, e acompanhada por publicações destinadas a vários grupos etários, a realizar em 2005, no âmbito da evocação dos 250 anos do terramoto. Este projecto teve o melhor acolhimento por parte da RPM, recebendo a comparticipação máxima (50%). Porém, a sua concretização está dependente da obtenção dos restantes 50% junto de outras entidades, pois a AAP não dispõe, na actual conjuntura, de recursos financeiros suficientes para a realizar.

Realizou-se também um Curso Livre de *Introdução à Arte Egípcia*, regido pelo nosso consócio Luís Araújo, que teve o maior sucesso, o que não só contribuiu para o prestígio da nossa Associação, mas também ajudou a custear o arrendamento do espaço onde funciona actualmente a nossa sede.

Após negociações com os proprietários desse espaço, que foram confrontados com a eventualidade de se pôr termo a esse arrendamento, conseguiu-se obter uma redução muito substancial da respectiva renda, embora num regime de maior precariedade, enquanto se aguarda a prometida cedência de espaço actualmente afecto à GNR.

Comemorando-se, no ano que agora finda, 30 anos sobre o 25 de Abril de 1974, a Direcção decidiu associar-se a esta efeméride, que teve um dos seus momentos mais decisivos e simbólicos no Largo do Carmo, com uma exposição de fotografias inéditas, da autoria do nosso consócio Mário Varela Gomes, em colaboração com a Fundação Mário Soares, com o apoio da Foto Industrial, da Eurostand e do *Diário de Lisboa*, que publicou uma edição especial de 10.000 exemplares do referido periódico, a qual constituiu o roteiro da exposição.

Esta iniciativa, que deu grande projecção à nossa Associação e ao seu Museu, só foi possível graças à excelente colaboração dada pelo nossos consócios Mário Varela Gomes, que cedeu os originais, e José Pessoa, que efectuou a selecção e a montagem das fotografias, e do Dr. Alfredo Caldeira, secretário-geral da Fundação Mário Soares, que coordenou os trabalhos, o que muito contribuiu para o sucesso desta exposição, cuja inauguração contou com a presença, além do Dr. Mário Soares, do Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral, do Senhor Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, e ainda do Senhor Presidente da República de Timor, Xanana Gusmão.

Tendo a Direcção sido contactada pela Câmara Municipal da Azambuja no sentido de ceder, a título de empréstimo, um conjunto de artefactos provenientes das escavações realizadas por membros desta Associação em Vila Nova de S. Pedro, entre 1936 e 1966, foi decidido estabelecer um protocolo de cooperação com aquela autarquia, com o objectivo de promover a salvaguarda e valorização daquele importante sítio arqueológico, o qual foi assinado em 7 de Setembro de 2004.

A presente conjuntura económica, social e política reflectiu-se também negativamente no que respeita à actividade arqueológica do país, a qual atingiu um ponto de pré-rotura, em grande parte devido à persistência da indefinição por parte do Governo em relação ao seu enquadramento institucional, ao desinvestimento verificado neste domínio nos últimos dois anos, à precaridade de emprego da maior parte dos arqueólogos que integram o IPA, à falta de infraestruturas autárquicas com meios materiais e humanos suficientes para permitir aos municípios assumir as responsabilidades acrescidas que lhes foram cometidas pela legislação recentemente publicada, etc., etc.

Com o objectivo de procurar alertar os nossos associados para a grave situação acima referida, e de se definirem propostas concretas para a ultrapassar, o Presidente da Direcção apresentou no passado mês de Julho em Assembleia Geral, uma comunicação intitulada "Que futuro para a Arqueologia Portuguesa?", da qual resultou a constituição de um grupo de trabalho, integrando consócios ligados aos diversos sectores da actividade arqueológica. Este grupo de trabalho, constituído pelos consócios José Morais Arnaud, José Eduardo Mateus, Maria Miguel Lucas, João Pedro Ribeiro e António Carlos Valera, organizou uma mesa redonda integrada no IV Congresso de Arqueologia Peninsular, que teve lugar em Setembro último em Faro, na qual foi aprovada, após animado debate, uma moção que já foi enviada a diversas entidades, nomeadamente ao Ministério da Cultura, ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e à Associação Nacional de Municípios, alertando para a gravidade da situação.

A Direcção prestou ainda, como é sua obrigação, todo o apoio às actividades das várias secções e comissões. Neste ano, em que se assinala o 10º aniversário da divulgação pública do achado das gravuras do vale do Côa, em cuja salvaguarda esta Associação teve uma participação activa, a Secção de Pré-História, dedicou-se especialmente a este tema, tendo para o efeito convidado três dos principais intervenientes neste processo, os nossos consócios Vitor Oliveira Jorge, João Zilhão e Mário Varela Gomes, a apresentarem os seus testemunhos pessoais sobre as gravuras, o seu significado, os aspectos positivos e negativos do processo que conduziu à sua salvaguarda, e as suas potencialidades futuras.

A Secção de História e a Comissão de Estudos Olisiponenses reuniram com regularidade, tendo sido apresentadas respectivamente seis e sete comunicações sobre os diversos temas da sua especialidade. Houve, assim, um total de 21 comunicações e conferências, contando com as apresentadas em Assembleia Geral, o que é razoável numa Associação com pouco mais de 250 sócios, numa época em que o associativismo, o voluntariado e a participação cívica estão em regressão.

Verifica-se, porém, que os sócios activos são muito poucos, sendo quase sempre os mesmos a apresentar comunicações e a participar nas sessões. Apela-se, assim, a uma participação mais activa de todos na vida associativa, sobretudo daqueles que nunca apresentaram comunicações às respectivas secções.

A Comissão de Heráldica reuniu mensalmente, tendo sido emitidos 475 pareceres no âmbito da heráldica autárquica, actividade que constitui um importante serviço prestado à comunidade pela nossa Associação. No sentido de reduzir o tempo de espera entre a recepção do pedido e a emissão do parecer, e de diminuir as reclamações das autarquias, procedeu-se à aquisição temporária dos serviços de um colaborador administrativo a tempo parcial, o que aumentou substancialmente a produtividade da comissão.

Neste ano ainda não foi possível facultar aos nossos associados a biblioteca associativa, cuja catalogação ainda não está concluída, apesar da louvável actividade desenvolvida, a título gratuito, pela nossa consócia Conceição Machado. A maior parte dos livros e das publicações periódicas que deram entrada resultam de ofertas ou permutas com as nossas publicações.

Resta-nos agradecer aos nossos consócios que contribuíram activamente para a vida associativa, e a todos os nossos colaboradores e funcionários que a tornaram possível.

O Presidente da Direcção
José Morais Arnaud

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2005

No que respeita às actividades associativas, a Direcção procurou estimular e fomentar o funcionamento regular das secções e comissões. Tendo em conta o sucesso do *Curso Livre de Arte Egípcia*, realizado em 2004 pelo nosso estimado consócio Prof. Luís Araújo, teve lugar em 2005 um Curso Livre de *Introdução à Escrita Hieroglífica*, orientado pelo mesmo professor, o qual, apesar de mais especializado, suscitou bastante interesse entre os participantes.

Como é natural, o Museu Arqueológico do Carmo ocupa um lugar de destaque neste relatório. Em 2005 verificou-se o acentuar da tendência, identificada também a nível nacional, de descida do número de visitantes, após um ciclo de crescimento contínuo, ocorrido entre Junho de 2001, data da reabertura do Museu, e Junho de 2004.

Com efeito, a partir dessa data, e não obstante o vasto programa de divulgação dos museus nacionais desenvolvido pelo IPM, com o apoio financeiro da organização do Euro 2004, verificou-se uma redução substancial dos fluxos turísticos a nível europeu, a qual decerto resulta do acentuar dos efeitos da recessão económica que atinge o mundo ocidental. Para fazer face a essa redução nas receitas de bilheteira, que foi também acompanhada da substancial diminuição dos rendimentos resultantes da emissão de pareceres no âmbito da heráldica autárquica, a Direcção da AAP procurou, por um lado, reduzir drasticamente as despesas de funcionamento, sem pôr em causa a manutenção das actividades associativas regulares, e, por outro, aumentar as receitas.

No que respeita à redução de despesas, foi decidido terminar definitivamente o arrendamento das instalações do Largo do Carmo nº4, tendo a mudança para as Ruínas do Carmo ocorrido no mês de Julho, após a conclusão do Curso de Heráldica e a realização da Assembleia Geral de encerramento do ano associativo. Como é natural, essa mudança obrigou a uma reorganização do escasso espaço disponível, a fim de o aproveitar ao máximo. Mesmo assim, foi necessário recorrer, numa primeira fase, ao depósito temporário das publicações próprias da Associação, que não conseguimos colocar no mercado devido à sua completa desactualização, nos armazéns de uma empresa especializada.

Mais recentemente, a fim de libertar a antiga sacristia para as funções de auditório e sala polivalente, e enquanto não é desactivado o actual armazém de papel da GNR, conseguiu-se a cedência, por parte do Comando-Geral, de um espaço fechado no edifício onde vai ser instalado o arquivo daquela corporação, para o qual foram transportados vários contentores com diários do governo antigos, publicações periódicas em línguas que ninguém lê (como o romeno ou o japonês) ou sobre temas que nada têm a ver com os fins associativos, bem como diversos objectos pertencentes à Associação. Esta cedência insere-se num projecto de intensificação da colaboração existente entre a nossa Associação e o Comando-Geral da GNR, no sentido de melhor aproveitar as instalações da antiga Igreja e Convento do Carmo e de articular os serviços do nosso Museu e os do futuro Museu da GNR.

Tendo o funcionário administrativo José do Nascimento Silvestre atingido os 65 anos no passado dia 18 de Maio, foi decidido, por comum acordo, que o mesmo se manteria em funções apenas até ao fim do mês de Junho, a fim de assegurar o apoio às actividades associativas, após o que se reformaria, como era seu desejo (lembre-se que já se reformara como funcionário da Academia Portuguesa da História quando atingiu os 60 anos de idade). As funções administrativas passaram assim a ser apenas desempenhadas por Cristina Macedo, que entretanto já se familiarizara com as mesmas, no período em que trabalhara com o Sr. Nascimento, sendo de louvar a excelente forma como as tem vindo a desempenhar.

Tendo, por outro lado, a Dr.ª Carla Varela Fernandes, que exercia as funções de Conservadora do Museu desde Junho de 2002, pedido a sua demissão, por ter sido convidada para exercer funções de Directora do Fórum Cultural de Alcochete, município onde reside, foi decidido aceitar esse pedido, e não preencher de imediato o referido lugar, passando essas funções a ser asseguradas directamente pela Direcção. Com efeito, uma vez que os principais serviços do museu já estavam em pleno funcionamento, a Direcção entendeu sacrificar um pouco mais do seu tempo disponível e redistribuir pelos elementos mais válidos do pessoal algumas das múltiplas funções anteriormente desempenhadas pela Conservadora, reduzindo assim de forma apreciável as despesas de funcionamento. Aliás, a época de crise que se atravessa e a reduzida verba disponível para investimentos, não permitiriam tirar pleno proveito das iniciativas da Dr.ª Carla Varela Fernandes, a quem a Direcção aproveita para agradecer publicamente a forma como desempenhou as suas funções, desejando-lhe os maiores sucessos na sua nova carreira de gestora cultural.

A conjugação destas medidas permitirá, assim, a poupança de cerca de 40.000€ anuais, e eliminar grande parte do passivo existente. No entanto, isso não será suficiente para assegurar os investimentos indispensáveis para manter a actual dinâmica desta Associação e do seu Museu.

Procurou-se, assim, apesar dos escassos recursos humanos disponíveis, incrementar a actividade do Serviço Educativo, o qual é considerado um investimento fundamental para atrair e fixar o público português, que continua muito alheado dos seus museus e monumentos. Nesse sentido, foram criados e divulgados novos programas de visita, destinados a várias classes etárias, centrados no Terramoto de 1755, de que as Ruínas do Carmo são simultaneamente o testemunho e a memória, os quais têm tido grande procura por parte da população escolar, não só da Grande Lisboa, mas também de áreas mais remotas do território português. Realizaram-se, assim, 84 visitas guiadas / *ateliers*, abrangendo um total de 2233 pessoas, o que corresponde a um aumento de cerca de 56% em relação ao ano anterior. A Direcção aproveita para destacar e louvar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito pela monitora do serviço educativo, Rita Santos.

Desenvolveram-se também contactos com a Unidade de Projecto da Baixa-Chiado e com outras instituições no sentido de ser restabelecida, com a possível brevidade, a ligação entre o elevador de Santa Justa e o Largo do Carmo, cuja interrupção tanto tem prejudicado a acessibilidade ao nosso Museu, pondo em risco a sua sustentabilidade. Com efeito, foram cerca de 150.000 potenciais visitantes que se perderam anualmente, desde a reabertura do Museu em 2001.

Em parte devido à nossa intervenção, conseguiu-se a aprovação em tempo muito curto do projecto de uma estrutura metálica provisória que assegurará essa ligação, enquanto não se concluem as escavações arqueológicas e não se executa o projecto definitivo de arranjo do espaço situado a sul da antiga Igreja do Carmo. Foi, assim, com grande satisfação que assistimos, no passado dia 22 de Dezembro, à sua reabertura ao público, cujos efeitos, porém, só se farão sentir em 2006.

No que respeita a outra importante fonte de rendimento, a realização de eventos de carácter social, houve também um grande esforço, tendo-se conseguido, apesar do ciclo recessivo que o país atravessa, um aumento muito significativo em relação aos resultados obtidos em 2004 (cerca de 50%). Entre estes eventos, importa destacar, pela grande divulgação mediática que teve, e pelo seu impacto junto do público mais jovem, o lançamento do último livro da famosa série Harry Potter, que teve lugar, com grande sucesso, no passado dia 14 de Outubro, nas Ruínas do Carmo.

Em relação à evocação do Terramoto, importa referir que não foi possível concretizar em tempo útil, por falta de apoios mecenáticos e de recursos financeiros próprios, uma série de iniciativas, oportunamente programadas pela antiga conservadora, e que mereceram o apoio da Rede Portuguesa de Museus. Estas incluíam uma exposição na parte descoberta e o respectivo roteiro, bem como uma reconstituição virtual da antiga igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, e uma série de materiais didácticos, destinados aos jovens e às crianças.

Essa trágica efeméride não deixou, porém, de ser assinalada nas Ruínas do Carmo. Com efeito, conseguiu-se, em colaboração com a Direcção de Programas da RTP, fazer uma apresentação ao público e à comunicação social, no passado dia 27 de Outubro, de um documentário da autoria da Dr.ª Júlia Fernandes, sem qualquer dispêndio para a nossa Associação.

A Direcção da AAP acolheu também da melhor maneira a iniciativa pessoal de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa de realizar nas Ruínas do Carmo uma missa solene, evocativa das vítimas do Terramoto de 1755, a qual teve lugar, no dia 1 de Novembro, com ampla cobertura na comunicação social, escrita e televisiva, contribuindo também para a divulgação pública deste espaço e do Museu que nele se encontra instalado.

Finalmente, no passado dia 1 de Dezembro, teve lugar a cerimónia de lançamento da obra *Construindo a Memória – As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, a qual contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, que deu o seu Alto Patrocínio e escreveu o prefácio desta publicação, do Secretário de Estado da Cultura, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de outras individualidades.

Trata-se, como todos sabem, do primeiro estudo sistemático do rico e variado acervo do nosso Museu, a maior parte do qual permanecia praticamente inédito, apesar de já ter dado entrada há mais de um século. A sua publicação, que contou com a participação de cerca de 40 autores, muitos deles sócios da AAP, representou um enorme esforço financeiro, pois os apoios recebidos de várias entidades, públicas e privadas, só cobriram cerca de metade dos custos. Apesar disso, face aos compromissos assumidos, a Direcção decidiu avançar com a sua publicação, que muito prestigia a nossa Associação, esperando recuperar parte desse investimento nos próximos anos.

A nossa Biblioteca foi enriquecida com a entrada de 32 monografias e 2 publicações em série, cuja catalogação foi amavelmente realizada pela nossa consócia Dr.ª Maria da Conceição Machado Neves, a quem a Direcção agradece o apoio prestado neste domínio.

Durante o ano de 2005 foram aprovados sete novos sócios, tendo-se quatro inscritos na Secção de Pré-História e igual número na Secção de História.

Infelizmente, o final do ano foi marcado pelo falecimento do nosso estimado consócio, e Vice-Presidente da Direcção, João José Fernandes Gomes, um dos últimos representantes de uma geração de arqueólogos autodidactas que, nos anos 50 e 60, à margem das academias e universidades, foram os precursores da moderna arqueologia científica, introduzindo importantes inovações metodológicas. A sua vida e a sua obra serão, dentro em breve, objecto de uma homenagem especial, no âmbito da Secção de Pré-História, para a qual contamos com a presença dos consócios de todas as Secções e Comissões.

A terminar, a Direcção agradece a todos os colaboradores e funcionários o empenho demonstrado no cumprimento das suas funções, ao longo de um ano de grandes dificuldades económicas, bem como a todos os consócios que participaram nas actividades associativas, contribuindo, assim, para engrandecer e prestigiar a nossa Associação.

O Presidente da Direcção
José Morais Arnaud

Associação dos Arqueólogos Portugueses

